



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
UNIRIO - CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS  
Programa de Pós-Graduação em História



**JAMILE DA SILVA NETO**

**NEM TÃO MODERNO ASSIM:  
intelectuais do Conselho Consultivo do SPHAN e  
do IHGB construindo o patrimônio e narrando a  
história (1938-1966)**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

JAMILE DA SILVA NETO

NEM TÃO MODERNO ASSIM:  
intelectuais do Conselho Consultivo do SPHAN e do IHGB construindo o patrimônio e  
narrando a história (1938-1966)

Rio de Janeiro  
2018

### **Ficha Catalográfica**

S586           Silva Neto, Jamile da  
                  Nem tão moderno assim: intelectuais do Conselho Consultivo  
do SPHAN e do IHGB construindo o patrimônio e narrando a história  
(1938-1966) / Jamile da Silva Neto. -- Rio de Janeiro, 2018.  
                  158 f.

                  Orientadora: Márcia Regina Romeiro Chuva.  
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Estado do Rio de  
Janeiro, Programa de Pós-Graduação em História, 2018.

1. Patrimônio cultural. 2. IHGB. 3. Historiografia. 4.  
Intelectuais. I. Romeiro Chuva, Márcia Regina, orient. II.  
Título.

JAMILE DA SILVA NETO

NEM TÃO MODERNO ASSIM:

intelectuais do Conselho Consultivo do SPHAN e do IHGB construindo o patrimônio e  
narrando a história (1938-1966)

Dissertação de mestrado apresentada ao  
Curso de Mestrado do Programa de Pós-  
Graduação em da UNIRIO como requisito  
necessário para obtenção do título de  
mestre em História.

**Orientadora:** Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Márcia Regina  
Romeiro Chuva

Aprovado em: \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Márcia Regina Romeiro Chuva – Orientadora,  
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

---

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Angela Maria de Castro Gomes,  
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

---

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Janice Gonçalves,  
Universidade do Estado de Santa Catarina

## Agradecimentos

Chega um dos momentos mais difíceis do trabalho: agradecer. Não pelo fato de não ter a quem agradecer, mas por, certamente, não conseguir dar conta de tantas e tantos a quem sou grata.

Primeiramente, agradeço a uma força que continuamente me guia, protege e dá ânimo para continuar tentando, trabalhando, sonhando e lutando.

Aos meus pais por sempre terem me dado bons exemplos de perseverança, força de vontade e trabalho duro.

Às minhas queridas e amadas irmãs por existirem na minha vida e me fazerem mais completa e feliz.

Ao meu querido Amadeu por ser companheiro e compreensivo. Por me trazer alegria e positividade nos momentos obscuros.

Às minhas primas, minhas primeiras e melhores amigas, em especial à Marina, cujo ombro amigo está sempre disponível para mim. Obrigada pelas conversas, reflexões, risadas e tudo.

Sou grata à minha querida Katlem por ter sido uma das melhores amigas que eu poderia ter tido. Seus incentivos, sua confiança em mim, sua amizade sempre estarão guardadas em meu coração.

Às amigas distantes, mas próximas, Gerlaine e Miriam. Pelas nossas trocas e por sempre me fazerem perceber como é bom o reencontro.

Agradeço à Márcia Chuva por, além de me orientar, ter se preocupado comigo como indivíduo, concedendo-me autonomia e incentivando meu crescimento intelectual e pessoal. Muito obrigada pela atenção, conversas, reflexões e carinho. Igualmente, agradeço à Leila Bianchi Aguiar por ter feito parte deste processo, sempre incentivando com ânimo e carinho.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação na UNIRIO que ofereceram disciplinas ao longo do mestrado, em especial à Angela de Castro Gomes e a Flávio Limonci por terem me proporcionado importantes reflexões sobre simplicidade, dedicação e o *métier* do historiador.

Às amigadas que fiz ao longo do período do mestrado, em especial minha querida amiga Marcinha e meu amigo paulista Marcelo.

Sou grata aos integrantes do Grupo de Estudos e Trabalhos sobre Políticas de Preservação do Patrimônio Cultural. Nossos encontros são sempre enriquecedores do ponto de vista acadêmico e de reforçar laços de amizade.

Aos funcionários e às funcionárias da UNIRIO, em especial à Priscila, secretária do PPGH, sempre interessada em ajudar de forma ágil e clara.

Aos(às) funcionários(as) do Arquivo Central do IPHAN por sempre estarem dispostos(as) a ajudar, oferecendo esclarecimentos e informações preciosas.

Sou grata às professoras Angela de Castro Gomes e Janice Gonçalves por aceitarem fazer parte da banca de qualificação e de defesa. Obrigada pela leitura e disponibilidade.

Agradeço, por fim, a oportunidade de ter cursado o mestrado em instituição pública, gratuita e laica com bolsa da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Que esta oportunidade, diferente do que vem acontecendo nos últimos tempos, possa ser desfrutada e estendida a muitos mais estudantes de Graduação e Pós-Graduação do Brasil.

Em verdade, foi no seio desta benemérita agremiação que os nossos monumentos e obras de arte tradicional encontraram os pioneiros da sua história e os precursores da campanha pela sua defesa efetiva. Foi aqui, em verdade, que se assentaram os fundamentos dos estudos e da ação cujo encargo só muito mais tarde os poderes públicos vieram a assumir, em benefício do patrimônio de arte e das relíquias históricas do Brasil. Por isso mesmo, o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional não é senão um prolongamento deste insigne Instituto [Histórico e Geográfico Brasileiro].

Rodrigo Melo Franco de Andrade, 1944.

## Resumo

Esta dissertação busca entender as relações entre o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) e o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) por meio das concepções de história manejadas pelos intelectuais que pertenceram, concomitantemente, a ambas as instituições. O ponto de partida desta pesquisa são os intelectuais que pertenceram ao Conselho Consultivo do SPHAN e, ao mesmo tempo, ao Instituto Histórico. O recorte adotado compreende o período em que Rodrigo Melo Franco de Andrade, diretor do SPHAN (1937-1967), presidiu as reuniões do Conselho do SPHAN, tendo acontecido em 1938 a reunião inaugural e em 1966 a última reunião presidida pelo primeiro diretor do órgão de preservação. Para apreender as concepções de história articuladas pelos intelectuais, buscou-se compreender as trajetórias individuais dos integrantes do grupo pesquisado. A partir das trajetórias de vida traçadas, foi mapeada a formação de redes articuladas e integradas pelos intelectuais pesquisados. Também foram analisados os artigos para *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* (RIHGB) e os pareceres dos processos de tombamentos, como fontes privilegiadas para compreensão das concepções de história presente no Instituto Histórico e no órgão de preservação. Verificaram-se relações entre as concepções de história defendidas no IHGB presentes no Conselho do SPHAN por meio de seus intelectuais, mostrando a presença da história das “personalidades ilustres” e “grandes acontecimentos” e a valorização do período imperial dentro do órgão de preservação.

**Palavras-chave:** patrimônio cultural; IHGB; historiografia; intelectuais.

## Abstract

This study aims to understand the relationships between the Service of the National Historical and Artistic Heritage Institute (SPHAN) and the Brazilian Historical and Geographical Institute (IHGB) by means of the conceptions of History operated by the scholars who were members of both institutions. The starting point of this study is the scholarsmembers of the Advisory Council of SPHAN and, at the same time, from the Historical Institute. The time period analyzed encompass the period in which Rodrigo Melo Franco de Andrade, director of the SPHAN (1937-1967), presided the inaugural meeting of the SPHAN's Council, in 1938, and the last meeting presided by the first director of the preservation agency in 1966. In order to understand the conceptions of History articulated by the scholars, we sought understanding the individual trajectory of the members of the researched group. Based on the traced life's trajectories, the formation of articulated and integrated networks by the researched scholars was mapped. We also analyzed the articles for the *Magazine of the Brazilian Historical and Geographical Institute* (RIHGB), as well as the reports of the listed building's process, and they were considered the main resources for the understanding of the conceptions of History existing at the Historical Institute and at the preservation agency. We verified relationships between the conceptions of History defended at IHGB existing in the Advisory Council of SPHAN through its scholars, what shows the presence of the History connected by "personalities illustrious" and "relevant events" and the valorization of the imperial period within the preservation agency.

**Key-words:** cultural heritage; IHGB; historiography; intellectuals.

### **Lista de Abreviaturas e Siglas**

ABL	Academia Brasileira de Letras
ACI	Arquivo Central do IPHAN
AIB	Ação Integralista Brasileira
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
DASP	Departamento Administrativo de Serviço Público
DET	Divisão de Estudos e Tombamento
DIP	Departamento de Imprensa e Propaganda
DPHAN	Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
ENBA	Escola Nacional de Belas Artes
FNFfi	Faculdade Nacional de Filosofia
IEB	Instituto de Estudos Brasileiros
IHGB	Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
IHGGMG	Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais
IHP	Instituto Histórico de Petrópolis
IMN	Inspetoria de Monumentos Nacionais
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
ISEB	Instituto Superior de Estudos Brasileiros
MEC	Ministério da Educação e Cultura
MES	Ministério da Educação e Saúde
MHN	Museu Histórico Nacional

MNBA	Museu Nacional de Belas Artes
PUC	Pontifícia Universidade Católica
RIHGB	Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
SABEL	Sociedade de Amadores Brasileiros Ex-Libris
SAIN	Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional
SPAN	Serviço do Patrimônio Artístico Nacional
SPHAN	Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
UDF	Universidade do Distrito Federal
UDN	União Democrática Nacional
UNIRIO	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
USP	Universidade de São Paulo

## Sumário

<b>Introdução</b>	12
<b>Capítulo 1 - Histórias institucionais e trajetórias de vida: o Conselho Consultivo do SPHAN, o IHGB e os seus intelectuais</b>	24
1.1 O Conselho Consultivo do SPHAN: projetos e criação	25
1.2 O SPHAN e o IHGB: as instituições e as formas de ingresso	32
1.3 Narrativas de vida, histórias de grupos: a trajetória dos intelectuais do Conselho do SPHAN e do IHGB	43
<b>Capítulo 2 - Atuação, posição e produção dos intelectuais no Conselho Consultivo do SPHAN e no IHGB</b>	65
2.1 Fontes institucionais do SPHAN e do IHGB	66
2.2 Atuação no Conselho Consultivo do SPHAN	72
2.3 A produção dos intelectuais na RIHGB	89
2.4 Os elos entre SPHAN e IHGB: as concepções de história de seus intelectuais	97
<b>Capítulo 3 - Fundando instituições, expandindo redes: o Palácio/Museu Imperial e o Instituto Histórico de Petrópolis</b>	109
3.1 Expandindo redes: a construção da memória imperial para a cidade de Petrópolis	111
3.2 O <i>Anuário do Museu Imperial</i> e a rede de intelectuais em ação	125
<b>Considerações finais</b>	138
<b>Referências</b>	143
<b>Anexo 1 - Tabela de frequência dos membros do Conselho Consultivo (1938-1966)</b>	157
<b>Anexo 2 - Tabela de ingresso dos intelectuais no IHGB e no Conselho do SPHAN</b>	158

## Introdução

No ano de 2007, em conferência realizada no Salão Nobre do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), o arquiteto Luis Fernando de Almeida, então diretor do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN),<sup>1</sup> destaca as antigas relações do Instituto Histórico com o órgão de preservação.<sup>2</sup>

A referência da aproximação entre SPHAN e IHGB foi encontrada, em 2015, no portal *on-line* do Instituto Histórico quando as questões sobre as possíveis relações entre estas instituições já haviam sido despertadas. Retrospectivamente, para introduzir a pesquisa elaborada ao longo de dois anos de mestrado no Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), mostra-se necessário apresentar os caminhos que desembocariam neste trabalho.

De 2013 a 2015, realizei pesquisa de iniciação científica intitulada *Turismo e preservação do patrimônio cultural no Brasil: uma análise do Conselho Consultivo do IPHAN (1937-1975)*, sob orientação da professora Leila Bianchi Aguiar. Tal pesquisa seria o tema do Trabalho de Conclusão de Curso denominado *O Conselho Consultivo do SPHAN (1938-1966): trajetórias e práticas*. Nele, interessou-se em apreender as normativas, as rotinas e as práticas do Conselho Consultivo do SPHAN, além de buscar entender as trajetórias de vida dos intelectuais que pertenceram ao Conselho entre os anos pesquisados. Ao analisar, mesmo que brevemente, as trajetórias dos conselheiros, notei que parte expressiva deles pertencia ao IHGB.

Os gostos, interesses e lugares de representação ocupados, se desdobrariam na elaboração de um projeto de pesquisa interessado nas relações entre SPHAN e IHGB por meio dos intelectuais que pertenceram, concomitantemente, a ambos os fóruns. Ao tentar narrar coerente e continuamente os caminhos que desembocaram neste estudo, caio, certamente, no que Pierre Bourdieu chamou de “a ilusão biográfica”. Isto porque “[...] Produzir uma história de vida, tratar a vida como uma história, isto é, como a narrativa coerente de uma sequência significativa e coordenada de eventos, talvez seja ceder a uma

---

<sup>1</sup> O órgão de preservação brasileiro já contou com várias denominações. O seu primeiro nome foi Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN). Em 1946, a partir do Regimento Interno do órgão de preservação, passou a se chamar Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN) – Decreto-Lei nº 8.534 de 02 de janeiro de 1946. A partir daqui, será usado apenas SPHAN, exceto para os momentos em que se estiver apresentando ou mencionando o referido Regimento. Para saber mais sobre as denominações para o órgão e os momentos históricos nos quais foram feitas as trocas de nome, ver ABRAHÃO (2012).

<sup>2</sup> Disponível em: <<http://www.ihgb.org.br/noticiario.php?n=00216&s=0>>. Acesso em: 25 set. 2015.

ilusão retórica [...]” (BOURDIEU, 2008, p. 76). Caminhos outros poderiam ter sido seguidos, outras pesquisas, a partir do ponto de partida, poderiam ter gerado frutos diferentes desta que se concluiu. Ao tentar narrar uma história coerente, elimina-se dela os percalços que muitas vezes deixam as narrativas mais interessantes e instigantes. Ao longo da pesquisa, a pergunta que sempre vinha à cabeça era: como apresentar para o(a) leitor(a) as relações entre SPHAN e IHGB? Muitas vezes, essa pergunta mudava para: será que as relações entre SPHAN e IHGB realmente existem? Tudo levava a crer que sim, mas como tornar algo evidente para nós em evidente para o outro? As concepções de história dos intelectuais pesquisados sempre me pareceram o melhor caminho para entender as relações entre SPHAN e IHGB, e foi assim que os caminhos passaram a ser trilhados. A partir das narrativas sobre a história articuladas no Conselho Consultivo do SPHAN e no IHGB, os intelectuais aproximaram tais instituições. Como ambas estiveram interessadas, desde o momento de sua criação, na escrita da história, a forma encontrada para entender suas relações partiu da necessidade de compreender quais concepções de história eram manejadas pelos intelectuais em ambos os fóruns. A história uniu, em alguns casos separou, os intelectuais, as trocas e as redes formadas em torno dela foram sendo descobertas ao longo da pesquisa.

No ano de 1937, no alvorecer do Estado Novo (1937-1945), fundou-se o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN). Ao mesmo tempo em que se criou o órgão de preservação, instituiu-se seu Conselho Consultivo composto dos diretores dos museus ligados à arte e à história e de mais dez membros nomeados pelo Presidente da República (PROTEÇÃO..., 1980). Neste trabalho, interessa entender as relações travadas entre SPHAN e IHGB de 1938 a 1966, período em que Rodrigo Melo Franco de Andrade dirigiu as reuniões do Conselho Consultivo do SPHAN. As concepções de história manejadas pelos intelectuais que faziam parte de ambas as instituições e o traçado das trajetórias individuais e de grupo foram elementos cruciais para compreensão das relações travadas entre SPHAN e IHGB. A investigação das concepções de história e das trajetórias de grupo dos intelectuais estudados teria como produto o conhecimento de uma ampla rede de intelectuais interessados em perpetuar suas visões de história. Interessa demarcar a presença do órgão de preservação, ligado às concepções de arte moderna, nesses espaços tidos como conservadores.

Durante 30 anos (1937-1967), Rodrigo Melo Franco de Andrade dirigiu o órgão de preservação. O período de sua gestão no SPHAN mostra-se como momento crucial para a estruturação do órgão, a consolidação das práticas de preservação e a construção das concepções de quais bens seriam considerados patrimônio nacional, que perdurariam por muitas décadas. Além de dirigir o órgão de preservação, Rodrigo Melo Franco de Andrade

também presidiu as reuniões do Conselho Consultivo do SPHAN, que detinha o poder de arbitrar sobre os tombamentos, conforme o Decreto-Lei nº 25.<sup>3</sup> Para Rodrigo Melo Franco de Andrade, o Conselho Consultivo seria como os “tribunais de 2ª instância”, pois possuía a “palavra final” sobre os bens que receberiam resposta negativa ou positiva para o tombamento.<sup>4</sup> Conforme Márcia Chuva, o instituto do tombamento seria a primeira norma jurídica brasileira em que estaria presente a “limitação administrativa ao direito de propriedade” (CHUVA, 2014, p. 203). Logo, os membros do Conselho Consultivo deveriam ser personalidades socialmente reconhecidas para arbitrar sobre a propriedade alheia.

Ao longo dos anos pesquisados, diversas vezes figuras importantes destacaram a notoriedade dos membros do Conselho Consultivo do SPHAN, como o ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema, na reunião inaugural do Conselho em 1938. Cabe notar que os “elogios” aos membros do Conselho Consultivo afirmados por um agente do Estado confere legitimidade àqueles que irão enunciar pareceres sobre o patrimônio nacional. Pierre Bourdieu (1997) equipara o ato de nomear ao ato de magia, visto que o nomeado existe apenas em potência, sendo no ato de nomeação que se “tenta trazer à existência o nomeado”. O Estado mostra-se como o conformador dos “atos de autoridades” que consistem no poder de nomeação (MENDONÇA, 1996), sendo claramente arbitrários, pois querem tornar real o que ainda é irreal. Além disso, tanto Pierre Bourdieu quanto Antonio Gramsci chamam atenção para a necessidade do “reconhecimento”, “crença” (BOURDIEU, 1997, p. 117) ou “nexo”, “conexões sentimentais” (GRAMSCI, 2011, p. 202) entre os autorizados a falar e o grupo a que se dirige seus discursos. Assim, a efetividade dos discursos formulados nas agências estatais tem como condição *sine qua non* o reconhecimento pela sociedade da autoridade dos intelectuais nomeados para integrarem os aparelhos do Estado. Ao fazer referência à notoriedade dos membros do Conselho Consultivo, o ministro da Educação e Saúde proferia um “[...] discurso performativo que pretende fazer sobrevir o que ele anuncia no próprio ato de o anunciar [que] é proporcional à autoridade daquele que o anuncia [...]” (BOURDIEU, 1997, p. 116).

Ao longo do período que compreende a gestão de Rodrigo Melo Franco de Andrade, 33 membros fizeram parte do Conselho. Tais intelectuais eram figuras renomadas em suas áreas de atuação e no cenário político-social brasileiro. Boa parte deles integrava cargos na

---

<sup>3</sup> Para saber sobre a criação do SPHAN, do Conselho Consultivo e suas normativas, ver capítulo 1.

<sup>4</sup> O tombamento estava previsto no Decreto-Lei nº 25, que organizou o órgão de preservação. Os bens tombados são inscritos em um, ou mais, dos quatro Livros do Tombo, igualmente previstos na Lei. São Livros do Tombo: Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico; Livro do Tombo Histórico; Livro do Tombo das Belas Artes; e, Livro do Tombo das Artes Aplicadas. Para saber mais, ver CHUVA (2009); RABELLO (2009).

administração pública e/ou ocupava cargos políticos. Ademais, pertenciam a outras instituições que distribuíam seus postos de acordo com a honorabilidade e grau de especialidade dos seus membros, como o IHGB, a Academia Brasileira de Letras (ABL), os museus, os Institutos Históricos locais e/ou estaduais.

De 1938 a 1966, dos 33 intelectuais que compuseram, ao longo dos anos, o Conselho Consultivo, um terço pertencia, concomitantemente, ao IHGB. Foram eles: Afonso Arinos de Melo Franco, Américo Jacobina Lacombe, Alcindo Sodré, Edgard Roquette-Pinto, Francisco Marques dos Santos, Gilberto Ferrez, Gustavo Barroso, Josué Montello, Paulo Santos, Pedro Calmon e, o seu presidente, Rodrigo Melo Franco de Andrade.<sup>5</sup> A maior parte deles permaneceu por longos anos no Conselho Consultivo, tendo participado de forma destacada das suas reuniões. Além disso, foram intelectuais renomados nas suas áreas de atuação, tendo alguns se destacado na história da preservação no Brasil e outros na escrita da história do Brasil no período estudado.

Cabe ressaltar, que as instituições, para além de serem espaços de sociabilidade dos intelectuais, elas são lugares de perpetuar as representações de mundo individuais e do grupo ao qual se liga. “[...] Assim sendo, as lutas simbólicas pela imposição de uma dada visão de mundo social são sempre lutas pela imposição de uma ‘fala’ ou ‘representação’ legítima, destinada a mostrar e fazer valer uma dada realidade [...]” (MENDONÇA, 1996, p. 76). Assim, os *espaços sociais* ocupados pelos intelectuais podem ser entendidos como lugares de legitimação de suas visões de mundo, pois tinham consciência da abrangência e difusão de seus discursos. Em suma, possuíam ciência dos importantes espaços institucionais ocupados, e se valiam disso. Por outro lado, tais instituições também obtinham ganhos com a presença de renomados intelectuais ocupando seus quadros. Ao fim e ao cabo, era uma via de mão dupla, em que todos saíam ganhando.

Segundo Mônica Pimenta Velloso (1982), os intelectuais seriam amparados moral e materialmente no período do Estado Novo. O nascimento do órgão de preservação data desse momento, quando se interessava pela construção de um passado para a nação brasileira. Neste momento, buscava-se a construção de um “homem novo” (VELLOSO, 1982). Nessa ideia, estava contido o delineamento de uma identidade para os brasileiros que unisse tradição e modernidade. Em meio ao projeto de modernização do Governo de Getúlio Vargas, elaborou-se, dentro do órgão de preservação, narrativas nacionais que conjugavam o tradicional –

---

<sup>5</sup> Apesar de Rodrigo Melo Franco de Andrade não poder ser considerado membro do Conselho do SPHAN, foi inserido na análise por conta da sua centralidade no Conselho e por, igualmente, pertencer ao IHGB ao longo dos anos pesquisados. Ao longo do trabalho, será tratada a centralidade de Rodrigo Melo Franco de Andrade no Conselho Consultivo do SPHAN.

expresso como herança da cultura nacional, isto é, o que constituía a identidade nacional brasileira – e o moderno – representativo do progresso em desenvolvimento no momento da constituição do projeto de modernização do Estado, e, mais que isso, ponto de referência para o futuro da nação (BOMENY, 1994; CHUVA, 2009; FONSECA, 2009). Os arquitetos modernistas – técnicos do SPHAN – ligados à figura de Lucio Costa, tornariam sua representação de passado hegemônica na narrativa histórica do órgão de preservação (CHUVA, 2012).<sup>6</sup> Tal visão do passado consistia na ideia que a arquitetura moderna seria herdeira da arquitetura colonial-barroca – presente principalmente no estado de Minas Gerais –, pois esta representava a forma “autêntica”, “pura” de construir do brasileiro. Os arquitetos modernistas que estiveram à frente do SPHAN durante muitas décadas entendiam que era necessário criar uma “nova arte”. Inserindo o barroco mineiro na história da arte universal e a arquitetura moderna como sua herdeira (CHUVA, 2009), o grupo de intelectuais citado acima constituído basicamente por arquitetos modernistas, buscava, assim, legitimar suas visões de arte e arquitetura como representativas do todo nacional. Tais visões de arquitetura alcançaram o Conselho Consultivo, mesmo este não sendo integrado majoritariamente por arquitetos, porém, as concepções modernas de arquitetura não implicaram em concepções modernas de história, entendida à época como a História Social.

Em boa parte da historiografia, identifica-se o nascimento da História Social no Brasil nos anos 1930. Maria Yedda Linhares, na introdução à obra *História Geral do Brasil*, afirma que o contexto de crise da democracia e do capitalismo da década de 30 no Brasil e no plano mundial foi pano de fundo para as reflexões e para a busca por “instrumentos de análise mais adequados para explicar o Brasil.” Maria Yedda Linhares destaca três autores e obras que mudariam a face da historiografia brasileira, com longa influência sobre “um quadro geral interpretativo da sociedade brasileira” (LINHARES, 1990, p. 8). As obras são *Casa Grande e Senzala* de Gilberto Freyre (1933), *Raízes do Brasil* de Sérgio Buarque de Holanda (1936) e *Formação do Brasil Contemporâneo* de Caio Prado Júnior (1942). Novas análises, como a de Fábio Franzini e Rebeca Gontijo (2009), têm criticado a construção desse cânone que baseou a História Social alicerçada na tríade Freyre, Buarque de Holanda e Prado Júnior. Segundo os autores, de 1940 a 1960, a chamada “moderna historiografia brasileira” recebeu mais de uma interpretação, englobando historiadores para além da tríade citada anteriormente. Franzini e Gontijo afirmam que a consolidação da “moderna historiografia brasileira”,

---

<sup>6</sup> Conforme Márcia Chuva, essa “primeira versão oficial” da história do órgão de preservação foi publicada, em 1980, pela Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e Fundação Nacional Pró-Memória (Sphan/Pró-Memória), intitulada *Proteção e revitalização do patrimônio cultural Brasil: uma trajetória* (CHUVA, 2012, p. 147).

interessada na interpretação do Brasil, alicerçada nas obras de Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado Júnior se daria a partir do prefácio de Antonio Candido de Mello e Souza para a quinta edição da obra *Raízes do Brasil*. Nesse prefácio, onde se elege a tríade citada como fundamental para interpretação do Brasil, seria fundada a ideia dos “clássicos” da dita “moderna historiografia brasileira”. Fábio Franzini e Rebeca Gontijo assinalam que, na produção das interpretações anteriores ao prefácio de Antonio Candido, historiadores como Capistrano de Abreu, Pedro Calmon e Pandiá Calógeras eram considerados historiadores sociais. Ressalvas ao prefácio de Antonio Candido também aparecem no artigo “A dialética da tradição” de Angela de Castro Gomes (1990), em que a autora faz um paralelo entre as obras de Sérgio Buarque de Holanda e Oliveira Vianna a partir dos conceitos de cordialidade em *Raízes do Brasil* e pré-capitalismo em *História Social da Economia Capitalista no Brasil* (1940), levando em consideração as “novas e distintas referências teóricas” as quais Oliveira Vianna esteve submetido, o que não o separava das formulações empreendidas nas obras anteriores, mas mostrava “transformações na formulação de conceitos e na construção da análise” (GOMES, 1990).

No momento descrito anteriormente, a escrita da história ainda não estava ligada aos cursos de História em nível superior. Com a criação dos cursos de ciências humanas e sociais, as Universidades e os profissionais formados em História passariam a empreender sínteses e análises do Brasil baseados, majoritariamente, nos preceitos da moderna historiografia brasileira, lê-se, à época, História Social. Isso não quer dizer que a História Política,<sup>7</sup> preocupada com o culto às “personalidades ilustres” e aos “grandes acontecimentos”, não estivesse sendo produzida. Isso porque os intelectuais integrantes do IHGB, o qual era o grande formulador e difusor de tais concepções de história, ocupavam cadeiras nas Universidades, como foi o caso de Hélio Vianna. Desse modo, a moderna historiografia brasileira não substituiu ou anulou a escrita da História Política. Segundo Marieta Ferreira (2013), o final da década de 1950 e a década de 1960, traria para ordem do dia “novas concepções” para a construção da História do Brasil, foi o momento da elaboração e implementação do projeto *História Nova do Brasil*. Nesse sentido, pode-se perceber que a escrita da História Social esteve/está permeada por diferentes disputas de quem seriam seus

---

<sup>7</sup> A História Política, intrinsecamente ligada à escrita da história empreendida no IHGB, destina-se a “reforçar laços da identidade nacional brasileira através da ênfase na unidade nacional e no papel dos grandes heróis como construtores da nação” (FERREIRA, 2013, p. 50). Segundo Angela de Castro Gomes, a escrita da história elaborada pelo IHGB no período republicano não descuidava “[...] da educação das elites governantes, que tinham muito o que aprender com os ‘heróis’ e os grandes eventos da história pátria, o interlocutor privilegiado da narrativa era o próprio ‘povo brasileiro’, a ser criado em um movimento simultâneo ao da construção de uma história, em que ele era também protagonista, além de destinatário.” (GOMES, 2009, p. 13). Pode-se perceber, assim, o caráter patriótico e pedagógico da escrita da história redigida no Instituto Histórico.

representantes. Nas décadas de 30, 40, 50 e 60 a escrita da história pode ser entendida como múltipla, identificando-se disputas em torno das concepções de história que seriam mais legítimas para compreensão do Brasil.

A historiografia sobre as políticas de preservação no Brasil enfatizam a centralidade do período colonial e da arte barroca nas escolhas dos intelectuais que estiveram à frente do SPHAN (CHUVA, 2003; 2009; FONSECA, 2009; GONÇALVES, 2002; RUBINO, 1996; SANTOS, 1996). Segundo Silvana Rubino, Rodrigo Melo Franco de Andrade chegaria a chamar os bens tombados como “conjunto de documentos de identidade” (RUBINO, 1996, p. 96). A autora acrescenta, logo em seguida, que

[...] O conjunto eleito revela o desejo por um país passado, com quatro séculos de história, extremamente católico, guardado por canhões, patriarcal, latifundiário, ordenado por intendências e casas de câmara e cadeia. E habitado por personagens ilustres, que caminham entre pontes e chafarizes. (RUBINO, 1996, p. 98)

Como se pode perceber, a ideia hegemônica de patrimônio nacional construída ao longo das primeiras décadas de atuação do SPHAN, além de se preocupar em preservar um legado material identificado com barroco-colonial, guardava íntimas relações com concepções da História Política, ligadas aos “grandes eventos” e às “personalidades ilustres”. Silvana Rubino (1996) assinala que o “tempo passado” representado pelo SPHAN centrava-se nos séculos XVII, XVIII e XIX. Neste sentido, para além dos tombamentos nos séculos que compreendem o período colonial, o Império também havia recebido destaque dentro do SPHAN.

O IHGB ocupou papel central na escrita da história nacional durante todo o século XIX e por boa parte do século XX. Criado em 1838, no seio da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (SAIN), tendo sido incorporado aos interesses de construção do Estado nacional no reinado de D. Pedro II (GUIMARÃES, 1988). A partir desse momento, o Instituto Histórico seria reconhecido como produtor da narrativa do passado da nação e da identificação de quem seriam os brasileiros. Mudanças aconteceram dentro do IHGB com o fim do Império, tendo passado por difíceis problemas financeiros ao longo das primeiras décadas do século XX. No Governo de Getúlio Vargas, o Instituto Histórico voltaria a receber, com maior frequência, investimentos públicos.<sup>8</sup> Interessa notar que, apesar do reconhecimento da instituição depositado por Getúlio Vargas – além dos investimentos financeiros, Vargas foi o presidente que mais frequentou as reuniões do Instituto Histórico

---

<sup>8</sup> A criação do IHGB; a vinculação do instituto a D. Pedro II; as dificuldades financeiras do órgão; e, a relação do Instituto Histórico com Getúlio Vargas serão tratadas no capítulo 2. Para saber mais, ver GOMES, 2009; GUIMARÃES, M., 1988; 2011; GUIMARÃES, L., 2011.

(LENZI, 2013) –, o IHGB entraria, na década de 1930, com novos concorrentes na escrita da história nacional.

Nos anos 1930, começaram a ser fundados os cursos universitários de ciências sociais e históricas que buscariam, em grande medida, romper com as concepções de história veiculadas pelo Instituto Histórico. Cabe notar, no entanto, que os cursos superiores na área de humanidades foram também ocupados por representantes da historiografia produzida no IHGB, como exemplos, os intelectuais Américo Jacobina Lacombe, Francisco Marques dos Santos e Pedro Calmon foram professores universitários e serviram como veículo e defesa nas Universidades das concepções de história defendidas no IHGB. Entende-se que as décadas de 30, 40, 50 e 60 significaram momentos de disputas entre as concepções da História Política e a escrita da história inaugurada pelos cursos superiores na área das ciências humanas, que buscava a renovação das metodologias e dos objetos, tentando se alinhar com pensadores e vertentes estrangeiras, como a *Escola dos Annales*.<sup>9</sup>

A noção de patrimônio nacional vincula-se de modo imprescindível com a delimitação de fronteiras nacionais. Desse modo, ao longo do século XIX e por boa parte do século XX, a eleição de patrimônios nacionais servia como sustentáculo para a elaboração da história pátria e delimitação entre o *nós* e os *outros*. Após a destruição promovida pela Segunda Guerra Mundial (1939-1945), as noções de patrimônio começaram a ser alteradas, não abandonando totalmente a materialidade da nação, mas colocando em pauta o patrimônio relacionado aos discursos identitários (POULOT, 2009). Tal noção de patrimônio descrita no livro *Uma história do patrimônio no Ocidente* de Dominique Poulot se relaciona, intimamente, com a construção da ideia de patrimônio e patrimonialização francesa. As políticas preservacionistas brasileiras são herdeiras do legado francês,<sup>10</sup> logo, o órgão de preservação esteve interessado em construir materialmente uma identidade nacional circunscrita ao território que compreende o Brasil. Tal materialidade, além de contar o passado da nação, estaria interessada em construir uma identidade nacional, longe de regionalismos.

Para Antônio Gilberto Nogueira (2014), as práticas preservacionistas e as narrativas sobre o passado nacional caminharam “em perspectivas distintas, mas complementares”. Mais adiante, Nogueira afirma que

Mesmo diante das alterações contundentes dos anos 1930 no âmbito das ciências humanas, em virtude das análises inclusivas de Caio Prado Júnior, Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda ou, mesmo antes, com os trabalhos do historiador Capistrano de Abreu, não houve incorporação [nas

---

<sup>9</sup> Para saber mais sobre a *Escola dos Annales* e sua recepção na Europa e nas Américas, ver ROIZ (2008).

<sup>10</sup> Sobre o órgão de preservação ter seguido o modelo preservacionista francês, ver CHUVA (2009).

políticas de preservação] do legado cultural e histórico de múltiplas etnias. [...] (NOGUEIRA, 2014, p. 57)

Como dito anteriormente, Fábio Franzini e Rebeca Gontijo assinalam que a tríade da historiografia moderna composta por Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado Júnior foi uma construção feita muitos anos depois do lançamento de suas obras. Segundo os autores, o prefácio de Antonio Candido para a quinta edição de *Raízes do Brasil* (1969), em que destaca a centralidade da tríade em questão para interpretação do Brasil, constitui-se de uma memória de Antonio Candido no momento em que era ainda estudante do curso universitário e teve contato com Buarque de Holanda, Freyre e Prado Júnior, tendo sido amigo do primeiro. Ao redigir o prefácio, Antonio Candido, conforme Franzini e Gontijo, estava lembrando acontecimentos, no entanto, o seu texto passou a ser apropriado de forma acrítica, fazendo a memória tornar-se “história” (FRANZINI; GONTIJO, 2009). Interessa perceber que as renovações no campo das ciências sociais empreendidas pelos cursos universitários demoraram a chegar no órgão de preservação. Uma vez que boa parte dos intelectuais que integrava o Conselho do SPHAN alinhava-se com concepções da História Política, as quais não se interessavam em pensar um Brasil múltiplo, mas sim um país católico, branco, masculino e altamente hierarquizado. Durante décadas, a história do Brasil havia sido contada valorizando “fatos memoráveis” e “figuras ilustres”, não convém, por isso, pensar em rupturas e dicotomias. Isto porque os homens com essas concepções de história permaneciam, e iriam lutar para continuar, ocupando as instituições políticas e culturais.

Exemplificando o momento complexo para compreensão da escrita da história, pode-se citar o caso de Pedro Calmon que, apesar de ser conhecido como historiador “tradicional” (VALE, 2013), também pode ser entendido como “historiador social”, preocupado em empreender sínteses da História do Brasil (FRANZINI; GONTIJO, 2009; VALE, 2013). Pedro Calmon redigia artigos para *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* (RIHGB) valorizando a história ligada às “personalidades ilustres” e aos “grandes fatos” e, por outro lado, era considerado historiador interessado nas questões da formação do Brasil e dos brasileiros, mostrando alinhamento com os novos preceitos da escrita da história. A publicação da obra *História da Civilização Brasileira*, em 1933, coloca Pedro Calmon junto a outros intelectuais do mesmo período que também estavam buscando formular sínteses sobre a história nacional, como Sergio Buarque de Holanda, em *Raízes do Brasil* (1936), e Gilberto Freyre, em *Casa-Grande & Senzala* (1933).

O título *Nem tão moderno assim: intelectuais do Conselho do SPHAN e do IHGB construindo o patrimônio e narrando a história (1938-1966)* faz referência à atuação dos

intelectuais em ambos os órgãos estudados, assim como à ideia de que, na prática, os agentes do órgão de preservação prezavam por colocar em evidência e difundir os preceitos da arquitetura moderna. Em contrapartida, no que concernia às justificativas históricas para a preservação dos bens, estavam relacionadas, muitas vezes à História Política, cujo cerne da construção narrativa e difusão esteve, no Brasil, ligado ao Instituto Histórico. Neste sentido, o órgão de preservação, nas suas primeiras décadas de atuação, construiu, a partir dos bens tombados, uma história para a arquitetura moderna, tal narrativa não estava baseada, igualmente, nas concepções modernas de história do período analisado, às quais estavam ligadas à História Social.

No capítulo 1, para compreender as concepções de história, mostra-se necessário entender a trajetória individual e de grupo dos intelectuais pesquisados. Antes disso, busca-se apresentar as normativas que inspiraram a criação do Conselho Consultivo do SPHAN e, em seguida, a efetiva criação e objetivações do Conselho. O IHGB e o Conselho Consultivo do SPHAN determinaram formas diferentes de ingresso em seus quadros, tal assunto também será tratado no capítulo 1. A trajetória traçada dos intelectuais visa conhecer e entender as redes de intelectuais que se articularam no período pesquisado. Tais redes vão muito além das duas principais instituições analisadas neste trabalho – SPHAN e IHGB –, tendo sido o capítulo 1 fundamental para a reflexão e a elaboração do último capítulo da pesquisa.

A proposta do capítulo 2 reside em apresentar e analisar a atuação, posição e produção dos intelectuais estudados em ambos os fóruns. Entende-se como atuação a participação dos intelectuais tanto no Conselho do SPHAN quanto no IHGB; a posição diz respeito aos lugares ocupados dentro de cada instituição, as hierarquias, predileções e destaque; e, a produção relaciona-se, principalmente, com as publicações dos intelectuais na RIHGB, na *Revista do Patrimônio* e os pareceres dos processos de tombamento relatados pelos intelectuais. Nesta documentação, busca-se compreender e analisar as concepções de história manejadas pelos intelectuais no Conselho Consultivo do SPHAN e no IHGB. As perguntas que se quer responder são: Quais são as concepções de história articuladas pelos intelectuais para dar respostas positivas ou negativas sobre os processos de tombamento? As concepções de história manejadas nos artigos da RIHGB aproximam-se ou distanciam-se das justificativas para o tombamento? Por fim, no capítulo 2, o interesse está em levantar os debates sobre a escrita da história que estavam em voga nas décadas pesquisadas. Os intelectuais estudados eram formados, principalmente, nos cursos superiores de Direito e Medicina, no entanto, a maior parte deles dedicava-se à história. Busca-se compreender como estes intelectuais se

inseriram nessa disputa, levando em consideração que eram historiadores sem formação em cursos acadêmicos.

A concepção de “comunidades imaginadas” desenvolvida por Benedict Anderson ajuda a refletir sobre a centralidade da história para a construção das nações. Neste processo de construção, Anderson cita romances, jornais, censos, mapas e museus como aparatos fundamentais para a materialização e realização da nação (ANDERSON, 2008). Tais aparatos são fundamentais para criar a ideia de “passado imemorial” rumo a um “futuro ilimitado” (ANDERSON, 2008). No contexto do Estado Novo, fundar-se-ia o Museu Imperial na cidade de Petrópolis. Tal instituição seria fundamental para consolidação na memória nacional de certa visão do passado imperial. Foram muitos os caminhos que levaram ao Museu Imperial. Como foi dito, no capítulo 1, busca-se compreender a trajetória dos intelectuais pesquisados e as redes formadas por eles. Essas redes não ligavam apenas os intelectuais afetivamente, mas também os circunscrevia em *espaços sociais* em comum. Suas trajetórias individuais são justamente o ponto de partida para compreender o encontro deles nas instituições trabalhadas nesta dissertação. Encontraram-se não apenas no SPHAN e no IHGB, como também no Instituto Histórico de Petrópolis (IHP) e no Museu Imperial.

No capítulo 3, busca-se colocar em movimento a rede de intelectuais articulada e integrada por boa parte dos intelectuais pesquisados. Além dos intelectuais, pode-se notar a presença do SPHAN e do IHGB, como instituições, na construção do passado imperial para a cidade de Petrópolis. Dentre os processos de tombamento do período imperial relatados no Conselho Consultivo, chama a atenção o caso do Palácio Imperial, uma vez que tal caso articula, a um só tempo, os intelectuais pesquisados, o SPHAN e o IHGB. O capítulo 3 busca analisar, preliminarmente, a participação do órgão de preservação na construção dessa memória imperial para a cidade. Interessa responder aos seguintes questionamentos: como a rede em torno da cidade de Petrópolis articula-se? Qual a participação do SPHAN e do IHGB na consolidação dos planos dessa rede? Quais os objetivos e as recompensas dos intelectuais pesquisados na integração da rede e consolidação do projeto da memória imperial para cidade de Petrópolis? Tais perguntas foram respondidas principalmente a partir da consulta ao *Anuário do Museu Imperial* produzido durante todo o período pesquisado.

Alguns aspectos delineiam a relevância desta pesquisa. Nos trabalhos que tratam do órgão de preservação brasileiro, apesar de vez ou outra ser citada a participação dos membros do Conselho Consultivo no IHGB, não há conhecimento de nenhuma pesquisa que se debruce sobre as relações entre o SPHAN e o IHGB por meio destes intelectuais. Além disso, apesar de importantes pesquisas sobre a preservação do patrimônio brasileiro terem abordado o

período estudado,<sup>11</sup> nenhuma delas trabalhou, especificamente, com o Conselho Consultivo do SPHAN. Ademais, poucas pesquisas buscaram compreender as relações do órgão de preservação com outras instituições congêneres.<sup>12</sup> Igualmente, conforme Angela de Castro Gomes (2009), poucos são os estudos sobre o IHGB e, principalmente, sobre este no período republicano. Por fim, como assinala Cláudia Montalvão (2005), poucos foram os trabalhos que buscaram analisar e compreender o Museu Imperial. Assim sendo, este trabalho deriva-se de múltiplas carências. Tais carências não foram condição para a escolha, elas foram se impondo no caminhar. Espera-se que o trabalho possa preencher, minimamente, algum vazio.

---

<sup>11</sup> Tais como, CHUVA (2009); FONSECA (2009); GONÇALVES (2002); SANTOS (1996); RUBINO (1996).

<sup>12</sup> O trabalho de Carla Dias, orientado por Antônio Carlos de Souza Lima, buscou entender as relações entre Museu Nacional e SPHAN nas primeiras décadas de atuação do órgão de preservação. Carla Dias e Antônio Carlos de Souza Lima sintetizam tal trabalho em artigo para a *Revista do Patrimônio* em que identificam, nas primeiras décadas do século XX, demandas do Museu Nacional para criação de “ação do Estado” para proteção do patrimônio nacional. Ao longo do artigo, analisam as relações travadas entre SPHAN e Museu Nacional, principalmente na esfera da antropologia (DIAS; SOUZA LIMA, 2012).

## Capítulo 1

### **Histórias institucionais e trajetórias de vida: o Conselho Consultivo do SPHAN, o IHGB e os seus intelectuais**

A Lei nº 378, de 13 de janeiro de 1937, criou o SPHAN. A referida lei dispunha quanto à organização do Ministério da Educação e Saúde (MES), do qual passou a fazer parte o nascente órgão de preservação brasileiro. A criação do SPHAN se deu com o início do Estado Novo (1937-1945), portanto, no momento em que se iniciou um amplo projeto de construção da nação e de modernização para o Estado brasileiro (CHUVA, 2003).

Consoante a Lei nº 378, ao SPHAN caberia “[...] promover, em todo o país e de modo permanente, o tombamento, a conservação, o enriquecimento e o conhecimento do patrimônio histórico e artístico nacional.” (PROTEÇÃO..., 1980, p. 107). Além disso, a Lei dispunha sobre a criação do Conselho Consultivo do órgão de preservação, que seria constituído do “[...] diretor do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, dos diretores dos museus nacionais de coisas históricas ou artísticas, e de mais dez membros, nomeados pelo Presidente da República.” (PROTEÇÃO..., 1980, p. 107).

O Conselho Consultivo do SPHAN era composto por historiadores, antropólogos, arqueólogos, advogados, escritores, artistas, dentre outros. Estas variadas formações conferiam ao Conselho Consultivo maior heterogeneidade quando comparado aos quadros técnicos do nascente órgão de preservação, compostos, em sua maioria, por arquitetos que tiveram papel de destaque nas decisões da instituição até, pelo menos, a década de 1970 (CHUVA, 2009; FONSECA; 2009; SANTOS, 1996).

Vários são os estudos que enfatizam o caráter técnico-especializado assumido pelos intelectuais membros do Conselho Consultivo do SPHAN (CHUVA, 2009; GONÇALVES, 2002; FONSECA, 2009; RUBINO, 2009; SANTOS, 1996). Além disso, na reunião inaugural do Conselho Consultivo, Gustavo Capanema,<sup>13</sup> ministro da Educação e Saúde, destacou o “notório saber” que possuíam os conselheiros (ATAS SPHAN, 1938).

Nos estudos sobre patrimônio histórico e artístico brasileiro, ressalta-se a importância para as políticas de preservação no período em que Rodrigo Melo Franco de Andrade dirigiu o órgão de preservação. Durante 30 anos, de 1937 a 1967, o intelectual mineiro esteve à frente do SPHAN. Ao mesmo tempo em que dirigia o órgão, presidia as reuniões do seu Conselho

---

<sup>13</sup> De 1930 a 1932, Francisco Campos assumiu a direção do MES. A partir de 1932 até 1934, Washington Pires ocupa a posição de ministro. De 1934 até o fim do Governo Vargas, Gustavo Capanema fica à frente da direção do MES. Interessante notar que todos eram mineiros. Para saber mais sobre essa rede mineira que se articulou no Governo Vargas, ver Helena Bomeny (1994).

Consultivo, sendo 1938 o ano da primeira reunião realizada pelo Conselho e 1966 a última sessão presidida por Rodrigo Melo Franco de Andrade.

Os intelectuais selecionados para análise foram aqueles que integraram o Conselho Consultivo do SPHAN de 1938 a 1966, que, concomitantemente pertenceram ao IHGB. Foram eles: Afonso Arinos de Melo Franco, Américo Jacobina Lacombe, Alcindo Sodré, Edgard Roquette-Pinto, Francisco Marques dos Santos, Gilberto Ferrez, Gustavo Barroso, Josué Montello, Paulo Santos, Pedro Calmon e Rodrigo Melo Franco de Andrade.

Neste capítulo, serão analisados os projetos de criação do Conselho Consultivo, os momentos de constituição do órgão de preservação e do Instituto Histórico e as trajetórias de vida dos intelectuais que pertenceram a ambos os fóruns entre 1938 e 1966.

### **1.1 O Conselho Consultivo do SPHAN: projetos e criação**

Projetos para criação de um órgão de preservação já vinham sendo elaborados desde a década de 1920 (CHUVA, 2009). Dois deles, redigidos por José Wanderley de Araújo Pinho e Mário de Andrade, respectivamente, fizeram referência à criação de um Conselho Consultivo junto à proposta de constituição do órgão de preservação.<sup>14</sup>

Em 1930, José Wanderley de Araújo Pinho, deputado federal pela Bahia, elaborou projeto de lei para criação da Inspetoria de Defesa do Patrimônio Histórico-Artístico Nacional. A Inspetoria se vincularia ao Museu Histórico Nacional (MHN), cujo diretor ocuparia o cargo de inspetor (SALDANHA; SOPHIA, 2013; PROTEÇÃO..., 1980). Dentre as atribuições da Inspetoria, estaria catalogar os bens móveis e imóveis identificados com “valores artísticos”, “significação histórica” ou “peculiar e notável beleza” (PROTEÇÃO..., 1980, p. 79).

Neste projeto de lei, de modo pioneiro, fez-se referência à criação de um Conselho Deliberativo e Consultivo. Integrariam este Conselho o diretor do MHN – o qual seria o seu presidente –, o diretor da Escola Nacional de Belas Artes (ENBA), o diretor do Arquivo Nacional, o diretor da Biblioteca Nacional, o diretor do Museu Nacional, o presidente do Instituto de Arquitetos, o presidente ou secretário do IHGB. Para além dos representantes das reconhecidas agências, o Conselho também seria integrado por dois colecionadores de antiguidades e obras de arte ou diretores de museus particulares, nomeados pelo Ministro da Justiça, por um representante de antiguidades e obras de arte, eleito pelos negociantes registrados na inspetoria com domicílio no Rio de Janeiro e por um representante do clero,

---

<sup>14</sup> A discussão sobre os projetos de criação do Conselho Consultivo também está presente em Jamile Silva Neto (2015).

especialista em arte, indicado pelo Arcebispo do Rio de Janeiro e também nomeado pelo Ministro da Justiça (PROTEÇÃO..., 1980).

As atribuições do Conselho Deliberativo e Consultivo da Inspeção constituíam-se em:

Sugerir e aconselhar à Inspeção, às repartições congêneres estaduais, aos governos estaduais e municipais, medidas e providências para a defesa do patrimônio histórico-artístico; julgar os recursos interpostos pelos proprietários ou possuidores de coisas catalogadas, contra essa catalogação; excluir do catálogo coisas nele incluídas, por efeito de revisão que normalmente deverá ser feita de cinco em cinco anos; resolver sobre licenças para reparos, aumentos, demolições de imóveis, exportação, reparos e restauração de móveis, ou quando haja recursos de interessados, ou quando for para isso consultado pela Inspeção ou pelas repartições estaduais congêneres; resolver em grau de recurso sobre as avaliações de coisas catalogadas (PROTEÇÃO..., 1980, p. 85).

Ao Conselho elaborado para Inspeção de Defesa do Patrimônio Histórico-Artístico Nacional também caberia analisar casos de recursos solicitados pelos proprietários multados por venderem bens catalogados sem prévia notificação à Inspeção e por modificarem, repararem ou restaurarem os bens sem autorização exigida pela Inspeção. Além disso, ajuizar sobre recursos solicitados em caso de multa por parte de colecionadores – em geral pessoas ou corporações – que não fornecessem catálogo de suas coleções, dificultando o trabalho de catalogação da Inspeção (PROTEÇÃO..., 1980).

Por ser um projeto de lei que limitava o direito de propriedade dos bens catalogados, os membros integrantes do Conselho da Inspeção seriam representantes de reconhecidas agências estatais e privadas, além de personalidades conhecedoras das antiguidades e das obras de arte. Conforme Aline Montenegro, o critério para escolha dos conselheiros estava baseado no desejo de José Wanderley Pinho em vincular a Inspeção ao “[...] máximo de critério técnico e científico e, por essa razão, propôs um conselho multidisciplinar de eruditos e acadêmicos que pudesse dar a ela o suporte necessário. [...]” (MONTENEGRO, 2004, p. 72).

No projeto de lei elaborado pelo deputado baiano, presume-se que os conhecimentos relacionados às antiguidades e às artes estavam sendo privilegiados, uma vez que os membros do Conselho da Inspeção nomeados pelo Ministro da Justiça, eleitos segundo o grau de especialização, eram justamente representantes deste campo de conhecimento, ou seja, estes integrantes tinham como pressuposto serem especialistas em antiguidades e artes. Já os integrantes do Conselho vinculados às instituições públicas e privadas não tinham como

critério de escolha seus conhecimentos em assuntos específicos, mas sim o pertencimento às reconhecidas instituições científicas.

Apesar do projeto de lei do deputado José Wanderley Pinho não ter sido aprovado pelo Congresso Federal, segundo Márcia Chuva, “[...] serviu como importante referencial no processo de produção do decreto-lei nº 25/1937.” (CHUVA, 2009, p. 158).

O projeto de modernização do Estado executado no governo de Getúlio Vargas privilegiou a criação de diversas agências estatais que auxiliariam na execução dos objetivos almejados pelo Estado. Nesse processo, na área da cultura, envolveram-se pioneiramente intelectuais modernistas renomados, os quais foram fundamentais para que o projeto do governo Vargas fosse vinculado, ao mesmo tempo, com o tradicional – expresso como herança da cultura nacional, isto é, o que constituía a identidade nacional brasileira – e o moderno – representativo do progresso em desenvolvimento no momento da constituição do projeto de modernização do Estado, e, mais que isso, ponto de referência para o futuro da nação (BOMENY, 1994; CHUVA, 2009; FONSECA, 2009).

Neste contexto, em 1936, Gustavo Capanema solicita a Mário de Andrade, poeta modernista e então diretor do Departamento de Cultura da prefeitura de São Paulo, que elaborasse um projeto de organização do campo de proteção do patrimônio nacional.

O Serviço do Patrimônio Artístico Nacional (SPAN), expresso no anteprojeto de Mário de Andrade, tinha como objetivo proteger os bens entendidos como “patrimônio artístico nacional”, definidos como: “[...] as obras de arte pura ou de arte aplicada, popular ou erudita, nacional ou estrangeira, pertencentes aos poderes políticos, a organismos sociais e a particulares nacionais, a particulares estrangeiros, residentes no Brasil.” (PROTEÇÃO..., 1980, p. 90).

Conforme Márcia Chuva (2009), o anteprojeto de Mário de Andrade foi inovador no que tangia à incorporação das “concepções de arte e cultura”, além de atribuir importância à figura do “intelectual especializado” (CHUVA, 2009, p. 159). Para Maria Cecília Londres Fonseca (2001; 2009), a definição de patrimônio, presente no anteprojeto do poeta modernista, foi “ampla e avançada para seu tempo”. Mário de Andrade possuía uma visão pluralista da identidade nacional. Para o poeta, seria a soma das particularidades dos grupos sociais que habitavam o território nacional; o somatório dos vários “Brasis”, que seriam representativos da identidade nacional brasileira (BOMENY, 1994; CHAGAS, 2003; CHUVA, 2009; FONSECA, 2001; 2009).

No anteprojeto elaborado por Mário de Andrade, previa-se a criação de um Conselho Consultivo que assistiria o SPAN. Sua composição se daria por cinco membros fixos e 20

membros móveis. Dentre os cinco membros fixos, um seria o diretor do SPAN, o qual presidiria o Conselho Consultivo, e os outros quatro membros seriam os diretores dos museus. Os 20 membros móveis seriam: dois historiadores, dois etnógrafos, dois músicos, dois pintores, dois escultores, dois arquitetos, dois arqueólogos, dois gravadores, dois artesãos e dois escritores. Para serem realizadas as reuniões mensais, deveria contar o Conselho com a presença mínima de dez conselheiros móveis, de três diretores de museus e do diretor do SPAN. As reuniões excepcionais que exigissem votação dos 25 membros poderiam ser realizadas por correspondência, tendo de ser feito o voto dos conselheiros por escrito.

Ademais, Mário de Andrade especificou o critério de renovação e escolha dos membros móveis. A renovação anual se daria por dez membros móveis, “[...] sendo que, desde o início, um membro (o mais velho) de cada par terá apenas um ano de exercício. A todos os outros caberiam dois anos de exercício [...]” (PROTEÇÃO..., 1980, p. 99-100). A reeleição poderia acontecer somente com descanso mínimo de dois anos. O par móvel eleito para fazer parte do Conselho Consultivo seria integrado por um membro de mais de 40 anos de idade e outro com menos de 40 anos e, de preferência, um membro representando ideias acadêmicas e o outro ideias renovadoras (PROTEÇÃO..., 1980).

Conforme Márcia Chuva (2009), a proposta para o Conselho Consultivo do SPAN demonstrava intenção pluralista, assim como a preocupação, por meio da escolha dos membros móveis, de englobar conhecimentos especializados. No entanto, o anteprojeto do poeta modernista, conforme Mário Chagas, “[...] passou por acomodações, ajustes, cortes e redefinições. [...]” (CHAGAS, 2003, p. 99) para então se transformar na lei de proteção ao patrimônio nacional.

Por indicação de Mário de Andrade, Rodrigo Melo Franco de Andrade remodelaria o anteprojeto para transformar-se em projeto de lei. O Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, foi promulgado logo após a instauração do Estado Novo. O referido Decreto organizou o já citado SPHAN, cuja definição para os bens passíveis de tombamento constituiu-se do “[...] conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico.” (PROTEÇÃO..., 1980, p. 111).

O Decreto-Lei nº 25 delimitou a atuação do Conselho Consultivo. A esta esfera institucional-administrativa caberia ajuizar sobre os pedidos de tombamento voluntários;<sup>15</sup>

---

<sup>15</sup> Conforme o Decreto-Lei nº 25/37: “Proceder-se-á ao tombamento voluntário sempre que o proprietário o pedir e a coisa se revestir dos requisitos necessários para constituir parte integrante do patrimônio histórico e artístico

analisar e deliberar sobre os casos de tombamento compulsório<sup>16</sup> em que o bem eleito a ser patrimonializado não fosse anuído por seu proprietário. Nesse caso, o proprietário teria o prazo de 15 dias após a notificação para entrar com o pedido de impugnação do tombamento, tendo o SPHAN o prazo de mais 15 dias para “fazer vistas” da impugnação. Conforme a Lei, em seguida, seria remetido o processo ao Conselho Consultivo que emitiria, no prazo de 60 dias, decisão irrevogável sobre o tombamento; e, por fim, ao Conselho Consultivo do SPHAN competiria a decisão sobre os bens tombados que receberiam parecer positivo ou negativo para saírem do país, por um prazo que não fosse curto,<sup>17</sup> com a finalidade de “intercâmbio cultural” (PROTEÇÃO..., 1980).

Conforme Márcia Chuva (2009), o texto legal do Decreto-Lei nº 25 tinha “caráter normativo” e poderia ser lido como “verdade universal” (CHUVA, 2009, p. 166). Vinculado ao conceito de função social da propriedade garantida pela Constituição de 1934, o Decreto-Lei nº 25/37 restringia o direito de propriedade a partir do instituto do tombamento. Nesse sentido, a noção de interesse público colocava-se como superior àquela de interesse privado (CHUVA, 2009; FONSECA, 2009; RABELLO, 2009).

O tombamento, prescrito no Decreto-Lei nº 25, dos bens considerados patrimônio histórico e artístico nacional brasileiro garantiria a sobreposição do interesse público em relação ao direito de propriedade privada. Conforme o Decreto-Lei nº 25, os bens tombados, em caso algum, poderiam ser demolidos, mutilados ou destruídos e poderiam ser restaurados, pintados ou reparados somente com prévia autorização do SPHAN, caso fosse descumprida a lei o responsável pelo bem seria penalizado com multa de 50 por cento do dano causado.

Com o tombamento, o direito de alienação do proprietário não era retirado. Todavia, este direito deveria obedecer, conforme o Decreto-Lei nº 25, o “direito de preferência”, isto é, a alienação seria permitida somente se antes de oferecido o bem tombado a particulares, fosse oferecido, pelo mesmo preço, à União, bem como ao estado ou ao município em que se encontrasse o bem tombado (PROTEÇÃO..., 1980).

Ao SPHAN, garantido pelo Decreto-Lei nº 25, seria facultado o “poder de polícia”, expresso no ato administrativo do tombamento (CHUVA, 2009; RABELLO, 2009). Além de multas que recairiam sobre o proprietário ante os descumprimentos da lei, os atentados

---

nacional, a juízo do Conselho Consultivo do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, ou sempre que o mesmo proprietário anuir, por escrito, à notificação, que se lhe fizer, para a inscrição de coisa em qualquer dos Livros do Tombo.” (PROTEÇÃO..., 1980, p. 113)

<sup>16</sup> Segundo o Decreto-Lei nº 25/37: “Proceder-se-á ao tombamento compulsório quando o proprietário se recusar a anuir à inscrição da coisa.” (PROTEÇÃO..., 1980, p. 113)

<sup>17</sup> O Art. 14 do Decreto-Lei nº 25 não especifica o período de tempo que constituiria o referido “prazo curto” (PROTEÇÃO..., 1980, p. 115).

cometidos contra os bens tombados poderiam ser punidos penalmente, conforme o Código Penal Brasileiro.<sup>18</sup>

Consoante Márcia Chuva (2014), o ato administrativo do tombamento traz garantias da tutela do Estado sobre o patrimônio histórico e artístico nacional. Ainda segundo a autora, seria o Conselho Consultivo do órgão de preservação a “[...] instância de consagração por excelência desse poder tutelar [...]” (CHUVA, 2014, p. 201). Para além da garantia de proteção dos interesses da coletividade – expressos na defesa do patrimônio histórico e artístico nacional identificado como “bem comum” –, a elaboração do Decreto-Lei nº 25 preocupou-se em conferir ao Conselho Consultivo alto grau de poder de decisão sobre os casos de tombamento.

Com o fim do Estado Novo ocorreram mudanças em diversos órgãos estatais. A partir do Regimento Interno de 1946 – Decreto-Lei nº 8.534 de 02 de janeiro de 1946 – o SPHAN passa a se chamar Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN). A lei institucionalizou “[...] alguns procedimentos técnico-administrativos que vinham sendo consolidados ao longo dos nove anos de funcionamento [...]” (CHUVA, 2009, p. 176). Dentre outras mudanças, o Regimento Interno da DPHAN expandiu as atribuições do Conselho Consultivo, uma vez que a ele competiria ajuizar sobre todos os pedidos de tombamento; decidir quanto à saída do país, por curto prazo, dos bens tombados; e, seguindo as competências expressas no Decreto-Lei nº 25, julgar os casos de impugnação pelos proprietários. Além disso, ao Conselho ainda caberia opinar sobre recursos para cancelamento de bens tombados, garantidos ao presidente da República a partir do Decreto-Lei 3.866, de 29 de dezembro de 1941; emitir parecer sobre projetos de monumentos comemorativos a serem erigidos com auxílio financeiro da União, seguindo os termos do Decreto-Lei nº 1.497, de 08 de agosto de 1939; e, opinar sobre assuntos submetidos pelo diretor geral do SPHAN (DPHAN, 1967, p. 49). Assim, segundo o Regimento Interno de 1946, o Conselho Consultivo passava a julgar todas as ações de tombamento do SPHAN, desfrutando de “poder decisório” sobre as noções de patrimônio histórico e artístico nacional (CHUVA, 2009, p. 180). Apesar da importância do Regimento Interno para o Conselho Consultivo – assim como para o órgão de preservação – enfatizada por Chuva, outros estudos que apresentam o Conselho Consultivo

---

<sup>18</sup> “Art. 165. Destruir, inutilizar ou deteriorar coisa tombada pela autoridade competente em virtude de valor artístico, arqueológico ou histórico: Pena: detenção, de seis meses a dois anos, e multa de mil cruzeiros a vinte mil cruzeiros. Art. 166. Alterar, sem licença da autoridade competente o aspecto de local especialmente protegido por lei: Pena: detenção, de um mês a um ano, ou multa, de mil cruzeiros a vinte-mil cruzeiros.” (DPHAN, 1967).

ao longo do tempo não fazem referência a essa lei (FONSECA, 2009; RABELLO, 2009; SANTOS, 1996).

No Decreto-Lei nº 25/37, apesar de terem sido especificadas as atribuições do Conselho Consultivo e a sua composição, não foi expresso qual seria o critério de escolha adotado para os dez membros eleitos pelo presidente da República. Na reunião inaugural do Conselho Consultivo, realizada em 10 de maio de 1938, Gustavo Capanema afirmou que o Conselho constituía-se “por especialistas de notável competência e de comprovado espírito público” (ATAS SPHAN, 10 maio 1938).

O caráter técnico-científico foi um dos pilares da estruturação do órgão de preservação brasileiro. Desse modo, os trabalhos elaborados pelo SPHAN deveriam estar afinados com os “modernos critérios científicos” (FONSECA, 2009), tendo por objetivo inserir a nação brasileira entre as civilizadas nações europeias (CHUVA, 2003). Nesse sentido, os agentes autorizados a falar sobre o patrimônio nacional deveriam ser personalidades legítimas no campo intelectual, pois seria a partir dos discursos produzidos por esses agentes que as noções de representação do passado nacional seriam forjadas.

Todos os estudos que tratam de alguma forma do Conselho Consultivo do SPHAN enfatizam o grau de especialidade e reconhecidos saberes que representavam os membros do Conselho (CHUVA, 2009; 2014; FONSECA, 2009; GONÇALVES, 2002; LENZI, 2013; SANTOS, 1996). Conforme Sônia Rabello (2009), os conselheiros eram identificados como membros honoríficos do órgão. Márcia Chuva defende que os membros do Conselho faziam parte de uma ampla teia de relações entre notórios integrantes dos campos intelectual e político brasileiros, os quais estavam de algum modo inseridos no Estado (CHUVA, 2009, p. 224).

Percebe-se que o Conselho Consultivo do órgão de preservação – criado pela Lei nº 378 e delimitada a composição e a função pelo Decreto-Lei nº 25 – inspirou-se tanto no projeto de lei de José Wanderley de Araújo Pinho quanto no anteprojeto de Mário de Andrade. Aquele projeto de lei contemplava a presença no Conselho Consultivo-Deliberativo de diversificadas instituições nacionais renomadas dos setores público e privado. Ainda possuía critério fixo de escolha no que tangia aos membros nomeados pelo Ministro da Justiça, sendo estes pertencentes ao campo das artes. Além disso, as funções do Conselho Consultivo-Deliberativo imputavam aos membros poderes de escolha e decisão sobre os bens catalogados. No anteprojeto de Mário de Andrade, observa-se a presença fixa de diretores de museus e a pluralidade de formação dos membros móveis; contudo, essa diversidade de membros seguia parâmetros fixos de escolha consoante às áreas demandadas pelo Conselho

Consultivo delineado por Mário de Andrade. Cabe ressaltar que no anteprojeto delimita-se a composição e o critério de renovação do Conselho, não sendo mencionadas quais seriam as atribuições do Conselho Consultivo. Desse modo, o Conselho Consultivo do SPHAN guarda diferenças e semelhanças com os dois projetos de Conselho citados. A semelhança mais notória é o fato da composição do Conselho constituir-se, em todos os casos, de representantes de instituições científicas e membros detentores de saberes em áreas específicas. Todavia, os critérios de renovação, conforme expresso no anteprojeto de Mário de Andrade, e o critério fixo da nomeação de membros, como figura em ambas as ideias de Conselho – projeto de lei (1930) e anteprojeto (1936) –, não foram contemplados na criação do Conselho Consultivo do SPHAN. Nota-se, pelas atribuições delimitadas pelo Decreto-Lei nº 25/37, maior preocupação com as funções do Conselho Consultivo que com os critérios de escolha dos membros que o integraria.

## **1.2 O SPHAN e o IHGB: as instituições e as formas de ingresso**

A criação do órgão de patrimônio estava inserida nos objetivos de construção da nação delineados no governo de Getúlio Vargas, principalmente no período do Estado Novo. Neste momento, a “[...] cultura passa a ser concebida em termos de *organização* política, ou seja, o Estado cria aparatos culturais próprios, destinados a produzir e a difundir sua concepção de mundo para o conjunto da sociedade.” (VELLOSO, 1982, p. 72). Desse modo, no Estado Novo, defendia-se a ideia da construção de um “homem novo”. Tal figura inovadora seria representada na “[...] relação harmônica entre homem (enquanto pessoa e indivíduo) e Estado. [...]” (VELLOSO, 1982, p. 91). No Estado, o “homem novo” se veria representado pelas instituições públicas criadas para lhe servirem e nos intelectuais que se mostram como “[...] um círculo especializado de teóricos e/ou dirigentes que se colocam como os ‘guardiões privilegiados das ideologias’.[...]” (VELLOSO, 1982, p. 77).

Nesse projeto, buscava-se empreender o pensamento da unidade nacional, tendo sido o ministro Gustavo Capanema um dos principais artífices de tal projeto. Desse modo, “[...] era preciso escapar do individual, que era fragmentário, em busca do público ou do bem comum, unificador.” (CHUVA, 2003, p. 313). A construção da unidade partia da elaboração de narrativas homogeneizadoras que conformassem as diferenças, conflitos e dissidências do imenso Brasil. Logo, os regionalismos não seriam bem-vindos, como assinala Luiz de Castro Faria (1995), a queima das bandeiras e a proibição dos brasões dos estados durante o Estado Novo não se tratava simplesmente de questões de centralização ou descentralização, mas sim de defesa da unidade nacional.

Partindo das objetivações do Estado Novo, se buscaria no passado as raízes para o “homem novo” delineado no presente. As instituições ligadas ao Estado e os intelectuais que as compunham definiriam a elaboração e a execução de tal projeto. O regime seria intensamente divulgado por meio do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), criado em 1939 e dirigido por Lourival Fontes, que, além de se encarregar da divulgação, era o órgão censor da ditadura do Estado Novo. A produção do DIP foi extensa e profícua. Para propagandear o regime várias publicações impressas foram elaboradas, tais como *Cultura Política*, *Ciência Política*, *Estudos e Conferências*, *Dos Jornais*, dentre outras (VELLOSO, 1982). Além disso, o DIP também estava encarregado de produzir e censurar programas de radiodifusão, tendo sido o mais importante divulgador do Estado Novo o programa *A Hora do Brasil*.<sup>19</sup>

Neste sentido, as instituições ocuparam papel central na construção do projeto de nação encabeçado na gestão de Getúlio Vargas. Neste contexto, se insere a criação do órgão de preservação; junto a ele, foram alocados no MES, o Instituto Nacional de Cinema Educativo, o Instituto Nacional do Livro, o Serviço Nacional de Teatro e o Serviço de Radiodifusão Educativa. Portanto, pode-se notar que no Estado Novo foi desenvolvido um projeto de construção de identidade nacional pautada, sobretudo, no desenvolvimento de instituições ligadas à cultura às quais dariam substância e materialidade ao projeto de nação. Tal projeto não poderia deixar de contar com a presença de diversos intelectuais sedentos, naquele momento, por reinventar o Brasil.

Assim, nos anos 1930, com o governo de Getúlio Vargas, e principalmente no Estado Novo, a gestão da produção cultural foi institucionalizada (CHUVA, 2009). Os intelectuais foram convocados pelo Estado para ocuparem os postos de trabalho nestas novas instituições culturais. Nesse momento, os intelectuais partidários dos ideais modernistas teriam lugar destacado no MES, e, mais especificamente, no órgão de preservação.

O desejo pela produção do novo, que preservasse as raízes ditas originalmente nacionais, vinha sendo nutrido desde a década de 1920.<sup>20</sup> Dentro do SPHAN, os arquitetos representaram os ideais modernistas que ficaram impressos nas narrativas nacionais contadas pelas justificativas e escolhas dos bens eleitos como representativos da nação. Tais escolhas

---

<sup>19</sup> Para saber mais sobre o DIP e Lourival Fontes, ver Lucia Lippi Oliveira (2001).

<sup>20</sup> No livro *Guardiões da Razão: modernistas mineiros* (1994), Helena Bomeny analisa o movimento modernista mineiro, enfatizando as relações de amizade entre os intelectuais que se envolveram nele. No livro *Essa Gente do Rio... Modernismo e Nacionalismo*, Angela de Castro Gomes (1999) estuda o movimento modernista ocorrido no Rio de Janeiro, a autora também enfatiza a rede de relação entre os intelectuais envolvidos.

seriam marcadas pela eleição da arquitetura colonial-barroca como representativa das origens da nacionalidade brasileira, sendo a arquitetura moderna sua legítima herdeira.<sup>21</sup>

Nesse período, com a formação dos cursos universitários de Arquitetura, a profissão de arquiteto ganhava autonomia em relação aos cursos de Engenharia e de Belas Artes. Portanto, o SPHAN apresentou-se como fornecedor de postos de trabalho para os arquitetos (CHUVA, 2009). Cabe ressaltar, todavia, que a corrente modernista era apenas uma dentre outras formas de conceber os valores arquitetônicos, sendo a corrente neocolonial forte concorrente dos valores modernos (CHUVA, 2009; SANTOS, 1996). No entanto, o apoio de Gustavo Capanema aos intelectuais modernistas mineiros<sup>22</sup> garantiu-lhes assumir papel privilegiado tanto na eleição do que seria a “verdadeira” arquitetura pretérita, quanto em relação ao modelo de arquitetura para o presente e para o futuro.<sup>23</sup>

Nas reuniões do Conselho Consultivo, Rodrigo Melo Franco de Andrade e os conselheiros elaboravam, na ordem do discurso, separação entre o órgão de preservação e seu Conselho. Segundo Maria Cecília Londres Fonseca (2009), afirmava-se, desde o início, a relação de “autonomia” entre o Conselho e o SPHAN; em contrapartida, percebe-se a sintonia dos mesmos “princípios e critérios” que norteavam a decisão de ambos (FONSECA, 2009, p.118).

Desde o início de seus trabalhos, o Conselho Consultivo contou com distintos intelectuais de diversas áreas do saber. Como mencionado anteriormente, a Lei nº 378 de novembro de 1937 e o Decreto-Lei nº 25 não especificam qual seria o critério de escolha dos integrantes do Conselho Consultivo do órgão de preservação. Entretanto, o critério de escolha não poderia se dar de modo aleatório, uma vez que o Conselho Consultivo mostrava-se como esfera máxima das decisões acerca do tombamento. Nesse sentido, seus membros deveriam ser agentes legítimos e autorizados a falar sobre o patrimônio histórico e artístico nacional. Além disso, precisavam estar apartados do órgão de patrimônio, visto que suas decisões deveriam ser consideradas ilibadas e representativas do interesse e do bem público. Logo, a importância em se separar o órgão de preservação do seu Conselho Consultivo.

---

<sup>21</sup> A historiografia que trata das primeiras décadas de atuação do órgão de preservação do patrimônio enfatiza a escolha do colonial-barroco como bens representativos da nação, dentre ela estão CHUVA, 2009; FONSECA, 2009; GONÇALVES, 2002; RUBINO, 1996.

<sup>22</sup> Nomes como Rodrigo Melo Franco de Andrade e Carlos Drummond de Andrade foram exemplos dessa intelectualidade modernista mineira integrada ao MES. Sobre as relações entre Gustavo Capanema e os intelectuais modernistas, sobretudo, mineiros, ver Helena Bomeny (1994) e Márcia Chuva (2009).

<sup>23</sup> Como exemplo, pode-se citar a construção moderna da sede do MES que seria monumentalizada durante e depois de sua construção, sendo valorada como o modelo de arquitetura que representaria o Brasil e os brasileiros, e, por isso, deveria ser considerado patrimônio da nação. Para saber mais sobre esse assunto, ver Mauricio Lissovsky e Paulo de Sá (1996).

As participações dos intelectuais no Conselho Consultivo do SPHAN não se deram de forma homogênea.<sup>24</sup> Todavia, tanto os intelectuais com destaque quanto aqueles que quase não participavam das decisões do Conselho permaneceram por longos anos nos seus postos, tendo sido substituídos em caso de falecimento, aposentadoria ou por não pertencerem mais aos postos de diretores de museus. Cabe notar que não eram remunerados pelas atividades desenvolvidas dentro do Conselho. Portanto, as posições institucionais ocupadas pelos intelectuais analisados não se mostravam valiosas apenas por retornos financeiros, mas sim por garantir-lhes distinção social nos espaços em que transitavam.

Para os intelectuais analisados, não foi apenas o Conselho Consultivo do SPHAN que lhes garantiu méritos e honrarias. Conforme afirma Angela de Castro Gomes (1996), o esforço de formular uma identidade nacional para o Brasil não se mostrava como “pioneiro”, uma vez que D. Pedro II, um século antes, também esteve interessado na construção da nação. Cabe destacar que a montagem de políticas culturais para conformar a criação do Estado Nacional foi, de fato, empreendida pioneiramente no Governo Vargas. Todavia, durante o Segundo Reinado (1840-1889), o imperador Pedro II buscou investir em algumas instituições que objetivavam efetivar o projeto de construção nacional.

Desse modo, quase um século antes da fundação do órgão de patrimônio, foi fundado o IHGB. Anos antes, em 1827, criava-se, no Rio de Janeiro, a SAIN, inspirada nos preceitos iluministas, tinha como objetivos auxiliar no progresso e desenvolvimento brasileiro, além de integrar-se ao projeto de centralização do Estado. Anos depois, em 1838, como proposição do secretário da SAIN, Raimundo José da Cunha Matos, junto ao cônego Januário da Cunha Barbosa, fundou-se o instituto histórico e geográfico (GUIMARÃES, 1988; 2011; SCHWARCZ, 2014). Os objetivos norteadores da fundação do IHGB foram “[...] coligir e metodizar os documentos históricos e geográficos interessantes à História do Brasil.” (RIHGB, 1839, p. 6). Conforme Manoel Salgado Guimarães (1988), apesar de ter sido fundado pela SAIN, o IHGB desfrutou de organização independente, tendo se ligado, desde o início de sua constituição, ao imperador que custeava parcela relevante do orçamento da instituição.

Após a Independência do Brasil em relação a Portugal, em 1822, tornava-se premente a compreensão do que se constituiria o Brasil e os brasileiros. Desse modo, tornava-se urgente resolver as questões concernentes ao “tempo” e ao “território”. Conforme Angela de Castro Gomes, a história ocupa papel fundamental para o Estado na “mobilização do povo-nação”,

---

<sup>24</sup> Este tema será tratado de forma mais detida no capítulo 2.

assim, para se delinear um passado em comum, mostra-se necessário uma unidade entre “tempo” e “território”. Isto porque os “discursos da nacionalidade” necessitam da demarcação de fronteiras nacionais, que, ao fim e ao cabo, forjam-se através de discursos “históricos” (GOMES, 1996, p. 23-4). Sendo assim, a relação entre “tempo” e “território” delinea a história nacional, que ocorre na fusão entre acontecimentos eleitos como representativos da nação circunscritos em um território denominado como nacional.

O nascimento do Instituto Histórico se deu em um momento de constituição e centralização do Estado nacional. Consoante Manoel Salgado Guimarães (2011), a constituição do IHGB fora norteadada pelo ideal de progresso difundido no século XIX. Assim, competiria ao Instituto Histórico representar o desenvolvimento do Brasil a partir de uma historiografia linear e continuada. Desse modo, o IHGB, desde o momento de sua criação, esteve intrinsecamente ligado à função de escrever uma história para a nação. Os modelos de história propostos pelo Instituto Histórico seriam interpretados como oficiais, uma vez que estavam intrinsecamente ligados aos interesses do Estado, personificado na figura do imperador. A relação entre Estado e escrita da história nacional esteve presente desde o momento da criação do IHGB, tornando-se mais clara a partir de 1849-50, sendo o momento de estabilização do poder central e assentamento das bases do projeto de centralização do Estado. Foi a partir desta data que o imperador D. Pedro II passa a frequentar assiduamente as reuniões realizadas no IHGB (GUIMARÃES, 1988). Portanto, desfrutando da chancela do Estado imperial, o IHGB incumbia-se da escrita da história oficial do Brasil, tendo como objetivo servir ao seu progenitor, o Estado.<sup>25</sup>

Com o fim do Império, em 1889, o Instituto Histórico passa a enfrentar problemas organizacionais e políticos, logo percebendo que deveria se adaptar às demandas do novo regime político (GOMES, 2009). Nesse sentido, a Proclamação da República e a abolição da escravatura lançariam novos questionamentos aos intelectuais do Instituto Histórico, os quais deveriam mobilizar-se para elaborar novas narrativas para os novos acontecimentos, buscando se desapegar do passado monárquico. Nesta nova empreitada, os membros do IHGB teriam que “[...] tornar palatável uma articulação entre Colônia, Império e República, sem obscurecer as tradições dos primeiros, mas sem ferir o desejo de legitimidade da segunda. [...]” (GOMES, 2009, p. 31).

A despeito das transformações ocorridas no Instituto Histórico com o advento da República, notam-se algumas continuidades. Superando-se a “calamitosa” fase da república

---

<sup>25</sup> Como exemplo, Manoel Salgado Guimarães (1988) cita os trabalhos e pareceres de Francisco Adolfo de Varnhagen, sócio correspondente do IHGB, sendo utilizados pelos órgãos do Estado imperial.

dos militares (GUIMARÃES, 2006), a instituição volta a ser fórum autorizado pelo Estado na produção de narrativas históricas e de memórias nacionais. Ademais, segundo Angela de Castro Gomes (2009), a alteração do regime político não trouxe transformações para as objetivações do Instituto Histórico, qual seja, compreender “a formação do povo brasileiro”, todavia, as respostas possíveis a esta pergunta sofreram alterações (GOMES, 2009, p. 30). Portanto, até a década de 1930, quando se deu a criação dos cursos universitários nas áreas das ciências sociais e históricas, o IHGB mostrava-se como o maior produtor legítimo da escrita da história nacional.

Na década de 1930, no governo de Getúlio Vargas, o Instituto Histórico passa a receber generosos recursos do Estado. Consoante Maria Isabel Lenzi (2013), Getúlio Vargas foi o presidente que teve maior assiduidade nas reuniões do IHGB. Assim, dada as devidas proporções e diferenças contextuais, o mecenato promovido por Getúlio Vargas ao campo cultural pode ser comparado com aquele empreendido por D. Pedro II, ambos com vistas a “[...] definir um sentido para o Estado-nação e de traçar seus vínculos com a criação cultural em geral e com a escrita da história em particular. [...]” (GOMES, 1996, p. 17).

Cabe perceber que o IHGB, durante o período estudado, não contou apenas com o mecenato e com a presença de Getúlio Vargas em suas reuniões. Nas atas das sessões do IHGB, entre os anos de 1938 e 1966, a presença de Presidentes da República, ministros, deputados era frequente, além disso, o Instituto Histórico contava com recursos públicos para manter a instituição que frequentemente enfatizava as dificuldades econômicas pelas quais passava.

No segundo governo de Getúlio Vargas (1951-1954), o IHGB reclamou, igualmente, ajuda ao seu parceiro. Diante das dificuldades econômicas pelas quais passava a instituição, o seu presidente José Carlos de Macedo Soares decide enviar carta a Getúlio Vargas solicitando a

“[...] Vossa Excelência seu presidente honorário, a fim de obter pagamentos aludidos indispensáveis manutenção da biblioteca franqueada pesquisadores de história, geografia e demais serviços considerados por lei de interesse público. [sic]” (ATAS IHGB, out.-dez. 1951, p. 392).

Na mesma reunião, realizada em 17 de dezembro de 1951, apresenta-se carta enviada ao diretor do Patrimônio da União explicitando as péssimas condições nas quais se encontrava o edifício-sede do Instituto Histórico. Solicitando, ao final da carta,

[...] a gentileza de verificar, por meio de vistoria, confiada a algum dos seus competentes engenheiros, a procedência dos fatos aqui por alto

mencionados, e outros, de igual relevância para a conservação do edifício, e determinar que sejam efetuadas as obras aconselháveis no caso. (ATAS IHGB, out.-dez. 1951, p. 393)

Anos depois, em 1958, publicou-se na RIHGB matéria do *Jornal do Brasil*, intitulada *Instituto ganha verba, mas ministério diz que não tem dinheiro*: sede está caindo, fazendo referência à verba de 30 milhões de cruzeiros aprovada pelo Congresso Nacional e sancionada pelo Presidente da República, Juscelino Kubistchek à época, para custear as obras de reparo do edifício do Instituto Histórico. No entanto, tal verba não havia sido liberada pelo Ministério da Fazenda. Logo abaixo da reportagem do *Jornal do Brasil*, encontra-se um texto, sem assinatura, intitulado *Patrimônio ameaçado*, em que se demonstra indignação pelo fato de não ter sido liberada verba do Governo Federal para as obras de

“[...] Uma das mais antigas instituições culturais do país, às vésperas do seu centésimo vigésimo aniversário, o Instituto é depositário de valiosos documentos e de todo um patrimônio, cujo desaparecimento privaria a nação de arquivos preciosos e insubstituíveis. Com as paredes rachadas e infiltradas, goteiras por toda a parte, o Silogeu é hoje um pardieiro que causa dó e embaraço. A própria sala de sessões, onde o imperador Pedro II presidiu 506 reuniões do Instituto, não escapa à paisagem desoladora. [...] (RIHGB, out.-dez. 1958, p. 400)

Portanto, o edifício-sede do IHGB deveria receber recursos públicos por ser uma instituição que guardava documentos valiosos sobre o Brasil e também por contar com estruturas que abrigaram fatos memoráveis da história, como as reuniões do órgão presididas por D. Pedro II. Pode-se perceber, nesse sentido, que se buscava destacar a longevidade e honorabilidade da instituição por meio daqueles cujas trajetórias se esbarraram com a do Instituto Histórico. Ninguém mais apropriado para ser citado que o grande patrono da instituição: Pedro II. Destes fragmentos, depreende-se que, apesar do Instituto Histórico contar ainda com o apoio do Estado, tal apoio era menos recorrente no período republicano se comparado com as benesses oferecidas ao IHGB durante a Monarquia.

No momento de fundação do Instituto Histórico, boa parte dos intelectuais estava ligada à carreira política (GUIMARÃES, L., 2011; GUIMARÃES, M., 2011; SCHWARCZ, 2014). Conforme Lucia Paschoal Guimarães (2011), os primeiros sócios do IHGB pertenciam aos setores mais abastados do Império ou às famílias que, mesmo não sendo ricas, desfrutavam de benesses oferecidas pelo Estado imperial. Ademais, Guimarães nota que os objetivos norteadores da fundação do IHGB foram de cunho político, pois seus fundadores estavam interessados em verem-se representados nas disputas de poder concernentes à Regência e à tutoria de D. Pedro II. Lilian Schwarcz assinala que a escolha dos sócios do

IHGB era pautada “[...] mais por determinantes sociais do que pela produção intelectual. [...]” (SCHWARCZ, 2014, p. 133). A composição do IHGB sofreu alterações ao longo do Segundo Reinado (1840-1889), quando houve um vertiginoso crescimento da burocracia estatal; sendo, em 1889, os sócios do IHGB pertencentes principalmente aos quadros de funcionários públicos (GUIMARÃES, L., 2011). Assim, no final do Império, a composição do IHGB havia se alterado, no entanto, manteve-se o fato de ainda estar ligado a membros que exerciam funções no Estado. Cabe notar que a passagem do Império à República não trouxe profundas alterações na forma de recrutamento dos intelectuais para as funções estatais. Consoante Sergio Miceli (1979), durante a Primeira República, a escolha dos intelectuais como agentes do Estado pautava-se nas relações sociais.

Como assinala Angela de Castro Gomes (2009), no Brasil, nas primeiras décadas do século XX, não se podia assumir de forma consistente uma separação entre o campo intelectual e político. Neste sentido, os intelectuais que pertenciam ao IHGB no período estudado ainda estavam inseridos na fluidez do campo político e intelectual, pois muitos deles tinham seus postos garantidos no Instituto Histórico, e outras instituições científicas e/ou culturais – como era o caso do Conselho Consultivo do SPHAN – e, além disso, ocupavam cargos públicos.

No Instituto Histórico, o ingresso dava-se de modo muito diferente se comparado ao Conselho Consultivo do SPHAN. Se neste fórum a maior parte ingressava por indicação do Presidente da República ou do diretor do órgão de patrimônio, no IHGB, os seus membros, além de terem que apresentar trabalhos relevantes na área de História, Geografia, Etnografia ou Arqueologia, deveriam ser aceitos pelos demais sócios do instituto. Havia, ainda, conforme os Estatutos do IHGB, hierarquia expressa que dispunha seus membros em honorários, correspondentes, efetivos, beneméritos e grandes beneméritos.

Consta nos Estatutos de 1921 publicados<sup>26</sup> na RIHGB, em 1940, que para se candidatar a sócio efetivo do órgão, devia-se encaminhar proposta de admissão que contivesse, além de dados pessoais, a “[...] relação de trabalhos e títulos de recomendação social, científica ou literária.” (ESTATUTOS, 1940, p. 734). Essa proposta deveria ser assinada por três ou mais sócios para ser aceita, e, logo em seguida, seria encaminhada à Comissão de História, Geografia ou Etnografia e Arqueologia, que deveria enviar para

---

<sup>26</sup> Estatutos - Aprovados pela Assembleia Geral de 06 de agosto de 1921 (modificados pela Assembleia Geral de 06 de março de 1926). No volume 266 da RIHGB, de jan.-mar. de 1965, publicaram-se os Estatutos revisados. Dado o ano de publicação e o recorte desta pesquisa, optou-se adotar os Estatutos de 1921, visto que cobrem a maior parte do período estudado. Cabe notar que não foram substanciais as modificações dos Estatutos publicados na RIHGB em 1965.

Diretoria seu parecer. Após ser debatido em sessão do IHGB, o parecer seria enviado à Comissão de Admissão de Sócios para julgarem “a idoneidade do candidato e conveniência de sua admissão.” (ESTATUTOS, 1940, p. 735). Isto feito, discutia-se o parecer da Comissão de Admissão de Sócios e submetia-se à votação por escrutínio secreto. Considerava-se aceito o candidato que tivesse a maioria dos votos favoráveis ao seu ingresso.

Para o ingresso de sócio correspondente, adotava-se o mesmo procedimento, com a diferença que este não residiria, obrigatoriamente, no Rio de Janeiro. Por representarem a mesma posição, o correspondente que estabelecesse residência no Rio de Janeiro passaria à classe de efetivo; e, de modo inverso, se o sócio efetivo estabelecesse residência fora do Rio de Janeiro se tornaria sócio correspondente.

O Instituto Histórico também contava com a classe dos sócios honorários, os quais deveriam ser “pessoas de alta representação social ou que tiveram manifestado competência especial em matéria da História, de Geografia, de Etnografia ou Arqueologia.” (ESTATUTOS, 1940, p. 735). Os procedimentos para admissão de sócios honorários repetiam aqueles executados para os sócios efetivos e correspondentes.

As classes dos sócios beneméritos e grandes beneméritos seriam aquelas ocupadas somente por membros efetivos ou correspondentes. Poderiam ser elevados à classe de sócio benemérito aqueles que tivessem prestado “notáveis” serviços ao instituto ou exercido cargos na Diretoria por mais de dez anos ininterruptos. Para ascender à classe de sócio grande benemérito, devia-se ser sócio benemérito que tivesse ocupado, no mínimo, vinte anos a Direção ou as comissões permanentes.

A proposta para sócio benemérito e grande benemérito devia conter, ao menos, doze assinaturas dos sócios para ser apresentada à Diretoria. Em seguida, seria remetida à Comissão de Admissão de Sócios que prepararia parecer para ser votado em assembleia geral, somente sendo eleitos para tais classes aqueles que fossem aprovados por maioria absoluta dos sócios presentes na assembleia.

A posse dos sócios honorários, efetivos e correspondentes dava-se a partir da redação de um “discurso de recepção” em que o novo associado redigiria “apontamentos autobiográficos e de esclarecimentos convenientes à apreciação da individualidade”, além de abordar conteúdo concernente à História, à Geografia ou à Etnografia do Brasil, caso fosse brasileiro, e, sendo de outra nacionalidade, abordaria tema do seu país de origem. Tal discurso seria remetido ao presidente do instituto que avaliaria o conteúdo do material. Caso “as opiniões fossem suscetíveis de perturbar a serenidade dos trabalhos”, o presidente enviaria à Diretoria para ser debatido. Logo em seguida, o discurso seria remetido ao futuro sócio para

fazer as “alterações indispensáveis”, as quais seriam condição para a posse (ESTATUTOS, 1940, p. 736).

Para o ingresso, o novo sócio deveria estar “quite com os cofres do Instituto” (ESTATUTOS, 1940, p. 738). Cabia ao sócio efetivo e correspondente pagar de uma só vez a quantia de 100\$ para sua admissão; 50\$ pelo diploma expedido com as assinaturas do presidente, do 1º secretário e do tesoureiro; e, 5\$ relativo à prestação adiantada do primeiro mês de seu ingresso. Ao longo do tempo, se o sócio fosse devedor de prestações, perderia o direito de receber a RIHGB. E, caso não pagasse as contribuições por dois anos, seria desvinculado do Instituto Histórico.

A obrigatoriedade dos sócios efetivos residirem no Rio de Janeiro tinha relação com a assiduidade demandada pelos serviços no Instituto Histórico. Uma vez que, conforme o Artigo 18 do Estatuto, “Nenhum sócio poderá negar-se, sem motivo plausível, ao desempenho dos cargos e comissões para que tenha sido eleito, ou dos trabalhos de que o Instituto o incumbir.” (ESTATUTOS, 1940, p. 738). Além disso, seriam rebaixados para categoria de honorário os sócios efetivos que não tomassem posse dentro de um ano. Passariam também para honorários aqueles cuja ausência do Instituto fosse notada por período semelhante (ESTATUTOS, 1940, p. 755).

Nos Estatutos do Instituto Histórico, os sócios eram dispostos hierarquicamente e, para serem admitidos, deveriam seguir alguns requisitos de acordo com suas categorias. Independentemente de serem sócio correspondente, efetivo, honorário, benemérito ou grande benemérito, todos, para integrarem o IHGB, deveriam comprovar, por meio de trabalho autoral, seus conhecimentos em História, Geografia, Etnografia ou Arqueologia. Os degraus da pirâmide eram subidos de acordo com a notoriedade dos sócios dentro do Instituto. Além de terem que ser versados em uma ou mais áreas de saber de interesse do órgão, os sócios poderiam ser reconhecidos pela “alta representação social”, pelos “serviços notáveis prestados ao Instituto” ou por terem prestado, no mínimo, vinte anos em cargos da diretoria ou das comissões permanentes (ESTATUTOS, 1940, p. 735-6).

Além das comissões especiais nomeadas pelo presidente, o IHGB contava com as Comissões Permanentes. Eram elas: Comissão de Fundos e Orçamentos que tinha como principal função propor orçamento anual da receita e da despesa do Instituto; Comissão de Estatutos cuja finalidade era dar pareceres sobre mudanças ou esclarecimentos dos Estatutos, além de cuidar do processo para a concessão de prêmios; Comissões de História, Geografia, Etnografia e Arqueologia as quais tinham como função emitirem pareceres sobre “memórias, documentos e publicações, que o presidente lhes remeter, concernentes às disciplinas de suas

respectivas competências” (ESTATUTOS, 1940, p. 744); Comissão de Bibliografia cujas incumbências eram emitir pareceres sobre as obras enviadas ao instituto, assim como redigir uma bibliografia das obras de “caráter histórico, geográfico, etnográfico e arqueológico relativas ao Brasil”. Tal bibliografia seria publicada na Seção Bibliografia da RIHGB; e, Comissão de Admissão de Sócios a qual tinha como tarefas averiguar a idoneidade do candidato e conferir se as propostas estavam de acordo com os Estatutos.

Conforme os Estatutos, somente os sócios efetivos, beneméritos e grandes beneméritos, residentes do Rio de Janeiro poderiam ser membros das Comissões Permanentes. A eleição para os membros das comissões era realizada conjuntamente com a votação para Diretoria do Instituto Histórico; os sócios eram eleitos por voto de escrutínio secreto.

Quanto ao direito de voto, apesar de todos os sócios terem o direito de comparecerem às sessões realizadas no Instituto Histórico, apenas os sócios efetivos e correspondentes brasileiros, beneméritos e grandes beneméritos teriam direito de voto. Enquanto nas assembleias gerais não era negado a nenhum sócio o direito de votar.

Analisando o conteúdo dos Estatutos, pode-se perceber que o Instituto Histórico organizava-se de modo hierárquico. Seus sócios ocupavam diferentes posições dentro da instituição de acordo com as categorias em que foram alocados. No entanto, as categorias não eram fixas, podendo, de acordo com as variáveis relativas ao tempo de associado, atuação e assiduidade, ascender ou descender. Independentemente da categoria a qual pertencia, o ingresso tinha como condição *sine qua non* apresentar trabalho de relevância sobre os assuntos que o instituto se debruçava. Eram os sócios do Instituto Histórico reconhecidos intelectuais em suas áreas, que avaliavam os trabalhos e votavam pelo ingresso dos novos sócios. Portanto, independentemente da classe, pertencer ao IHGB já era sinônimo de distinção. Todavia, as classificações dos associados mostravam-se essenciais, uma vez que trariam diferente *status* intelectual e prestígio social principalmente para aqueles que partilhavam do *modus operandi* da instituição, os quais compartilhavam dos valores de tais diferenciações.

As hierarquias e a transitoriedade das classes ocupadas pelos sócios podem ser percebidas nos intelectuais selecionados para o estudo. A maior parte deles ingressou no IHGB como sócio efetivo, tendo alguns, com o passar dos anos e de acordo com os serviços prestados ao instituto, mudado de classe. Como está expresso nos Estatutos, os sócios poderiam ser desvinculados do Instituto Histórico, caso se ausentassem das atividades da instituição ou não cumprissem com os pagamentos requeridos pela instituição. Portanto, os

assentos no instituto não eram vitalícios. De todo modo, todos os intelectuais pesquisados permaneceram como sócios do IHGB ao longo de toda vida.

A despeito das distâncias e aproximações, tanto o Instituto Histórico quanto o órgão de preservação, no que diz respeito à fundação, à composição e aos objetivos, podem ser pensados como produtores de discursos que se querem hegemônicos sobre o passado, a memória, a história. Os intelectuais, neste sentido, desempenham papel central na produção dos discursos dentro de tais instituições. Em ambas as instituições, o pertencimento deu-se a partir da notoriedade e do comprovado saber que possuíam seus integrantes.

### **1.3 Narrativas de vida, histórias de grupos: a trajetória dos intelectuais do Conselho do SPHAN e do IHGB**

Ao assumir o desafio de narrar as trajetórias de vida de agentes inseridos em grupos sociais, o pesquisador depara-se com uma das questões mais caras às Ciências Sociais, qual seja: os agentes são determinados pelas estruturas ou, ao contrário, as estruturas os determinam. Conforme Pierre Bourdieu (2008), os agentes ocupam *posições sociais* nos *espaços sociais*, tais posições estão relacionadas às “[...] *disposições* (ou o *habitus*) e as *tomadas de posição*, as ‘escolhas’ que os agentes sociais fazem nos domínios mais diferentes da prática [...]” (BOURDIEU, 2008, p. 18). O conceito de *habitus* em Bourdieu mostra-se como social e historicamente construído. São estruturas subjetivas que formam e conformam os agentes, isto é, considera-se o *habitus* como “[...] princípio gerador e unificador que traduz as características intrínsecas e relacionais de uma posição em um estilo de vida unívoco [...]” (BOURDIEU, 2008, p. 22). Por fim, o *habitus* mostra-se como formas de distinção no *espaço social*. Nesse sentido, compreende-se o *habitus* como importante fator para a aproximação ou distanciamento no *espaço social*, ou seja, quanto mais gostos, práticas e vivências em comum, maior a chance desses agentes se verem juntos em grupos sociais.

Em Bourdieu, a ideia de agentes detentores de *habitus* transitando em *espaços sociais* busca, justamente, romper com a dicotomia entre sociedade e indivíduo. O sociólogo busca fornecer ferramentas de pesquisa que possibilite uma análise menos dicotômica do mundo social, sem abrir mão das lutas por representação que ocorrem dentro desses *espaços sociais* ocupados pelos agentes, pois

“[...] se existe uma verdade, é que a verdade é um lugar de lutas. Essa afirmativa é particularmente válida para os universos sociais relativamente autônomos que chamo de campos, nos quais profissionais da produção simbólica enfrentam-se em lutas que têm como alvo a imposição de princípios legítimos de visão e de divisão do mundo natural e do mundo social.” (BOURDIEU, 2008, p. 83)

No pensamento de Bourdieu, os *campos* se autorregulam e possuem regras próprias partilhadas pelos agentes que os compõem. No entanto, os *campos* estão inseridos em universos sociais que envolvem relações de força, de poder, de capital. Em outras palavras, os *campos* têm autonomia, mas não estão apartados das questões mais amplas que envolvem os fenômenos sociais.

Busca-se utilizar na análise das trajetórias de vida dos intelectuais o método prosopográfico que visa analisar histórias de vida coletivas. Tal método, conforme Lorena Monteiro, serve aos interesses da proposta de Bourdieu, uma vez que não recai “[...] em explicações baseadas apenas nas grandes estruturas sociais, teorias as quais, como o marxismo e estruturalismo, declinavam na explicação da complexidade do mundo social. [...]” (MONTEIRO, 2014, p. 15). Neste sentido, a análise prosopográfica interessa-se quantitativamente pelas similaridades, particularidades e causalidades do grupo investigado (MONTEIRO, 2014).

Desse modo, busca-se narrar as trajetórias singulares dos agentes inserindo-os em grupos sociais. Tal análise pretende, assim como criticado em *A ilusão biográfica* de Bourdieu (2008), se afastar das histórias de vida entendidas como um todo orientado e coerente. Ou seja, cuida-se para não buscar uma lógica coerente para a história de vida dos intelectuais, em que se atribui sentido aos estágios desencadeadores e sucessivos na trajetória dos agentes. Assim, a série cronológica não deve buscar uma lógica coerente que, ao fim e ao cabo, deságua em uma visão teleológica dos acontecimentos. Isso porque se entende que os caminhos assumidos pelos agentes estudados não estavam dados *a priori*, portanto, as trajetórias de vida não são dados naturais e sequenciais justapostos em uma narrativa. Entende-se que os agentes agem dentro de estruturas sociais, sem que elas os engessem. Os sujeitos sociais têm capacidade de ação e criação, e tais disposições para escolha podem, ao longo do tempo, os transformar e, ao mesmo tempo, transformar os *espaços sociais* nos quais estão inseridos. Portanto, os agentes, apesar de estarem conformados em estruturas sociais, são capazes de alterar tais estruturas. Em suma, como assinala Bourdieu (2008), os agentes são portadores de ação.

Boa parte da documentação utilizada para compor as trajetórias dos intelectuais pesquisados foi obtida no Arquivo Central do IPHAN (ACI) no fundo *Série Personalidades*. Constituída por uma série de documentos – fotografias, artigos de jornal, cartas, currículos etc. – os quais traçam a trajetória profissional, política, pessoal de diversos membros que integraram o órgão de preservação.

Dentre os intelectuais estudados, figurou na *Série Personalidades* Afonso Arinos, Alcindo Sodr , Américo Jacobina, Francisco Marques dos Santos, Gustavo Barroso, Paulo Santos e Pedro Calmon.<sup>27</sup> Para compor as trajetórias, além da *Série Personalidades*, foram utilizados dados de sites das institui es as quais os membros pertenciam; trabalhos acadêmicos em que os conselheiros foram citados e/ou estudados; o Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro; as atas das reuniões realizadas no SPHAN e no IHGB.<sup>28</sup>

O escritor, jurista, político, professor, historiador Afonso Arinos de Melo Franco nasceu em Belo Horizonte no dia 27 de novembro de 1905, filho de Afrânio de Melo Franco e de S lvia Alvim de Melo Franco. Afonso Arinos descendia de família ligada   carreira política desde o período do Império. Seu pai, igualmente, ocupou cargos políticos durante as primeiras décadas da República. Durante sua infância em Minas Gerais, cultivou rela es de amizade com Pedro Nava, Gustavo Capanema, Carlos Drummond de Andrade, além de ser primo de Rodrigo Melo Franco de Andrade. Assim, pode-se vislumbrar um dos elos da rede de intelectuais mineiros que se formaria anos mais tarde.<sup>29</sup>

Em 1927, receberia sua diploma o em Direito pela Faculdade de Direito do Rio de Janeiro. Escreveu cr nicas para a *Revista do Brasil*, dirigida por Rodrigo Melo Franco de Andrade, e *O Jornal*, sob dire o de Francisco de Assis Chateaubriand. Nesse período, entrou em contato com importantes figuras da intelectualidade, tais como Sérgio Buarque de Holanda, Prudente de Moraes Neto, Gilberto Freyre, Manuel Bandeira, Ronald de Carvalho, Graça Aranha, Gastão Cruls.

Afonso Arinos teve uma longa trajetória política, como exemplos podem-se citar: deputado federal pela União Democrática Nacional (UDN), senador (1956) e ministro das rela es exteriores (1961). Apesar de, a princípio, ter apoiado a candidatura de Getúlio Vargas, mais tarde seria um ferrenho opositor da ditadura do Estado Novo, tendo redigido, junto a outros políticos mineiros, o Manifesto dos Mineiros que fazia forte oposi o ao Estado Novo e defendia o pensamento liberal.

Entre 1936 e 1937, foi professor, a convite do reitor Afonso Pena Júnior, da cadeira de História do Brasil na Universidade do Distrito Federal (UDF). Em 1938, ingressou no Conselho Consultivo do SPHAN, no qual permaneceria até 1987, três anos antes de falecer. Poucos anos depois de ingressar no Conselho Consultivo, em 1941, Afonso Arinos ministrou

---

<sup>27</sup> Edgard Roquette-Pinto, Gilberto Ferrez e Josué Montello não figuraram na *Série Personalidades*. Os documentos referentes a Rodrigo Melo Franco de Andrade não foram consultados.

<sup>28</sup> No capítulo 2, serão apresentados o conteúdo das atas das reuniões que ocorreram no SPHAN e no IHGB de 1938 a 1966.

<sup>29</sup> Sobre este tema, ver Helena Bomeny (1994).

o curso sobre civilização material nas dependências do SPHAN a pedido de seu primo, Rodrigo Melo Franco de Andrade. Tal curso se transformaria em livro intitulado *Desenvolvimento da Civilização Material no Brasil*, editado na série *Publicações do SPHAN*, em 1944. Consoante Luciano dos Santos Teixeira (2012), a referida publicação “[...] se tornou obra-chave para a compreensão das bases teóricas e metodológicas que subsidiaram a ação do Serviço. [...]” (TEIXEIRA, 2012, p. 47). A noção de *civilização material* consistia na ideia de que “[...] a presença portuguesa predominava sobre as influências negra e indígena, que praticamente não haviam deixado vestígios materiais significativos.” (FONSECA, 2009, p. 107).<sup>30</sup> Portanto, o conselheiro Afonso Arinos foi quem elaborou o conceito de “civilização material”, o qual iria nortear a demarcação das manifestações e vestígios da referida “civilização material” pelo território brasileiro (TEIXEIRA, 2012).

No ano de 1947, foi encaminhada para assembleia geral do Instituto Histórico a proposição de inclusão de Afonso Arinos como sócio efetivo, tal proposta foi assinada por Alcindo Sodr e, Américo Jacobina e Francisco Marques dos Santos, membros do Conselho Consultivo do SPHAN, dentre outros sócios do instituto. No pedido de ingresso consta que Afonso Arinos

[...] bem merece pertencer por seu próprio valor, sobejamente demonstrado em numerosas publica es históricas, jurídicas e literárias, algumas das quais premiadas pela Academia Brasileira de Letras e pela Biblioteca Militar. (ATAS IHGB out.-dez. 1947, p. 210)

Além disso, foi citada a participa o de Afonso Arinos no III Congresso de História realizado pelo IHGB em 1938, momento em que o intelectual “serviu como relator de valioso trabalho” cujo tema era as ideias políticas da Inconfidência. Afonso Arinos ingressou no IHGB em 1949 na classe de sócio efetivo e permaneceu nessa posi o até 1966. Anos depois de ingressar no IHGB, seria eleito, em 1958, para a ABL, tendo substituído José Lins do Rego e recebido por Manuel Bandeira no dia de sua posse.

Na UDF, ocupou a cadeira de História da Civiliza o no Brasil no Curso de História. Em 1949 e 1950, respectivamente, Afonso Arinos tornou-se professor catedrático das cadeiras de Direito Constitucional da Universidade do Rio de Janeiro (atual Universidade do Estado do Rio de Janeiro) e Universidade do Brasil (atual Universidade Federal do Rio de Janeiro).

---

<sup>30</sup> “O desenvolvimento da nossa civiliza o material   de base portuguesa, entendida no seu complexo luso-afrasi tico. A contribui o negra e  ndia, muito notável na elabora o do psiquismo nacional,   pouco importante na nossa civiliza o material, n  somente por ter sido absorvida no choque com um meio muito mais evoluído mas também porque as condi es de sujei o em que viviam as raças negras e vermelha não permitiam a expansão plena das suas respectivas formas de cultura. Por isto mesmo, os elementos negros e índios, presentes na nossa civiliza o material, salvo um ou outro mais notáveis, são de difícil identifica o.” (FRANCO, 1944, p. 24)

Anos mais tarde, em 1975, Afonso Arinos se aposentaria. No ano seguinte, em homenagem à figura do professor de Direito Constitucional, Josué Montello redige artigo para o *Jornal do Brasil*, o qual foi transcrito no *Boletim do Conselho Federal de Cultura*. Nele, Josué Montello faz inúmeros elogios ao “mestre”, colocando em evidência suas habilidades como escritor, professor, político. Além disso, fazendo um paralelo com a obra *Unamuno* de Ortega y Gasset, afirma que

Quando se fizer um estudo da geração brasileira a que pertence Afonso Arinos de Mello Franco – e na qual ele sobressai como uma de suas figuras mais genuínas e representativas – chegar-se-á certamente à conclusão de que, à semelhança da geração de Azorin, Baroja e Unamuno, na Espanha, ela é, em nosso país, uma geração marcadamente opinativa. (Boletim CFC, out.-dez. 1976)<sup>31</sup>

Portanto, Josué Montello percebe algo de específico e distintivo no grupo de intelectuais do qual Afonso Arinos fazia parte. De algum modo, o próprio Josué Montello partilhava de aprendizados e frutos dessa “geração”, uma vez que pertencia a várias instituições as quais o homenageado integrava.

O médico e historiador Alcindo de Azevedo Sodré nasceu em Porto Alegre em 30 de novembro de 1895, cujos pais chamavam-se Antônio Cândido de Azevedo Sodré e Helena Porto de Azevedo Sodré. Segundo Américo Jacobina, o pai engenheiro “[...] descendia de tradicional família da velha província do Rio de Janeiro, e a mãe, Helena Porto, era ligada aos Jobim. [...]”.<sup>32</sup> Formou-se em Direito e Medicina nos anos de 1916 e 1921 pela Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro e pela Faculdade Nacional de Medicina, respectivamente. Escolheu a cidade de Petrópolis para clinicar, onde galgou o cargo de vereador nos anos de 1922, 1924, 1929 e 1936. Em 1945, no final do Estado Novo, foi nomeado prefeito de Petrópolis.<sup>33</sup>

No Boletim Semestral do IHP, Alcindo Sodré foi identificado como o responsável pela criação do Museu Imperial. Isto porque o presidente Getúlio Vargas passava longos dias em Petrópolis, e, nessas visitas, Alcindo Sodré propunha, com insistência, que se criasse um Museu Imperial no antigo Palácio Imperial. Em 1940, Alcindo Sodré teve seu pedido contemplado pelo presidente, tendo sido nomeado diretor do então recém criado museu. Nesse mesmo ano, Alcindo Sodré passa a integrar o Conselho Consultivo do SPHAN

---

<sup>31</sup> Disponível na ACI-*Série Personalidades*.

<sup>32</sup> Disponível em: <[http://ihp.org.br/26072015/lib\\_ihp/docs/ajl19660900.htm](http://ihp.org.br/26072015/lib_ihp/docs/ajl19660900.htm)>. Acesso em 19 dez. 2017. Site do IHP.

<sup>33</sup> Ver <<https://ihgb.org.br/perfil/userprofile/adasodre.html>>. Acesso em 19 dez. 2017.

justamente por ter se tornado diretor do Museu Imperial, cargo que iria ocupar até sua morte, em 1952.

Alcindo Sodré foi membro do IHP e professor de História do Liceu Fluminense e do Ginásio Estadual situados em Petrópolis. Em 1939, ingressou no IHGB como sócio correspondente e passa à classe de sócio efetivo em 1943. O motivo pelo qual Alcindo Sodré passa para uma classe hierarquicamente mais alta tem sua explicação na Ata da Sessão 1716 realizada no IHGB, pois

O sr. Dr. Alcindo Sodré, atualmente sócio correspondente deste Instituto, mercê dos trabalhos com que tem concorrido aos congressos promovidos pelo Instituto Histórico, é dos que frequentam assiduamente as suas sessões, o que indica para sócio efetivo e não para correspondente. Residindo em Petrópolis, está na condição dos sócios efetivos domiciliados em Niterói, e mesmo em Petrópolis, os quais podem frequentar e frequentam assiduamente a casa a que pertencem. (ATAS RIHGB out.-dez. 1943)

Portanto, a produção e a assiduidade nas reuniões do IHGB eram parâmetros para ascender de posição dentro da instituição, como prevê o já mencionado Estatuto de 1921.

No ano de 1966, em aula sobre Alcindo Sodré proferida por Américo Jacobina nas dependências do IHP, ressalta-se a devoção que Sodré tinha pela cidade de Petrópolis e pelo Museu Imperial. Américo Jacobina menciona a obra *A Cidade Imperial* (1929) de Alcindo Sodré, produzida anos antes da criação do museu. Segundo Américo Jacobina, tal obra tinha como finalidade “[...] ligar definitivamente a cidade à tradição imperial, enquadrar a paisagem da cidade no culto do *regímen* que deu tão gloriosos frutos ao país.”<sup>34</sup> Apesar de a obra ter sido escrita por Alcindo Sodré, a opinião sobre o trabalho fora redigida por Américo Jacobina. No próximo capítulo, serão analisados os trabalhos redigidos pelos dois intelectuais na revista do Instituto Histórico, e a devoção pelo período imperial de ambos ficará mais clara.

Não era somente a admiração pelo Império que ligava Alcindo Sodré a Américo Jacobina, este também nutria grande interesse e afeto pela cidade da Região Serrana do estado do Rio de Janeiro e, além disso, era igualmente membro do IHP. Por essas, e outras, afinidades, ambos foram designados pelos sócios do IHGB como integrantes da Comissão do Centenário da Cidade de Petrópolis, em 1938 (ATAS RIHGB out.-dez. 1938).

O historiador Américo Jacobina Lacombe nasceu no Rio de Janeiro em 7 de julho de 1909. Filho de Domingos Lourenço Lacombe e Isabel Jacobina Lacombe. Em 1931, tornou-se bacharel e, em 1933, doutor em Direito pela Universidade do Brasil. Na juventude, enquanto

---

<sup>34</sup> Curso Varnhagen realizado no IHP em comemoração ao Visconde Ouro Preto, tendo sido a 5ª aula dedicada a Alcindo Sodré. Disponível em: < [http://ihp.org.br/26072015/lib\\_ihp/docs/ajl19660900.htm](http://ihp.org.br/26072015/lib_ihp/docs/ajl19660900.htm)>. Acesso em 22 dez. 2017.

cursava Direito, estabeleceu laços de amizade com algumas figuras que mais tarde se tornariam conhecidos no cenário político-social brasileiro como: Hélio Vianna, Aroldo Azevedo, Almir Andrade, Thiers Martins Moreira, Plínio Doyle, Vinícius de Moraes.<sup>35</sup>

Américo Jacobina, apesar de bacharel em Direito, não exerceu a profissão. Depois de formado, ingressou na carreira pública como Secretário do Conselho Nacional de Educação de 1931 a 1939. Além disso, lecionou História em diversas instituições, tais como os colégios Pedro II, Jacobina, Santo Inácio, São Bento. Lecionou a disciplina também no Ensino Superior, como na Universidade Santa Úrsula, onde foi professor titular de História do Brasil, e na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), tendo sido um dos fundadores desta universidade junto ao grupo de Alceu Amoroso Lima. Ainda foi professor de História do Ensino de História no Instituto Rio Branco (Itamaraty) (VENÂNCIO, 2016). Escreveu diversas obras sobre a história do Brasil, como *Introdução ao Estudo da História do Brasil* para a *Coleção Brasileira*, a qual dirigiria a partir de 1956.

Em 1939, Américo Jacobina foi nomeado por Gustavo Capanema para ocupar o cargo de Diretor da Casa de Rui Barbosa. Por parte materna, Jacobina tinha laços de parentesco com Rui Barbosa, o que nutriu, desde muito cedo, a admiração do historiador pela figura de Rui Barbosa. Dirigiu a instituição até 1993, tendo se afastado do cargo entre 1959 e 1960, quando foi exercer o cargo de Secretário de Educação e Cultura do antigo Distrito Federal, e de 1962 a 1963, momento em que dirigiu a Casa do Brasil da Cidade Universitária de Paris.

Anos depois de ter assumido a diretoria da Casa de Rui Barbosa, em 1947, ingressa no Conselho Consultivo do SPHAN. Américo Jacobina passa a fazer parte do Conselho justamente por ser diretor daquela instituição, e acredita-se que não tenha sido integrado ao Conselho Consultivo antes por conta deste fórum não ter se reunido de 1940 a 1946.<sup>36</sup> Quando se afastou para ser Secretário de Educação e Cultura, Américo Jacobina envia ao Conselho Consultivo pedido de tombamento da Escola de Educação Feminina Princesa Isabel, localizada no Rio de Janeiro (ATAS SPHAN 23 out. 1962).

Em 1945, no IHGB, foi apresentada a proposta para admissão de Américo Jacobina como sócio efetivo. Dentre os atributos apresentados, destacou-se a importante participação de Américo Jacobina no III Congresso de História e sua atuação como sócio fundador do IHP. Os sócios Pedro Calmon e Francisco Marques dos Santos assinaram a proposição de inclusão

---

<sup>35</sup> Informações disponíveis no portal da ABL. Disponível em: <<http://www.academia.org.br/academicos/americo-jacobina-lacombe/biografia>>. Acesso em 20 dez. 2017.

<sup>36</sup> Para saber mais, ver Silva Neto (2015).

do novo membro. Américo Jacobina assumiria posição de destaque no Instituto Histórico, tendo substituído, em 1985, Pedro Calmon na presidência do instituto.

Os laços de amizade entre Américo Jacobina e Pedro Calmon durariam a vida toda. Construídos no Conselho Consultivo do SPHAN, no IHGB e em outros fóruns dos quais fizeram parte, como a ABL, instituição a qual Américo Jacobina passou a ocupar em 1974, sucedendo Antônio da Silva Melo. Em 1984, aos 75 anos de idade, Américo Jacobina lançou a obra *História da Igreja no Brasil* (ensaio de interpretação a partir do povo), em que defende a ação da igreja, principalmente das ordens religiosas, na formação social brasileira. No lançamento do livro, esteve presente Pedro Calmon.<sup>37</sup> Américo Jacobina também cultivou laços de amizade com Rodrigo Melo Franco de Andrade, tendo atuado com ele em “[...] Comissões ou Serviços de Arte, no MEC [Ministério da Educação e Cultura] e em concurso de Museologia efetuado pelo DASP [Departamento Administrativo de Serviço Público]. [...]”<sup>38</sup> Portanto, os laços de amizades construídos a partir dos *lugares sociais* ocupados por Américo Jacobina iam para além do Conselho do SPHAN e do Instituto Histórico. Os intelectuais se encontravam em outros espaços, trabalhando e compartilhando visões de mundo. Os encontros dos mesmos agentes em *espaço sociais* específicos delineariam as redes formadas em torno dos intelectuais pesquisados.

O médico, professor, etnólogo, antropólogo e ensaísta Edgard Roquette-Pinto nasceu no Rio de Janeiro em 25 de setembro de 1884. Seus pais chamavam-se Manuel Menélio Pinto Vieira de Melo e Josefina Roquette Carneiro de Mendonça. Ao longo de boa parte de sua infância, viveu com seu avô materno, João Roquette Carneiro de Mendonça, em uma fazenda no interior de Minas Gerais.

Em 1905, formou-se em Medicina pela Universidade do Brasil. No ano seguinte, se tornaria professor assistente de Antropologia e Etnografia no Museu Nacional. Passou a ser um dos antropólogos mais reconhecidos do país, tendo participado em 1912 da Comissão Rondon “[...] quando tem contato com índios e sertanejos da região Centro-Norte do país, é aberto com uma reflexão sobre o papel da ciência no mundo moderno: ‘a ciência vai transformando o mundo’.” (WEGNER, 2008, p. 8). Tal viagem pelo interior do Brasil tornou possível o aprofundamento de seus conhecimentos em botânica, geologia, zoologia e antropologia. Da Comissão Rondon, lançaria a obra *Rondônia*, publicado pela Imprensa Nacional em 1917.

---

<sup>37</sup> ACI-Série Personalidades. Livro de Jacobina defende a ação da igreja no país. *O Globo*, 1984.

<sup>38</sup> ACI-Série Personalidades. BARATA, Mário. *Rocha Miranda e J. Jacobina*. Sem data.

Lecionou, em 1916, História Natural na Escola Normal do Distrito Federal e Fisiologia, em 1920, na Universidade Nacional do Paraguai. Além disso, foi professor da Academia de Altos Estudos – Faculdade de Filosofia e Letras ligada ao Instituto Histórico, no qual Roquette-Pinto havia ingressado, em 1913, como sócio correspondente, tendo, no ano de sua morte, ascendido à classe de efetivo. A proposta para mudança de classe fora assinada por Rodrigo Melo Franco de Andrade, dentre outros sócios da instituição. Um dos trabalhos prestados por Roquette-Pinto dentro do IHGB foi sua participação do I Congresso de História, realizado em 1914, tendo dirigido a seção *História das explorações archeologicas e ethnograficas*.<sup>39</sup> Alguns anos depois, em 1927, sucederia Osório Duque-Estrada na ABL.

No ano de 1923, fundou, na Academia Brasileira de Ciências, a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro com fins exclusivamente educacionais e culturais, tendo sido doada ao MES em 1936. Roquette-Pinto ficou reconhecido pelo empenho que empregou para a expansão do sistema de radiodifusão no Brasil. Anos depois, em 1937, fundaria o Instituto Nacional de Cinema Educativo.<sup>40</sup> Neste momento, o cineasta Humberto Mauro produziu centenas de documentários sobre a história do Brasil.<sup>41</sup>

Dirigiu o Museu Nacional de 1926 a 1935, momento em que conseguiu obter a maior coleção de filmes científicos do Brasil. Três anos depois de sair da diretoria do Museu Nacional, ingressa, em 1938, no Conselho Consultivo do SPHAN como membro chancelado pelo Presidente da República. Roquette-Pinto integraria o Conselho até o ano de sua morte em 1954. Na reunião inaugural do Conselho Consultivo do SPHAN, Roquette-Pinto anuncia que, em breve, iniciaria a produção de filmes destinados à divulgação do patrimônio histórico e artístico nacional (ATAS SPHAN 10 maio 1938).

O historiador da arte e antiquarista Francisco Marques dos Santos nasceu em 22 de dezembro de 1899, na cidade de São Gonçalo, no estado do Rio de Janeiro. Filho de Antônio Marques dos Santos e Amélia Areias dos Santos. O Sítio de Sete Pontas, onde Marques dos Santos nasceu, pertenceu ao Conde de Beauraipe Roham.

Francisco Marques dos Santos, conhecedor de artes dos períodos colonial e imperial, possuía uma loja de antiguidades na Rua Chile, na região central da cidade do Rio de Janeiro. Em tal loja encontrava-se “[...] grande número de amigos e colecionadores, dentre muitos,

---

<sup>39</sup> Para saber mais sobre o Congresso e a seção de etnografia dirigida por Roquette-Pinto, ver Breno Souza (2013).

<sup>40</sup> Verbetes do CPDOC. CARNEIRO, Alan. Sem data. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/ROQUETTE-PINTO.pdf>>. Acesso em 20 dez. 2017.

<sup>41</sup> Um dos frutos da relação entre Roquette-Pinto e Humberto Mauro foi a conferência proferida no IHGB no ano de 1950 intitulada *Vocabulário Tupi de Humberto Mauro*, a qual iria ser publicada na RIHGB como artigo no mesmo ano.

historiadores, escritores, artistas plásticos, poetas, médicos e advogados, inclusive membros da Família Imperial do Brasil [...]” (CUNHA, 1976, p. 32).<sup>42</sup> Em documentos da *Série Personalidades*, o jornalista Carlos Cavalcanti relembra que “[...] A loja vivia-lhe cheia de não compradores – o velho Taunay, Jacobina, Paulo, Pires Brandão, Wasth Rodrigues, Rodrigo Melo Franco de Andrade, Gastão Cruels, almirantes e generais reformados com manias retrospectivas.”<sup>43</sup>

A loja era conhecida como Arca dos Jacarandás por conta de

Uma vez por ano, os componentes desta ‘igrejinha’ não política nem propriamente literária almoçavam em casa de um do grupo, e, se há terreno disponível (ainda há, por enquanto), plantam nada menos que um jacarandá. E esse jacarandá ganha nome ilustre, que tanto pode ser Varnhagen como Cotegipe. [...] (DRUMMOND, 1975, p. 48)<sup>44</sup>

Carlos Cavalcanti, afirma que a loja era a “[...] sucursal do Instituto Histórico, com suas conversas de mobiliário, heraldica, medalhística, cerâmica, artes plásticas, tudo isto até 15 de novembro de 1889.”

Sua admiração e dedicação ao Império foram reconhecidas quando nomeado diretor do Museu Imperial em 1954, dois anos depois da morte de Alcindo Sodrê. Foi sócio fundador da Sociedade de Amadores Brasileiros Ex-Libris (SABEL), tendo contribuído com a I Exposição Brasileira de Ex-Libris, realizada em 1942 no Museu Nacional de Belas Artes (MNBA), quando era dirigido por Oswaldo Teixeira.

Criou, em 1937, e dirigiu por muitos anos o Instituto de Estudos Brasileiros.<sup>45</sup> Junto a outros historiadores nacionais foi um dos responsáveis pela produção da Revista que contribuiu com pesquisas e debates sobre temas históricos. Examinou concursos públicos para Conservador de Museus organizados pelo DASP e concurso para Professores da Escola Nacional de Belas Artes, na Universidade do Brasil.

No ano de 1938, ingressou no Conselho Consultivo do SPHAN “[...] por seu saber de história do Brasil, história das artes nacionais e numismática brasileira, convocado por Rodrigo Melo Franco de Andrade e nomeado pelo Presidente da República [...]” (SOEIRO, 1975).<sup>46</sup> Anos depois, Francisco Marques dos Santos seria professor de curso de pós-graduação na Universidade de São Paulo (USP) por indicação de Rodrigo Melo Franco de

---

<sup>42</sup> ACI-*Série Personalidades*.

<sup>43</sup> ACI-*Série Personalidades*. CAVALCANTI, Carlos. *Rua Chile, 21*. Beira de Calçada.

<sup>44</sup> ACI-*Série Personalidades*. DRUMMOND, Carlos. *Revista da Prov. Bom. Carmelita Descalça*, 1975, p. 48.

<sup>45</sup> Não se sabe se existe alguma relação entre o IEB dirigido por Francisco Marques dos Santos e o IEB, ligado à USP, fundado por Sérgio Buarque de Holanda em 1962. Não foram encontradas referências sobre o IEB dirigido por Francisco Marques dos Santos.

<sup>46</sup> ACI-*Série Personalidades*. *Boletim do Conselho Federal de Cultura*, 1975.

Andrade. Em 1944, Marques dos Santos ingressa no Instituto Histórico na classe de sócio efetivo. Na proposta de inclusão, refere-se a ele como “[...] uma das maiores autoridades em matéria da nossa arte antiga.” (ATAS IHGB out.-dez. 1944).

Tal como Francisco Marques dos Santos, as trajetórias dos intelectuais pesquisados, além de outras importantes personalidades do cenário político e intelectual brasileiro, entrelaçavam-se diversas vezes por conta dos gostos e interesses em comum. Os lugares de encontro eram múltiplos, pois as posições ocupadas por tais intelectuais eram, igualmente, muitas. Nos encontros, nas conversas e nas trocas efetuadas por estes intelectuais compartilhavam-se visões de mundo e concepções de história. O ingresso de Francisco Marques dos Santos nesses espaços institucionais deu-se porque era considerado um reconhecido especialista em história da arte. Cabe notar, por sua vez, a importância da inserção de Marques dos Santos nessas redes para ratificar seu prestígio como conhecedor de artes e sua legitimidade para ser indicado para importantes postos em instituições culturais e educacionais.

O colecionador, comerciante e historiador Gilberto Ferrez nasceu no Rio de Janeiro em 1908. Filho do cineasta e comerciante Júlio Ferrez, neto do fotógrafo Marc Ferrez e bisneto do escultor Zepherin Ferrez. Gilberto Ferrez foi um importante pesquisador da iconografia urbana do período colonial e imperial do Brasil e do desenvolvimento urbano e arquitetônico das mais antigas cidades do país.<sup>47</sup>

No ano de 1955, foi convidado por Rodrigo Melo Franco de Andrade para integrar o Conselho Consultivo do SPHAN. No entanto, anos antes, em 1946, já havia publicado trabalho para a *Revista do Patrimônio* intitulado *A fotografia no Brasil e um de seus mais dedicados servidores: Marc Ferrez (1843-1923)*. Segundo Isabel Lenzi (2013), Gilberto Ferrez matinha estreito contato com alguns intelectuais do Conselho antes mesmo de integrá-lo, tais como Francisco Marques dos Santos, Manuel Bandeira e Rodrigo Melo Franco de Andrade, além de manter relações de amizade com alguns servidores do SPHAN, como Frei Clemente da Silva-Nigra<sup>48</sup> e Carlos Drummond de Andrade. Segundo a autora, “[...] O SPHAN respaldou o trabalho intelectual de Gilberto Ferrez. [...]” (LENZI, 2013, p. 52).

---

<sup>47</sup> Disponível em <<http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa963/gilberto-ferrez>>. Acesso em: 20 dez. 2017.

<sup>48</sup> O alemão Clemente Maria da Silva-Nigra veio para o Brasil como membro da Ordem Beneditina em Salvador. Em 1940, inicia seus trabalhos para o órgão de preservação por possuir conhecimento em arte sacra. No ano de 1954, passa a integrar o Instituto Histórico. No parecer da Comissão de Admissão de Sócios consta: “O ilustre beneditino é uma das grandes figuras da moderna historiografia brasileira. Sua bagagem literária é das maiores e das melhores. A Bibliografia contida na proposta assinada em primeiro lugar pelo ilustre consócio Rodrigo Melo Franco de Andrade, justifica, sem dúvida, a aceitação do Monge Dom Nigra para membro do IHGB.” (ATAS IHGB out.-dez. 1954) Informações sobre Silva-Nigra obtidas em Márcia Chuva (2009).

Além disso, Isabel Lenzi, identifica Gilberto Ferrez como pertencente ao grupo da Arca dos Jacarandás “[...] que frequentavam a casa de Marques dos Santos eram, quase todos, sócios do Instituto [Histórico], e seu círculo incluía ainda alguns integrantes do Conselho do SPHAN [...]” (LENZI, 2013, p. 60).

Antes mesmo de pertencer ao IHGB, na sessão ordinária de 07 de junho de 1955, o sócio Manuel Vasconcelos Xavier elogiou o trabalho de Gilberto Ferrez. No seu discurso, Manuel de Vasconcelos coloca em evidência sua descendência

Não fosse Gilberto Ferrez neto de Zeferino e sobrinho de Marcos Ferrez, que fizera parte não da primeira leva, dos artistas da Missão Francesa, contratada em 1816 pelo conde de Linhares, para que fosse possível a fundação da Academia de Belas Artes. Os irmãos Ferrez foram incorporados à Academia de Belas Artes em 1820. Marcos Ferrez como mestre de escultura e Zeferino como mestre gravador. (ATAS IHGB, out.-dez. 1955, p. 406)

Além disso, antes de ser membro do Instituto Histórico, redigiu trabalhos para a RIHGB com os temas *Um panorama do Rio de Janeiro de 1775*, do ano de 1956, e *João Massé e sua planta do Rio de Janeiro*, de 1959. Em 1961, Gilberto Ferrez ingressa no Instituto Histórico como sócio honorário e, em 1965, ascende à categoria de sócio efetivo. Na proposta para admissão de Gilberto Ferrez no IHGB consta que

Da relação e valor dos seus trabalhos dirão as Comissões que tiveram de apreciar esta proposta, bastando portanto lembrar que o Sr. Gilberto Ferrez desde 1953 é sócio correspondente do Instituto Histórico de Petrópolis e do Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco, pertence desde 1958 ao Conselho Consultivo do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. [...] (ATAS IHGB, out.-dez. 1961, p. 245)

Américo Jacobina e Pedro Calmon, dentre outros sócios, assinam tal proposição. Cabe notar a importância devotada ao fato de Gilberto Ferrez pertencer ao Conselho Consultivo do SPHAN, deixando entrever a importância que o Conselho tinha perante os intelectuais do Instituto Histórico. Isabel Lenzi (2013) afirma que

[...] Os institutos constituíram sua identidade de historiador ao integrá-lo numa sociedade de saber dedicada ao conhecimento da história, agenciando os espaços e as instituições sociais para a difusão de sua obra e visão história. (LENZI, 2013, p. 45)

Portanto, tanto o Conselho Consultivo do SPHAN quanto o Instituto Histórico podem ser entendidos como espaços de convivência, aprendizado e difusão do trabalho de Gilberto Ferrez. Cabe lembrar que Ferrez era considerado historiador, porém não havia se formado em nenhum curso superior. Por isso, estes eram espaços de projeção social e intelectual. Além disso, desataca-se que Gilberto Ferrez pertencia, igualmente, ao grupo Arca de Jacarandás,

partilhando dessa rede constituída por laços de amizade, conversas e visões de mundo. O contato de Gilberto Ferrez com intelectuais renomados certamente conferiu-lhe inserções em espaços político-sociais de prestígio. Ou seja, Gilberto Ferrez investiu-se de reconhecimento ao pertencer e integrar importantes instituições e redes. De modo inverso, ao longo do tempo, Gilberto Ferrez passou a ser figura renomada no conhecimento da história da iconografia brasileira, e, assim, investiu tais instituições de reconhecimento e distinção por integrá-las.

Gustavo Dodt Barroso nasceu em Fortaleza em 1888. O historiador, jornalista, romancista era filho de Antônio Filinto Barroso e Ana Dodt Barroso. Entre 1907 e 1909, cursou a Faculdade de Direito em Fortaleza, depois, instalou-se no Rio de Janeiro, onde se tornou, em 1911, bacharel pela Faculdade de Direito do Rio de Janeiro.

De 1913 a 1919, foi redator do *Jornal do Comércio*, função que desempenhou junto a outras ocupações políticas, tais como Secretário de Estado do Interior e Justiça do Ceará (1914) e deputado federal igualmente pelo estado do Ceará (1915-1918). Logo quando chegou ao Rio de Janeiro, Gustavo Barroso conheceu Pinheiro Machado, à época vice-presidente do Senado. O encontro entre Barroso e Pinheiro Machado data do dia em que Barroso foi cobrir para o *Jornal do Comércio* um vôo de aparelho motorizado de um aviador chamado Locatelli. Depois de trocarem algumas palavras, Pinheiro Machado teria dito a Gustavo Barroso “Gostei de ti, rapaz! Quando estiveres empurrando para diante o barco da vida e precisares duma remada, vai me procurar. Sabes onde moro?” (BARROSO, 1951, p. 93). Barroso teria aceitado o convite de Pinheiro Machado e, a partir daquele momento, o jornalista se tornaria uma figura admirada pelo importante político. Tal relato, contado com orgulho por Gustavo Barroso, faz entrever a importância da ocupação de certos lugares sociais, como ser redator do *Jornal do Comércio*, para impulsionar contatos que inseriram os intelectuais pesquisados em lugares de *distinção social*. Contatos com figuras renomadas do cenário político eram, muitas vezes, as chaves para adentrar em postos da administração pública e/ou em instituições culturais.

A Ação Integralista Brasileira (AIB), inspirada no fascismo italiano, teve Gustavo Barroso como um de seus principais ideólogos junto a Plínio Salgado e Miguel Reale. As ideias de Barroso possuíam um cunho anti-semita aproximando-o do nazismo alemão, e o afastando da principal liderança integralista, Plínio Salgado, cujos ideais estavam afinados com o fascismo de Benito Mussolini. Em reportagem para o *Jornal do Brasil*, Marcos Maio destaca a “face esquecida” e “polêmica” de Gustavo Barroso, destacando que muitos preferem esquecê-la ou tratá-la como equívoco, como foi o caso de Josué Montello

A face mais polêmica, e menos conhecida, de Barroso – sua atuação integralista – não tem merecido a devida atenção, por ser considerada um fato secundário, apenas um equívoco político do autor de *Terra de Sol*, que não chega a ofuscar a importância intelectual do mesmo, segundo Josué Montello (JB - 17/1/89). (MAIO, 1989)<sup>49</sup>

Anos antes desta declaração, Josué Montello substituiria Gustavo Barroso na direção do MHN, e, como se pode notar, os laços de amizade construídos perduravam para além da vida, posto que, no momento da citada entrevista, Gustavo Barroso já havia falecido há vários anos.

Em 1922, fundou e dirigiu o MHN. No ano seguinte, elegeu-se para ABL, tendo substituído Silvério Gomes Pimenta. Foi presidente da Academia em 1932, 1933, 1949 e 1950. No ano de 1931, ingressa no Instituto Histórico como sócio efetivo, passando à classe de benemérito em 1956. Representou o Brasil na Comissão Internacional de Monumentos Históricos, criada pela Liga das Nações. Dirigiu a Inspetoria de Monumentos Nacionais (IMN), criada como departamento do MHN pelo Decreto nº 24.735 de 14 de julho de 1934. Tal Inspetoria seria extinta em função da criação do órgão de preservação em 1937. Segundo Aline Montenegro (2004), Gustavo Barroso foi “[...] alijado das ações de proteção e revitalização planejadas e executadas pelo SPHAN [...]” (MONTENEGRO, 2004, p. 13).<sup>50</sup> Em 1938, Gustavo Barroso ingressa no Conselho Consultivo do SPHAN por conta de ser diretor do MHN. Nele iria permanecer até 1959, ano de sua morte.

Romancista e cronista Josué de Souza Montello nasceu em 1917 em São Luís, no estado do Maranhão. Filho de Antônio Bernardo Montello e Mância de Souza Montello. Aos 15 anos, em 1932, integra a Sociedade Literária Cenáculo Graça Aranha, da qual fazia parte escritores modernistas. Muda-se, em 1936, para Belém do Pará quando foi eleito, aos 18 anos, como membro efetivo do Instituto Histórico e Geográfico do Pará. No mesmo ano, muda-se para o Rio de Janeiro, onde ajuda a fundar o semanário *Dom Casmurro*, além de colaborar com outros periódicos da capital, tais como *Careta*, *O Malho*, *Ilustração Brasileira*.

Foi eleito membro da ABL em 1954, sucedendo Cláudio de Sousa. Em 1960, passa a dirigir o MHN, depois da morte de Gustavo Barroso. Dirigiu e fundou o Museu da República. Além de dirigir o MHN e o Museu da República, também presidiu os serviços da Biblioteca Nacional e do Serviço Nacional do Teatro. No ano de 1963, ingressa no Instituto Histórico como sócio efetivo. Segundo o parecer da Comissão de História da instituição, a admissão de Josué Montello significava o reconhecimento “[...] dos seus méritos intelectuais,

---

<sup>49</sup> ACI-Série Personalidades. MAIO, Marcos. Face polêmica. *Jornal do Brasil*, 22 maio 1989.

<sup>50</sup> Para saber sobre a IMN e o papel de Gustavo Barroso na sua gestão, ver Aline Montenegro (2004).

comprovados por diversos trabalhos históricos e literários que tem publicado [...]” (ATAS IHGB out.-dez. 1963).

Em 1960, quando passa a dirigir o MHN, ingressa no Conselho Consultivo do SPHAN. Como membro do Conselho, propôs, em 1961, o tombamento da Academia Maranhense de Letras, da qual fazia parte. O proponente do tombamento foi o próprio relator do processo de tombamento. Em seu parecer, Josué Montello apresenta as razões pelas quais deveria se tombar o imóvel:

As duas razões objetivas em que me baseei para solicitar o tombamento do prédio, embora bastante claras, devem ser aqui repetidas, para o perfeito entendimento desta exposição. Eram elas: resguardar o conjunto arquitetônico e urbanístico do Largo do Carmo, que ficaria fatalmente comprometido com a construção de um edifício de dez ou doze andares por trás do Convento do Carmo, e poupar de destruição iminente a sede da Academia Maranhense de Letras, prédio tradicional da Cidade, como antiga escola e sede da Biblioteca Pública. (ATAS SPHAN 29 dez. 1961)

Portanto, pode-se pensar que o Conselho Consultivo do SPHAN mostrava-se, muitas vezes, como espaço para garantir a preservação de bens relacionados a interesses pessoais dos próprios conselheiros. Não se está julgando aqui se a Academia Maranhense de Letras possuía ou não valor patrimonial, mas sim que alguns conselheiros utilizaram o espaço que ocupavam para ver seus desejos pessoais de tombamento atendidos.

O arquiteto Paulo Ferreira dos Santos nasceu no Rio de Janeiro em 25 de junho de 1904. Filho de Alice Cruz Santos, irmã do médico sanitarista Oswaldo Cruz, e Samuel Ferreira dos Santos. Paulo Santos teria sido, entre os cinco filhos do casal, o único a formar-se no Ensino Superior (VASCONCELOS, 1989). Em 1926, formou-se na ENBA. Integrou, em 1932, a Comissão de Professores da Escola Politécnica criada para elaboração da reforma do curso de Arquitetura da ENBA. Lecionou as cadeiras Arquitetura, Perspectiva e Sombra e Técnica da Construção na Escola Técnica do Exército. Criou a disciplina de Arquitetura no Brasil na Faculdade de Arquitetura da Universidade do Brasil, na qual lecionou como professor catedrático a partir de 1951. Enquanto presidente do Instituto dos Arquitetos do Brasil, em 1931, “foi um dos primeiros defensores da arquitetura moderna”.<sup>51</sup> Foi autor de diversas obras sobre a história da arquitetura no Brasil, dentre elas esteve: *Arquitetura Religiosa em Ouro Preto, O Barroco e o Jesuítico na Arquitetura do Brasil, Arquitetura da Sociedade Industrial, Quatro Séculos de Arquitetura*.

---

<sup>51</sup> ACI-Série Personalidades. Carta do diretor. *Arquitetura Revista*. FAU/UFRJ, v. 7, 1989.

No ano de 1955, Paulo Santos ingressa no Conselho Consultivo do SPHAN. O arquiteto desempenharia importante e destacado papel dentro deste fórum de discussão, visto que era reconhecidamente “[...] Profundo conhecedor do legado arquitetônico colonial, principalmente do ouropretano, [por isso,] o Professor passou a fazer parte do Conselho Consultivo do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN. [...]”<sup>52</sup>

No ano de 1960, na assembleia de eleição de sócios realizada no Instituto Histórico, propõem-se o ingresso de Paulo Santos como sócio efetivo. Tal proposição seria assinada por Pedro Calmon, Gustavo Barroso e Rodrigo Melo Franco de Andrade, dentre outros sócios da instituição. Na proposta para admissão de Paulo Santos, consta como fator relevante sua participação no órgão de patrimônio

Trata-se de uma personalidade invulgar, cujo amor aos estudos históricos já estão sobejamente demonstrados; cuja obra, serena e paciente, de tombamento e apreciação dos monumentos histórico-arquitetônicos, representa, pela sua benemerência, valiosa contribuição para o apreço, estudo e salvaguarda dos bens patrimoniais da Nação. (ATAS IHGB out.-dez. 1960)

Paulo Santos foi autor da construção da nova sede do Instituto Histórico inaugurada em 1972. Segundo Augusto Carlos Vasconcelos (1989), dentre as construções de autoria de Paulo Santos, esta teria sido uma daquelas que mais o agradava. Vasconcelos ainda lança uma crítica ao Instituto Histórico, uma vez que “[...] o prédio do IHGB, para o qual fez de tudo, desde o projeto, a obtenção de recursos, a construção e a fiscalização, sem que qualquer menção disso tudo fosse feita na sessão de inauguração... [...]” (VASCONCELOS, 1989, p. 171). Sendo assim, pode-se notar que um mesmo intelectual desfrutava de grau de importância e posições diferentes nas diversas instituições das quais fazia parte, como foi o caso de Paulo Santos, cuja participação foi de destaque no Conselho Consultivo do SPHAN, enquanto no Instituto Histórico sua presença, mesmo tendo construído o novo edifício-sede da instituição, mostrou-se como pouco relevante.

O historiador Pedro Calmon Moniz de Bittencourt nasceu em Amargosa, no estado da Bahia, em 1902. Filho de Pedro Calmon Freire de Bittencourt e Maria Romano Muniz de Aragão de Bittencourt, membros de famílias importantes, embora falidas economicamente, mas “[...] com um passado glorioso, vinculada às aristocracias baiana e mineira dos períodos imperial e republicano. [...]” (REIS, 2006 *apud* VALE, 2014, p. 1).

Iniciou seus estudos em Direito na faculdade de seu estado, tendo os concluído em 1924 na Faculdade de Direito da Universidade do Rio de Janeiro. No ano de 1922, veio para o

---

<sup>52</sup> ACI-Série Personalidades. Carta do diretor. *Arquitetura Revista*. FAU/UFRJ, v. 7, 1989.

Rio de Janeiro, a convite de seu padrinho Miguel Calmon, com a finalidade de secretariar a Comissão Promotora dos Congressos do Centenário da Independência.

Foi em meados da década de 1920 que Pedro Calmon desponta na carreira política. Em 1927, foi eleito deputado estadual da Bahia pelo recém fundado Partido Republicano da Bahia e, em 1934, elegeu-se deputado federal pela Bahia. Enquanto deputado criou, em 1927, a Inspeção dos Monumentos Nacionais para proteção e conservação do patrimônio artístico e histórico da Bahia.<sup>53</sup>

Foi conservador do MHN. No ano de 1932, criou neste museu a cadeira História da Civilização Brasileira, a qual resultaria em sua obra homônima publicada em 1933, e no ano de 1935 lecionou esta disciplina na Universidade do Distrito Federal. Neste mesmo ano, publicou o primeiro tomo de sua obra *História Social do Brasil*, trabalho que o habilitou a se candidatar para ABL, tendo sido eleito em 1936.

Leccionou Direito e História em diversas instituições. Professor da Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, da Faculdade Nacional de Filosofia (FNF) da Universidade do Brasil, da PUC, do Colégio Pedro II, do MHN, da Universidade Santa Úrsula, das universidades de San Marcos, no Peru, Universidade Nacional, no México. Foi reitor da Universidade do Brasil de 1948 a 1950, quando assume o Ministério da Educação e Saúde (1950-1951), e de 1951 a 1966.<sup>54</sup>

Em 1988, no *Boletim do Conselho Federal de Cultura*, em homenagem à figura de Pedro Calmon, Afonso Arinos diz o seguinte:

Então, Calmon, por todos os títulos, é o representante disso, com sua geração, que é a minha. Ele é um homem de elite. Ele se chama Calmon. [...] os Calmons são uma gente que vem de muitos séculos. Ele é um fidalgo da Bahia. Ele vem de todas as origens fidalgas da Bahia. [...] (ARINOS, 1982, p. 28)<sup>55</sup>

Mais à frente, Afonso Arinos conclui dizendo ser Pedro Calmon “[...] representante autêntico da elite intelectual brasileira, que nada tem que ver com classe, com ideologia, com tudo o que é efêmero e passageiro. Mas tem tudo a ver com o que é permanente, constante e terno, no cerne da nacionalidade.” (ARINOS, 1982, p. 30). Neste sentido, Afonso Arinos defende a ilustre figura de Pedro Calmon como representante dos autênticos valores de construção da nação. No caso, a elite intelectual brasileira seria defensora dos ideais

---

<sup>53</sup> Projeto de criação disponível no Arquivo do IHGB, lata 686/pasta 13.

<sup>54</sup> Sobre a biografia de Pedro Calmon, ver <[http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/biografias/pedro\\_calmon](http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/biografias/pedro_calmon)> e <<http://biblioteca.forum.ufrj.br/index.php/colecoes/colecao-pedro-calmon/biografia-p-c>>. Acesso em: 18 jan. 2017.

<sup>55</sup> ACI-Série Personalidades.

nacionais, como Afonso Arinos se insere neste grupo intelectual de Calmon, o elogio ao amigo se estende ao próprio elogiador.

Continuando as loas ao homenageado, Josué Montello diz “[...] Calmon é como Afonso Arinos, hoje, aquele antologia de conhecimentos, a que me afiz a querer, companheiro realmente modelar.” (MONTELLO, 1982, p. 30). No final de seu discurso, Montello afirma

Calmon é perfeito. Direi mais: a certa altura, a gente tem que recorrer a tempo de verbo, para explicar Calmon. É mais que perfeito. Ele, na sua maneira de ser, na sua bondade, no seu saber, não há uma data da História do Brasil, que Calmon desconheça. E nos responde e nos informa, na fumaça da pólvora. É instantâneo. No estrondo do tiro, está ele presente, com a palavra, a data apropriada, sabendo esta História factual brasileira, como ninguém. Ele pertence a uma linhagem de historiadores brasileiros, em que é, realmente, uma das figuras pinaculares, mas que tem, também, a sua vez, na história cultural do País. Muitas vezes querem julgá-lo, por uma filosofia de História, que não é o seu campo, a sua orientação. O campo próprio dele é uma História factual, de que é, realmente, o maior mestre brasileiro. (MONTELLO, 1982, p. 31)<sup>56</sup>

Tais depoimentos, em homenagem aos 80 anos de Pedro Calmon, demonstram mais do que admiração à figura do historiador, dizem respeito aos laços de amizade construídos ao longo dos anos nas instituições às quais pertenciam e, também, fora delas. Além disso, o depoimento de Josué Montello demonstra a complexidade para a compreensão dos historiadores tratados neste trabalho, pois trata Calmon como interessado na “História factual”, porém, na década de 1930, Pedro Calmon publicava obras interessadas na compreensão da formação do povo brasileiro, como as citadas *História da Civilização Brasileira* e *História Social do Brasil*. Portanto, para compreender os intelectuais pesquisados, tem que se ter em mente que viviam tempos de transição e de transformações, em que os novos preceitos da escrita da história conviviam com a antiga forma de compreensão da história.

Dentre tantos lugares que Afonso Arinos, Josué Montello e Pedro Calmon se encontraram, pode-se citar o Instituto Histórico no qual Calmon ingressou como sócio efetivo em 1931, tendo estreado na instituição, anos antes, em 1926, como orador. Alguns anos depois de sua admissão no IHGB, Pedro Calmon ingressaria, em 1946, no Conselho Consultivo do SPHAN, mais um lugar de encontro e sociabilidade para este, e os demais, intelectual.

Na 12ª reunião ordinária realizada no Conselho Consultivo em 1946, o conselheiro Pedro Calmon menciona o quarto centenário da fundação da cidade de Salvador e faz o seguinte pedido:

---

<sup>56</sup> ACI-Série Personalidades.

[...] haveria grande conveniência que a DPHAN elaborasse um plano de obras de reparação, conservação e restauração dos mais valiosos monumentos de arquitetura religiosa e civil daquela cidade, trabalhos esses que constituiriam a contribuição mais útil e adequada que o governo da União poderia prestar às projetadas comemorações o referido centenário, mas como a sua execução importaria em despesa muito excedente aos recursos orçamentários postos à disposição da DPHAN em cada exercício financeiro, haveria necessidade de pleitear oportunamente dos poderes competentes uma dotação especial para o fim alvitrado, iniciativa essa que propunha fosse em tempo tomada pelo Conselho. (ATAS SPHAN 31 jul. 1946)

No Instituto Histórico, no início do ano de 1947, Pedro Calmon propõe “Que o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro promova o 4º Congresso de História Nacional em comemoração ao 4º Centenário da fundação da Cidade da Bahia – em 1949 – primeira cidade da América Portuguesa e centro inicial da Nacionalidade.” (ATAS IHGB, out.-dez. 1947, p. 197).

Pedro Calmon, baiano e amante de sua terra natal, buscava, dentro dos fóruns aos quais pertencia, ver seus desejos representados e atendidos. Interessante notar que os pedidos são de ordem diferente: no caso do Conselho Consultivo, Calmon solicita “obras de reparação, conservação e restauro” na cidade de Salvador; no Instituto Histórico, o intelectual requer a organização do 4º Congresso de História em comemoração à cidade de Salvador. Pedro Calmon sabia para quem e o que pedir. No Conselho, sua proposta foi aceita por unanimidade; no Instituto Histórico, a proposição foi “aprovada por aclamação”.

O advogado, jornalista e escritor Rodrigo Melo Franco de Andrade nasceu em Minas Gerais no dia 17 de agosto de 1898. Filho de Rodrigo Bretas de Andrade e Dália Melo Franco de Andrade. Formou-se, no ano de 1921, na Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro. Neste momento, construiu importantes laços de amizade com grupos modernistas cujos integrantes, tais como Carlos Drummond de Andrade, Pedro Nava, João Alphonsus, Milton Campos, iriam estar próximos para toda a vida. No mesmo ano em que se torna bacharel em Direito, inicia seus trabalhos no jornal *O Dia*. Em 1926, torna-se redator-chefe da *Revista do Brasil*, alinhada com o movimento modernista.

No ano de 1930, foi convidado pelo ministro da Educação e Saúde, à época Francisco Campos, para chefiar o gabinete do Ministério. Anos depois, em 1936, seria convidado, por indicação de Mário de Andrade, pelo então ministro do MES, Gustavo Capanema, para elaborar projeto de lei e dirigir o serviço de proteção ao patrimônio nacional. A partir daí, dirigiria o recém criado SPHAN e presidiria o seu Conselho Consultivo ao longo de 30 anos (1937-1967).

Enquanto diretor do órgão de preservação, Rodrigo Melo Franco de Andrade criou uma rede de intelectuais interessados na história da arte, história da arquitetura, preservação e restauro. Tais intelectuais contavam com a *Revista do Patrimônio*, criada por Rodrigo Melo Franco de Andrade, cuja finalidade era divulgar os trabalhos e pesquisas sobre o patrimônio histórico e artístico brasileiro.

Além disso, Rodrigo Melo Franco de Andrade tornaria o órgão de preservação local de encontro de alguns importantes elementos da intelectualidade brasileira. Conforme memória de Luís de Castro Faria,

[...] Íamos todas as tardes para o escritório do Rodrigo – um trabalhador infatigável – e eu tinha pena dele, porque estávamos sempre lá. Eu não era ninguém face aos outros frequentadores, pois iam para lá José Lins do Rêgo; Gastão Cruls – também infatigável; Drummond, um funcionário muito discreto; Afonso Arinos, de Minas e primo de Rodrigo; e vários outros intelectuais. (FARIA, 1995, p. 28).

No caso, a rede de intelectuais ligada a Rodrigo Melo Franco de Andrade se estendia ao Conselho Consultivo do SPHAN. Interessante perceber que, apesar de se reconhecer a heterogeneidade do Conselho se comparada aos quadros técnicos do órgão de patrimônio, os seus membros não se distanciavam tanto quando analisados mais detidamente.

Observando as trajetórias apresentadas, pode-se perceber que a maior parte dos intelectuais tinha formação em Direito. Todos, com exceção de Josué Montello, nasceram na última década do século XIX ou na primeira década do século XX. Nota-se que a maior parte descende de famílias ditas “tradicionais”, ou seja, mesmo aqueles que não possuíam capital material ainda desfrutavam do capital simbólico como legado dos seus antepassados. Sergio Miceli (1977), em seu livro *Poder, Sexo e Letras na República Velha*, trata dessas “famílias decadentes” e da trajetória seguida pelos seus filhos. As possibilidades de ascensão dos filhos das famílias decadentes encontravam-se não mais no capital material desfrutado pelas gerações de outrora, mas sim pelo capital social herdado pelos filhos. Tal capital inseria os filhos das famílias decadentes em redes sociais compostas por importantes figuras que poderiam garantir-lhes postos administrativos, políticos ou culturais. Assim, o êxito dos filhos das famílias decadentes residia em saber utilizar o capital das relações sociais e de honorabilidade herdado de seus antepassados (MICELI, 1977, p. 22-3).

A inserção na administração pública, a ocupação em cargos políticos, a direção e/ou atuação em instituições educacionais ou culturais foi comum a todos, sem exceção. Tais posições eram ocupadas, às vezes, concomitantemente; outras vezes, em momentos diferentes da vida. Em alguns casos, as ocupações em diversos cargos, às vezes, ao mesmo tempo,

deriva da posição ocupada pelos intelectuais em diferentes áreas de saber. Desse modo, como assinala Robert Wegner (2008),

[...] é notório que a formação tardia de um sistema universitário trouxe marcas características para a vida intelectual na primeira república brasileira, em que se destacava a pouca especialização, ao que correspondia, por outro lado, um grande número de intelectuais engajados diretamente na vida pública e com formação marcada pela erudição, de marca autodidata, ainda que iniciada nas escolas de direito, medicina e engenharia. [...] (WEGNER, 2008, p. 10)

Os intelectuais analisados se inserem neste contexto ao qual faz referência Robert Wegner, visto que se formaram principalmente no curso de Direito, tendo a maioria nunca seguido a profissão. Foi justamente nos anos 1930 que o Estado passou a ser o principal e legítimo emissor de certificados e diplomas, garantindo, assim, considerável monopólio na distribuição dos postos públicos (MENDONÇA, 1996; MICELI, 1979). O projeto de construção de uma “nova” nação implicava um “novo” modelo técnico-administrativo para o Estado (GOMES, 1996). Neste sentido, a figura do especialista ocuparia posição de destaque dentro das agências estatais. Neste momento, distanciava-se da concepção iluminista de intelectual erudito, aproximando-se daquela que organiza, direciona e dissemina o “conjunto de códigos culturais” (MENDONÇA, 1996). Não se pode deixar de notar que, no caso do Conselho Consultivo do SPHAN, boa parte dos intelectuais foi eleita pelo grau de especialização, mas, na prática, eram versados em múltiplos conhecimentos. Sendo assim, cabe ressaltar que, naquele momento, a identidade do especialista ainda estava sendo moldada, e os intelectuais estudados encontravam-se na transição entre a concepção iluminista de intelectual, detentor de variados conhecimentos, e a ideia do intelectual especialista.

Antes da formação dos cursos superiores nas áreas de ciências e letras, os historiadores eram poetas, juristas, romancistas, jornalista (GOMES, 1996). As trajetórias analisadas dos intelectuais mostram que todos, sem exceção, interessavam-se pela história, apesar de nem todos poderem ser considerados historiadores. Paulo Santos, identificado como arquiteto, interessava-se pela história da arquitetura; Francisco Marques dos Santos era um grande apaixonado pela história e objetos do período imperial; Rodrigo Melo Franco de Andrade interessava-se pela história da arte; Gilberto Ferrez pela história da iconografia brasileira.

Nota-se que, além do Conselho do SPHAN e do Instituto Histórico, os intelectuais se encontravam em outras instituições, por exemplo, a ABL. Segundo Angela de Castro Gomes (1996), a ABL ocupava, nas primeiras décadas do século XX, “lugar nitidamente prestigioso”. Conforme o pertencimento dos intelectuais em diversas instituições tão prestigiosas quanto o

IHGB, pode-se pensar que outras relações institucionais poderiam ser traçadas. Cabe assinalar que o interesse do trabalho assenta-se nas concepções de história defendidas para a patrimonialização dos bens. Neste sentido, entendendo o IHGB como uma das instituições mais reconhecidas e autorizadas na escrita da história até as primeiras décadas do século XX, percebe-se que as visões de história discutidas no IHGB são bastante semelhantes àquelas manejadas para legitimar o tombamento dos bens patrimoniais artísticos e históricos. Neste sentido, Pedro Calmon, que poderia ser considerado historiador representante da história factual – como afirmou Josué Montello – e Paulo Santos, arquiteto defensor dos ideais modernistas, não estavam tão distantes quando comparadas suas concepções de história para legitimar o tombamento de um bem.<sup>57</sup>

O capital simbólico garantido pelas descendências dos intelectuais era ratificado pelas redes de amigos nas quais estavam inseridos. Quando não conseguiam adentrar na carreira política ou em um cargo administrativo por conta de ser filho ou afilhado de um político renomado, eram indicados, convidados e solicitados por seus amigos para ocuparem tais cargos. Assim, se conheciam nos cursos universitários, na Arca dos Jacarandás, no IHGB e nos Institutos Históricos locais, no Conselho Consultivo, na ABL, nos jornais e revistas para os quais trabalhavam. Nestes espaços, institucionais ou não, trocava-se muito mais que conhecimento intelectual; partilhava-se afeto, trocavam-se experiências, moldavam-se laços de companheirismo e amizade.

As relações desses intelectuais derivam das trajetórias de vida de cada um que em algum ponto se encontrariam. As famílias em que nasceram, os cursos superiores, o lugar – todos residiam no Rio de Janeiro ou muito próximo –, os gostos construídos, todas essas variáveis juntas fizeram com que estes intelectuais se encontrassem e pudessem dividir – às vezes divergir – histórias de vida, saberes e laços de amizade ao longo da vida.

---

<sup>57</sup> Este assunto será tratado no capítulo 2.

## Capítulo 2

### **Atuação, posição e produção dos intelectuais no Conselho Consultivo do SPHAN e no IHGB**

Os intelectuais não existem em essência, portanto, para além do reconhecido saber que possuem, devem desfrutar de reconhecimento entre seus pares e para além deles. Os conselheiros do SPHAN e sócios do IHGB tinham sua legitimidade construída tanto pela forma de eleição como membros, quanto por serem exaltados como detentores de “notório saber” por importantes personalidades do campo político-social brasileiro.

São nas agências públicas que os intelectuais buscam lugar cativo para se verem, e verem seus grupos, representados em espaços hegemônicos (MENDONÇA, 1995). Portanto, a presença destes intelectuais nas agências ligadas ao Estado mostra-se como uma via de mão-dupla. Os intelectuais, ao ocuparem postos em instituições públicas, são investidos e investem legitimidade e representatividade a eles mesmos e a tais instituições. Nesse jogo, o Estado fortalece suas instituições quando possui em seus quadros “renomadas personalidades” falando em seu nome; enquanto os intelectuais asseguram seus lugares de fala dentro de reconhecidas instituições.

Apesar das hierarquias serem demarcadas dentro do IHGB, no Conselho Consultivo não estava expressa nas normativas que criou e organizou sua atuação nenhuma hierarquia entre seus membros. No entanto, no IHGB como no Conselho do SPHAN podem-se notar membros mais atuantes e solicitados a atuar. Tais diferenças de participação podem ser percebidas nas reuniões do Conselho Consultivo, nas escolhas feitas por Rodrigo Melo Franco de Andrade para relator de processos de tombamento, na produção de artigos para a RIHGB, nas atas das reuniões do Instituto Histórico dentre outros aspectos.

Neste capítulo, serão, primeiramente, descritos e analisados documentos produzidos por ambos os institutos. Buscaremos inquirir tal documentação da seguinte forma: qual era a posição ocupada por cada intelectual dentro dos órgãos? Qual foi o espaço de atuação de cada um? Quais foram as narrativas e as concepções de história defendidas pelos intelectuais? Todos os membros dos fóruns estudados tinham o mesmo espaço de fala dentro das instituições? Quais foram as lutas por representação travadas dentro do Conselho do SPHAN e do IHGB? Quais foram as lutas que tais intelectuais travaram para além das instituições pesquisadas?

Após a apresentação e descrição das fontes de pesquisa, objetiva-se compreender, separadamente, a produção discursiva dos intelectuais no Conselho Consultivo e no Instituto

Histórico. Depois de tal análise, se buscará traçar relações entre a produção dos intelectuais nas duas instituições, levando em consideração principalmente as concepções de história defendidas nos diferentes fóruns, além de considerar também a posição, atuação e participação de cada um dentro do Conselho Consultivo e do IHGB.

## 2.1 Fontes institucionais do SPHAN e do IHGB

O Instituto Histórico e o órgão de preservação prezavam pela difusão da produção dos seus membros e pela divulgação dos trabalhos institucionais realizados. Por isso, ambos contavam com a produção de uma revista elaborada pelos seus integrantes e convidados. Além de serem meio de difusão de ideias, as revistas mostram-se como espaços de sociabilidade dos intelectuais. Roger Chartier (1997), tratando do homem de letras do século XVIII – o qual, mais tarde, desembocaria na ideia de intelectual –, caracteriza os “homens de letras” não apenas pelo que produzem a partir da escrita, mas também pelas relações que estabelecem com seus pares por meio das conversas, das cartas, dos salões, dos cafés. Pode-se entender, portanto, que o intelectual não existe individualmente, estando sempre inserido em uma coletividade, em redes relacionais que, de acordo com a visão de mundo de cada sujeito, irão aproximar ou afastar, gerar simpatias ou antipatias. Desse modo, as revistas apresentam-se como lugar de fala dos intelectuais tratados neste trabalho. Nelas, tais intelectuais irão imprimir seus conhecimentos e visões de mundo sobre variados assuntos.

A *Revista do Patrimônio* teve destacado espaço dentro do órgão de preservação. O primeiro número saiu no ano de 1937, não mantendo regularidade nas publicações subsequentes.<sup>58</sup> Conforme Rodrigo Melo Franco de Andrade, a *Revista do Patrimônio* tinha por finalidade difundir “[...] o conhecimento dos valores de arte e de história que o Brasil possui e contribuir empenhadamente para seu estudo.” (ANDRADE, 1937, p. 3). Atualmente, na página eletrônica do IPHAN, também recebeu destaque o caráter especializado adotado pela *Revista do Patrimônio*, uma vez que “A orientação editorial desses números era a da colaboração especializada sobre temas estéticos, históricos, antropológicos e sociológicos. Os números traziam um amplo leque de temas, dentre os quais predominaram o enfoque teórico e técnico”.<sup>59</sup> Com a análise, pode-se perceber que os primeiros números da *Revista* contavam com numerosas páginas com artigos de autores diversos, utilizando-se de textos e imagens – tais como desenhos, fotografias, pinturas – para embasar suas narrativas. Escreveram nela

---

<sup>58</sup> Os números da *Revista do Patrimônio* estão disponíveis para consulta em <<http://portal.iphan.gov.br/publicacoes/lista?categoria=23&busca>>. Acesso em: 04 mar. 2017.

<sup>59</sup> Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/publicacoes/lista?categoria=23&busca=&pagina=4>>. Acesso em: 13 jan. 2017.

especialistas de diferentes áreas e abordando temas variados, a despeito disto, foi privilegiado, conforme Márcia Chuva (2009), a abordagem do barroco e do período colonial brasileiro nas primeiras décadas de publicação da *Revista*.

Percebe-se, assim, que a *Revista do Patrimônio* foi espaço privilegiado para a publicação de trabalhos dos membros do órgão de preservação, relatando seus conhecimentos e práticas, e demais especialistas no tema que, apesar de não comporem os quadros do SPHAN, eram reconhecidos nos assuntos abordados pela *Revista*.

Além da *Revista do Patrimônio*, interessa a documentação produzida pelo SPHAN: as atas do Conselho Consultivo e os processos de tombamento. No Decreto-Lei nº 25, não foi determinado qual seria a frequência e a periodicidade dos encontros do Conselho Consultivo. Sendo assim, na reunião inaugural, foi acordado que as reuniões ordinárias aconteceriam nas primeiras segundas-feiras úteis de cada mês, às 17h; enquanto as reuniões extraordinárias seriam convocadas pelo presidente do Conselho ou por solicitação de dois ou mais membros do Conselho (ATAS SPHAN, 10 maio 1938).<sup>60</sup> Entre 1938 e 1966, o Conselho reuniu-se 50 vezes em sessões ordinárias e extraordinárias, incluindo a reunião inaugural. Para cada reunião realizada, produzia-se uma ata descrevendo o comparecimento e ausência dos conselheiros; processos de tombamento debatidos; discussões entre os conselheiros sobre as questões em pauta; proposições dos conselheiros, principalmente relacionadas ao patrimônio.

Desse modo, as atas das reuniões do Conselho Consultivo do SPHAN mostram-se como material privilegiado para entender a participação, atuação e posicionamentos dos intelectuais estudados. Uma vez que a partir das atas, torna-se possível computar as sessões realizadas, a frequência de cada membro conselheiro, os assuntos discutidos, a forma que se executavam as reuniões, os conselheiros mais e menos presentes nas discussões etc. Todavia, o material contido nas atas é fruto de uma série de escolhas e seleções do secretário-escrivão e do grupo cujos trabalhos estão sendo relatados. Conforme ressalta Jacques Le Goff, “[...] Não existe documento objetivo, inócuo, primário. [...] [sendo] [...] produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de força que aí detinham o poder. [...]” (LE GOFF, 2001, p. 102). Portanto, entende-se que atas subentendem lacunas decorrentes de omissões, adições e criações que não são reguláveis pelos interessados em seu material.<sup>61</sup>

---

<sup>60</sup> Apesar de ter sido acordado dessa forma, as reuniões não se realizaram com a regularidade determinada.

<sup>61</sup> São as intencionalidades dos agentes que confeccionaram, no seu tempo, o documento que devem ser apreendidas. Segundo Marc Bloch, “[...] A despeito do que às vezes parecem imaginar os iniciantes, os documentos não surgem, aqui ou ali, por efeito [de não se sabe] qual misterioso decreto dos deuses. Sua presença ou ausência em tais arquivos, em tal biblioteca, em tal solo deriva de causas humanas que não escapam de modo algum à análise, [...]” (BLOCH, 2001, p. 83).

Diversas vezes, há referências nas atas às longas discussões, mas apenas pode-se conhecer a resolução, não sendo explicitadas as ideias defendidas pelos conselheiros em tais debates. Em alguns casos, a partir das atas, é possível apreender somente as opiniões do conselheiro relator do caso em discussão. Portanto, tendo como base as análises empreendidas, defende-se que as atas são fundamentais para conhecer e entender as práticas, a organização e a constituição do Conselho Consultivo, porém, se não cotejadas com outros documentos – como, por exemplo, os processos de tombamento –, acabam se mostrando muito pontuais e superficiais. Por fim, deve-se ressaltar que as atas já possuem caráter de documento legal desde o momento de sua constituição. Partindo dessa afirmação, pode-se pensar que o conteúdo das atas deu-se a partir de uma escolha mais ou menos consciente do que seria lembrado daqueles que as formularam.

Na reunião inaugural, decidiram-se também as questões relativas à distribuição dos processos de tombamento. Acordou-se que seria seguido o método dos “tribunais de 2ª instância”, adotado por tantos outros conselhos. Seguindo este modelo, Rodrigo Melo Franco de Andrade, presidente do Conselho, distribuiria a um relator o processo de tombamento que deveria emitir voto por escrito a ser debatido na reunião subsequente; os votos dos demais membros do Conselho seriam colhidos logo após a explanação do voto do relator. Além disso, foi acordado que o parâmetro para escolha dos relatores iria seguir o critério de especialização, pois a motivação para a escolha dos membros do Conselho tenha sido o fato de serem especialistas.

Os processos de tombamento mostram-se como documentação fundamental para o entendimento das concepções de patrimônio e de história defendidas pelos conselheiros, e, além disso, para compreensão histórica das escolhas e exclusões empreendidas pelo órgão de preservação ao longo do tempo.

Os processos de tombamento constituíam-se geralmente da solicitação de tombamento; das notificações de tombamento; das correspondências entre diretor do órgão e outras agências/agentes do Estado, solicitando documentos e esclarecimentos sobre os bens propostos para tombamento; de correspondências entre proprietários dos bens e o diretor do órgão; de artigos de jornais que citassem o caso em questão; e, dos pareceres dos técnicos do órgão – parecer técnico –, do parecer do SPHAN – parecer de Rodrigo Melo Franco de Andrade –, do parecer do relator do Conselho Consultivo. Assim, “os estudos, os pronunciamentos, os encaminhamentos da matéria até esta chegar à decisão do Conselho Consultivo, formam o processo administrativo do tombamento.” (RABELLO, 2009, p. 64).

Para os objetivos deste trabalho, interessa, sobretudo, analisar como os conselheiros relatores argumentavam em seus pareceres sobre os bens encaminhados ao Conselho, levando em consideração quais eram os posicionamentos dos conselheiros em relação aos pareceres técnicos do órgão e ao parecer do SPHAN. Desse modo, interessam apreender quais eram as concepções de história que embasavam a escolha dos bens que poderiam ser considerados patrimônio nacional defendidas nos processos de tombamento pelos conselheiros estudados. Cabe ressaltar que dos 82 processos de tombamento enviados ao Conselho do SPHAN entre 1938 e 1966, mais da metade receberia como relator algum integrante do grupo pesquisado, demonstrando a importância e a centralidade dos intelectuais estudados para o Conselho do SPHAN.<sup>62</sup>

Na RIHGB, a maior parte dos intelectuais selecionados figurou em suas páginas entre 1938 e 1966, excetuando-se Afonso Arinos e Paulo Santos. A RIHGB teve sua primeira edição em 1839, tendo sido produzida ininterruptamente até os dias atuais. Tal periódico é peça fundamental para compreender o Instituto Histórico. Composta por trabalhos inéditos, conferências, discursos, biografias, atas etc., a RIHGB mostra-se como fonte privilegiada para entender as práticas e rotinas institucionais e a produção de seus sócios ao longo do tempo.

No período analisado, a RIHGB teve publicações anuais e trimestrais. Conforme explicação do professor Maciel Pinheiro (1959), sócio do Instituto, as edições da RIHGB dividiram-se entre tomos e volumes. Tendo como ponto de partida o início do recorte cronológico deste trabalho, de 1938 a 1942 a RIHGB foi produzida anualmente; a partir de 1942 a 1966 o periódico teve publicação trimestral. De 1938 a 1940, a direção da revista esteve a cargo do secretário perpétuo Max Fleiuss; nos anos de 1941 e 1942, a RIHGB passa a contar com um diretor substituto, cargo ocupado por Claudio Ganns. Em 1943, com a morte de Max Fleiuss, Claudio Ganns passa a ser o diretor da RIHGB até 1947. A partir deste ano, a RIHGB passa a ser dirigida por uma Comissão Diretora composta por Estevão Leitão de Carvalho, Claudio Ganns e Feijó Bittencourt. Em 1957, João Baptista Magalhães ocupa o lugar do falecido Feijó Bittencourt (PINHEIRO, 1959). No primeiro trimestre de 1964, a Comissão Diretora altera-se completamente, assumindo a direção da revista Américo Jacobina Lacombe, Arthur Cesar Ferreira Reis e Francisco de Assis Barbosa.

Publicada pela Imprensa Nacional, a RIHGB contava com numerosas páginas impressas em preto e branco. Entre 1938 e 1942, o conteúdo da RIHGB era, basicamente, a divulgação de trabalhos de sócios e/ou especialistas nos temas abordados pelo periódico e a

---

<sup>62</sup> Na prática, nem todos os bens tombados passavam pelo Conselho Consultivo. Para saber mais, ver Jamile Silva Neto (2015).

publicação das atas das sessões das reuniões realizadas no Instituto. A partir de 1943, quando Claudio Ganns assume a direção da revista, ocorre uma substancial reformulação das seções da RIHGB. Tal reformulação, nas palavras de Claudio Ganns, relacionava-se com o fato de “Toda gestão que se inaugura, mesmo quando não vise o propósito malsão de ferir as que a antecederam, e até quando declare, traz necessariamente novas sementes: um programa novo a cumprir.” (GANNS, 1943, p. 6). Este novo programa relacionava-se também à necessidade da RIHGB de “[...] sobreviver com as imperiosas circunstâncias do seu tempo” (GANNS, 1943, p. 6), necessidade essa que se estendia, em última análise, ao Instituto Histórico.

Tal reformulação, iniciada com a direção da revista por Claudio Ganns, perdurou pela maior parte dos anos analisados. A partir desse momento, a RIHGB volta a ser trimestral<sup>63</sup> e passa a contar com as seguintes seções: Trabalhos Originais, os quais versavam sobre temas “[...] históricos, geográficos e etnográficos, que fazem parte do programa declarado do Instituto. [...]” (GANNS, 1943, p. 7); Documentos Inéditos, provenientes do arquivo do Instituto ou de outras instituições; Transcrições, que consistia na publicação de obras de história, geografia e etnografia nacionais ou estrangeiras, tais publicações seriam seguidas por notas críticas, e, na ausência das críticas às obras, haveria a parte Bibliografia; além destas seções, havia espaço dedicado à divulgação da vida institucional, com a publicação de conferências, palestras e discursos. A última edição de cada ano, contava com a publicação das atas das assembleias e das sessões referentes ao ano decorrido. Além disso, na última edição anual, era publicado o cadastro social, que dispunha uma relação dos sócios e suas categorias, data de admissão, endereço residencial e telefone. Para além dessas seções, todas as edições, a partir de 1943, contaram com a divulgação da Estatística do Instituto e das Comissões Permanentes. A primeira referia-se ao balanço trimestral de obras e documentos oferecidos e recebidos pelo Instituto; documentos consultados no arquivo; visitas ao museu e à sala de leitura; ofícios, cartas e telegramas recebidos e enviados pela secretaria. As Comissões Permanentes eram História, Fundos e Orçamentos, Geografia, Arqueologia e Etnografia, Bibliografia e Estatutos. Seguida ao nome das Comissões, estavam os sócios que pertenciam a cada uma delas. Nessa mesma parte, publicava-se a admissão de novos sócios.

De 1964 a 1966, com a mudança dos encarregados pela direção da revista – nesse momento, a Comissão Diretora passa a se chamar Redação da Revista –, poucas mudanças foram efetuadas no periódico. As alterações executadas imprimiram mudanças na forma,

---

<sup>63</sup> Produzida trimestralmente de 1839 “até o tomo 66 (vol. 108 de 1903). Daí, até o tomo 79 (vol. 133 de 1916) passaria a aparecer 2 vezes por ano. Mas, do volume 134 em diante, desse mesmo ano (tomo 80), acabou por sair apenas ‘anualmente’ em 1 só tomo.” (GANNS, 1943, p. 6).

deixando quase inalterado o conteúdo da revista. A formatação e a diagramação da capa mudaram, além de ter sido excluído da capa os nomes dos responsáveis pela direção da RIHGB. Nota-se que ao longo de todos os anos pesquisados, permaneceram intactas, na capa, a impressão da frase em latim “Hoc facit ut longos durent bene gesta per annos/Et possim sera posteritate frui”<sup>64</sup> e o brasão do Instituto Histórico, o qual remete à figura de D. Pedro II, igualmente com a escrita em latim. Talvez, a permanência destas características se relacionasse com a tentativa de modernizar-se sem perder a ancestralidade, cujas raízes ligavam-se ao Império e à figura do patrono da instituição: D. Pedro II.

Entre 1938 e 1966, foram realizadas 381 reuniões no Instituto Histórico. Tais sessões não tinham regularidade determinada previamente, porém, algumas reuniões aconteciam todos os anos, eram elas: a sessão em homenagem ao dia Panamericano, realizada no dia 14 de abril; a reunião de celebração do aniversário do Instituto Histórico, comemorado no dia 21 de outubro; e, as assembleias gerais quando se discutia sobre admissão de sócios, mudança de classe de sócios já admitidos, orçamentos etc.

A maior parte das reuniões realizadas no Instituto Histórico tinha como objetivo homenagear uma personalidade do Império. Nessas reuniões, geralmente um sócio do IHGB redigia um discurso sobre a trajetória de vida do homenageado e lia-o na reunião. Muitos desses discursos transformavam-se em artigos para a RIHGB. Tais sessões tinham como produto as atas relatando os assuntos debatidos, os discursos proferidos, os sócios e convidados presentes. Ao analisar o material das atas das reuniões do Instituto Histórico, percebe-se que personalidades importantes estiveram presentes nas sessões. Presidente da República, deputados, ministros, membros da antiga família imperial, dentre outras figuras de renome presenciaram e prestigiaram as sessões do IHGB. A presença destas personalidades consideradas ilustres pode mostrar que, mesmo não tendo a mesma pompa do período imperial, o Instituto Histórico ainda era considerado um lugar a ser prestigiado e respeitado pela intelectualidade e por personalidades importantes do cenário político-social.

As atas das reuniões do Instituto Histórico permitem saber das propostas de ingresso dos intelectuais do Conselho do SPHAN e, ao analisar o conteúdo das atas, pode-se perceber a frequência desses intelectuais nas sessões no IHGB. Além disso, percebe-se que alguns intelectuais tinham mais participação e prestígio que outros, dentro do Instituto, tal qual ocorria dentro do Conselho Consultivo do SPHAN.

---

<sup>64</sup> “Essas marcas são para que os feitos durem bem por longos anos/ E para que a posteridade possa apreciar.” Tradução livre.

Partindo dos objetivos deste capítulo, busca-se analisar detidamente as atas do Conselho Consultivo, os processos de tombamento e a RIHGB. A *Revista do Patrimônio*, será utilizada para falar brevemente dos artigos publicados pelos intelectuais estudados, não será privilegiada na análise, apesar de ser fonte importante para compreensão do órgão de preservação, pois poucos intelectuais estudados tiveram suas produções publicadas nela. Além disso, as atas das sessões do IHGB serão utilizadas pontualmente, uma vez que têm relação muito próxima com as conclusões alcançadas a partir da análise dos artigos dos conselheiros na RIHGB.

Consideram-se as fontes descritas como chave para o entendimento da atuação, posição e produção dos membros do Conselho Consultivo e sócios do IHGB. Desse modo, tais fontes de pesquisa ajudarão na compreensão da atuação de cada intelectual dentro das diferentes instituições; das relações travadas entre tais intelectuais dentro de cada órgão; das concepções de história defendidas pelos intelectuais em ambos os fóruns; e, das possíveis comparações da atuação e da produção dos intelectuais dentro do Conselho Consultivo do SPHAN e do IHGB, sempre considerando suas trajetórias. Portanto, interessa entender a atuação, posição e produção dos intelectuais tanto individualmente quanto em grupo, buscando compreender quais foram as concepções de história manejadas por tais intelectuais em ambos os fóruns.

## **2.2 Atuação no Conselho Consultivo do SPHAN**

As diferenças de formação entre os membros dos quadros técnicos<sup>65</sup> e do Conselho Consultivo podem ser notadas nos intelectuais estudados, mesmo estes representando um terço dos membros que compuseram o Conselho entre 1938 e 1966.<sup>66</sup> Entre os integrantes do Conselho Consultivo e sócios do IHGB, apenas Paulo Santos era arquiteto. Edgard Roquette-Pinto dedicava-se à Antropologia; Josué Montello era escritor, redigindo romances e crônicas; Francisco Marques dos Santos e Gilberto Ferrez eram conhecidos colecionadores que se dedicavam, sobretudo, à História da Arte. Afonso Arinos, Alcindo Sodrê, Américo Jacobina Lacombe, Gustavo Barroso, Pedro Calmon e Rodrigo Melo Franco de Andrade dedicavam-se, sobretudo, à História, apesar de todos terem formação em Direito. Portanto, a maior parte dos intelectuais estudados tinha a História como ocupação e interesse predominante.

---

<sup>65</sup> Nas primeiras décadas de atuação do SPHAN, os quadros técnicos foram, majoritariamente, integrados nas por arquitetos.

<sup>66</sup> Ao longo do período estudado, 33 intelectuais integraram o Conselho Consultivo do SPHAN. Para saber mais sobre eles, ver Jamile Silva Neto (2015).

Dos 11 conselheiros estudados, quatro ocupavam cadeiras do Conselho Consultivo por serem diretores de museu, eram eles: Alcindo Sodré – diretor do Museu Imperial de Petrópolis –, Américo Jacobina Lacombe – diretor da Casa de Rui Barbosa –, Gustavo Barroso – diretor do MHN – e Josué Montello – igualmente diretor do MHN, o qual substituiu Gustavo Barroso. Comparados aos demais intelectuais pesquisados, os diretores de museus foram aqueles que por menos tempo integraram o Conselho Consultivo, com exceção de Américo Jacobina, uma vez que dirigiu a Casa de Rui Barbosa de 1939 a 1993. Alcindo Sodré ingressou no Conselho em 1940 e se retirou em 1952, ano em que faleceu; Gustavo Barroso compôs o Conselho entre 1938 e 1959, ano de seu falecimento; e, Josué Montello pertenceu ao Conselho de 1960 a 1967, ano em que deixou de dirigir o MHN.

Conforme a Lei nº 378, que cria o órgão de preservação durante o Governo Vargas, o Presidente da República indicaria dez membros para compor o Conselho Consultivo. Contudo, a partir do Regimento Interno do órgão de preservação, de 02 de janeiro de 1946, caberia ao diretor do SPHAN propor ao ministro a designação dos membros para comporem o Conselho Consultivo (DPHAN, 1967, p. 52). Entre os 11 intelectuais pesquisados, seis foram supostamente indicados pelo Presidente da República. Tais conselheiros permaneceram por longos anos no Conselho Consultivo, ultrapassando o recorte desta pesquisa, com exceção apenas de Edgard Roquette-Pinto. Afonso Arinos ingressou no Conselho em 1938, tendo desocupado o assento em 1987, três anos antes de sua morte; Edgard Roquette-Pinto pertenceu ao Conselho desde sua sessão inaugural, em 1938, até 1954, ano de sua morte; Francisco Marques dos Santos integrou o Conselho entre 1938 e 1975, ano em que faleceu na cidade de Petrópolis; Gilberto Ferrez ingressou no Conselho em 1958 e deixou seu assento em 1997, três anos depois faleceu na sua cidade natal; Paulo Santos pertenceu ao Conselho de 1955 a 1980; e, Pedro Calmon passa a integrar o Conselho Consultivo em 1946 e vaga seu assento em 1985, ano de sua morte.

Nota-se que dos seis conselheiros indicados pelo Presidente da República, três foram proposição de Rodrigo Melo Franco de Andrade, pois ingressaram no Conselho após o Regimento Interno de 1946, são eles: Gilberto Ferrez, Paulo Santos e Pedro Calmon. Provavelmente, Afonso Arinos, Edgard Roquette-Pinto e Francisco Marques dos Santos foram, igualmente, proposições do diretor do órgão, uma vez que o Regimento Interno tinha como finalidade a formalização de procedimentos e práticas executadas durante os primeiros anos de atuação do SPHAN.

Conforme fora acordado na reunião inaugural do Conselho Consultivo, Rodrigo Melo Franco de Andrade escolheria, baseado no critério de especialização, o relator de cada

processo de tombamento enviado ao Conselho. Ao longo do período estudado, pode-se perceber que alguns conselheiros foram mais convocados para relatar os processos de tombamento em pauta no Conselho que outros. Chega-se a tal conclusão quando comparados a quantidade de reuniões assistidas pelos conselheiros e o número de processos de tombamento relatados por cada um. Como exemplo, tem-se o caso de Francisco Marques dos Santos que frequentou assiduamente às reuniões do Conselho, tendo participado de 41 sessões das 50 realizadas entre 1938 e 1966. Neste período, apenas quatro processos de tombamento foram encaminhados a Marques dos Santos, enquanto Afonso Arinos, que frequentou 34 sessões, foi escolhido para relatar nove processos de tombamento.<sup>67</sup>

Na tabela do anexo 1, produzida com base nas atas das reuniões do Conselho Consultivo, percebe-se a participação diferenciada dos conselheiros como relatores de processo de tombamento, além de poder perceber o envolvimento de cada um nas discussões e decisões arbitradas nas sessões do Conselho. Na tabela, nota-se que as “intervenções” aconteceram quando um ou mais conselheiros manifestavam-se sobre processos de tombamento que estavam em discussão. Ou seja, as “intervenções” não partiam do conselheiro relator do processo em pauta, mas sim dos demais membros presentes na reunião do Conselho.

As “intervenções” dos conselheiros consistiram: no “pedido de vista do processo”, quando um ou mais conselheiros pedissem para ver o processo de tombamento do bem, para depois proferir seu voto – neste caso, a votação era adiada para a próxima reunião; em “converter o julgamento em diligência”, quando um ou mais conselheiros decidissem estudar melhor o caso em questão, algumas vezes fazendo visitas dos bens a serem tombados; nos casos em que um ou mais membros votavam contra a decisão da maioria do Conselho; e, nos momentos em que um ou mais conselheiros participavam das discussões e debates levantados pelos processos de tombamento em pauta na reunião.

Pela tabela, pode-se constatar que alguns conselheiros, além de terem sido escolhidos para relatar maior quantidade de processos, participaram mais ativamente das discussões levantadas no Conselho. Destaca-se a ativa participação nas discussões e decisões do conselheiro Afonso Arinos, o qual também teve destacado papel na relatoria dos processos de

---

<sup>67</sup> Estas informações estão contidas na Tabela de frequência dos membros do Conselho Consultivo (1938-1966), no anexol.

tombamento levados ao Conselho Consultivo.<sup>68</sup> Paulo Santos e Pedro Calmon foram, juntos a Afonso Arinos, os conselheiros mais solicitados para relatores de processos de tombamento.

Atentando para o período de permanência no Conselho e a frequência nas reuniões, nota-se que nenhum diretor de museu teve participação destacada na relatoria de processos e nas “intervenções” levantadas no Conselho. Caso à parte pode ser notado em Américo Jacobina Lacombe que não só participou de maior número de reuniões, comparado aos demais diretores, como foi mais solicitado para relatar processos de tombamento.<sup>69</sup>

O Decreto-Lei nº 25/37 não deixou expresso a quem caberia a presidência do Conselho Consultivo. Por isso, este foi um dos assuntos debatidos na reunião inaugural do Conselho Consultivo. Rodrigo Melo Franco de Andrade propôs uma votação para eleição do presidente do Conselho, no entanto, os conselheiros Roquette-Pinto e Gustavo Barroso manifestaram-se contra tal votação alegando que o diretor do órgão de preservação era quem deveria presidir as reuniões do Conselho. Todavia, Rodrigo Melo Franco de Andrade defende que, tendo em vista o bom andamento das atividades do Conselho, não era conveniente que os trabalhos do Conselho fossem presididos pelo diretor do SPHAN, pois, frequentemente, as iniciativas e pareceres do próprio diretor teriam de ser debatidas e julgadas pelo Conselho Consultivo; ainda adiciona que “[...] tal era o empenho que punha em certas iniciativas tomadas no exercício de suas funções administrativas, que receava constranger o próprio Conselho ao submetê-las a aprovação.” (ATAS SPHAN, 10 maio 1938). Para resolver tal questão, Gustavo Barroso defende que Rodrigo Melo Franco de Andrade não teria direito de voto, o que foi aceito por unanimidade pelo Conselho.<sup>70</sup>

Apesar de não ter direito de voto, Rodrigo Melo Franco de Andrade foi, direta ou indiretamente, relator de seis processos de tombamento no período estudado. Consta na ata da 9ª reunião do Conselho, a votação sem relator do processo de tombamento 0206-T-39 relativo

---

<sup>68</sup> Cabe notar que em dois dos nove processos de tombamento relatados por Afonso Arinos, ele foi escolhido como relator *ad-hoc* por conta de não estarem presentes nas reuniões os relatores dos processos em pauta. Foram eles: processo nº 0526-T-55, referente ao Conjunto Arquitetônico e Paisagístico do Santuário de Nossa Senhora da Piedade, Caeté, Minas Gerais; e, processo nº 0050-T-38, relativo ao Mosteiro de São Bento de Olinda, Pernambuco.

<sup>69</sup> Cabe notar que o conselheiro Gustavo Barroso participou de menos reuniões que Américo Jacobina (ver anexo 1) e, proporcionalmente, relatou mais processos de tombamento. Tendo, inclusive, se negado a relatar o processo 0131-T-1938, referente à impugnação do Palácio Episcopal de Olinda e Seminário de Olinda. Em seguida, Marques dos Santos foi indicado como relator de tal processo. A pouca assiduidade nas reuniões do Conselho provavelmente estava relacionada à antipatia de Barroso em relação aos intelectuais do órgão de preservação e ao próprio serviço do patrimônio. O relacionamento pouco cordial entre Gustavo Barroso e os preceitos defendidos pelos agentes do órgão de preservação tem relação com este ter substituído a IMN, criada em 1934, dirigida por Barroso. Para saber mais sobre Gustavo Barroso e a IMN, ver Aline Montenegro (2004).

<sup>70</sup> Cabe ressaltar que antes da ponderação do conselheiro Gustavo Barroso quanto à negação do direito de voto do presidente, Manuel Bandeira estava de acordo com as razões alegadas por Rodrigo Melo Franco de Andrade para não assumir a presidência.

ao monumento Casa de Pedra, em Minas Gerais, o qual foi aceito por unanimidade, tendo o Conselho adotado somente o “parecer do Diretor do Serviço” (ATAS SPHAN, 15 maio 1939).<sup>71</sup> Igualmente, na 13ª sessão, o processo de tombamento nº 0371-T-47, referente às ruínas do Convento de São Bernardino de Sena, situado em Angra dos Reis, foi debatido sem relator expresso e aceito por unanimidade pelos conselheiros. Na 10ª sessão ordinária, realizada em 1940, os processos de tombamento nº 0063-T-40 e 0223-T-40 referentes às Igrejas e aos Conventos de São Francisco, São Bento e do Carmo, em João Pessoa, e ao prédio na praia de Icaraí, em Niterói, respectivamente, foram levados sem relator às discussões e às deliberações do Conselho. Enquanto na 5ª e na 42ª sessões ordinárias foram votados os processos de tombamento referentes à Igreja da Penha, no antigo Distrito Federal – processo nº 0052-T-40 – e ao Pico de Itabirito, estado de Minas Gerais – processo nº 0608-T-60 – cujo relator foi declaradamente o diretor do Conselho Consultivo. Portanto, a despeito de ter ficado acordado que Rodrigo Melo Franco de Andrade não teria direito de voto, percebe-se, ao longo dos anos estudados, sua intensa participação nas decisões do Conselho Consultivo, até mesmo como relator dos processos de tombamento em debate. Ademais, o próprio fato de Rodrigo Melo Franco de Andrade escolher os relatores dos processos de tombamento já depositava nas deliberações do Conselho os desejos do diretor do órgão de patrimônio.

As quantificações apresentadas quanto à assiduidade, aos processos de tombamento relatados, às “intervenções” somente fazem sentido quando se traz para análise a explicitação dos seus significados para a pesquisa. Apesar de ter sido levantado o quantitativo das “intervenções”, os processos de tombamento relatados pelos intelectuais estudados serão enfocados na análise, uma vez que atendem ao objetivo de aferir a produção intelectual dos conselheiros, tendo em vista que ao emitirem seus votos sobre os processos de tombamento em questão tais intelectuais estavam defendendo suas concepções de história. São nos processos de tombamento onde se encontram os pareceres dos conselheiros, os quais buscam elaborar discursos que justifiquem respostas afirmativas ou negativas quanto aos pedidos de tombamento voluntário, cancelamento ou impugnação dos bens. Desses processos de tombamento, serão privilegiados na análise principalmente aqueles que não seguiram os pareceres dos técnicos e do diretor do SPHAN.

---

<sup>71</sup> Como já mencionado, os processos de tombamento contavam geralmente com o parecer técnico, redigido pelos funcionários do órgão, e o parecer do SPHAN, no qual estava presente a análise do diretor do órgão de preservação sobre o bem em questão. No caso descrito, o processo de tombamento não tinha relator expresso – ou seja, nenhum membro do Conselho Consultivo foi designado como relator do processo – e foi tombado seguindo apenas o parecer do SPHAN, isto é, o parecer de Rodrigo Melo Franco de Andrade.

Entre os processos de tombamento analisados, a maior parte seguiu os estudos e pareceres das seções técnicas do órgão de patrimônio. Os processos de tombamento seguiam geralmente um trajeto até chegarem ao Conselho Consultivo. O SPHAN contava com quatro Distritos distribuídos pelo Brasil que deveriam representar a organização da “área central” do órgão, mesmo tendo o quadro de funcionários reduzido. Os Distritos dividiam-se da seguinte forma: 1º Distrito, sediado em Recife, responsável pelos estados do Rio Grande do Norte, da Paraíba, de Pernambuco e de Alagoas; 2º Distrito, com sede em Salvador, responsável pela Bahia e por Sergipe; 3º Distrito, estabelecido em Belo Horizonte, com atuação em Minas Gerais; e, 4º Distrito, sediado em São Paulo, com a responsabilidade de atuar em São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul (CHUVA, 2009, p. 177). Geralmente, os processos de tombamento contavam com o parecer do representante do órgão e outros funcionários do Distrito onde o bem em questão estava localizado.

Em seguida, os processos de tombamento eram encaminhados para as seções técnicas do órgão, às quais estavam sediadas no Rio de Janeiro. A área técnica do SPHAN era composta pela Divisão de Estudos e Tombamento (DET), que compreendia a Seção de Arte e a Seção de História; e a Divisão de Conservação e Restauro, a qual se subdividia em Seção de Projetos e Seção de Obras (CHUVA, 2009). Tais seções técnicas, principalmente a DET, elaboravam estudos e justificativas sobre os bens em discussão que eram afixados no processo de tombamento. Antes de chegarem ao Conselho Consultivo, os processos de tombamento, com frequência, contavam com o parecer de Rodrigo Melo Franco de Andrade, denominado “Parecer do SPHAN”.

Percebe-se que os processos de tombamento, antes de chegarem ao Conselho Consultivo, contavam com pareceres de vários agentes envolvidos com a preservação do patrimônio brasileiro. Apesar dos pareceres dos representantes dos Distritos e dos técnicos poderem ter peso nas decisões dos conselheiros, nada os impedia de divergirem dos aconselhamentos e das justificativas encontradas nestes pareceres. Uma vez que eram considerados intelectuais detentores de “notório saber”, especialistas em suas áreas de atuação, os conselheiros poderiam não seguir as indicações dos técnicos e do diretor do SPHAN. Ao fim e ao cabo, os conselheiros poderiam, se quisessem, discordar frequentemente dos estudos anteriores, pois possuíam a “palavra final” sobre quais bens seriam constitutivos do patrimônio nacional. Todavia, cabe indagar, apesar de terem o direito de não aceitarem as recomendações das seções técnicas, se era conveniente discordar dos estudos técnicos. Além disso, em que medida tais estudos não iam ao encontro das concepções de patrimônio, em última análise de história, defendidas pelos conselheiros?

Desse modo, com frequência, nota-se que os conselheiros relatores reproduziam os pareceres das seções técnicas e do SPHAN para, logo em seguida, emitirem suas decisões mais embasados nos estudos e justificativa dos técnicos que em pesquisas e averiguações empreendidas pelos próprios conselheiros. Como no caso do pedido de tombamento de Américo Jacobina Lacombe do edifício da Escola de Educação Feminina Princesa Isabel, localizada no Rio de Janeiro, debatido na 40ª sessão ordinária realizada em 23 de outubro de 1962. Gilberto Ferrez foi designado relator deste processo de tombamento, e, ao final do seu parecer, concluiu:

Assim sendo, concluímos, diante dos documentos apresentados no processo e por nós estudados, de acordo com o parecer do chefe da Seção de Arte do DPHAN: ‘o prédio em apreço não possui características que justifiquem o seu tombamento’. (ACI-processo nº 0598-T-1959)

No momento em que encaminhou o pedido de tombamento ao SPHAN, Américo Jacobina encontrava-se afastado do Conselho, pois estava exercendo o cargo de Secretário de Educação e Cultura do antigo Distrito Federal. Segundo ele, o edifício era

[...] um marco vivo da História do Rio de Janeiro, merecendo, por isso – e pelo utilíssimo serviço que presta e ainda poderá prestar a esta municipalidade – uma destacada situação, semelhante a que tem fixado o culto de respeito do homem hoje às pessoas e coisas do nosso Passado. (ACI-processo nº 0598-T-1959)

No caso em questão, o chefe da Seção de História, Carlos Drummond de Andrade, assinala que o edifício “[...] não apresenta condições de natureza histórica relevante que justifiquem sua inclusão em Livro do Tombo. [...]”, (ACI-processo nº 0598-T-1959) e, em seguida, encaminha para Seção de Arte para ser avaliado o valor arquitetônico. Paulo Thedim Barreto, chefe desta seção, afirma apenas que “O prédio em apreço não possui características arquitetônicas que justifiquem o seu tombamento”. (ACI-processo nº 0598-T-1959). Por último, Rodrigo Melo Franco de Andrade pondera que

Quanto a esta Diretoria, sem embargo do grande apreço que lhe merece a sugestão do ilustre Secretário Geral de Educação e Cultura da Prefeitura do Distrito Federal, não encontrou razões para se manifestar em favor do tombamento alvitado. (ACI-processo nº 0598-T-1959)

Após receber o parecer de Rodrigo Melo Franco de Andrade, o processo foi encaminhado ao Conselho Consultivo, o qual seguiu, unanimemente, o referido voto do relator Gilberto Ferrez.

O caso do edifício da Escola de Educação Feminina Princesa Isabel não seria o único em que as concepções de patrimônio e história de Américo Jacobina não iriam ao encontro

daquelas defendidas pelas seções técnicas e pelo diretor do órgão de preservação. Dos quatro processos de tombamento relatados por Américo Jacobina, três tratavam de bens ligados ao Império e às suas figuras consideradas grandes personalidades do período. Como exemplo, tem-se o caso da Igreja da Matriz de São Sebastião, localizada em Bagé, no Rio Grande do Sul, julgado na reunião do dia 10 de fevereiro de 1953. Tombamento voluntário, partindo do Monsenhor Costábile Hipólito, a Igreja Matriz havia tido suas obras concluídas e inaugurada em 1863, conforme consta no processo de tombamento.

Sobre a Igreja Matriz de São Sebastião, Lucio Costa diz que “Em face da documentação agora recebida, verifica-se que a edificação apresenta, apenas, interesse local.” (ACI-processo nº 0337-T-1944). Carlos Drummond pondera que

O caráter histórico da igreja matriz de S. Sebastião, em Bagé, alegado pelo respectivo vigário, resulta de haver esse templo, em 1893, servido de reduto para as tropas legalistas sob o comando do então coronel Carlos Teles, que suportaram durante quarenta dias o cerco infligido pelos maragatos, senhores de toda a cidade. Com a chegada de tropas de socorro, terminou o assédio.

A esse fato há a acrescentar a circunstância de que repousam na referida igreja as cinzas do próprio general Carlos Teles e as de Gaspar da Silveira Martins, bem como está guardada em seu interior a faixa comemorativa da paz de Ponche Verde.

Por tudo isso, a matriz oferece, sem dúvida, interesse histórico, embora, a meu ver, não de tal relevância que justifique a sua inscrição entre os monumentos históricos do país. (ACI-processo nº 0337-T-1944)

No parecer de Américo Jacobina, o conselheiro relator sugere que para saber se a igreja tem importância nacional ou local, deve-se consultar se os “[...] historiadores nacionais, e não só os locais, se referem aos acontecimentos aludidos [...]” (ACI-processo nº 0337-T-1944), concluindo que importantes historiadores teriam considerado os acontecimentos ligados à Igreja Matriz de Bagé como decisivos para a Revolução Federalista. Em seguida, cita passagens de livros dos historiadores Rafael Galanti, Rocha Pombo e José Maria Belo<sup>72</sup> que remetem ao evento envolvendo a Igreja Matriz de São Sebastião. Américo Jacobina conclui seu parecer defendendo o tombamento da igreja por “motivos históricos”. Na 17ª sessão ordinária do Conselho, foi deliberado, por unanimidade, inscrever a Igreja Matriz de São Sebastião no Livro do Tombo Histórico.

O único bem de natureza colonial relatado por Américo Lacombe foi a Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição, em Cachoeira do Sul, no estado do Rio Grande do Sul. O técnico da Seção de Artes, Edgar Jacinto, alega que a igreja havia passado por “modificações substanciais” (ACI-processo nº 0457-T-1952). Carlos Drummond, para justificar o seu

---

<sup>72</sup> Os livros são: *Compêndio de História do Brasil* (Rafael Galanti), *História do Brasil* (Rocha Pombo) e *História da República* (José Maria Belo) (ACI-processo nº 0337-T-1944)

parecer, cita o Decreto-Lei nº 25, ressaltando que os bens móveis e imóveis passíveis de tombamento são aqueles ligados a “fatos memoráveis da História do Brasil” (ACI-processo nº 0457-T-1952). Logo em seguida, alega que a igreja matriz de Nossa Senhora da Conceição não estava ligada a nenhum fato memorável da história que justificasse sua inclusão no Livro do Tombo Histórico. Acrescenta que “[...] Não consta, porém, da crônica de Cachoeira a ocorrência, do fato de significação excepcional a que esteja ligada a matriz da paróquia. [...]”.

Américo Jacobina, em seu parecer, diz que há pouco a acrescentar às conclusões defendidas pelas seções técnicas. Jacobina assinala que o único acontecimento histórico ligado à igreja foi o assassinato de Vicente da Fontoura, o qual fora “vulto extraordinário” da Revolução Farroupilha (ACI-processo nº 0457-T-1952). Depois de descrever brevemente o acontecimento em que Vicente da Fontoura esteve envolvido em 1860, Américo Lacombe, levando em consideração as pesquisas que vinham sendo feitas no local, vota por converter o julgamento em diligência para, antes de se tomar qualquer decisão, ouvir a opinião de Dante de Laytano, diretor do Arquivo e do Museu Júlio de Castilhos. O parecer de Dante de Laytano assegura que “o templo quase nada mais possui que evoque o passado”, sem obras artísticas “notáveis” e com a fisionomia arquitetônica “completamente alterada” (ACI-processo nº 0457-T-1952). Desse modo, a igreja matriz teve seu pedido de tombamento negado, não sendo contemplada nem mesmo a talha dos altares indicada por Pedro Calmon como possível parte do edifício a ser salvaguardado. Neste caso, cabe ressaltar que, antes do processo ser convertido em diligência, os historiadores da arte Francisco Marques dos Santos e Rodolfo Siqueira<sup>73</sup> colocaram-se a favor do tombamento imediato da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição.

Esse não seria o único caso em que conselheiros conhecedores da história da arte não teriam suas intervenções e deliberações levadas em consideração. Tal situação pode ser notada no caso do processo nº 0223-T-1940, o qual não possui relator, mas segue as indicações do Parecer do SPHAN. Nele, na 10ª sessão ordinária realizada em 16 de abril de 1940, Rodrigo Melo Franco de Andrade alega que os painéis de Henrique Bernardelli e Eugênio Latour, situados na fachada do prédio à praia de Icaraí, não podem ser considerados patrimônio nacional porque foram pintados em 1914, e, por isso, não desfrutam do “recurso necessário” para que se pudesse fazer uma “correta” avaliação dos bens como representativos

---

<sup>73</sup> Rodolfo Gonçalves de Siqueira integrou o Conselho Consultivo de 1938 a 1953. Formou-se pela Faculdade de Direito do Rio de Janeiro. Artista e colecionador de antiguidades, foi dono de uma das maiores coleções de arte brasileira. Deu orientações sobre restaurações dos casarões da antiga Rua Larga, além de ter desenvolvido alguns projetos arquitetônicos no Rio de Janeiro. Empenhou-se nas obras restauração e recharacterização para o estilo colonial das casas do Largo do Boticário, localizado no Cosme Velho, Rio de Janeiro (SILVA NETO, 2015).

da nação (ACI- processo nº 0223-T-1940). Além de não atender ao recuo de tempo necessário, segundo Rodrigo Melo Franco de Andrade, não era possível afirmar o caráter “excepcional” dos respectivos painéis. Tal processo foi “colocado em diligência” para se procederem a estudos sobre as obras de arte, porém, nem todos os conselheiros compartilharam dessa decisão (ATAS SPHAN, 16 abr. 1940). Os conselheiros José Otávio Corrêa Lima<sup>74</sup> e Augusto José Marques Júnior<sup>75</sup> votaram pelo tombamento dos painéis; Oswaldo Teixeira<sup>76</sup> opinou pelo tombamento integral do pedido; e, Francisco Marques dos Santos foi contrário ao pedido de tombamento. Cabe se indagar qual a relevância, na prática, que se dava no Conselho Consultivo às especializações, pois frequentemente as “intervenções” possuíam pesos diferentes dependendo de quem as proferisse.

Francisco Marques dos Santos foi relator principalmente de processos relacionados ao Império, sendo um deles o processo de tombamento referente ao bastão ou bengala oferecida à imagem do padroeiro da Igreja do Convento de Santo Antônio, no Rio de Janeiro. O conservador Alfredo Rusins defende que o objeto, por não ter sido ligado a nenhum personagem “importante da história”, não pode ser inscrito no Livro do Tombo Histórico, Rusins, igualmente, não via valor artístico na peça (ACI- processo nº 614-T-1960). Marques dos Santos, após realizar descrição e análise do objeto em questão, emite o parecer de que a peça deveria ter pertencido a algum conselheiro imperial ou coronel da Guarda Nacional. Além disso, a inclusão do objeto no Livro do Tombo satisfaria a requerente do pedido: “Dona Ângela uma senhora piedosa”. Assim, ao final, Marques dos Santos assinala que

Eis a forma de prestigiar a piedade de dona Ângela e de conservar a segunda bengala. Tudo se poderá conciliar, sendo uma para grande gala e outra para pequena gala, sóbrio critério a ser usado, com benefício da religião e do Estado. (ACI- processo nº 614-T-1960)

---

<sup>74</sup> O artista plástico José Otávio Corrêa Lima pertenceu ao Conselho Consultivo de 1938 a 1974. Renomado escultor brasileiro. Foi aluno, diretor e professor da ENBA. Em 1907, classificou-se em primeiro lugar no concurso do Ministério da Justiça para execução do monumento ao Almirante Barroso, localizado hoje na Praça Paris, no Rio de Janeiro. Lecionou na ENBA (1910-1930), além de dirigi-la entre 1927 e 1930. Foi presidente da Sociedade Brasileira de Belas Artes e membro do Conselho Superior de Belas Artes (SILVA NETO, 2015)

<sup>75</sup> Ocupou assento no Conselho Consultivo de 1938 a 1957. Foi pintor, desenhista, professor, estudou na ENBA. Recebeu, em 1916, prêmio de viagem ao estrangeiro, quando viajou para Paris e frequentou a Académie Julian e a Académie de La Grande Chaumière. Anos mais tarde, se tornaria professor catedrático da ENBA. Participou, por muitos anos, do Salão Nacional de Belas Artes, do qual recebeu, além da viagem, premiações como menção honrosa em 1913, medalha de bronze em 1915, medalha de prata em 1916 e medalha de ouro em 1926. Foi presidente da Sociedade Brasileira de Belas Artes e vice-diretor da ENBA (SILVA NETO, 2015).

<sup>76</sup> Dirigiu o Museu Nacional de Belas Artes de 1937 a 1961, integrou o Conselho desde sua reunião inaugural até desempessar do cargo de diretor. Estudou na ENBA. Recebeu o prêmio viagem ao exterior, em 1924, com a tela *Pescador Brasileiro*. Lecionou desenho e pintura em várias instituições, como na ENBA, no Instituto de Educação e no Instituto de Belas Artes. Expôs, constantemente, suas obras no Salão Nacional de Belas Artes. Foi membro da Academia Brasileira de Belas Artes, da Academia de Arte do Rio de Janeiro e da Academia Nacional de Belas Artes de Lisboa (SILVA NETO, 2015).

O Conselho decidiu, por maioria de votos, que não se justificava o tombamento individual do objeto em questão.

Os membros do Conselho Consultivo foram escolhidos segundo o critério de especialização, ocupando, todos eles, lugares sócio-profissionais de destaque em instituições públicas, em instituições renomadas – ABL e o IHGB – ou em estabelecimentos de ensino e pesquisa. Os intelectuais pesquisados ocupavam ao menos dois (SPHAN e IHGB), e na maioria das vezes mais de dois, desses espaços que lhes conferia prestígio social. Situação que não diferia daquela vivida por Francisco Marques dos Santos, cujas ocupações foram variadas, dentre elas professor da USP e diretor do Museu Imperial. A despeito de ter sido, entre os intelectuais do Conselho, aquele quem mais escreveu artigos para a *Revista do Patrimônio* – nota-se que suas publicações concentraram-se nos três primeiros números da *Revista* –, dentre os membros do Conselho Consultivo, e um dos mais assíduos nas reuniões<sup>77</sup> as visões sobre arte e arquitetura do historiador da arte Marques dos Santos parece que não possuíam tanta relevância quando comparadas às concepções de outros conselheiros mais solicitados para relatar processos de tombamento.

Entre 1938 e 1966, poucos foram os trabalhos publicados na *Revista do Patrimônio* pelos intelectuais sócios do IHGB e membros do Conselho Consultivo.<sup>78</sup> Dentre as 15 publicações editadas no período, os intelectuais que figuraram na *Revista* foram: Francisco Marques dos Santos com os artigos *José Joaquim Viegas de Menezes* (1938), *Dois artistas franceses no Rio de Janeiro* (1939) e *O ambiente artístico Fluminense à chegada da Missão Francesa em 1816* (1940); Rodrigo Melo Franco de Andrade com a publicação de *Contribuição para o estudo da obra de Aleijadinho* (1938); e, Afonso Arinos tendo a publicação do artigo *O primeiro depoimento estrangeiro sobre o Aleijadinho* (1939).<sup>79</sup>

Como se pode notar, Francisco Marques dos Santos, dentre os intelectuais pesquisados, foi aquele que mais escreveu artigos para a *Revista do Patrimônio*. Nesses artigos, teve espaço para mostrar sua larga erudição e conhecimento sobre história da arte,

---

<sup>77</sup> Ver anexo 1.

<sup>78</sup> Conforme Márcia Chuva (2009), durante o período do Estado Novo, os lançamentos da *Revista do Patrimônio* não corresponderam às datas presentes nos anos de publicação. “[...] Esses 11 números (de 1937 a 1947), embora trazendo na capa os anos sequenciais – do n. 1, de 1937, ao n. 11, de 1947 –, foram lançados sem essa regularidade periódica, conforme foi possível identificar: n. 1, 1938; n. 6, 1946; n. 8, 1947; n. 9, 1952; n. 10, 1953; n. 11, 1954. Os números de 2 a 5 saíram entre 1939 e 1945; o n. 7, possivelmente em 1946 ou em 1947.” (CHUVA, 2009, p. 276-7). Portanto, o primeiro número da *Revista* foi publicado, na prática, em 1938, ano em que se iniciam as atividades do Conselho Consultivo.

<sup>79</sup> Em 1937, Francisco Marques dos Santos e Edgard Roquette-Pinto escreveram para *Revista do Patrimônio* os artigos *A litografia no Rio de Janeiro* e *Estilização*, respectivamente. Gilberto Ferrez teve seu artigo *A fotografia no Brasil e um de seus mais dedicados servidores: Marc Ferrez (1843-1923)* (1946) publicado na *Revista do Patrimônio* antes mesmo de se tornar membro do Conselho Consultivo.

além de poder demonstrar sua admiração e predileção pelo período imperial. Em 1939, no artigo *Dois artistas franceses no Rio de Janeiro*, Marques dos Santos assinala que

O Primeiro Reinado, por todas as formas se alentou de uma benéfica e decisiva influência francesa, pelo exemplo do trabalho, da literatura e da arte. O nosso refinamento social data desse tempo. Foi com a chegada de Dona Amélia, segundo nos conta Debret, que se radicou entre as damas e donzelas brasileiras o gosto e a prática da língua francesa em sociedade. [...] (SANTOS, 1939, p. 147)

Adiante, complementa que “[...] As Belas Artes finalmente se radicaram no Brasil, graças aos esforços de Debret, de Grandjean de Montigny e de Felix Emílio Taunay. A estes três artistas bastante devemos. [...]” (SANTOS, 1939, p. 47). Nota-se, desse modo, que a *Revista do Patrimônio* não deu espaço apenas para a arte barroca mineira e seu grande ícone: Antônio Francisco Lisboa, mais conhecido como Aleijadinho. As páginas da *Revista* contaram com os escritos de aficionados pelo Império que dedicaram a maior parte da vida colecionando, pesquisando e escrevendo sobre o período, como foi o caso de Francisco Marques dos Santos.

No anexo 1, pode-se perceber que o arquiteto Paulo Santos frequentou com assiduidade as reuniões do Conselho Consultivo. Na mesma tabela, nota-se que o conselheiro foi quem relatou o maior número de processos de tombamento no período estudado. A maior parte dos processos de tombamento relatados por Paulo Santos estava ligada aos bens de natureza colonial, apesar de também ter relatado processos referentes às construções modernistas e ao período imperial. Não foi por acaso que o único arquiteto do Conselho, cujas concepções de arte ligavam-se ao movimento modernista, tenha tido participação destacada em relação a qualquer outro conselheiro. No entanto, o fato de Paulo Santos compartilhar dos valores da Arte Moderna, os quais também eram partilhados pelos técnicos do órgão, não fez com que concordasse com todas as escolhas e as justificativas das seções técnicas do SPHAN.

O processo de tombamento nº 0615-T-1960 referente ao edifício sede da Escola Nacional de Engenharia, no Rio de Janeiro, foi relatado por Paulo Santos e debatido no dia 10 de agosto de 1961. Tal pedido de tombamento teria sido formulado pelo Conselho Universitário da Universidade do Brasil e encaminhado ao Conselho Consultivo pelo reitor da Universidade, à época o então conselheiro Pedro Calmon. Na justificativa do Conselho Universitário quanto ao valor do bem proposto para tombamento, enfatizava-se a importância do edifício para a preservação da fisionomia pretérita do Largo São Francisco de Paula, e

também se descreviam as formas e interesses do modelo de construção neocolonial do edifício.

Lucio Costa foi contra o tombamento justificando que

[...] a realidade desaconselha a medida pleiteada. E isto não só devido ao caráter arbitrário e bisonho predominante nas várias etapas de construção e sucessivas adaptações que constituem o todo edificado, [...] Além disto, seria talvez mal servir a memória dos vultos eminentes que dali saíram, ou por lá passaram, associá-la - para sempre - a tão claro testemunho de falta de formação profissional adequada no que se refere ao setor de edificações, quando se revelaram grandes em todos os demais setores da sua complexa formação. (ACI- processo nº 0615-T-1960, grifo do autor)

O chefe da Seção de História, Carlos Drummond, apesar de considerar o edifício “desfigurado” e afirmar que “nenhum fato notável da história do Brasil ilustrou, efetivamente, aquele prédio escolar”, colocou-se favorável à “proteção oficial”, posto que, localizado ao lado da Igreja São Francisco de Paula, o edifício “ainda lembra[va] um pouco da fisionomia do velho Rio de Janeiro” (ACI- processo nº 0615-T-1960). No parecer do SPHAN, Rodrigo Melo Franco de Andrade mostra-se favorável à ponderação de Carlos Drummond quanto à preservação do entorno da igreja de São Francisco de Paula. Todavia, não emite parecer explicitamente favorável, encaminhando o processo ao Conselho Consultivo.

O relator Paulo Santos, após citar o parecer de Rodrigo Melo Franco de Andrade, afirma que

Não existe nenhum motivo relevante e insuscetível de contestação para desatender à solicitação do colendo Conselho Universitário da Universidade do Brasil. E se o edifício se acha quase totalmente desfigurado e abastardo pelas sucessivas adaptações a que foi submetido, o que é inegável, não se dirá o mesmo do pórtico, ressaltado pelo arquiteto Lucio Costa, e também do vestíbulo, que conservam um e outro a nobreza própria à melhor arquitetura neoclássica do período. (ACI- processo nº 0615-T-1960)

Assim, no parecer de Paulo Santos propunha-se inscrever no “Livro do Tombo Histórico e Artístico”<sup>80</sup> a massa do edifício, o pórtico e o vestíbulo. Todavia, o Conselho Consultivo delibera, por unanimidade, que a totalidade do edifício seja inscrita no Livro do Tombo das Belas Artes. Ao prestar esclarecimento sobre o mal-entendido entre a deliberação do Conselho e seu parecer, Paulo Santos diz que seu voto era com relação “a massa do edifício, o pórtico e o vestíbulo. E não o edifício como um todo”, indicava também que o edifício deveria ser inscrito no Livro do Tombo Histórico.<sup>81</sup> Portanto, importava preservar a

---

<sup>80</sup> Paulo Santos usa exatamente essa expressão em seu parecer. Esse pode ter sido um dos motivos para o Conselho deliberar pela inscrição do bem no Livro do Tombo das Belas Artes.

<sup>81</sup> Esclarecimento de Paulo Santos quanto ao seu parecer encaminhado ao Conselho Consultivo, processo nº 0615-T-1960. Ao longo dos anos, foram sendo construídas pelos agentes do órgão de preservação hierarquias para os Livros do Tombo. Para saber sobre o assunto, ver Márcia Chuva (2009).

fachada do edifício, uma vez que, conforme Paulo Santos, na parte posterior “o sacrifício do prédio já foi total”. Desse modo, percebe-se que, apesar de Paulo Santos não compartilhar da opinião de Lucio Costa concernente à depreciação da arquitetura do prédio, concorda no quesito que concebe a construção como descaracterizada. Na verdade, foi enfatizado, mais de uma vez, que o principal objetivo do tombamento residiria em preservar a ambiência das construções que ficavam ao redor da Igreja de São Francisco de Paula – a qual se liga ao modelo de arquitetura colonial –, e para evitar a construção de “edifício de maior altura”, como arranha-céus que haviam sido edificadas em frente à igreja (ACI- processo nº 0615-T-1960).<sup>82</sup> Ou seja, a despeito de ter ido contra o parecer do arquiteto Lucio Costa, Paulo Santos compartilhava de importantes premissas defendidas e difundidas no *modus operandi* do órgão de preservação, qual seja, preservar a harmonia do conjunto tombado, frequentemente ligado ao período colonial.

Conforme o Decreto-Lei nº 25, o órgão de preservação contaria com quatro Livros do Tombo, são eles: Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico; Livro do Tombo Histórico; Livro do Tombo das Belas Artes; e, Livro do Tombo das Artes Aplicadas. Cabe notar que um mesmo bem poderia ser inscrito em um ou mais Livro do Tombo. Nas primeiras décadas de funcionamento do órgão, pode-se notar a hierarquização dos Livros do Tombo. Conforme Márcia Chuva (2009), a escolha dos Livros do Tombo privilegiou o Livro de Belas Artes onde foram inscritos os bens considerados obras de arte, ligadas à arquitetura colonial localizada em Minas Gerais e em outros centros urbanos da antiga colônia. O segundo Livro do Tombo mais valorizado pelos agentes do órgão de preservação foi o Livro do Tombo Histórico. Nele foram inscritos bens “[...] exemplares pertencentes a séries históricas, com a finalidade de documentá-las, assim como a de originário, que se pretendia alcançar em função da antiguidade do imóvel selecionado, mesmo que não contivesse dotes artísticos considerados de peso.” (CHUVA, 2009, p. 2016). O Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico contou com a inscrição de raríssimos bens arquitetônicos, tendo sido destinado à inscrição de sítios naturais e conjuntos urbanos que não possuíam os requisitos arquitetônicos valorizados pelos agentes de preservação, como foi o caso do conjunto arquitetônico da cidade de Vassouras inscrita neste Livro em 1958. O Livro do Tombo de Artes Aplicadas caiu no esquecimento, tendo apenas a inscrição de cinco jarras de louça encontradas em Cachoeira, na Bahia.

---

<sup>82</sup> Parecer do relator Paulo Santos.

Outro caso em que Paulo Santos posiciona-se contrário ao parecer de alguns membros das seções técnicas do órgão foi quanto ao pedido de tombamento voluntário das Ruínas do Convento e Igreja de São Boa Ventura, em Itaboraí, estado Rio de Janeiro, debatido na 43ª sessão ordinária realizada no dia 25 de junho de 1964. Lucio Costa e Rodrigo Melo Franco de Andrade, apesar de reconhecerem a “monumentalidade” das ruínas, não aprovaram o tombamento, pois tal ação traria mais despesas ao órgão que já vinha apresentando dificuldades em conservar e restaurar os bens inscritos nos Livros do Tombo. Rodrigo Melo Franco de Andrade ainda pondera que apesar do Decreto-Lei nº 25 fazer recair a conservação e manutenção sob os proprietários, pouco a pouco tal papel vinha ficando a cargo do órgão de preservação. Desse modo, dada a grandeza das ruínas e a dificuldade de acesso ao local, Rodrigo Melo Franco de Andrade desaconselhou o tombamento por saber que o órgão não conseguiria mantê-las em ideal estado de conservação (ACI- processo nº 690-T-1963).

Em seu parecer, Paulo Santos apresenta os pareceres favoráveis de Paulo Thedim Barreto e de Augusto Silva Telles; e as justificativas contrárias ao tombamento de Lucio Costa e Rodrigo Melo Franco de Andrade. Ao final, Paulo Santos vota pelo tombamento das ruínas

[...] na esperança, também, de que o proprietário possa ser um cidadão ou instituição beneméritos, que pelo simples amor à coisa pública e interesse patriótico se disponha a arcar sozinho com os ônus da restauração e conservação do monumento.

Pode parecer utópico ou quiçá ingênuo o alvitre, – e talvez seja mesmo – mas, creio que nesse sentido da mobilização dos particulares em apoio da DPHAN devem orientar-se também os nossos esforços, para que se crie um movimento de opinião favorável aos objetivos que foram, afinal, os que induziram o Governo à criação dessa Repartição e do seu Conselho Consultivo. (ACI- processo nº 690-T-1963)

Em 1974, o chefe da Seção de Obras, Edgard Jacinto, trouxe a notícia da “feliz eventualidade” do interesse dos proprietários das Ruínas do Convento e Igreja de São Boa Ventura em executar obras para preservação das ruínas (ACI- processo nº 690-T-1963). Na 28ª sessão ordinária do Conselho Consultivo, realizada em 24 de julho de 1959 – portanto, alguns anos antes da votação do processo em questão –, Paulo Santos proporia projeto de lei complementar ao Decreto-Lei nº 25 com a finalidade de compelir os proprietários de imóveis tombados a participarem das despesas de conservação e restauração de tais imóveis (ATAS SPHAN, 24 jul. 1959). Ou seja, mesmo o Decreto-Lei nº 25 já prevendo que os proprietários deveriam custear as obras de reparo dos bens tombados, Paulo Santos acreditava na necessidade de haver complemento ao Decreto, que de algum modo “obrigasse” os proprietários a custearem as despesas das obras as quais recaiam sobre o SPHAN. O caso das

Ruínas de São Boa Ventura mostra o posicionamento de Paulo Santos quanto a essa questão: a solução não seria não tombar por conta das despesas das obras recaírem sobre o órgão, mas sim tombar esperando que os proprietários cumprissem a Lei.

A maioria dos processos de tombamento relatados por Paulo Santos foi aceita por unanimidade pelo Conselho. Todavia, caso curioso pode ser notado no processo de tombamento relativo à Igreja do antigo Engenho de Mataripe, localizado no estado da Bahia. A proposição havia partido do conselheiro Pedro Calmon, em 1950. Onze anos depois, na sessão ordinária de 29 de dezembro de 1961, Calmon sugere ao Conselho que congratulasse a presidência da Petrobrás por ter iniciado a restauração da capela do Engenho Mataripe, e recomendou que o órgão de preservação iniciasse os estudos para proceder à inscrição do bem nos Livros do Tombo (ATAS SPHAN, 29 dez. 1961).<sup>83</sup> Cabe ressaltar que Pedro Calmon era um dos herdeiros do Engenho Mataripe.

O parecer de Paulo Santos, apesar de considerar a sugestão do conselheiro Pedro Calmon “legítima, face à história do Engenho”, ressalta que os técnicos da Petrobrás executaram as obras de restauro sem seguir as indicações do SPHAN. Por isso, acabaram por “destruir o pouco que no monumento ainda havia de apreciável”, estando a igreja “desfigurada”, sendo assim, Paulo Santos desaconselha o tombamento (ACI- processo nº 0440-T-1950).

Na 43ª reunião do Conselho, realizada em 25 de junho de 1964, Paulo Santos proferiu seu voto negativo quanto ao tombamento da igreja. No entanto, “após prolongados debates” e “atendendo às razões aduzidas pelo conselheiro Pedro Calmon”, concorda-se com a inscrição da igreja nos Livros do Tombo, desde que a Petrobrás repare, sob orientação do órgão de preservação, a “desfiguração operada no templo” (ATAS SPHAN, 25 jun. 1964). Ainda em 1984, o processo de tombamento não havia prosseguido com a inscrição da Igreja nos Livros do Tombo.<sup>84</sup>

Como pode ser notado no anexo 1, Pedro Calmon foi um dos intelectuais estudados que teve posição destacada no Conselho Consultivo. A despeito da participação nas discussões e proposições no Conselho, Calmon frequentemente seguiu as indicações das seções técnicas do SPHAN ao dar seu parecer aos processos de tombamento relatados. Esse

---

<sup>83</sup> Na mesma reunião, Pedro Calmon propõe ainda, ponderando que tal matéria não estava incluída nos atributos legais do Conselho, considerar “[...] a oportunidade e a conveniência de manifestar, por algum meio que se julgasse apropriado, interesse pelos monumentos históricos e artísticos de Gôa, cuja área foi a pouco ocupada por forças militares da Índia. [...]” (ATAS SPHAN, 29 dez. 1961).

<sup>84</sup> Informação disponível no processo nº 0440-T-1950. Em busca no guia dos *Bens móveis e imóveis inscritos nos Livros do Tombo do IPHAN (1938-2009)*, não foi encontrada a inscrição da Igreja do antigo Engenho Mataripe. Portanto, não foi efetivado o tombamento da referida igreja.

foi o caso do pedido de impugnação do processo nº 0361-T-1946, relativo ao sobrado à Praça Marechal Deodoro, em São João del Rei. A princípio, tal processo seria relatado por Manuel Bandeira, porém, ele teria sugerido que se escolhesse conselheiro “mais habilitado”.<sup>85</sup>

Pedro Calmon, em seu parecer, faz referência aos estudos técnicos, considerando-os “especialistas no assunto” que consideraram o imóvel como de “excepcional valor artístico”. Alega, ainda, que era “competência exclusiva e soberana da DPHAN dizer do valor histórico ou artístico dos bens existentes no território nacional”, sendo assim, o pedido de impugnação foi negado por Pedro Calmon, tendo seu voto sido seguido pelos demais conselheiros (ACI-processo nº 0361-T-1946).

Conforme foi observado por Maria Cecília Londres Fonseca (1996) e Sônia Rabello (2009), as deliberações do Conselho Consultivo estavam mais baseadas nos estudos dos técnicos que em reestudos dos membros do Conselho. Como enfatizado anteriormente, os conselheiros relatores ratificavam as justificativas e escolhas proferidas pelas seções técnicas do órgão de preservação. No entanto, mesmo sendo minoria, houve alguns casos em que os relatores de processo não concordaram com as deliberações dos técnicos, tendo sido apresentado alguns deles.

Ao observar a tabela de frequências, pode-se notar que alguns conselheiros tiveram muita assiduidade, mas dificilmente eram escolhidos para relatarem processos de tombamento, como foi o caso Francisco Marques dos Santos e Gilberto Ferrez. Os conselheiros mais requisitados foram Paulo Santos, Afonso Arinos e Pedro Calmon. De acordo com a análise, percebe-se que os processos de tombamento seguiam um caminho antes de chegar ao Conselho do SPHAN, tendo, a maior parte deles, contado com o parecer de Rodrigo Melo Franco de Andrade.

Em entrevista realizada em 2004, Lygia Martins Costa<sup>86</sup> faz a seguinte afirmação sobre a relação de Rodrigo Melo Franco de Andrade com o Conselho:

Foi criado um Conselho Consultivo e o Dr. Rodrigo Amiúde consultava esse Conselho, precisava dividir com alguém as dúvidas e as questões que apareciam na equipe dele. À medida que a equipe foi se formando, ele foi dispensando o Conselho Consultivo, a não ser quando havia necessidade – por imposição não do patrimônio como um órgão que precisava ter um Conselho Consultivo variado, escolhido a partir de uma elite cultural. Assim mesmo, o pensamento do Patrimônio era sempre predominante no Conselho Consultivo. Nunca o Patrimônio foi a uma reunião do Conselho Consultivo sem ter um parecer. O Patrimônio já tinha

---

<sup>85</sup> A transferência de relator está anexada ao processo de tombamento nº 0361-T-1946.

<sup>86</sup> Lygia Martins Costa trabalhou no SPHAN de 1952 a 1996. Nele, foi conservadora de museus, chefe da Seção de Arte, diretora da DET, consultora técnica, coordenadora de exposições nacionais e internacionais (MUSEOLOGIA..., 2010).

estudado a questão, já tinha um parecer, e esse parecer a equipe do Dr. Rodrigo incutia no Conselho antes da reunião. Telefonava para cada um, conversava sobre o assunto e mineiramente... (MUSEOLOGIA..., 2010, p. 30).

O depoimento de Lygia Martins Costa, a despeito de ser uma fonte baseada em memórias, vai ao encontro de consideráveis percepções no empreender desta pesquisa. Conforme a análise, pode-se perceber que alguns conselheiros foram mais solicitados para serem relator de processos de tombamento em detrimento de outros. Ou seja, algumas vezes foram consideravelmente mais ouvidas que outras. Apesar de contar com outras variantes, como disponibilidade e interesse dos conselheiros, tais assimetrias estavam relacionadas às escolhas de Rodrigo Melo Franco de Andrade, as quais tinham o respaldo de seguir o caráter especializado do Conselho. Todavia, a concentração de processos de tombamento remetidos a alguns conselheiros faz crer que eram utilizados critérios outros para denominação do relator. Ao longo da análise, percebe-se que tais assimetrias geraram para os intelectuais estudados pesos e posições diferentes dentro do Conselho Consultivo do SPHAN.

### **2.3 A produção dos intelectuais na RIHGB**

Ao analisar o conteúdo das atas das reuniões realizadas no Instituto Histórico, percebe-se que a instituição, como no período imperial, permanecia católica, conservadora e masculina. Quase a maioria absoluta dos homenageados nas sessões do IHGB eram homens – muitas vezes membros da igreja católica –, personagens relacionadas ao Império, os quais participavam da administração pública. A herança tradicional do instituto foi diversas vezes acessada, uma vez que, mesmo inseridos no período republicano do país, os membros do Instituto Histórico não queriam abandonar os preceitos legados pelos fundadores da instituição.

Tais práticas tidas como tradicionais foram preservadas pelos Estatutos de 1921. Como exemplo, pode-se citar que os sócios ganhariam, como distintivo, o “[...] uniforme estabelecido pelo decreto imperial de 02 de março de 1860 – uma roseta azul celeste para ser usada nas reuniões e solenidades sociais, ou quando representarem o Instituto.” (ESTATUTOS, 1940, 739). Ao perpetuar uma prática do século XIX, acredita-se que estavam buscando remeter às origens da instituição e relacionar o IHGB do presente com o pretérito. A manutenção de tal ritual marcaria – e outros, como no salão onde eram realizadas as reuniões poder haver somente o retrato de D. Pedro II, “inesquecível protetor do Instituto” (ESTATUTOS, 1940, p. 746) – certa tradição institucional que visava, como as demais

tradições, estabelecer “[...] certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado. [...]” (HOBSBAWM, 2002, p. 9).

Na sessão realizada em 08 de setembro de 1965, Américo Jacobina e Pedro Calmon desentendem-se por conta de uma questão cara ao primeiro: a admissão de uma historiadora portuguesa ao Instituto. Até então, o Instituto Histórico contava apenas com figuras masculinas, conforme seu momento de fundação no século XIX. Pedro Calmon, junto a Comissão de Estatuto, defende que seria inapropriada a admissão da historiadora nos quadros da instituição. Enquanto Américo Jacobina Lacombe redige extenso parecer contra a decisão. De acordo com o parecer de Américo Jacobina, o Instituto Histórico estava perdendo a oportunidade de rever seus preceitos. Jacobina afirma que a mudança no ensino e pesquisa histórica, que se tornou especializada, incluía a presença feminina, e isso era algo inevitável. Afirma que

Se o Instituto pensa em continuar a representar o pensamento dos historiadores brasileiros precisa tomar em consideração a mudança radical no quadro dos que cultivam esta ciência.

No magistério superior as mulheres arrebatam as cátedras a candidatos varonis, com aclamações gerais, são diretoras, reitoras e ministras. (ATAS IHGB out.-dez. 1965, p. 270)

Américo Jacobina acrescenta que a questão não seria saber o que os sócios fundadores pensavam sobre a questão, posto que se encontravam em outro momento da história, quando as mulheres raramente eram alfabetizadas, mas inserir a admissão das mulheres no Instituto Histórico no contexto atual. Isto porque “os antigos não pensaram nas sócias porque não havia mulheres historiadoras no Brasil. Mas hoje as temos.” (ATAS IHGB, out.-dez. 1965, p. 270). No final de seu manifesto, redige um quadro de mulheres ligadas à Academia em boa parte do mundo, pertencentes às instituições de pesquisa e ensino renomadas. Por fim, afirma que

Se outras entidades têm motivos para excluir as mulheres de seu grêmio, a nossa não tem o direito de o fazer. De fato elas já colaboram conosco nas nossas sessões e comissões. É desprimoroso que as convidemos para colaborar em nossos trabalhos sem partilhar com elas as nossas honorarias. (ATAS IHGB out.-dez. 1965, p. 270)

A discussão em torno do ingresso de mulheres como membros do Instituto Histórico demonstra o interesse de parte da instituição em buscar preservar as raízes ditas tradicionais do momento de fundação. No entanto, o IHGB mostrava-se como espaço de lutas e visões de mundo diferentes. Neste sentido, mesmo Pedro Calmon sendo uma voz de peso na instituição, foi Américo Jacobina quem venceu a disputa, visto que, a partir de votação realizada no

IHGB, decidiu-se, no dia 11 de outubro de 1965, que as mulheres seriam aceitas como sócias do Instituto Histórico.

Curioso notar que em 1949, portanto anos antes, Américo Jacobina escreveu para a RIHGB o artigo “Rui e a história política do Império e da República”. Descrevendo a documentação preservada de Rui Barbosa, faz a seguinte afirmação:

A existência de um tal acervo com a nossa habitual displicência por papéis velhos, com o nosso clima e com a perseguição das famosas arrumadoras, que costumam ser as donas de casa, é realmente quase um milagre. Se aludi a esta última espécie de obstáculo é porque já ponto clássico em livros de biblioteconomia a referência à antipatia histórica das mulheres pelos livros e papéis, ao menos em suas próprias casas. [...] (LACOMBE, 1949, p. 25)

Portanto, o próprio Américo Jacobina se habituou e mudou com as transformações empreendidas pelo tempo. Neste sentido, o historiador percebeu que alterar suas visões quanto à figura feminina era inevitável. Do mesmo modo, o Instituto Histórico necessitava se adaptar às mudanças do seu tempo, mas, para isso, seus membros deveriam estar dispostos a deixar de lado o tradicional que remontava ao período imperial, patriarcal, conservador. Nem sempre estiveram dispostos a abandonar tais marcas da instituição.

No que diz respeito aos intelectuais estudados, boa parte deles preservavam, na escrita e na fala, aspectos importantes da dita tradição do Instituto Histórico. A análise centra-se no período de 1938 a 1966, porém, todos os intelectuais pertenceram à instituição durante toda a vida. O antropólogo Edgard Roquette-Pinto ingressou no Instituto Histórico em 1913 como sócio correspondente, tendo passado à classe dos efetivos e, no ano de seu falecimento, em 1954, ascenderia à classe de benemérito; Gustavo Barroso entra para o IHGB em 1931 como sócio efetivo, e, em 1956 passa à classe de sócio benemérito; Pedro Calmon ingressa no instituto em 1931 como sócio efetivo, ascendendo à classe de sócio benemérito em 1943 e grande benemérito em 1958; Alcindo Sodrê entra para o Instituto Histórico em 1939 como sócio correspondente e passa à classe de efetivo em 1943; Rodrigo Melo Franco de Andrade ingressa no IHGB em 1943 como sócio efetivo, tendo permanecido nessa posição até sua morte, em 1969; Francisco Marques dos Santos entra no instituto em 1944 como sócio efetivo, não tendo sido alterada sua posição até 1966; Américo Jacobina Lacombe ingressa como sócio efetivo em 1945, permanecendo nessa posição até 1966; Afonso Arinos toma posse no Instituto Histórico na categoria de sócio efetivo em 1949, sem ter tido sua posição alterada até 1966; Paulo Santos ingressa no IHGB em 1960 na classe de sócios efetivos, a qual não sofreu alteração até 1966; Gilberto Ferrez passa a fazer parte do instituto em 1961 na categoria de sócio honorário, tendo, em 1965, passado à classe de efetivo por conta de

alterações nos Estatutos de 1965; e, Josué Montello ingressa no IHGB em 1963 como sócio efetivo, permanecendo na mesma posição até 1966.

A maioria dos intelectuais selecionados integrou as Comissões Permanentes do IHGB. Em 1939, Roquette-Pinto integrava a Comissão de Arqueologia e Etnografia, permanecendo nela até sua morte. Gustavo Barroso, em 1939, fazia parte da Comissão de Bibliografia, anos depois, em 1944, passa a fazer parte da Comissão de Arqueologia e Etnografia até o ano de sua morte, em 1959. O historiador Pedro Calmon integrou, durante todo o período estudado, a Comissão de Estatutos. Em 1948, Alcindo Sodr e passa a compor a Comissão de Arqueologia e Etnografia, a qual integraria at e o seu falecimento em 1952. O historiador da arte Francisco Marques dos Santos ocupa o lugar de Alcindo Sodr e nesta Comissão. Anos antes, em 1950, Rodrigo Melo Franco de Andrade passa a integrar a Comissão de Arqueologia e Etnografia. Em 1951, o historiador Am eric Jacobina Lacombe passa a compor a Comissão de Bibliografia; anos mais tarde, em 1964, passaria a ser representante da Comissão de História. Nesse mesmo ano, Am eric Jacobina assume a dire o da RIHGB junto a Artur Cesar Reis e Francisco de Assis Barbosa. No ano de 1961, Afonso Arinos passa a integrar a Comissão de Bibliografia do Instituto Histórico. Os intelectuais Josué Montello, Gilberto Ferrez e Paulo Santos não integraram nenhuma Comissão Permanente durante o período estudado.

Como exposto na tabela do anexo 2, com exce o de Roquette-Pinto, Gustavo Barroso, Pedro Calmon, Alcindo Sodr e e Am eric Jacobina, os demais intelectuais pesquisados ingressaram no Instituto Histórico após passarem a fazer parte do Conselho Consultivo do SPHAN. Como membros das Comissões Permanentes, os intelectuais estudados ocupavam lugares de prestígio dentro da institui o, e, certamente, houve rela o entre o pertencimento às Comissões com o ingresso de intelectuais do Conselho Consultivo, tais como Afonso Arinos, Francisco Marques dos Santos, Gilberto Ferrez, Josué Montello, Paulo Santos.

Como já foi mencionado, todos os intelectuais estudados estiveram ligados, de algum modo, a cargos públicos oferecidos pelo Estado. Como bem ressalta Sergio Miceli, em sua obra *Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-1945)*, as recompensas pecuniárias por integrarem tais postos “[...] parecem desprez veis se comparadas àquelas cujos lucros materiais e simbólicos derivam das elei es para a Academia Brasileira de Letras e para o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro [...]” (MICELI, 1979, p. 148). Pode-se supor, portanto, que alguns intelectuais alcançaram maior visibilidade no campo intelectual por passarem a fazer parte do Conselho Consultivo do SPHAN. No caso de Paulo Santos e Gilberto Ferrez foi diretamente relacionada a admissão no Instituto Histórico e o

pertencimento ao órgão de patrimônio, conforme expresso nas atas do IHGB. De modo inverso, seria o Conselho receptor de prestígio e credibilidade quando intelectuais renomados foram indicados para integrá-lo. Desse modo, entende-se que alguns intelectuais, como aqueles que foram indicados para compor o IHGB após integrarem o Conselho Consultivo, conseguiram maior reconhecimento intelectual quando foram nomeados conselheiros do SPHAN. Tal posição rendeu-lhes nomeações para outras instituições, como o IHGB. Nessa rede de intelectuais, os laços de amizade eram fundamentais, uma vez que os intelectuais considerados de maior prestígio iam incorporando, nomeando, integrando seus amigos nas instituições às quais pertenciam.

Todavia, considerando o IHGB como “um dos grandes lugares de consagração nacional” (GOMES, 2009, p. 11),<sup>87</sup> para pertencer ao instituto devia-se partilhar minimamente dos códigos compartilhados por aqueles considerados destacados intelectuais brasileiros. Ou seja, para ocupar determinadas posições consideradas de prestígio social, os intelectuais aspirantes a sócios deviam partilhar das regras e valores construído socialmente dentro dos grupos. Portanto, entende-se que, além dos laços de amizade, as indicações e as nomeações tinham relação com o fato de os indicados serem considerados “adequados”, “ideais” para ocuparem determinados postos na burocracia estatal ou em reconhecidas instituições públicas ou privadas.

Os postos ocupados pelos intelectuais, além de conferir-lhes destaque, eram essenciais como espaços para suas produções intelectuais. Entre 1938 e 1966, a maior parte dos intelectuais estudados teve ao menos um artigo publicado na RIHGB, com exceção de Afonso Arinos e Paulo Santos. A maioria do material analisado constitui-se de artigos produzidos especificamente para a RIHGB, mas constam também conferências proferidas no Instituto Histórico ou em outras instituições, publicações de jornais, traduções de obras.<sup>88</sup>

---

<sup>87</sup> Acredita-se que, a partir da década de 1930, com a criação e expansão dos cursos das ciências humanas, o IHGB começa a concorrer com as narrativas históricas produzidas na Universidade. A partir desse momento, com relação à escrita da História, o IHGB perderá a hegemonia que desfrutara no século XIX e nas primeiras décadas do XX. Na próxima seção deste capítulo, esse assunto será tratado mais profundamente.

<sup>88</sup> Os artigos analisados foram: Alcindo Sodré: *Solano Lopez, imperador* (1944), *Dom Pedro II na pacificação do Rio Grande do Sul* (1945), *Rio Branco e o seu título de barão* (1945) e *Um médico na monarquia* (1947); Américo Jacobina Lacombe: *Rui e a história política do Império e da República* (1949), *O cônego Fernandes Pinheiro* (1958), *O Pan-Americanismo* (1961), *Bilhetes de d. Pedro II* (1963) e *Saudações a Enéas Martins Filho* (1965); Edgard Roquette-Pinto: *Vocabulário tupi de Humberto Mauro* (1950); Francisco Marques dos Santos: *Aspectos da primeira viagem dos imperadores do Brasil à Europa e Egito* (1945); Gilberto Ferrez: *O Rio de Janeiro, no tempo de Bobadela visto por um padre francês* (1964), *Os muros da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro* (1965), *Diário anônimo de uma viagem às costas d'África e às Índias espanholas* (1965) e *O que ensinam os antigos mapas e estampas do Rio de Janeiro* (1965); Gustavo Barroso: *O cruzado da abolição – Nabuco, orador* (1949), *Pinheiro Machado na intimidade - evocações* (1951) e *Capistrano de Abreu e a interpretação do Brasil* (1953); Josué Montello: *O centenário de Júlio Mesquita* (1962) e *O poeta José Bonifácio* (1963); Pedro Calmon: *Vida e glória da princesa Isabel* (1946), *Arquivos portugueses e história*

A maioria dos artigos trata do período imperial e de suas “grandes personalidades” ligadas à política e à intelectualidade do Império. Cabe notar que D. Pedro II e a Princesa Isabel foram personagens tratadas como tema principal de alguns artigos. O primeiro como homem culto e caridoso, preocupado com o desenvolvimento da educação e da saúde (SANTOS, 1945), a segunda como igualmente bondosa, caridosa, santa, pois foi a “Redentora” dos escravos (CALMON, 1946). Com exceção de Gilberto Ferrez, todos os intelectuais pesquisados escreveram artigos para RIHGB que enfocavam importantes estadistas que foram considerados essenciais para os rumos do Império do Brasil.<sup>89</sup>

Ainda no IHGB do século XIX, conforme tratado por Manoel Salgado Guimarães (1988), a tradição do iluminismo português foi utilizada como norteadora para escrita da história do Brasil. Sendo assim, a escrita da história nacional deu-se “[...] tanto pelo tratamento linear dado ao desenvolvimento da história, quanto por sua instrumentalização como ‘mestra da vida’” (GUIMARÃES, 1988, p. 14). Desse modo, a história era constituída, segundo Maria da Glória Oliveira (2011), como “coleções de exemplos” do passado que seriam utilizados de forma educativa no presente. Interessados na compilação de biografias de brasileiros ilustres, marcados pelo “traço da excepcionalidade”, boa parte da escrita da história mostrava a preocupação em salvar do esquecimento os feitos dos grandes homens (OLIVEIRA, 2011, p. 54).

Ao mesmo tempo, consoante Guimarães, a escrita da história nacional empreendida pelo IHGB seria embasada em “pesquisas sistemáticas” e “metodologias adequadas” (GUIMARÃES, 2011, p.53). Sendo assim, no século XIX, podem-se perceber dois modelos de história coexistindo dentro do Instituto Histórico: a história relacionada ao Iluminismo e a história como disciplina do século XIX (GUIMARÃES, 1988). Ademais, os historiadores clássicos eram frequentemente visitados como forma de utilizar o passado com vistas às decisões políticas no presente (OLIVEIRA, 2011). O historiador moderno transitaria, assim, entre os elementos antigos e modernos, não havendo um modelo institucional decidido previamente (ARAÚJO, 2009).

Marcando continuidades com a historiografia construída durante o século XIX, estas figuras ligadas ao Império, retratadas nos artigos analisados, eram entendidas como exemplos

---

*brasileira* (1946), *Princesa da Rosa de Ouro* (1946), *Nabuco e a ‘boa origem’* (1949), *Repatriamento dos restos mortais da princesa Isabel e do conde D’Eu* (1953), Discurso do professor Pedro Calmon na sessão solene homenagem ao presidente Craveiro Lopes (1957), *Perfil político do Marquês de Paraná* (1957), *Epitácio Pessoa, o intervencionista* (1965) e *Marquês de Abrantes – vida e obra de um estadista do Império* (1965); e, Rodrigo Melo Franco de Andrade: *Araújo Pôrto-Alegre, precursor dos estudos de história da arte no Brasil* (1944) e *Museu e conservação de obras de arquitetura em Ouro Preto* (1949).

<sup>89</sup> A maioria absoluta desses grandes estadistas era homem. Com a exceção da figura da Princesa Isabel, sendo a única personalidade feminina contemplada como tema de artigos.

para o presente e o futuro, seguindo o modelo de construção narrativa da história como mestra da vida.<sup>90</sup> As personalidades tratadas nos artigos analisados foram concebidas como aqueles que sacrificaram suas vidas por amor à pátria, e, por isso, deveriam ser exemplos e inspiração para o presente e para o futuro. Assim, tais representações da história mostram o cunho patriótico e pedagógico presente nesse modelo de escrita da história.

As personalidades do Império consubstanciavam inúmeras características positivas, na vida pública e privada, e, por isso, não foi incomum a utilização de frases de exaltação a essas figuras. Josué Montello, tratando do centenário de Júlio de Mesquita, afirma que ele era “[...] O político, o estadista, o homem de ação, o professor de civismo, o patriota, o advogado, o administrador [...]” (MONTELLO, 1962, p. 78). Pedro Calmon afirma ser o Marquês de Abrantes “[...] um operário da organização nacional, insisto, um daqueles estadistas responsáveis pela estrutura e pela plástica do regime livre deste país, um daqueles que deixaram na formação nacional as impressões digitais [...]” (CALMON, 1965, p. 132).

Conforme Angela de Castro Gomes (2009), nas primeiras décadas da República, o IHGB daria importância para reflexão da história como ciência. Nesse momento, a ciência era concebida como meio para o Brasil transformar-se em país moderno e civilizado. A preocupação em se escrever a história a partir de documentos “autênticos” esteve presente nos artigos analisados. O historiador Pedro Calmon trata os arquivos como locais que guardam a verdade. Tratando dos arquivos portugueses, Calmon afirma que estes guardam “tesouros” para história do Brasil, constituídos por “documentação idônea” (CALMON, 1946, p. 134). Alcindo Sodrê utiliza-se da análise histórica para comprovar a autenticidade do Ponche de Solano López alocado no Museu Imperial (SODRÊ, 1944). A análise empreendida por Alcindo Sodrê relaciona-se com o alargamento da ideia de documento. Tal ideia também estava presente em passagem redigida por Américo Jacobina, quando se refere ao quantitativo documental deixado por Rui Barbosa e diz que a “[...] coleção depoimentos – e isso agora é história, meus senhores [...]” (LACOMBE, 1949, p. 25). Rodrigo Melo Franco de Andrade, comparando a desfiguração dos monumentos históricos com a destruição dos documentos textuais, afirma que aqueles são muitas vezes “[...] marcos mais importantes e expressivos da história pátria do que quaisquer outros.” (ANDRADE, 1944, p. 132).

O material empírico utilizado pelos intelectuais para redação dos artigos da RIHGB compõe-se de textos, cartas, poesias, depoimentos, objetos de museu, esculturas, pinturas. As pesquisas e o material empírico tinham relação com os cargos institucionais ocupados pelos

---

<sup>90</sup> Para saber mais sobre a utilização da história como mestra da vida pelos sócios do IHGB no século XIX, ver: GUIMARÃES, 1988; 2011; TURIN, 2009; OLIVEIRA, 2011.

intelectuais, como exemplos, pode-se notar que os artigos, citados acima, de Alcindo Sodr e e de Américo Jacobina foram pensados e elaborados a partir do lugar institucional que ocupavam, sendo as fontes principais para os estudos empreendidos aquelas disponíveis no Museu Imperial e na Casa de Rui Barbosa.

Na ideia da história científica estava implicado outro importante elemento presente nos artigos analisados: o progresso. A história moderna inaugura uma nova forma de conceber o tempo histórico, nela está implicada a no o de universalidade e unicidade do processo histórico (HELLER, 1993). Agnes Heller assinala que este novo modelo inaugura a história como um “[...] *projeto*, uma ideia sobre o futuro da humanidade.” (HELLER, 1993, p. 346). Isto porque se elege uma “ nica *lógica*” para a história que será o fio condutor dos acontecimentos rumo ao progresso inevitável (HELLER, 1993). Nos artigos analisados, pode-se perceber a utiliza o desta lógica como norteadora das narrativas construídas.

A inser o do Brasil na marcha do progresso foi frequentemente aproximada às raízes europeias, principalmente aquelas legadas pela coloniza o portuguesa, como no artigo de Pedro Calmon “Arquivos Portugueses e História Brasileira”, o qual faz alusão às rela es entre Brasil e Portugal, afirmando que “[...] os laços espirituais que nos unem   pátria da nossa pátria [...]” (CALMON, 1946, p. 136). E, em seu discurso na sessão solene em homenagem ao presidente português Craveiro Lopes, discorrendo sobre o mesmo assunto, Pedro Calmon ressalta que “[...] Somos duas pátrias; mas realmente uma cultura. Somos duas soberanias; mas de fato uma civiliza o. [...]” (CALMON, 1957, p. 205). O historiador Gustavo Barroso, no artigo “Capistrano de Abreu e a interpreta o do Brasil”, faz a seguinte afirma o sobre a forma o do povo brasileiro: “[...] sem exce o, uma virtude sobrenadava nesse caos espiritual, provinda naturalmente dos velhos troncos lusos, cujas raízes se aprofundam na Idade Média, o culto da honra pessoal, gerando as mais altas virtudes morais. [...]” (BARROSO, 1953, p. 94).

Marcando mais uma continuidade com a historiografia do IHGB no século XIX, nos artigos analisados os autores clássicos foram com frequência visitados. Isto porque “[...] a antiguidade oferece-nos os modelos mais perfeitos [...]” (ANDRADE, 1944, p. 122), “A exemplo de Heitor, no poema de Homero, se alguém o aconselhasse a consultar os augúrios para saber o sentido de seu combate, ele teria respondido que o melhor de todos os augúrios   combater pela Pátria.” (MONTELLO, 1962, p. 79). Ou ainda “[...] devera ter recolhido em herança toda a profunda sabedoria das clássicas li es de Aristóteles pronunciadas sob o propício acolhimento das oliveiras de Atenas. [...]” (SODR , 1947, p. 150). E, seguindo Tácito, “A eloquência   filha da Liberdade, defini o magistral de Tácito no ‘Diálogo sobre

os oradores’, em que o grande historiador latino faz desfilar diante dos olhos da posteridade os grandes tributos da antiga Roma [...]” (BARROSO, 1949, p. 321).

Nos casos apresentados, mais do que usar os autores clássicos como argumento de autoridade – modo de apropriação dos clássicos na escrita da história ao longo do século XIX (OLIVEIRA, 2011) –, as referências a eles conferem *status* aos intelectuais, pois demonstram seus elevados graus de erudição quando referenciam esses autores.

Além de citarem os autores da Antiguidade, esses intelectuais citavam-se uns aos outros. Pode-se pensar que nas vivências institucionais, nos fóruns de discussão, nos encontros após as reuniões iam sendo estabelecidas conexões, laços, interesses em comum, e também pontos de divergência. O Instituto Histórico foi mais um espaço de sociabilidade compartilhado pelos membros do Conselho Consultivo do SPHAN. Cabe interrogar o quanto as concepções de história defendidas dentro do IHGB estavam presentes no órgão de preservação. Ao analisar os artigos redigidos pelos intelectuais estudados, percebe-se que as figuras ligadas ao Império e suas trajetórias foram tratadas como exemplos. Ou seja, defendia-se o modelo de história patriótica, cívica, mas também de cunho científico. Se dentro do IHGB a tradição encontrava-se no Império, no SPHAN o tradicional residiria na Colônia, podendo identificar-se em ambas as narrativas o interesse em articular passado, presente e futuro. Tal afirmação das predileções do Instituto Histórico pelo Império e o órgão de preservação pela Colônia não quer dizer que os períodos colonial e imperial foram entendidos de forma dicotômica dentro de tais instituições, mas que, ao longo do tempo, notam-se inclinações das instituições para valorização de períodos históricos específicos. Portanto, mostra-se essencial compreender como tais instituições articulavam-se tendo privilegiado períodos distintos da história nacional.

#### **2.4 Os elos entre SPHAN e IHGB: as concepções de história de seus intelectuais**

As relações entre IHGB e SPHAN foram destacadas no Salão Nobre do Instituto Histórico, em 2007, pelo arquiteto Luis Fernando de Almeida, então presidente do órgão de preservação, que proferiu palestra de abertura das atividades do ano social. Seu discurso teve como tema a trajetória da proteção ao patrimônio histórico e artístico nacional, destacando “[...] a presença do IHGB na política de preservação, desde a criação do órgão, como SPHAN [...]”.<sup>91</sup>

---

<sup>91</sup> Disponível em: <<http://www.ihgb.org.br/noticiario.php?n=00216&s=0>>. Acesso em: 25 set. 2015.

Décadas antes, Rodrigo Melo Franco de Andrade, em 1944, escreve o artigo *Araújo Porto-Alegre, precursor dos estudos de história da arte no Brasil* para a RIHGB. Nele, o autor menciona o débito do SPHAN para com o Instituto Histórico, no qual se encontrariam os primeiros defensores dos “monumentos e obras de arte tradicional” brasileira (ANDRADE, 1944, p. 119). Dentre estes precursores, Rodrigo Melo Franco de Andrade destaca o papel central de Araújo Porto-Alegre para o desenvolvimento da história da arte no Brasil. Andrade elogia Araújo Porto-Alegre, que mesmo estudando artes em Paris, quando chegou ao Brasil “[...] reagiu contra todos os princípios, contra todos os preceitos da sua formação, para considerar com apreço as obras de arte do passado do seu país.” (ANDRADE, 1944, p. 124). Logo, na visão do diretor do órgão de preservação, Araújo Porto-Alegre soube identificar e valorizar as obras de artes que eram essencialmente nacionais, aproximando-se, sobremaneira, das objetivações que nortearam o SPHAN nas suas primeiras décadas de atuação.

Apesar de os estudos empreendidos por Araújo Porto Alegre sobre a história da arte no Brasil terem sido “restrito[s] do ponto de vista bibliográfico”, Andrade afirma que se apresenta como a produção “mais fecunda realizada em nosso país” (ANDRADE, 1944, p. 125). Interessante notar que Rodrigo Melo Franco de Andrade elege Araújo Porto-Alegre como “patrono venerado” do SPHAN, ressaltando que suas obras norteavam a ação do órgão de preservação. As relações estabelecidas entre as ações do SPHAN e as concepções de arte em Araújo Porto-Alegre podem ser mais um elemento para explicar uma série de escolhas empreendidas pelo órgão de preservação nas suas primeiras décadas de atuação, quando os bens categorizados como patrimônio nacional eram aqueles relacionados à arte colonial-barroca.

Além da concepção de arte, tais escolhas implicavam concepções de história dentro do SPHAN, posto que os argumentos para a preservação do patrimônio nacional ligavam-no às raízes coloniais portuguesas e, desse ponto de vista, relacionava o Brasil às nações europeias civilizadas (CHUVA, 2003).

Ao analisar os processos de tombamento relatados pelos intelectuais estudados, nota-se que a quantidade de tombamentos de bens coloniais, localizados nos estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais, Bahia, Pernambuco, mostra-se superior a qualquer outro período da História do Brasil. No segundo lugar dos processos de tombamento encaminhados ao Conselho Consultivo estavam os bens representativos do período imperial. Cabe notar que os bens propostos para tombamento relacionados ao Império, quando tombados, tinham como justificativa seu valor histórico, sendo considerados despossuídos de “valor artístico”. Tal

“valor histórico” relacionava-os às “personalidades ilustres” do Império e aos “grandes eventos” da história nacional.

No entanto, não eram apenas os patrimônios ligados ao Império que tinham suas argumentações para o tombamento construídas a partir do modelo de história monumental.<sup>92</sup> As justificativas para o tombamento de monumentos coloniais baseava-se no “valor excepcional”, “valor autêntico”. Sendo assim, por serem “verdadeiros” bens representativos da nação brasileira, por representarem um período áureo da história nacional não poderiam ser deixados à mercê das intempéries do tempo. Ou seja, devia-se “salvar” os rastros do passado para que se soubessem quem são os brasileiros do presente e, mais que isso, para onde caminhava o futuro da nação. Por isso, a ideia de salvar do esquecimento o passado nacional para a posteridade foi comum nas justificativas para o tombamento.<sup>93</sup>

São os intelectuais do SPHAN e os membros do Conselho Consultivo que elaboram narrativas sobre a relevância ou a irrelevância de um bem como representativo da nação. Em última instância, são os intelectuais do Conselho Consultivo que argumentam e arbitram sobre qual será o passado que representará os brasileiros e o Brasil. Todavia, como já foi ressaltado, a maior parte dos pareceres elaborados pelos intelectuais selecionados seguiu as indicações das seções técnicas do SPHAN. Além disso, a maioria dos processos de tombamento discutidos foi aceita por unanimidade.

No entanto, esse grupo de intelectuais não era homogêneo e não teve participação semelhante no SPHAN e no IHGB. Como exemplo, pode-se pensar em Gilberto Ferrez que escreveu artigos para RIHGB cujos temas não se relacionavam ao Império, e, no Conselho Consultivo, quando relatou o processo de tombamento relativo ao edifício da Escola de Educação Feminina Princesa Isabel, pertencente ao período imperial, negou a inscrição do bem nos Livros do Tombo por ser “desprovido de valor histórico ou artístico” (ATAS SPHAN, 23 out. 1962). Tal pedido de tombamento partiu de Américo Jacobina Lacombe, o qual relatou principalmente processos relativos ao Império, e, nos seus artigos para RIHGB, era claramente admirador e propagador da história relacionada às “grandes personalidades” do Império. Francisco Marques dos Santos e Gustavo Barroso tiveram papel parecido ao de Américo Jacobina, apesar de terem tido atuações e posições diferentes dentro de ambas as instituições. Alcindo Sodré e Josué Montello, ambos diretores de museus, tiveram pouca

---

<sup>92</sup> Conforme Neville Morley (2011), a “história monumental” consiste na narrativa dos eventos grandiosos do passado protagonizados por grandes homens com vistas ao presente e ao futuro, portanto, este modelo de história constitui-se como exemplar, “mestra da vida” (MORLEY, 2011).

<sup>93</sup> José Reginaldo Gonçalves (2002) desenvolve análise sobre a ideia de “perda” presente nas noções de patrimônio do órgão de preservação nas gestões de Rodrigo Melo Franco de Andrade e Aluísio Magalhães.

visibilidade dentro do Conselho, porém, escreveram para a RIHGB artigos com concepções de história semelhantes àquelas já apontadas. Afonso Arinos e Paulo Santos, a despeito de terem tido participação de destaque dentro do Conselho Consultivo, não escreveram artigo algum para a RIHGB e pouco se destacaram nas reuniões do Instituto Histórico. Rodrigo Melo Franco de Andrade escreveu, no período estudado, apenas dois artigos para a RIHGB, enquanto no Conselho pode ser considerado como figura central. O antropólogo Edgard Roquette-Pinto pouco participou dos dois fóruns.<sup>94</sup> Atuação curiosa no Conselho Consultivo pode ser notada em Pedro Calmon, ativo nas discussões das reuniões do Conselho, todavia, quando eleito para relatar processos de tombamento, pouco acrescentava aos estudos realizados pelas seções técnicas do SPHAN. No Instituto Histórico ocupou posição destacada, sendo orador e membro das Comissões Permanentes. Mais tarde, tanto Calmon quanto Américo Jacobina seriam presidentes do IHGB, tendo o segundo sucedido o primeiro.

Em linhas gerais, percebe-se que enquanto no Conselho Consultivo os intelectuais estavam, em sua maioria, ratificando os pareceres dos técnicos do órgão de preservação e elegendo a Colônia como representativa do passado nacional, no Instituto Histórico, esses intelectuais estavam redigindo artigos que narravam a “história pátria”, ligada a “fatos memoráveis” e floreada por “ilustres” figuras públicas do Império. A princípio, identifica-se incoerência nas ações dos intelectuais, todavia, ao observar as participações individuais, percebe-se que o Império, mesmo que de maneira diminuta, esteve presente nas discussões do Conselho Consultivo. Cabe notar que a identificação de tal incoerência não quer dizer que a história da Colônia e do Império eram concorrentes no contexto estudado, pelo contrário, ambas eram igualmente valorizadas pela historiografia. Nota-se que havia certa predileção das instituições estudadas com relação a esses momentos da história do Brasil. O órgão de preservação dava ênfase na narrativa do passado colonial, a partir dos bens tombados; enquanto o Instituto Histórico privilegiava o período imperial, como pode ser notado pelos artigos presentes na RIHGB. Além disso, acredita-se que anterior à natureza dos bens tombados, pode-se relacionar o Instituto Histórico e o órgão de preservação a partir das concepções de história defendidas pelos intelectuais para justificarem seus pareceres e redigirem seus artigos.

Até a década de 1930, a escrita da história no Brasil era praticada por sujeitos formados em diferentes áreas do saber, tais como Direito, Medicina, Engenharia. Essa

---

<sup>94</sup> Em 1914, o IHGB organizou o I Congresso de História Nacional, no qual Roquette-Pinto organizaria a seção *História das explorações arqueológicas e etnográficas*. Logo, pode-se pensar que Roquette-Pinto teve posição de destaque no IHGB, apesar de ter redigido apenas um artigo para RIHGB no período pesquisado.

produção não visava à obtenção de títulos acadêmicos, por isso, nem sempre estava preocupada com o caráter científico dos trabalhos (ROIZ, 2013). Os sócios do IHGB e membros do Conselho Consultivo do SPHAN inserem-se na formação em disciplinas anteriores à criação dos cursos de Filosofia, Ciências e Letras que se dariam na década de 1930. Esses intelectuais eram, em sua maioria, formados em Direito. Entretanto, boa parte deles dedicava-se à História, tanto lecionando a disciplina em escolas e universidades como se debruçando a escrever história para os fóruns aos quais pertenciam.

Nesse contexto, os intelectuais estudados são os historiadores sem formação específica na área, isto é, aqueles que se tornaram compiladores de história não por terem frequentado cursos superiores na área, mas por se dedicarem a temas históricos e empreenderem análises históricas sobre os fenômenos. Pode-se pensar, neste sentido, que as noções de história desses historiadores se distanciariam cada vez mais daquelas defendidas pelos historiadores formados pela academia. E tais diferenças e distanciamentos gerariam, posteriormente, disputas entre os historiadores sem formação específica na área e os historiadores de formação.

Conforme Manoel Salgado Guimarães (2011), ao longo do século XX, a historiografia brasileira seria marcada pela produção do Instituto Histórico, que era fórum privilegiado na difusão das concepções sobre história. No entanto, a hegemonia do IHGB na produção de discursos sobre a história começou a ser alterada com a criação das primeiras faculdades de Filosofia, Ciências e Letras na década de 1930. Para Sergio Miceli, a criação dessas faculdades foi motivada pelo “[...] projeto do poder central de assumir a formação escolar e ideológica das novas frações intelectuais [...]” (MICELI, 1979, p. 156). Tal iniciativa se enquadraria na proposta presente no Estado Novo de modernização e de especialização dos saberes. No que concerne à disciplina História, a especialização veio acompanhada da profissionalização, a qual visava distinguir a História produzida dentro da academia daquela produzida para além da Universidade. Aos poucos, a profissionalização do saber histórico implicaria na compreensão da História como uma ciência, que demandava a modificação dos temas e das abordagens dos conteúdos históricos.

Antes do surgimento dos cursos universitários, o IHGB já vinha repensando seu espaço no campo intelectual e político, uma vez que, com o fim da monarquia, o Instituto Histórico passou por difíceis problemas organizacionais e políticos, logo percebendo que deveria se adaptar às demandas do novo regime. Sendo assim, as transformações políticas e sociais ocorridas em fins do século XIX obrigaram aos integrantes do IHGB a repensarem suas práticas e formas de narrativa da história. Nesse contexto, os debates dentro do IHGB

giraram em torno da história com caráter científico e pragmático/político (GOMES, 2009). Contudo, é interessante notar, conforme Hugo Hruby (2008), que no começo do século XX, a laicização do Estado foi frequentemente criticada pelos sócios do IHGB. Segundo o autor, as relações entre ciência, fé e história foram frequentemente articuladas nas publicações da RIHGB. Desse modo, pode-se notar rupturas e continuidades na escrita da história nas primeiras décadas do século XX.

Destacam-se, no começo do século XX, iniciativas promovidas pelo IHGB que demonstram seu interesse no ensino, na pesquisa e na divulgação dos conhecimentos históricos produzidos institucionalmente. De 1916 a 1921, funcionou a Academia de Altos Estudos – Faculdade de Filosofia e Letras idealizada pelos sócios do IHGB (GUIMARÃES, 1999). Ademais, pode-se citar o I Congresso de História Nacional, realizado no Rio de Janeiro em 1914, igualmente organizado pelos sócios do IHGB, os quais tinham como objetivos norteadores “uma maior especialização da escrita da história”, tendo tido como principais temas de trabalho a história pátria (SOUZA, 2013, p. 47).

Apesar dos cursos de História e Geografia terem sido criados na década de 1930, o interesse maior, no primeiro momento, era suprir a necessidade de professores para o ensino secundário (ROIZ, 2013). Foi somente na década 1950 que “[...] os intelectuais brasileiros pareciam estar seduzidos pela ideia de fundar uma moderna escrita histórica sobre o país. [...]” (VENÂNCIO, 2016, p. 437). No entanto, ainda seguindo Giselle Venâncio (2016), não houve um projeto único para a modernização da escrita da história, na verdade, tais projetos entendiam de modos diferentes a maneira como se empreenderia a nova escrita da História.

Nas décadas de 1930 e 1940, foram feitas duas reformas relativas ao ensino de História. Em 1931, com a Reforma Campos o ensino seria baseado em círculos concêntricos, assim, a matéria estudada no curso fundamental seria revisada e aprofundada no curso complementar. Conforme Angela de Castro Gomes (1998), houve a valorização dos estudos biográficos, e tal concepção de “história biográfica” não seria rompida na reforma posterior. A Reforma Capanema, de 1942, tinha objetivos declaradamente patrióticos, recomendando “[...] a formação da consciência dos alunos do curso secundário através dos acontecimentos e vultos principais do nosso passado. [...]” (GOMES, 1998, p. 139). Portanto, na década de 1940, concepções de história cívico-patriótica eram defendidas para o ensino da disciplina. Como Angela de Castro Gomes chama a atenção, foi justamente nesse período das Reformas que as faculdades de Ciências e Letras começam a formar suas primeiras turmas de professores do ensino secundário e pesquisadores de História. Nesse momento, Angela de Castro Gomes identifica transformações no “perfil do historiador e da produção

historiográfica”, começando a se desenvolver “um novo profissional, cujos contornos não eram nítidos.” (GOMES, 1998, p. 140).

Cabe notar que, apesar da concorrência na escrita da história sofrida pelo IHGB, a própria Universidade seria ocupada por representantes do Instituto Histórico. Em 1935, fundou-se, no Rio de Janeiro, a UDF e seu Curso de História. Conforme Marieta de Moraes Ferreira (2013), os responsáveis pela estruturação dos cursos de História na década de 1930 não estavam interessados em manter vínculos com IHGB, mesmo que reconhecessem a importância da produção sobre o passado empreendida por esta instituição. No Curso de História da UDF, Afonso Arinos ocupou a cadeira de História da Civilização no Brasil. Marieta Ferreira assinala que a proposta da História da Civilização opunha-se às histórias nacionais que tinham sido objeto de intenso debate nos anos 1920, logo após a Primeira Guerra Mundial.

[...] Essa diretriz se desdobrava numa concepção de História que defendia a supressão das histórias nacionais, marcadas pela excessiva valorização do político e pelo culto dos grandes heróis, em favor de uma história das civilizações voltada para o estudo das sociedades. (FERREIRA, 2013, p. 29)

A criação da UDF ia de encontro com o desejo do ministro Gustavo Capanema de criar a Universidade do Brasil. Em 5 de julho de 1937, pela Lei nº 452, foi criada a Universidade do Brasil e, junto a ela, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. No ano de 1939, a UDF encerrou suas atividades, tendo “[...] As escolas e cursos transferidos e seus professores catedráticos foram integrados à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da UB [Universidade do Brasil], e o mesmo aconteceu com os alunos [...]” (FERREIRA, 2013, p. 33). Marieta Ferreira afirma que, chegada ao fim a “proposta inovadora” da UDF, as concepções de história dominantes da FNFi retomaram “muitos dos pressupostos sustentados pelos historiadores ligados ao IHGB” (FERREIRA, 2013, p. 10). A proposta inovadora da UDF tinha relação com os conteúdos que deveriam ser ensinados, assim como integrar a profissionalização do historiador junto à formação do pesquisador. Marieta Ferreira assinala que a FNFi buscava demarcar a cientificidade e objetividade da História, além de entender o ensino orientado na divulgação de uma pedagogia vinculada ao “amor à pátria” e à “valorização do passado nacional” (FERREIRA, 2013, p. 10).

Diferente da UDF, o Curso de História e Geografia da FNFi possuía uma cadeira de História do Brasil, a qual era ocupada por Hélio Viana, sócio do IHGB. Segundo Marieta Ferreira, o IHGB, desde 1934, vinha combatendo o conceito de História da Civilização Brasileira e advogando pelo retorno da História do Brasil. Conforme seu desejo, na FNFi a História do Brasil seria retomada, assim como nas escolas secundárias, cujo interesse se

voltava para a História Política e a valorização de “grandes personagens” da memória nacional (FERREIRA, 2013).

Marieta Ferreira destaca que o Curso de História e Geografia da FNFfi da Universidade do Brasil serviu de modelo para organização de cursos em outros estados brasileiros. A preocupação da combinação entre ensino e pesquisa do Curso de História da UDF não foi priorizada no Curso de História e Geografia da FNFfi, deixando a tarefa de escrever a história para o IHGB. Sendo assim, a maior preocupação era a formação de professores para o ensino secundário. As décadas de 1950 e 1960 trariam novas perspectivas e mudanças para a FNFfi. Uma delas foi a separação dos cursos de História e Geografia em 1955. O contexto histórico do final dos anos 1950 e inícios de 1960 representariam a tentativa de renovação do Curso de História da FNFfi (FERREIRA, 2013). Tal tentativa se desdobraria em reações de grupos conservadores, dentre eles, representantes do IHGB.

No ano de 1964, o projeto *História Nova do Brasil* seria colocado em prática. Redigido por Joel Rufino dos Santos, Mauricio Martins de Mello, Pedro Alcântara Figueiredo, Pedro Celso Uchoa Cavalcanti Neto, Rubem César Fernandes e Nelson Werneck Sodré, a coleção, publicada pelo MEC, previa publicar dez títulos, tendo publicado apenas cinco quando teve sua edição suspensa no início da ditadura civil-militar em 1964 (LOURENÇO, 2008). Os autores eram vinculados ao Departamento de História do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), cujo diretor era Nelson Werneck Sodré. À exceção deste, os demais eram alunos do Curso de História da FNFfi, os quais eram intimamente ligados ao movimento estudantil e editavam o *Boletim de História*, “única publicação da Universidade feita por alunos” (LOURENÇO, 2008, p. 391). O *Boletim*, a despeito de ser editado pelos alunos, precisava passar pelo crivo dos professores, o que fazia com que nele existissem textos mais inovadores junto a outros com abordagem “tradicional” da História (LOURENÇO, 2008). Segundo Marieta Ferreira, “A cadeira de História do Brasil da FNFfi [ocupada por Hélio Viana], especialmente, estava na contramão de todos os anseios expressos pelos alunos no *Boletim de História*. [...]” (FERREIRA, 2008, p. 64).

Na RIHGB, em 1964, publica-se parecer da Comissão de História contra a *História Nova do Brasil*. Conforme o artigo, os autores não possuíam obras de valor histórico, com exceção de Nelson Werneck Sodré. Apesar de ter sido assinado pelos membros da Comissão de História, o manifesto contra a *História Nova* foi redigido integralmente por Américo Jacobina,<sup>95</sup> o qual era membro da referida Comissão. Segundo expresso no artigo, os folhetos

---

<sup>95</sup> Herbert Canabarro Reichardt, membro da Comissão de História, foi quem publicou o artigo na RIHGB, que reproduz o parecer de Américo Jacobina Lacombe. Ao final, afirma: “Subscrevo integralmente o parecer e as

da *História Nova* seriam obrigatoriedade no ensino público e particular pelo Decreto do Governo Federal nº 53.583 de 21 de fevereiro de 1964, sendo distribuídos pelo MEC. O objetivo da *História Nova*, conforme o prefácio dos seus volumes, era “[...]‘reformular, na sua essência e nos métodos, o estudo e o ensino de nossa história’ [...]” e continua Américo Jacobina buscando explicar os objetivos da *História Nova*: “[...] A história *tradicional*, a que se opõe a *história nova*, vem sendo ‘instrumento de freios e desvios, obstáculos para seu próprio desdobramento.’ [...]” (LACOMBE, 1964, p. 284). Ao longo do “manifesto”, Américo Lacombe faz duras críticas ao materialismo histórico defendido pelos partidários da *História Nova* como forma de interpretação dos acontecimentos. Para ele, tal posicionamento incorreria em erros de interpretação e em “parcialismo flagrante”. Américo Jacobina argumenta que tal forma de conceber a história retiraria da narrativa a “personalidade humana” e o acaso. Assim, argumenta que

Mais materialistas que Marx, os nossos dialetas-historiadores vão às extremas da interpretação dialética e varrem da História do Brasil a influência de qualquer personalidade, qualquer corrente, qualquer fator que não seja exclusivamente mercantil. (LACOMBE, 1964, p. 291)

Além disso, Américo Jacobina afirma ser a história do Império “realmente maltratada”, acusando os historiadores partidários da *História Nova* em incorrerem em enganos com datas e nomes, e ainda os acusa de manipularem as fontes de acordo com seus interesses narrativos. Américo Jacobina conclui afirmando que

Quer pela sua orientação doutrinária, extremamente facciosa, quer pelas faltas graves em matéria de fato, quer pela falta de cuidado na apresentação, os fascículos da denominada História Nova não merece sequer uma recomendação das autoridades educativas do país. Muito menos mereceriam os privilégios que obtiveram da administração e que devem ser urgentemente cancelados em benefício da educação livre e democrática. (LACOMBE, 1964, p. 301)

Nelson Werneck Sodré, em 1965, redige texto para *Revista Civilização Brasileira* onde faz duras críticas aos professores e pesquisadores que fizeram “críticas ideológicas” ao projeto *História Nova*. Américo Jacobina e seu parecer redigido na RIHGB foram alvos de Werneck Sodré (LOURENÇO, 2008). Anos depois, o historiador faria alusão ao texto de 1965 em texto para *Coleção Memória*, afirmando que Américo Jacobina teria sido “[...]

---

conclusões do Professor Américo Jacobina Lacombe, após leitura minuciosa e proficiente que fez dos folhetos da História Nova, de autoria coletiva, para uso obrigatório nas escolas.” (RIHGB, 1963, p. 301) Sendo assim, para facilitar a leitura e compreensão, a citação ao artigo no corpo do texto remeterá a Américo Jacobina Lacombe, porém, nas referências bibliográficas, tal artigo será citado com o nome de quem o publicou na RIHGB, ou seja, Herbert Canabarro Reichardt.

responsável, conseqüentemente, pela prisão e pelo exílio e pela tortura de alguns de seus autores [da *História Nova*].” (SODRÉ, 1993 *apud* LOURENÇO, 2008, p. 405).<sup>96</sup>

Cabe notar que foi em pleno governo conturbado de João Goulart (1961-1964) quando Américo Jacobina redigiu o manifesto. Tal presidente não participou das sessões realizadas no IHGB. Todavia, o presidente que o sucedeu através de um golpe de Estado, Humberto Castelo Branco, foi recebido, acolhido e elogiado na sessão de 21 de outubro de 1964 realizada no IHGB.

Chama a atenção o fato de alguns historiadores sem formação específica na área pertencerem à academia. Nomes como Américo Jacobina Lacombe e Pedro Calmon foram reconhecidos como importantes historiadores, professores de História do ensino básico e superior, escreveram e/ou dirigiram importantes obras como *História da Civilização Brasileira* (1933), de Calmon, e a *Coleção Brasileira* dirigida por Américo Jacobina a partir de 1956 até 1993.<sup>97</sup> Portanto, no período pesquisado, identifica-se momento de disputa entre concepções de história produzidas por estes historiadores e por aqueles formados em cursos de História. No IHGB e no Conselho Consultivo, os intelectuais de maior destaque foram aqueles que defenderam a história ligada a “valores excepcionais” e aos “grandes vultos”.

Segundo Giselle Venâncio, a *Brasiliiana* foi “possivelmente a mais importante coleção publicada sobre o Brasil ao longo do século XX” (VENÂNCIO, 2014, p. 111). Na *Brasiliiana*, escreveram intelectuais ligados às universidades criadas na década de 1930, assim como representantes de grupos não-acadêmicos, por exemplo, o IHGB, os institutos históricos regionais e as academias de letras (VENÂNCIO, 2013). Fábio Franzini assinala que a *Coleção Brasileira*, em nenhum momento de sua existência, publicou obras afinadas com o marxismo, tendo, no máximo, publicado “[...] alguns poucos títulos de tom histórico-sociológico mais crítico, os quais se diluem em meio ao predomínio de obras ainda inspiradas pelo pensamento oitocentista. [...]” (FRANZINI, 2011, p. 8).

Pode-se pensar que para além dessa disputa, o Instituto Histórico buscava e orgulhava-se de ver seus membros presentes nos espaços acadêmicos. Como em 1961, quando foi realizado o 1º Simpósio de Professores de História do Ensino Superior, em que

[...] Compareceram representantes de mais de metade dessas escolas superiores, dentre os quais vários membros do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, como os senhores Pedro Calmon, reitor da

---

<sup>96</sup> Em 1965, no momento em que Nelson Werneck Sodré redigia o texto para *Civilização Brasileira*, Maurício Martins Mello, Pedro de Alcântara Figueiredo e Joel Rufino dos Santos estavam presos por serem autores da obra. Pedro Celso Uchoa Cavalcanti Neto estava exilado, enquanto não se tinham informações sobre Rubem César Fernandes (LOURENÇO, 2008).

<sup>97</sup> A *Brasiliiana* foi criada em 1931 pela Companhia Editora Nacional, então propriedade Octalles Marcondes Ferreira, tendo sido Fernando Azevedo seu primeiro diretor (VENÂNCIO, 2013).

Universidade do Brasil; Hélio Viana, professor catedrático de História do Brasil da Faculdade Nacional de Filosofia; e Sérgio Buarque de Holanda, professor catedrático de História da Civilização Brasileira da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo. (RIHGB, out.-dez. 1961, p. 279)

Além disso, identificou-se como a consequência mais importante do Simpósio a criação da Sociedade de Professores de História, de âmbito nacional, sediada em São Paulo.<sup>98</sup> Neste sentido, o Instituto Histórico via-se representado nos espaços acadêmicos. Com disputas e divergências, propagavam suas visões de história para um público mais amplo. Ou seja, muitos dos membros do IHGB possuíam lugares cativos dentro do ensino superior. Não deve deixar de ser notada a constituição múltipla do próprio Instituto Histórico, quando Pedro Calmon, Hélio Viana e Sérgio Buarque de Holanda são colocados lado a lado.<sup>99</sup> Portanto, o próprio Instituto Histórico mostrava-se como espaço de lutas de como se deve escrever a história do Brasil, e alguns historiadores se destacaram em definir os rumos dessa empreitada.

Ao analisar as concepções de história manejadas pelos intelectuais nos pareceres dos processos de tombamento e nos artigos para a RIHGB, percebe-se o interesse em perpetuar nas narrativas históricas os “grandes eventos” ligados às “personalidades ilustres”. Cientes das transformações em curso na disciplina História, no entanto, ainda ligados aos modelos de história patriótica/cívica, história como mestra da vida que levava em consideração mitos fundadores, passado em comum, antiguidade histórica, tais intelectuais buscavam elaborar um relato científico da história, assim como na Universidade, porém, a finalidade, os objetos e os argumentos eram, em grande parte, diferentes daqueles defendidos na escrita da história realizada na academia, principalmente no final da década de 1950 e início dos anos 1960. No caso dos artigos para a RIHGB, percebe-se que, na década de 1960, quando na academia era a História Social que estava em voga, os intelectuais sócios do IHGB e conselheiros do SPHAN ainda dedicavam-se, majoritariamente, à escrita da História Política. Desse modo, percebe-se

---

<sup>98</sup> Marieta Ferreira, em seu livro *A história como ofício: a construção de um campo disciplinar*, assinala que o I Simpósio dos Professores de História do Ensino Superior realizado em Marília (SP) teria como produto a criação da Associação de Professores Universitários de História (APUH), que mais tarde passaria a se chamar Associação Nacional de Professores Universitários de História (ANPUH). A primeira diretoria foi composta pelos professores Eremildo Viana (presidente, FNF), Cecília Maria Wetphalen (vice-presidente, Faculdade de Filosofia da Universidade do Paraná), Sérgio Buarque de Holanda (secretário-geral, Faculdade de Filosofia da USP), Alice Piffer Canabrava (primeira-secretária, Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas da USP), Jorge Calmon (segundo-secretário, Faculdade de Filosofia da Universidade da Bahia), Antônio Camilo Faria Alvim (primeiro-tesoureiro, Faculdade de Filosofia da Universidade de Minas Gerais), Armando Souto Maior (segundo-tesoureiro, Faculdade de Filosofia da Universidade do Recife) e José Roberto do Amaral Lapa (diretor de publicações, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Marília) (FERREIRA, 2013, p. 66). Como se pode observar, apesar de participarem do Simpósio, nenhum membro do IHGB integrou os cargos da diretoria da nascente associação.

<sup>99</sup> Análises mais detidas sobre estes historiadores podem ser encontradas em: Nayara do Vale (2013); Tiago Nicodemo (2014).

que não houve uma ruptura abrupta na produção historiográfica da década 1930 em diante, pois o “velho” e o “novo” conviviam no tempo, no espaço e nos sujeitos. Tal ruptura foi se construindo aos poucos, tendo maior amplitude com a criação dos cursos de pós-graduação nos anos 1970.

Apesar das atuações e posições diferenciadas desses intelectuais que ocuparam, a um só tempo o Conselho Consultivo do SPHAN e o IHGB, podem-se traçar relações entre as instituições por meio das narrativas históricas elaboradas pelos seus membros. Como defendido por Rodrigo Melo Franco de Andrade, seria pela argumentação discursiva de Araújo Porto-Alegre, sócio do IHGB no século XIX, que se estabeleceriam as relações entre o Instituto Histórico e a história da preservação no Brasil. Ou seja, a atuação do intelectual ligaria o IHGB à preservação do patrimônio. Desse modo, entendem-se as instituições como lugares de sociabilidade, nelas os intelectuais compartilham suas concepções de mundo promovendo “movimentos de produção e circulação de ideias” (GOMES, 1996, p. 41), assim, IHGB e SPHAN se conectaram principalmente por meio dessas redes sociais e institucionais compostas por intelectuais, os quais produzem narrativas históricas sobre o passado nacional.

Esses lugares institucionais eram importantes espaços de luta por definições de mundo. Ou seja, tanto no IHGB quanto no SPHAN os intelectuais selecionados para o estudo estariam defendendo suas formas de ver e narrar o passado, além de estarem lutando pela hegemonia dessas interpretações. Pode-se perceber que as concepções de história manejadas para justificar tombamentos ou aquelas articuladas nos artigos da RIHGB eram, naquele momento, uma dentre tantas outras formas de narrativa da história que começava a se moldar entre as décadas de 1930 e 1960. Portanto, a defesa de concepções de história ligadas às “grandes personalidades” e aos “eventos ímpares” para contar a história da nação, relacionava-se com a luta por autorrepresentação e com a defesa das posições dos grupos aos quais estavam ligados. Em última análise, eram lutas pela preservação de seus *status* e pelos seus lugares de fala hegemônicos.

### Capítulo 3

#### **Fundando instituições, expandindo redes: o Palácio/Museu Imperial e o Instituto Histórico de Petrópolis**

Ao longo da análise empreendida sobre a produção dos intelectuais do SPHAN e do IHGB em ambos os fóruns, notou-se a presença constante do Império e de suas “figuras ilustres”. Dentro do órgão de preservação, a despeito da busca de uma identidade moderna para a instituição, o período imperial perdera apenas para o Barroco dos idos tempos coloniais. Como analisado por Silvana Rubino (1996), além da concentração dos tombamentos nas regiões Sudeste e Nordeste, os séculos XVII, XVIII e XIX imperaram como focos da política de tombamento durante as primeiras décadas de atuação do órgão.

No universo pesquisado, chega-se a conclusões parecidas como aquelas expostas por Silvana Rubino. Dentre os processos de tombamento relatados pelos intelectuais pesquisados, a maior parte concentra-se nas regiões Sudeste e Nordeste e, em quantidade, o período do Império perde apenas para a Colônia. Na historiografia sobre a preservação do patrimônio brasileiro, verifica-se uma ênfase dada ao interesse dos intelectuais que estiveram à frente do órgão em preservar o colonial e o moderno, sendo o último herança do primeiro. Tal ideia mostra-se presente nas escolhas empreendidas pelo órgão de preservação, porém a reiteração e repetição da preocupação dos intelectuais com o legado colonial e moderno encobrem outros aspectos das primeiras décadas das políticas de preservação. Sendo um desses aspectos a preocupação com o legado material do Império.

Dentre os processos de tombamento do período imperial relatados pelos intelectuais pesquisados, chama a atenção o bem inscrito sob o número 122 relativo ao Palácio Imperial de Petrópolis, localizado no estado do Rio de Janeiro. Alcindo Sodré, diretor do Museu Histórico de Petrópolis e proponente do tombamento, viria a ser, pouco tempo depois, membro do Conselho Consultivo do SPHAN. O historiador Alcindo Sodré, quando fez a proposição de tombamento, já se mostrava como figura intelectual e política importante na cidade de Petrópolis.<sup>100</sup>

Alguns meses depois do tombamento do Palácio Imperial, em setembro de 1938, foi fundado o Instituto Histórico de Petrópolis. Entre os intelectuais que estiveram no momento

---

<sup>100</sup> Tendo iniciado sua vida pública em Petrópolis, foi vereador em 1922, 1924 e 1929. Em 1936, tornou-se secretário, vice-presidente e presidente da Câmara Municipal. Em duas ocasiões assumiu interinamente as funções de Prefeito, por ele exercidas em 1923 e 1939, cargo ao qual retornaria efetivamente mais tarde, por nomeação, exercendo-o de 14 de abril a 14 de novembro de 1945. Disponível em: <[http://ihp.org.br/26072015/lib\\_ihp/docs/ajl19660900.htm](http://ihp.org.br/26072015/lib_ihp/docs/ajl19660900.htm)>. Acesso em: 06 mar. 2018.

de fundação do instituto, estão Alcindo Sodré, Américo Jacobina e Pedro Calmon, além de outros intelectuais pertencentes ao IHGB. Dois anos depois da fundação do IHP, instituiu-se, por meio de Decreto do Presidente Getúlio Vargas e por intermédio direto de Alcindo Sodré, a criação do Museu Imperial.

Tanto o *Anuário do Museu Imperial* quanto os artigos, disponíveis no portal eletrônico da instituição, que dissertam sobre a criação do IHP enfatizam a centralidade da figura de Alcindo Sodré na fundação do IHP e, mais ainda, do Museu Imperial. Como se acredita que a história não pode ser compreendida por ações individuais de figuras geniais, entende-se que Alcindo Sodré estava inserido em uma ampla rede de intelectuais. Tais intelectuais tinham interesse em expandir seus espaços de atuação e de poder. Para isso, nada melhor que ampliar as instituições científicas e culturais das quais faziam parte.

Na fundação e construção dessas instituições o SPHAN, o IHGB e os intelectuais que integraram ambas as instituições tiveram papel de destaque. Na documentação presente no Arquivo do IPHAN, no *Anuário do Museu Imperial* e na documentação do IHP, nota-se a presença expressiva de boa parte dos intelectuais pesquisados, alguns tendo mais destaque que outros. Alcindo Sodré, Américo Jacobina, Francisco Marques dos Santos, Pedro Calmon, Gilberto Ferrez, Edgard Roquette-Pinto, Afonso Arinos e Rodrigo Melo Franco de Andrade figuraram na documentação.<sup>101</sup> Observando o caso do Palácio/Museu Imperial e do IHP pode-se pensar na abrangência dessa rede de intelectuais composta por esses e por outros nomes, e, com isso, a potencialização da difusão de suas visões de patrimônio e de história.

Tendo o tombamento do Palácio Imperial como ponto de partida, se buscará, neste capítulo, analisar o histórico da formação e os objetivos dessa rede de intelectuais na cidade de Petrópolis. Para isso, os documentos da *Série Inventário* e *Série Obras*, disponíveis no Arquivo Central do IPHAN, serão fundamentais para compreender as narrativas históricas sobre o Palácio e a fundação do Museu Imperial. Além disso, os Estatutos e os artigos, disponíveis no portal do IHP, ajudarão no entendimento das normativas, motivações e agentes presentes no Instituto. Também foram levantados artigos na RIHGB que tinham como tema o Museu Imperial, o IHP e Petrópolis.

Além da documentação citada, o Museu Imperial contou com a publicação de seu *Anuário* durante os anos pesquisados, e para além deles. Tal produção mostra-se como fonte fundamental para analisar a produção e as redes formadas pelos intelectuais pesquisados. O material do *Anuário do Museu Imperial* permite, a um só tempo, analisar e comparar a

---

<sup>101</sup> Além deles, outros intelectuais que pertenceriam mais tarde ao Conselho Consultivo e ao SPHAN apareceram na documentação, como Lourenço Luiz Lacombe, Alfredo Rusins, Edson Motta.

produção histórica desses intelectuais com aquela já levantada no capítulo anterior, além de mapear as redes que entrelaçavam SPHAN, IHGB, Museu Imperial, IHP e outras instituições.

Cabe destacar, por último, que não se pretende analisar a organização, as práticas, o acervo, as exposições do Museu Imperial. Apesar de se buscar descrever os objetivos que nortearam a criação do museu, a principal finalidade do capítulo será compreender a formação da rede de intelectuais na cidade de Petrópolis e como os intelectuais estudados inseriram-se nesta rede.

### **3.1 Expandindo redes: a construção da memória imperial para a cidade de Petrópolis**

O Palácio Imperial de Petrópolis foi um dos temas debatidos na segunda sessão ordinária realizada no Conselho Consultivo do SPHAN, no dia 14 de junho de 1938. O relator do processo, conselheiro Afonso Arinos de Melo Franco, e os demais membros do Conselho decidiram “acatar por unanimidade o requerimento do diretor do Museu Histórico de Petrópolis com relação ao pedido de tombamento do antigo Palácio Imperial” (ATAS SPHAN, 14 jun. 1938).

Um ano antes do pedido de tombamento, em 1937, seria organizada a Comissão do Centenário de Petrópolis. A medida para organizar a Comissão foi apresentada pelo então vereador Alcindo Sodré em 28 de novembro de 1936. Em 28 de junho de 1937, o prefeito Iêdo Fiúza autoriza pelo Ato nº 708 a criação da Comissão do Centenário de Petrópolis (SILVA, 1960-70).

A Comissão do Centenário tinha por objetivo organizar as comemorações pelo aniversário da cidade de Petrópolis, tendo funcionado de 05 de setembro de 1937 a 12 de novembro de 1939. Composta por D. Pedro de Orleans, Manoel Cícero Peregrino da Silva, Max Fleiuss, Américo Jacobina Lacombe, Arthur Barbosa, Mário Cardoso de Miranda, Germano Gouvea [sic],<sup>102</sup> Leão Teixeira Filho, Nereu Rangel Pestana, Walter João Bretz, Gabriel Fróes, João Duarte Silveira, Virgílio de Sá Pereira, Antônio Machado, Magalhães Bastos, Manoel Vianna de Castro, Mesquita Pimentel, Paulo de Mattos Rudge, Nestor Ahrends, Antônio de Paula Buarque, José Vieira, Vicente Amorim, Lourenço Luiz Lacombe e Alcindo Sodré (MONTALVÃO, 2005, p. 97). A maior parte deles residia em Petrópolis, ocupava cargos políticos e nutria interesse pela história da cidade, dedicando-se a ela com publicações em jornais locais ou compilando relatos sobre a cidade serrana.

---

<sup>102</sup> Ao invés de Germano Gouvea, o nome da integrante era Germana Gouvêa, a qual era membro da Academia Petropolitana de Letras e, mais tarde, seria sócia fundadora do IHP. Informação disponível em: <[http://ihp.org.br/26072015/lib\\_ihp/docs/jeds20021120.htm](http://ihp.org.br/26072015/lib_ihp/docs/jeds20021120.htm)>. Acesso em 26 fev. 2018.

No momento em que foi formada a Comissão do Centenário, ainda não havia um consenso quanto à data de fundação da cidade de Petrópolis. Segundo Américo Jacobina, no artigo redigido para o *Anuário do Museu Imperial*<sup>103</sup> em homenagem a Alcindo Sodr , a Comissão estaria incumbida de “fixar o momento de fundação e planejar as comemorações”. Em seguida lança a querela em torno da fundação da cidade que residia em eleger o evento mais significativo para sua criação: “[...] o ato do imperador determinando a construção de um palácio cercado de uma futura capital de verão, ou a chegada, um tanto precipitada, de uma legião de imigrantes [...]” (LACOMBE, A., 1960-70, p. 158).

Claudio Ganns, sócio do IHGB, redigindo homenagem ao historiador Alcindo Sodr , na RIHGB, também menciona os embates em torno da fundação da cidade de Petrópolis. Segundo Claudio Ganns, Antônio Joaquim de Paula Buarque, o qual também integrou a Comissão do Centenário, defendia que a fundação da cidade deu-se com a chegada dos primeiros imigrantes alemães. Já Alcindo Sodr 

[...] com melhores argumentos (era bem mais inteligente que Buarque), a exibir a certidão de nascimento do burgo, no decreto imperial n  155 de 16-3-1843 – data que acabou oficializada pelos poderes públicos municipais [...] (GANNS, 1957, p. 399)

Em nota de rodapé, Claudio Ganns afirma que a discussão “apaixonava espíritos locais”. Henrique Carneiro Leão Teixeira Filho, Américo Jacobina, Nereu Rangel Pestana e Manoel Viana de Castro posicionaram-se favoráveis a Alcindo Sodr . Enquanto o professor Paulo Monte e o cronista Walter Bretz ficaram favoráveis a Paula Buarque (GANNS, 1957).

Segundo Américo Jacobina, o historiador Alcindo Sodr  sustentava sua argumenta o sobre a fundação de Petrópolis em “documentos”, “velhos jornais” e “antigos textos” (LACOMBE, A., 1960-70). Destas pesquisas, resultariam os sete volumes dos *Trabalhos da Comissão do Centenário* de 1938 a 1943. Conforme Américo Jacobina, todos os volumes contaram com a presença de Alcindo Sodr  e “[...] Não faltaram colaboradores trazendo argumentos de ordem histórica, jurídica e sociológica em torno do problema.” (LACOMBE, A., 1960-70, p. 158).

Segundo Dicionário Aurélio de Língua Portuguesa, a palavra *comemorar* remete a “trazer   memória”, “recordar”, “lembrar”. Nesse sentido, *o que, quando e como comemorar* “[...] não são dados instituídos pelo passado histórico, mas sim, instrumentos da memória social construída a partir do presente.” (PARENTE, 2001, 81). Tal cita o foi extraída do texto *As Comemora es Pombalinas de 1882*, o qual trata das comemora es do centenário

---

<sup>103</sup> Na próxima parte deste capítulo, será feita descri o e análise do *Anuário do Museu Imperial*.

de Pombal realizadas no Brasil e em Portugal. Nestas comemorações, envolveram-se intelectuais, políticos e instituições interessados na construção da memória para a figura do Marques de Pombal. Assim,

[...] As comemorações Pombalinas, em 1882, produziram encontros acadêmicos e intelectuais, uma importante proposta de subscrição popular, saraus literários, biografias etc. Grupos variados em sua formação intelectual e distintos em seus vínculos políticos construíram um consenso expressivo na manifestação pública da lembrança do Marques de Pombal por ocasião da passagem de seu centenário de morte. (PARENTE, 2001, p. 81, grifo nosso)

Como salientado, as comemorações são momentos em que se busca construir um consenso sobre o passado histórico. Os intelectuais que estiveram à frente da Comissão do Centenário de Petrópolis brigavam para tornar hegemônicas suas representações quanto à fundação da cidade. Nessa disputa, Alcindo Sodré e seu grupo saíram como vitoriosos, posto que o aniversário de fundação de Petrópolis passou a ser comemorado no dia 16 de março, data que ligava a cidade ao Império e, principalmente, à figura do monarca D. Pedro II.

A rede de intelectuais que estava à frente da Comissão do Centenário buscou, de vários modos, expandir seus espaços de atuação e poder. A Comissão do Centenário organizou, em janeiro de 1938, a *Primeira Exposição de Iconografia Petropolitana*, no salão da Câmara Municipal. Tal mostra teria despertado o interesse das autoridades públicas, da imprensa e do grande público, tendo como consequência a criação do Museu Histórico de Petrópolis em 13 de maio de 1938, instalado no abandonado Palácio de Cristal (LACOMBE, L., 1960-70).

Sob a direção de Alcindo Sodré, o Museu Histórico de Petrópolis impulsionou a reunião dos documentos e objetos relativos ao período imperial. Segundo Claudia Montalvão, a criação do museu foi importante para elaboração da “memória histórica da cidade” (MONTALVÃO, 2005, p. 99). Cabe notar, assim como assinala Ana Paula Araújo (2015), que a construção de tal memória mostrou-se como excludente, uma vez que privilegiava as representações do passado monárquico legando ao esquecimento outros passados possíveis, como, por exemplo, a presença dos imigrantes na construção da cidade.

Além do Museu Histórico de Petrópolis, durante a Comissão do Centenário foi proposta, na reunião de 10 de setembro de 1938, a criação de um instituto histórico. Em reunião subsequente, discutiram-se os Estatutos, denominaram-no Instituto Histórico de

Petrópolis<sup>104</sup> e foi eleita uma diretoria provisória composta por Henrique Carneiro Leão Teixeira Filho, Walter João Bretz e Paulo de Matos Rudge, secretariada por Alcindo Sodré.<sup>105</sup>

Consoante os Estatutos do IHP de 1938, dentre as finalidades do instituto estavam: velar pelas tradições da cidade de Petrópolis; reverenciar a memória dos fundadores de Petrópolis, em especial a memória do patrono da instituição, D. Pedro II; realizar investigações históricas, coligir e publicar documentos de caráter histórico; incentivar os estudos sobre os fundadores da cidade; estimular o estudo da História Pátria, principalmente àquela relacionada às “gloriosas tradições” da antiga província e atual estado do Rio de Janeiro. Por fim, como objetivo último estava “atender às consultas e promover por todos os meios ao seu alcance o desenvolvimento e importância do Museu Histórico de Petrópolis”.<sup>106</sup>

Os sócios distribuíam-se entre as seguintes categorias: efetivos ou deliberantes; correspondentes; e, honorários. A classe de sócios efetivos ou deliberantes era composta por aqueles que residissem em Petrópolis, inicialmente ocupada pelos fundadores do instituto, ou seja, pelos membros da Comissão do Centenário, e por outros que tenham sido escolhidos pela referida Comissão. A categoria de sócios correspondentes seria composta por aqueles que residissem em outros estados do Brasil ou no estrangeiro, tendo prestado distintos trabalhos ou serviços à cidade de Petrópolis. Os sócios honorários seriam personalidades ilustres que tivessem prestado relevantes serviços ao instituto ou à cidade de Petrópolis. Além disso, os Estatutos de 1938 estabeleciam que o instituto contaria com três comissões permanentes, quais sejam: Comissão de Contas, Comissão de História e Comissão de Estatutos e Admissão de Sócios. Apenas os sócios efetivos ou deliberantes poderiam compor tais comissões e, também, os cargos da diretoria. Além das comissões permanentes, o IHP contaria com as comissões especiais designadas pelo presidente do instituto.

Observando os Estatutos percebe-se a proximidade da proposta de composição e organização do IHP com o IHGB. Conforme Lilian Schwarcz (2014), o IHGB se tornaria o exemplo pioneiro e duradouro para os institutos históricos que iam se formar ao longo do século XX. Buscando tratar do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais (IHGMG), Cláudia Regina Callari (2001) assinala que os institutos históricos locais

[...] procuravam se filiar, por um lado, ao modelo proposto pelo IHGB – o que pode ser verificado pela comparação dos estatutos, formato das revistas e intercâmbio entre seus membros –; por outro, buscavam justamente realçar

---

<sup>104</sup> A princípio, o instituto se chamaria Pedro II.

<sup>105</sup> Informação disponível no portal do IHP. Disponível em: < <http://ihp.org.br/26072015/site/default.htm>>. Acesso em: 26 fev. 2018.

<sup>106</sup> Estatutos do Instituto Histórico de Petrópolis (1938). Disponível em: < [http://earp.net.br/ihp/?page\\_id=19](http://earp.net.br/ihp/?page_id=19)>. Acesso em: 26 fev. 2018.

aspectos da história local, salientando a importância da região na composição da história nacional. (CALLARI, 2001, p. 60)

O então formato do instituto de Petrópolis não diferiria dos demais institutos formados pelos estados brasileiros. Entretanto, cabe ressaltar algumas aproximações significativas do IHP com o IHGB. Uma delas diz respeito à “grande personalidade” celebrada por ambos os institutos: D. Pedro II. O dia 2 de dezembro foi escolhido como data de instalação do IHP, o qual faz referência ao nascimento do imperador, em 02 de dezembro de 1825. Logo após a sessão solene de instalação do IHP na Câmara Municipal,<sup>107</sup> os sócios Alcindo Sodré, Paulo de Matos Rudge e Walter Bretz depositaram no pedestal da estátua de D. Pedro II “um lindo ramo de flores”.<sup>108</sup>

Além disso, nota-se a presença de importantes membros do IHGB como sócios fundadores do IHP. Entre eles, esteve Pedro Calmon, o qual discursou na reunião inaugural sobre a personalidade de D. Pedro II. Américo Jacobina e Francisco Marques dos Santos integrariam primeiro o IHP para depois fazerem parte do IHGB, tendo o primeiro sido sócio fundador do instituto de Petrópolis e membro da Comissão de Estatutos e Admissão de Sócios. Igualmente, Alcindo Sodré, sócio fundador do IHP, ingressou um ano depois no IHGB, em 1939. Nota-se também que o primeiro presidente do instituto de Petrópolis, Henrique Carneiro Leão Teixeira Filho, era sócio do IHGB desde 1931. No histórico da instituição, assinala-se que passaram pelo instituto figuras ilustres, importantes expoentes da historiografia brasileira, os quais pertenceram ao IHGB, entre eles estavam: Afonso Arinos, Américo Jacobina, Alberto Lamego, Arthur Cesar Ferreira Reis, Otávio Tarquínio de Souza, Hélio Vianna.<sup>109</sup>

Depois da criação do IHP, as reuniões da Comissão do Centenário de Petrópolis começaram a ser realizadas com intervalos de tempo maiores.

[...] O Instituto Histórico, aos poucos, foi assumindo a responsabilidade pela parte essencialmente histórica das atividades da Comissão, visto que os membros responsáveis pelo funcionamento de ambos eram, praticamente, as mesmas pessoas. (SILVA, 1960-70, p. 165)

Pode-se notar relação entre a Comissão do Centenário de Petrópolis, a criação do Museu Histórico de Petrópolis e o IHP. Neste sentido, seria a rede de intelectuais articulada em torno das comemorações pelo centenário da cidade que buscaria meios para ampliar seus

---

<sup>107</sup> Durante muito tempo, o IHP não possuiu sede própria, tendo funcionado em uma sala da Câmara Municipal, no Museu Histórico de Petrópolis, no Grupo Escolar D. Pedro II e no Museu Imperial. A partir de 1981, o IHP passou a funcionar na Casa Cláudio de Souza.

<sup>108</sup> Histórico da fundação do IHP. Disponível em: <<http://ihp.org.br/26072015/site/default.htm>>. Acesso em: 27 fev. 2018.

<sup>109</sup> Para saber mais sobre os sócios do IHP, ver <<http://ihp.org.br/?p=1394>>. Acesso em: 27 fev. 2018.

espaços de atuação e poder. O Museu Histórico de Petrópolis foi identificado como o embrião do Museu Imperial. Em discurso, o presidente do IHP, Henrique Carneiro Leão Teixeira Filho, afirma que o sonho do Museu Imperial teria se iniciado no “pequeno” Museu Histórico de Petrópolis, fundado por Alcindo Sodré (TEIXEIRA FILHO, 1952).

Em janeiro de 1939, o então presidente Getúlio Vargas, em visita à cidade serrana, conhece o Museu Imperial de Petrópolis, observando com “curiosidade a existente documentação fotográfica sobre Petrópolis” (LACOMBE, L., 1960-70, p. 170). Neste dia, Alcindo Sodré proporia ao Presidente da República a criação de um museu no antigo Palácio Imperial.

No ano anterior, Alcindo Sodré já havia requerido ao SPHAN o tombamento do palácio. O pedido enviado ao órgão de preservação contava com a seguinte justificativa, elaborada por Alcindo Sodré, para o tombamento do bem:

O Museu Histórico Municipal de Petrópolis não julga necessário justificar, perante o elevado espírito de V. Excia., a medida ora solicitada para salvaguarda da casa histórica em que viveu a maior parte da sua gloriosa existência o Fundador de Petrópolis. (SODRÉ, ACI-Processo 0166-T-1938)

No parecer do SPHAN, pouco se falou sobre as características arquitetônicas e históricas do Palácio Imperial, tendo, baseado em artigo publicado na RIHGB de Henri Rafard, apenas dito que

Quanto ao mérito do requerimento, opino a favor da inscrição do referido imóvel no Livro do Tombo mencionado no art. 4º, nº 2, do citado decreto-lei, pois é indubitável e excepcional o valor histórico que possui aquele monumento, cumprindo acrescentar que o próprio interesse arquitetônico que ele apresenta está longe de poder ser considerado medíocre, como se verá das fotografias anexas, incluídas no processo a título de esclarecimento. A respectiva construção foi iniciada em fevereiro de 1845, sendo primeiro mestre de obra o português Manoel de Almeida, ‘debaixo da direção do major Koeler’. (ANDRADE, ACI-Processo 0166-T-1938)

Por fim, acrescenta-se ao processo o parecer do relator, Afonso Arinos, dizendo que

Ao sólido e honesto casarão, hoje transformado em colégio, que não é, conforme acentua o nosso Diretor, destituído de interesse arquitetônico, se prendem algumas das mais puras e nobres tradições políticas e sociais do Império. (ARINOS, ACI-Processo 0166-T-1938)

Após a Proclamação da República, em 1889, a família real seria obrigada a deixar o país, tendo sido proibida de possuir imóveis no Brasil, dispondo do prazo de 2 anos para liquidar os bens que possuía no país (FAGUNDES, 2010). Três anos depois da partida da família real, o palácio seria ocupado pelo Colégio Notre Dame de Sion até 1908. De 1909 a

1940, o palácio abrigaria o Colégio São Vicente de Paulo.<sup>110</sup> No momento em que o Palácio Imperial foi inscrito no Livro do Tombo Histórico e, portanto, considerado patrimônio da nação, ele pertencia à Companhia Imobiliária de Petrópolis.

Segundo Claudia Montalvão (2005), Alcindo Sodré teria feito contatos pessoais com várias figuras importantes para efetivação do projeto do Museu Imperial, dentre elas esteve o interventor do estado do Rio de Janeiro, Ernani do Amaral Peixoto. Em setembro de 1938, o diretor-presidente da Companhia Imobiliária de Petrópolis, Américo Mendes de Oliveira Castro, remete correspondência ao Secretário de Finanças do estado do Rio de Janeiro dizendo ter sido

[...] diversas vezes procurado pelos Srs. Dr. Alcindo de Azevedo Sodré e Carlos de Magalhães Bastos que, em nome do Sr. Interventor, vieram indagar em que condições a Companhia aforaria o edifício do antigo Palácio Imperial e respectivo parque, para nele ser instalado o Museu Histórico destinado a reunir tudo aquilo que pudesse recordar a grande figura do imperador o Senhor Dom Pedro Segundo, de gloriosa memória. (MEC-Serviço de Documentação, *ACI-Série Inventário* RJ 164/2, 1946, p. 5)

Diante de tal proposta, Américo Mendes explicou aos solicitantes que a princípio não desejava aforar o imóvel, “[...] mas que tendo em vista as circunstâncias especialíssimas do destino que lhe seria dado, abriria de bom grado uma exceção em seu propósito [...]” (MEC-Serviço de Documentação, *ACI-Série Inventário* RJ 164/2, 1946, p. 5).

Em 03 de fevereiro de 1939, Ernani do Amaral Peixoto, pelo Decreto nº 684, autoriza a aquisição do denominado “Parque Imperial”. Meses depois, em 27 de novembro, pelo Decreto-Lei nº 44, o estado do Rio de Janeiro transfere o palácio para União, “considerando que o Governo Federal resolveu instalar o Museu Imperial, na cidade de Petrópolis, onde teve histórica residência a antiga Família Real do Brasil.” (MEC-Serviço de Documentação, *ACI-Série Inventário* RJ 164/2, 1946, p. 6).

Em janeiro de 1940, o presidente Getúlio Vargas faria nova visita ao Museu Histórico de Petrópolis, afirmando que seria efetivada a criação do Museu Imperial (MEC-Serviço de Documentação, *ACI-Série Inventário* RJ 164/3, 1968). O Decreto-Lei nº 2.096, de 29 de março de 1940, cria o Museu Imperial. Poucos dias depois, Alcindo Sodré seria nomeado seu diretor. Os objetivos norteadores do museu, conforme o Decreto-Lei, eram

I- recolher, ordenar e expor objetos de valor histórico ou artísticos referentes a fatos e vultos dos reinados de D. Pedro I e, notadamente, de D. Pedro II;  
II- colecionar e expor objetos que constituam documentos expressivos da formação histórica do Estado do Rio de Janeiro e, especialmente, da cidade de Petrópolis;

---

<sup>110</sup> Para saber mais sobre a história de Petrópolis e da construção do Palácio Imperial, ver ARAÚJO (2015) e MONTALVÃO (2005).

III- realizar pesquisas, conferências e publicações sobre os assuntos da história nacional em geral e de modo especial sobre os acontecimentos e as figuras do período imperial, assim como da história do Estado do Rio de Janeiro, e particularmente, da cidade de Petrópolis (MEC-Serviço de Documentação, ACI-Série *Inventário* RJ 164/2, 1946, p. 7).

O conceito de *lugares de memória* de Pierre Nora (1993) mostra-se operacional para a compreensão da importância do Museu Imperial para a rede de intelectuais que esteve por detrás de sua criação. Segundo Nora, a necessidade de *lugares de memória* advém da defesa de algo que está ameaçado. Isto é, caso as lembranças fossem vivenciadas no presente, não seria necessário instituírem-se tais *lugares de memória*. Segundo o autor,

Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não são naturais. [...] (NORA, 1993, p. 13)

Entende-se que o Museu Imperial pode ser concebido como um lugar de memória. Conforme Claudia Montalvão (2005), o passado imperial seria acessado apenas quando deixasse de interferir nos destinos da República. Por isso, a retomada da história do Império no governo Vargas tinha relação com os objetivos autoritários e centralizadores, principalmente no período do Estado Novo, que encontrava respaldo no momento histórico do Segundo Reinado. Ou seja, a herança histórica da nação estaria alicerçada em bases autoritárias, portanto, o passado imperial justificaria o presente histórico. A partir do Estado Novo, “[...] O Império torna-se passível de compreensão histórica, fonte de elaboração da memória nacional.” (MONTALVÃO, 2005, p. 121). Igualmente, Myrian Sepúlveda (2006) afirma que a criação do Museu Imperial tornaria cristalizada a figura de D. Pedro II como de “pulso forte, íntegro e centralizar” e que tal imagem seria interessante aos objetivos políticos do governo de Getúlio Vargas.

O Museu Imperial não seria a única iniciativa de Getúlio Vargas no que concerne à retomada da memória do Império. Depois de avanços e retrocessos durante a Primeira República (1889-1930) quanto à revogação do banimento da família real e ao traslado dos despojos imperiais ao Brasil, em 1920, o presidente Epitácio Pessoa revogaria o banimento e os restos mortais de D. Pedro II e da imperatriz Thereza Christina seriam recebidos no Brasil em 1921. O plano de se construir um mausoléu na Catedral de Petrópolis para receber seus

restos mortais foi concretizado somente em 1939, tendo tido a presença do presidente Getúlio Vargas no momento da inauguração.<sup>111</sup>

Pode-se pensar que o projeto de construção da identidade nacional proposto pelo governo de Getúlio Vargas incluía a reabilitação da memória do Império na História do Brasil. O Museu Imperial nasce como instituição especializada na história do Império. A despeito dos seus objetivos ligando-o à cidade de Petrópolis e interessando-se pela história do estado do Rio de Janeiro, as pesquisas, as conferências, as publicações, o acervo e as exposições estariam voltados para contar a história do Brasil Império e de suas “grandes personalidades”, em especial D. Pedro II.

Segundo Lilian Schwarcz (2014), entre 1870 e 1930, os museus nacionais – o Museu Paulista, o Museu Nacional e o Museu Paraense de História Natural – desempenharam importante papel nas pesquisas etnográficas e nos estudos das ciências naturais. No começo do século XX, quando as teorias evolucionistas passaram a ser criticadas, tal modelo de museu cairia em decadência. A partir da década de 1930, em torno dos debates sobre nacionalismo, fortaleceu-se a ideia dos museus históricos os quais tinham como motivação a construção da história da nação (MONTALVÃO, 2005).

Em 1922, sob a direção de Gustavo Barroso, seria criado o Museu Histórico Nacional. Servindo à construção da memória nacional e dedicando-se sobretudo à história do Império, o MHN, na figura de Barroso, buscava incentivar o “amor à pátria” e moldar o “sentimento cívico” nos cidadãos (ABREU, 1991). Portanto, a proposta de museu em Gustavo Barroso tinha caráter cívico-pedagógico, cultuando a memória do Império e suas “figuras ilustres”. De acordo com Leticia Julião, os museus criados nas décadas de 30 e 40 do século XX seguiriam o padrão do MHN, comprometendo-se com “a ideia de uma memória nacional como fator de integração e coesão social” (JULIÃO, 2006, p. 22).

A materialidade do antigo Palácio Imperial e as exposições do Museu Imperial buscavam sedimentar nos visitantes a visão do passado nacional imponente e majestoso. Conforme Claudia Montalvão, a partir da seleção dos acontecimentos e celebração de personagens utilizava-se o museu como “um instrumento de pedagogia patriótica” (MONTALVÃO, 2005, p. 28).

---

<sup>111</sup> Para saber mais sobre o assunto ver: FAGUNDES (2010) e MONTALVÃO (2005). Os incentivos de Getúlio Vargas à memória do Império podem ser percebidos também com os recursos oferecidos ao IHGB durante seu governo. Esse tema foi mencionado no capítulo 2 deste trabalho.

Cabe notar, por fim, que o Museu Imperial foi criado no contexto da política de museus desenvolvida para o SPHAN. O artigo 24 do Decreto-Lei nº 25, delega funções e insere o órgão de preservação na política de museus. Segundo o artigo,

A União manterá, para conservação e a exposição de obras históricas e artísticas de sua propriedade, além do Museu Histórico Nacional e do Museu Nacional de Belas Artes, tantos outros museus nacionais quantos se tornarem necessários, devendo outrossim providenciar no sentido de favorecer a instituição de museus estaduais e municipais, com finalidades similares. (PROTEÇÃO..., 1980, p. 118)

No primeiro número do *Anuário do Museu Imperial*, Alcindo Sodrê envia relatório a Rodrigo Melo Franco de Andrade. Nele, o diretor do Museu Imperial afirma que o chamado “museu-bazar” estava “fora de moda”, no qual se encontravam “objetos dispares” com a finalidade apenas de ser “mostruário” (NOTICIÁRIO, 1940, p. 322).

Segundo Sodrê, o Museu Imperial assumiria “caráter histórico” e sua função seria

[...] responder às necessidades de visitantes e conhecedores, isto é, ser um instrumento não só de acúmulo e preservação de um patrimônio espiritual, mas também, o instrumento de ciência, deleite e educação do grande público. [...] (NOTICIÁRIO, 1940, p. 323)

Conforme Myrian Sepúlveda, o Museu Imperial nasce de concepção inovadora, afastando-se da proposta de Gustavo Barroso, na qual se valorizava o “acúmulo de peças e antiguidades”, ao invés disso, preocupando-se em oferecer lazer e resguardar a função educativa do museu (SEPÚLVEDA, 2006).

Ainda no artigo para o primeiro número do *Anuário*, Alcindo Sodrê, além de demarcar-se como museu histórico, insere-se no contexto de criação de museus especializados pelo Governo Federal, citando o Museu das Missões, o Museu da Inconfidência, o Museu do Ouro e, a si próprio, o Museu Imperial.

Letícia Julião (2006) assinala que, apesar de tímida se comparada com os tombamentos dos bens edificados, a atuação do SPHAN no campo da museologia teve frutos importantes. A implantação do Museu Nacional de Belas Artes, no Rio de Janeiro em 1937; o Museu da Inconfidência, em Ouro Preto no ano de 1938; o Museu das Missões, no Rio Grande do Sul em 1940; o Museu Imperial, na cidade de Petrópolis em 1940; o Museu da República, no Rio de Janeiro em 1960. Em Minas Gerais, além do Museu da Inconfidência, o órgão de preservação empenhou-se em criar o Museu do Ouro (1945), o Museu Regional de São João del Rei (1946) e o Museu do Diamante (1954). A criação de tais museus mostra o empenho do órgão de patrimônio, durante a gestão de Rodrigo Melo Franco de Andrade, nas políticas públicas para museus.

Conforme Maria Célia Santos, o SPHAN tinha como prática “dar utilidade aos monumentos públicos restaurados”, instalando museus em construções consideradas de valor histórico (SANTOS, 1996, p. 26). Esse foi o caso do Museu da Inconfidência e do Museu do Ouro, os quais foram instalados em prédios vinculados com o tema dos museus (CHUVA, 2009). Segundo Rodrigo Melo Franco de Andrade, o Museu Imperial seria “[...] o exemplo entre nós de uma das mais excelentes adaptações de edifício histórico à finalidade de museu. [...]” (ANDRADE, 1955, p. 270).

Em 24 de junho de 1948, Alcindo Sodré enviaria correspondência a Rodrigo Melo Franco de Andrade manifestando o interesse de conservadores e zeladores do Museu Imperial em conhecer outros museus, começando pelo Museu da Inconfidência em Ouro Preto. Na carta, alega que “A vantagem dessas visitas de conhecimento e estudo de outros museus, resulta por tal modo que se tornam dispensáveis maiores justificações.” (ACI-Série Obras nº 2230.B, 1947-1948). Para que tal viagem acontecesse, Alcindo Sodré solicitava ao diretor do SPHAN o pedido, ao ministro da Educação e Saúde, de transporte para levar os funcionários até Ouro Preto. Em 29 de junho de 1948, Rodrigo Melo Franco de Andrade envia carta a Clemente Mariani, então ministro da Educação e Saúde, na qual solicita o transporte para viagem alegando que “Parecendo-se de grande utilidade a excursão, pelo interesse que há na permuta de impressões e observações entre os conservadores dos nossos museus [...]” (ACI-Série Obras nº 2230.B, 1947-1948).

A despeito de o Museu Imperial inserir-se na política de museus do SPHAN, Letícia Julião (2009), ao dissertar sobre as transformações empreendidas pelo órgão de preservação no campo da museologia, não insere este museu em sua análise. Myrian Sepúlveda (2006), ao tratar do Museu Imperial, não menciona a participação do SPHAN na instituição. Claudia Montalvão entende que o Museu Imperial foi criado no contexto da política de preservação inaugurada pelo Estado Novo, entretanto, afirma que

A criação do Museu Imperial não partiu diretamente da direção do Serviço do Patrimônio Histórico Artístico Nacional, mas foi uma iniciativa de cidadãos petropolitanos que pretendiam resgatar a importância da cidade de Petrópolis, forjando a memória da cidade a partir da criação de um lugar de memória do seu passado monárquico. A instalação de uma política federal de patrimônio possibilitou que a cidade resgatasse o período áureo da sua história, quando era destino privilegiado da Família Real. (MONTALVÃO, 2005, p. 97)

Neste sentido, Claudia Montalvão identifica dois agentes importantes para a criação do Museu Imperial, quais sejam: os cidadãos petropolitanos e o órgão de preservação.

As justificativas para o tombamento do antigo Palácio Imperial investem o bem de valor em si. Ou seja, não se mostra necessário justificar algo que já se justifica por si mesmo, tanto pelas suas características arquitetônicas, que “não poderia ser considerado medíocre”, conforme Rodrigo Melo Franco de Andrade; quanto por sua história, a qual guarda as “mais puras e nobres tradições políticas e sociais do Império”, conforme o relator Afonso Arinos.

A construção do palácio foi iniciada pelo major Júlio Frederico Koeler, depois de sua morte, os arquitetos Joaquim Cândido Guilhobel e José Maria Jacinto Rebelo deram continuidade aos trabalhos. Além deles, o artista Araújo Porto-Alegre foi

[...] o autor principal da decoração do Palácio. Parece-nos ter sido ele o iniciador entre nós da execução de motivos brasileiros na arte decorativa arquitetônica, e daí sua aplicação no Palácio de Petrópolis. [...] (SODRÉ, 1940, p. 16)

Alguns anos depois do tombamento do Palácio Imperial, em 1944, Rodrigo Melo Franco de Andrade redigiria artigo para RIHGB dissertando sobre a importância de Araújo Porto-Alegre para o estudo da história da arte no Brasil e elege-o como “patrono venerado” do SPHAN.<sup>112</sup> Isto é, o patrono do órgão de preservação, segundo seu diretor, era uma figura do Império.

Pode-se perceber que, apesar de não representar o barroco-colonial, o referido palácio possuía valor arquitetônico – segundo os pareceres de Rodrigo Melo Franco de Andrade e Afonso Arinos –, no entanto, tais características não foram suficientes para inscrevê-lo no Livro do Tombo de Belas Artes, tendo sua inscrição apenas no Livro do Tombo Histórico.<sup>113</sup> O valor histórico atribuído ao Palácio Imperial referia-se ao fato de guardar a memória do Império e de suas “grandes personalidades”, conforme assinalado pelo conselheiro Afonso Arinos.

Nota-se que as justificativas de Rodrigo Melo Franco de Andrade e Afonso Arinos para o tombamento do antigo Palácio Imperial aproximavam-se das visões sobre o período imperial de Alcindo Sodrê. Não se mostravam necessárias delongas na explicação para o tombamento porque o antigo Palácio Imperial, onde viveu o “fundador de Petrópolis”, era autoexplicativo. A noção de “valor em si” relaciona-se com a ideia de autenticidade. O autêntico não precisa ser explicado ou compreendido, o fato de estar diante de algo autêntico

---

<sup>112</sup> Este tema foi tratado no capítulo 2 deste trabalho. Para saber mais, ver “A produção dos intelectuais na *Revista IHGB*”.

<sup>113</sup> No Guia de Bens Tombados (2009), consta que o Palácio Imperial está inscrito no Livro do Tombo de Belas Artes. Não foi possível identificar quando e o porquê se deu a segunda inscrição, posto que, na documentação constante no processo de tombamento, o Palácio Imperial seria inscrito no Livro do Tombo n. 2, ou seja, Livro do Tombo Histórico. Sabe-se, a partir da documentação presente no processo de tombamento 0166-T-1938, que até 1959 o palácio esteve inscrito somente no Livro do Tombo Histórico.

confere-lhe valor *a priori*. Conforme José Reginaldo Gonçalves, “[...] a ‘aura’ de um objeto está associada a sua originalidade, a seu caráter único e a uma relação genuína com o passado. [...]” (GONÇALVES, 1988, p. 265). Portanto, percebe-se um entendimento uníssono quanto à relevância do antigo palácio. Cabe notar que o *modus operandi* do órgão de preservação não nasceu pronto. No momento de tombamento do antigo Palácio Imperial, os parâmetros para classificação/valoração dos bens ainda estavam em formação. Além disso, a defesa dos eventos e das figuras do Império esteve presente dentro do Conselho Consultivo, o que não se observou para representantes de correntes artísticas críticas ou divergentes do modernismo.<sup>114</sup>

O tombamento do antigo Palácio Imperial pode ser considerado o “meio do caminho” para a criação do museu, posto que, como se buscou mostrar, uma ampla rede de intelectuais foi articulada a partir das Comemorações do Centenário de Petrópolis. A centralidade de Alcindo Sodr  na cria o do Museu Imperial mostra-se diluída quando inserido nessa rede de intelectuais. Henrique Carneiro Leão Teixeira Filho assinala em discurso no ano de 1955, que

[...] o Museu Imperial, sonho esplendoroso dantes apenas programado pela genial inteligência de Oswaldo Cruz quando este insigne brasileiro assumiu o cargo de Prefeito de Petrópolis. – Mencionando este pormenor, cuido tão somente não claudicar por omissão, falta ou cochilo em que, por vezes, incorrem alguns historiadores. [...] (TEIXEIRA FILHO, 1955, p. 258)

Como se pode ver, Alcindo Sodr  não teria sido o primeiro a pensar na constru o de um museu no antigo palácio. O sucesso da proposta de Sodr  esteve justamente no fato de estar inserido em uma rede de intelectuais imbuídos de interesses e objetivos em comum. Além do momento propício, quando se inaugurava a política de preserva o no país somado aos interesses de Getúlio Vargas que foi, no mínimo, grande admirador do período monárquico.

Muitos anos antes, no Colégio São Vicente de Paulo, cuja sede encontrava-se no antigo palácio, estudaram alguns integrantes de tal rede de intelectuais. Em 1955, Ascânio Mesquita Pimentel, diretor do IHP   época, em seu discurso sobre a figura de Alcindo Sodr , faz referência   “gera o” do Colégio São Vicente de Paulo, da qual ele e o homenageado fizeram parte. Segundo Mesquita Pimentel, essa gera o teria inventado “[...] o culto, a paixão por Petrópolis e todas as suas coisas e paisagens.” (PIMENTEL, 1955, p. 253). Prosseguindo, o diretor do IHP acrescenta

---

<sup>114</sup> Como exemplos, o caso do arquiteto Carlos Leão que, em 1938, se afastou do Conselho Consultivo por conta de desentendimento provocado pela vitória do projeto de Oscar Niemeyer para constru o do Grande Hotel na cidade de Ouro Preto. Outro exemplo foi o diretor do MNBA, Oswaldo Teixeira, o qual participou de mais da metade das reuniões do Conselho Consultivo do SPHAN, enquanto diretor do MNBA, e não foi escolhido para relatar nenhum processo de tombamento. Sobre a questão das disparidades de atua o entre os membros do Conselho Consultivo, ver: SILVA NETO, Jamile (2015).

[...] Ao mesmo tempo, quero lembrar – porque tal me parece verdadeiro – que esse amor de Alcindo Sodré por Petrópolis recebeu-o ele, primeiro, pelo contato com os colegas mais velhos do Colégio São Vicente de Paulo, que compunham aquele grupo que aludi, contagiado pelo culto a Petrópolis que professava, e no qual ele se integrou, tornando-se com o tempo um dos mais brilhantes e dos mais realizadores dos seus componentes... (PIMENTEL, 1955, p. 255)

É evidente que Alcindo Sodré não sonhou, pensou, planejou sozinho uma memória imperial para a cidade de Petrópolis. Em torno dele, havia outros intelectuais interessados na concretização de tal projeto, e, por isso, dispostos a somar forças para sua efetivação. A rede de intelectuais não era formada apenas pelos petropolitanos, mas sim pelos amantes do Império e de suas personalidades. Além de tratar da fundação do Museu Imperial, Mesquita Pimentel menciona que a criação do IHP foi “[...] apoiada muito firmemente pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, do qual vários sócios vieram trazer o seu apoio, inscrevendo-se também como sócios do nascente Instituto. [...]” (PIMENTEL, 1955, p. 252).<sup>115</sup>

O historiador Eric Hobsbawm, tratando das tradições inventadas, chama a atenção para o fato da necessidade de elaborar tradições quando se vivencia uma transformação social rápida. As novas tradições seriam modeladas “[...] quando as velhas tradições, juntamente com seus promotores e divulgadores institucionais, dão mostras de haver perdido grande parte da capacidade de adaptação e flexibilidade” (HOBSBAWM, 2002, p. 12).

A formação da rede de intelectuais em torno da construção da memória imperial para a cidade de Petrópolis surge, justamente, no momento em que se nota a formação de outros espaços de construção da história. Conforme Claudia Montalvão, a criação do Museu Imperial coincide com o momento em que “[...] a escrita de uma história-memória começava a perder credibilidade [...]”. Montalvão prossegue afirmando que

[...] Era o nascimento da historiografia crítica e acadêmica que solaparia as antigas verdades históricas e a credibilidade de antigas instituições de história. Esta história identificada com a tradição e memorialista somente podia figurar em salas de museus de história. (MONTALVÃO, 2003, p. 5)

Se, por um lado, o Império estava sendo reabilitado pelo Governo de Getúlio Vargas como passado legitimador do presente por conta do período imperial não representar mais nenhum perigo ao projeto republicano. Por outro, a rede de intelectuais buscava espaços para perpetuar suas visões de passado, celebrando os eventos e figuras que consideravam de

---

<sup>115</sup> Apesar de não ser possível demonstrar neste trabalho, acredita-se que a Academia Petropolitana de Letras fez parte da articulação dessa rede. Além disso, possivelmente a Universidade Católica de Petrópolis teve como fundadores membros da rede de intelectuais mapeada neste capítulo.

prestígio para a história do Brasil. O Museu Imperial tornava visíveis objetos de admiração de tal passado apresentado como majestoso. Além dele, o IHP mostrava-se como outro espaço onde o Império, seus personagens e, principalmente, D. Pedro II seriam celebrados. Cabe notar, por fim, que o Conselho Consultivo do órgão de preservação concedeu assentos para importantes representantes dessa rede de intelectuais. A rede dos aficionados pelo período monárquico interligava-se e, por vezes, distanciava-se de muitas outras redes de intelectuais que se formaram principalmente durante o Estado Novo. O sucesso, a durabilidade e a capilaridade dessas redes deram-se justamente pelo fato de serem/fazerem parte do próprio Estado.

### 3.2 O Anuário do Museu Imperial e a rede de intelectuais em ação

O *Anuário do Museu Imperial* começou a ser publicado antes mesmo da inauguração do museu em 1943. Conforme o artigo 2º do Decreto-Lei nº 2.096, que criou o Museu Imperial, uma das finalidades da instituição seria:

Realizar pesquisas, conferências e publicações sobre os assuntos da história nacional em geral e de modo especial sobre os acontecimentos e as figuras do período imperial, assim como da história do Estado do Rio de Janeiro, e particularmente, da cidade de Petrópolis. (MEC-Serviço de Documentação, *ACI-Série Inventário* RJ 164/2, 1946, p. 7)

Respeitando à determinação presente na referida lei, no ano de 1940 organizou-se o primeiro número do *Anuário do Museu Imperial*. Alcindo Sodré, diretor do museu, assinala que a pressa em organizar a publicação encontrava-se “menos no imperativo legal ou no mérito que porventura lhe possa ser benevolente atribuído”. Apressava-se em editar o *Anuário* porque tinha satisfação em “cumprir um dever com a oportunidade de prestar modesta homenagem à grandeza dessa obra” (SODRÉ, 1940, p. 3).

O *Anuário* foi publicado de 1940 a 1959 sem interrupções. De 1960 a 1970, a publicação contou com edição única, a qual abarcou toda a década de 1960.<sup>116</sup> O *Anuário* dividia-se em duas partes: a primeira composta por artigos do diretor do museu, de funcionários e de colaboradores; e, a segunda intitulava-se noticiário na qual se anexava o relato das atividades do museu que deveria ser enviado ao ministro da Educação e Saúde. Dos anos 1940 a 1970, a publicação manteria seu formato editorial, contando em média com 300 páginas, às vezes publicava imagens ilustrativas referentes aos artigos e, também, por vezes contava com a impressão de fotografias de visitantes ilustres e eventos realizados no museu.

---

<sup>116</sup> Os números do *Anuário* consultados foram aqueles disponíveis na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Com exceção do ano de 1945, todos os demais anos, que abrangem o recorte desta pesquisa, estavam disponíveis. Para consultar a publicação: <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>.

No relatório enviado ao ministro, o diretor do museu dava parecer sobre o andamento da publicação do *Anuário*. A edição era feita pela *Imprensa Nacional* e pela Editora *A noite*. Segundo os relatórios, as editoras não davam conta da publicação ficar pronta no ano corrente. Em 1956, quando Francisco Marques dos Santos dirigia o Museu Imperial, lamentava que por “motivos alheios à nossa vontade” naquele ano não circularia nenhum número do *Anuário*, assinalando que a Imprensa Nacional “alegou excesso de trabalho em suas oficinas” (NOTICIÁRIO, 1956, p. 336).

No segundo ano da publicação do *Anuário*, em 1941, Alcindo Sodré fala sobre sua difusão

Remetido o primeiro número a várias instituições culturais do país, a conhecidos estudiosos de assuntos históricos, bem como a grande número de bibliotecas, foi ele também distribuído a todas as pessoas que, por escrito, ou verbalmente, manifestaram interesse em obtê-lo. Neste particular, é auspicioso assinalar a grande quantidade de pedidos, vindos de todo território nacional, e mesmo do estrangeiro, como sejam Estados Unidos, Argentina, Uruguai e Equador. (SODRÉ, 1941, p. 3)

Para além de difundir o conhecimento sobre os assuntos tratados no *Anuário*, principalmente relativos ao Império, o diretor assinala caráter importante da publicação, qual seja: tornar-se obra científica de referência, a qual interessaria aos pesquisadores e às instituições brasileiras e estrangeiras. Ao longo dos anos, a difusão do *Anuário* aumentaria, demarcando sua abrangência de publicação especializada na história do Brasil Império.

Os artigos redigidos para o *Anuário* fundamentavam-se, principalmente, em documentação disponível no Museu Imperial. O museu dispunha de arquivo histórico, biblioteca e discoteca que reunia vasta documentação do período imperial. Como exemplo dos esforços para o Museu Imperial tornar-se uma instituição de referência desse período, pode-se citar o caso do pedido de retorno ao Brasil do arquivo particular de D. Pedro II o qual se encontrava no Castelo d’Eu, na França. O Museu Imperial e o IHGB somaram forças para conseguirem a posse de tal documentação. Em 1940, o IHGB enviaria carta a Getúlio Vargas solicitando ajuda do presidente no pedido de transferência do arquivo para o Museu Imperial (NOTICIÁRIO, 1940). A documentação seria transferida somente no ano de 1948.

De 1940 a 1967, o Museu Imperial foi dirigido por Alcindo Sodré (1940-1952), Paulo Maurity (1952-1954) e Francisco Marques dos Santos (1954-1967).<sup>117</sup> Têm-se poucas informações sobre Paulo Maurity, sabe-se que foi presidente da Câmara Municipal de

---

<sup>117</sup> De 23 de abril a 21 de novembro de 1945, a direção do Museu Imperial seria assumida por Luís Afonso d’Escragnole, momento em que Alcindo Sodré assumiria o cargo de prefeito de Petrópolis (MONTALVÃO, 2005).

Petrópolis durante alguns dias do mês de outubro de 1949, além disso, não participou da criação do IHP nem foi membro de tal instituto. Alcindo Sodré e Francisco Marques dos Santos já são personalidades conhecidas no presente trabalho. O *Anuário*, durante a gestão de ambos, contaria com diversos artigos de representantes da rede de intelectuais formada em torno do Centenário de Petrópolis e outros importantes pesquisadores, além de terem, eles mesmos, redigido vários artigos para o *Anuário do Museu Imperial*.

No *Anuário*, a maior parte dos artigos dedicava-se ao período imperial e às suas personalidades. No seu primeiro número, escreveram Alcindo Sodré – *Dom Pedro II em Petrópolis* –, Américo Jacobina – *Nobreza brasileira* – e Francisco Marques dos Santos – *O leilão do Paço de S. Cristóvão*. Tais autores marcariam presença em muitos outros números da publicação, além de contar com outros importantes pesquisadores nacionais e estrangeiros, como Hélio Vianna, Afrânio Peixoto, Rodolfo Garcia, Gastão Cruls, David James, Robert Smith e muitos outros.

No que diz respeito às concepções de história manejadas no *Anuário* pelos intelectuais estudados, pode-se dizer que não diferiam daquelas impressas nas páginas da RIHGB. Alcindo Sodré, Américo Jacobina, Francisco Marques dos Santos e Gilberto Ferrez escreveram nas páginas do *Anuário*. A grande maioria valorizava o passado monárquico e seus representantes, muitas vezes tendo-os como exemplos vivos para o presente. Francisco Marques dos Santos, em 1955, afirma que “[...] nesta Casa o passado é passado vivo, – se há reminiscências, há vida e movimento. [...]” (SANTOS, 1955, p. 275). Elogios e homenagens a D. Pedro II e à família imperial não faltaram. Alcindo Sodré, no artigo *Dom Pedro II em Petrópolis*, assinala que “Petrópolis e seu Palácio, teriam sido, como vimos, uma dádiva da Nação a Pedro II” (SODRÉ, 1940, p. 25). Além disso, destaca que “Petrópolis figurou entre os pontos vanguardeiros do país na emancipação dos escravos. Deve-se o fato à ação direta da Família Real. [...]” (SODRÉ, 1940, p. 37). Loas aos portugueses e sua herança cultural foram igualmente valorizadas nas páginas no *Anuário*. Américo Jacobina, no primeiro número da publicação, em seu artigo *Nobreza brasileira*, afirma que os valores nobres dos portugueses teriam influenciado até mesmo a “massa do povo”, constituindo “traços nacionais”. Por fim, conclui que “[...] É fora de dúvida que o povo português constitui, em globo, uma das raças que mais preza as qualidades superiores da nobreza. [...]” (LACOMBE, 1940, p. 53-4). Além disso, destaca-se a importância da presença da Monarquia para o Brasil como forma de demarcar diferenças entre países vizinhos e positivar os “hábitos sociais” dos brasileiros, uma vez que

[...] a existência da monarquia entre nós, não nos daria apenas a segurança da unidade política e a supremacia de expressão nacional em face de nossos vizinhos. Entre outras vantagens, tivemos hábitos sociais, até então desconhecidos neste outro lado do Atlântico. (SODRÉ, 1948, p. 239)

Na edição de 1960-1970 do *Anuário*, Américo Jacobina refere-se à publicação como uma das “principais publicações científicas de História do Brasil” (LACOMBE, A., 1960-1970). Na mesma edição, Lourenço Luiz Lacombe,<sup>118</sup> chefe da Divisão de Documentação Histórica do Museu Imperial, afirma ser o *Anuário* “uma das mais respeitadas revistas históricas do Brasil” (LACOMBE, L., Anuário, 1960-1970). Pode-se perceber que o *Anuário do Museu Imperial* pretendia assumir um espaço de produção especializada na História do Brasil Império. Tal característica tinha íntima relação com o acervo do museu, que era composto justamente por documentos referentes a esse período da história do Brasil. Pode-se pensar que, apesar de já haver cursos universitários na área de humanidades, o espaço do Museu Imperial tornou-se local de pesquisa sobre o Império, pois possuía vasta documentação sobre o período. Não se busca analisar os métodos adotados e os resultados alcançados por tais pesquisas, apenas assinalar que no Museu Imperial dedicava-se à pesquisa quando os programas de pós-graduação em humanidades ainda não existiam. Portanto, o Museu Imperial se tornaria mais um espaço de representação para os intelectuais estudados.

De 1940 a 1966, além de marcarem presença no *Anuário*, os intelectuais pesquisados participaram de solenidades, exposições, encontros e conferências que ajudavam a reafirmar suas visões de mundo, e de história, além de difundi-las. Como exemplos, podem-se citar as conferências realizadas no Museu Imperial pelo IHP. Em 1943, Pedro Calmon e Francisco Marques dos Santos discursariam sobre *Centenário da Fundação de Petrópolis* e a *Primeira viagem de Dom Pedro II à Inglaterra*, respectivamente. No ano seguinte, Pedro Calmon marcaria presença novamente no Museu Imperial com a conferência *Condessa de Itapagipe e outros relatos*. Em 1944, o IHP promoveria evento em que Américo Jacobina e Alcindo Sodré discursariam, respectivamente, sobre *A condessa de Barral* e *Dom Pedro II na pacificação do Rio Grande do Sul*. Em 1945, Alcindo Sodré publicaria na RIHGB artigo de mesmo nome. No ano de 1946, patrocinadas pelo IHP, foram realizadas no museu as conferências *Rui Barbosa em Petrópolis*, de Américo Jacobina, e *Primeira visita de D. Pedro II a São Paulo*, de Alcindo Sodré. Anos depois, em 1951, o Museu Imperial realizou palestras em que Américo Jacobina discursaria sobre D. Pedro II. Ao longo dos anos, outras conferências foram realizadas no Museu Imperial em que Alcindo Sodré, Américo Jacobina, Francisco

---

<sup>118</sup> Lourenço Luiz Lacombe sucedeu Francisco Marques dos Santos na direção do Museu Imperial, tendo dirigido a instituição de 1967 a 1991.

Marques dos Santos e Pedro Calmon tiveram presença garantida. Além desses nomes ligados tanto ao Conselho Consultivo do SPHAN quanto ao IHGB, outros intelectuais participavam desses eventos. A maioria era sócia do IHP, muitos deles também eram membros do IHGB. Henrique Leão Teixeira Filho, Guilherme Auler, Ascânio da Mesquita Pimentel, Cláudio Ganns eram alguns desses intelectuais.

Em 1948, Gilberto Ferrez redigiria artigo para o *Anuário* intitulado *Um passeio a Petrópolis em companhia do fotógrafo Marc Ferrez*. No ano de 1954, Ferrez organizaria, no Museu Imperial, a *Exposição Iconográfica sobre Petrópolis e seus arredores (1800-1887)*. Gilberto Ferrez foi considerado como “autoridade no assunto”, tendo sua exposição atraído grande número de pessoas. Junto à exposição, o IHP organizaria uma sessão comemorativa da data de 16 de março, festejando o aniversário de Petrópolis, na qual Gilberto Ferrez foi o conferencista (NOTICIÁRIO, 1954). No *Anuário* de 1955, destaca-se o lançamento da obra especializada *Iconografia Petropolitana*, a qual contava com

[...] 227 páginas em papel *couché*, ótimos clichês e material iconográfico da Exposição do Primeiro Congresso de História, promovida pelo Instituto Histórico de Petrópolis e realizada no Museu Imperial em janeiro e fevereiro de 1954. A Iconografia representa um trabalho do estudioso de Arte Brasileira, senhor Gilberto Ferrez. (NOTICIÁRIO, 1954, p. 262-3)

Em janeiro de 1955, no relatório enviado ao ministro da Educação e Saúde, assinala-se que o Museu Imperial foi representado pelo chefe da Divisão de Documentação Histórica, Lourenço Lacombe, no Congresso de História realizado em Recife, tendo exposto uma coleção de fotografias de suas salas, peças históricas e principais atividades. Além disso, acrescenta que o representante do museu apresentou “[...] tese sobre a vida e a organização do Museu Imperial, relatada elogiosamente pelo ilustre historiador português Sr. Alberto Iria.” (ACI-Série Obras, nº 2236, 1955). Anos antes, Rodrigo Melo Franco de Andrade, em visita ao Museu Imperial, teria demonstrado interesse pela documentação presente no museu. Por isso, em fevereiro de 1949, Alcindo Sodrê enviaria ao diretor do SPHAN

[...] relatório das atividades da Divisão de Documentação Histórica deste Museu durante o ano de 1948, tendo em vista a comunicação que me foi feita pelo chefe da mesma [Lourenço Lacombe], de ter vossa Senhoria, em sua última visita a esta casa, manifestado interesse em recebê-la. (ACI-Série Obras, nº 2231, 1949)

No mesmo ano do Congresso de História em Recife, no qual o Museu Imperial marcaria presença, Francisco Marques dos Santos menciona no relatório ao ministro o filme, produzido com a ajuda do fotógrafo Paul Stille, sobre o museu. Francisco Marques dos Santos assinala que

[...] Nosso desejo seria de mandar a cada Universidade ou Faculdade dos Estados um exemplar, proporcionando, destarte, o conhecimento do patrimônio histórico e artístico da Casa de D. Pedro II a todos os interessados. [...] (SANTOS, 1955, p. 274)

O comprometimento com a história científica esteve presente desde os primórdios do *Anuário*. Alcindo Sodrê, em 1946, escreve o artigo *O grito do Ipiranga na concepção dos artistas* para o *Anuário*. Nele, Sodrê faz uma criteriosa análise do contexto histórico em que François René Moreaux e Pedro Américo pintaram a cena histórica denominada *Grito do Ipiranga*, destacando que o primeiro pinta em 1844, “no amanhecer do Segundo Reinado”, enquanto a obra do segundo data de 1888, “ao apagar das luzes da Monarquia no país”. Alcindo Sodrê faz ponderações sobre o momento da Independência do Brasil, o qual se retratou nas pinturas, e relaciona com os aspectos da obra de cada artista. Com isso, busca apontar qual delas aproximava-se mais da “verdade histórica”, chegando à conclusão que

A tela de Moreaux aproxima-se mais da verdade histórica. Se o Príncipe, nesta como na outra tela, acha-se montado a cavalo, como pictoricamente era obrigatório, e se ainda aparecem populares em redor de si, a sua guarda está de chapéu armado, próprio dos milicianos da época. E o fato relevante é o conjunto, apresentando personagens com simplicidade, na expansão de alegria que o momento lhes proporcionava. (SODRÊ, 1946, p. 210)

Segundo Cláudia Montalvão, o Museu Imperial buscava “[...] incentivar os estudos históricos, e não ser apenas um relicário da época imperial, e também aproximar o museu da produção historiográfica desenvolvida na academia.” (MONTALVÃO, 2005, p. 134).

Além de buscar intercâmbio com as universidades, havia preocupação de aproximar o museu das escolas. No ano de 1942, a parte noticiário do *Anuário* menciona o serviço do Cinema Educativo. Tal iniciativa atendia a solicitação feita por Edgard Roquette-Pinto, à época diretor Instituto Nacional de Cinema Educativo o qual havia criado. Segundo a informação presente no *Anuário*, “[...] foram filmadas neste museu algumas cenas de uma peça de história de autoria da escritora Patrícia Maria Eugênia Celso de Mendonça.” (NOTICIÁRIO, 1942, p. 263).

Em 1946, Alcindo Sodrê menciona no relatório ao ministro o programa *Em visita ao Museu* que seria transmitido pela Rádio Roquette-Pinto, objetivando nortear professores na orientação dos alunos nas visitas aos museus (NOTICIÁRIO, 1946). Além disso, no mesmo relatório, o diretor trata das palestras para estudantes que tinham como objetivo o “intuito de despertar entre a juventude, o interesse pelas coisas da História e da Arte do Brasil, estabeleceu o Museu Imperial uma série de palestras para estudantes de curso secundário. [...]” (NOTICIÁRIO, 1946, p. 269). No conteúdo do curso, podem-se notar as concepções de

história presentes no museu. Os assuntos seriam: Heráldica; Armas e bandeiras do Brasil; Arte em geral; Ordens honoríficas brasileiras; Dom Pedro II, protetor das ciências, letras e artes; Manuscritos, livros e incunábulo; Arquitetura; Artes industriais: cerâmica, leques e ourivesaria; e, A moeda através dos tempos. Portanto, pode-se notar que eram, principalmente, os assuntos da História Política que estavam sendo os temas das palestras para os estudantes secundários.

Ainda no ano de 1946, relata-se que foram feitas projeção de cinco filmes educativos, tendo como público estudantes secundários.

Destacaram-se entre eles, um filme referente à vida de Vicente de Carvalho, e outro sobre a Abolição do cativo, assunto de Maria Eugênia Celso e execução do Cinema educativo, dirigido por Roquete Pinto, tendo as instalações deste Museu servido de cenário para certos trechos do filme. (NOTICIÁRIO, 1946, p. 276)

Na gestão de Francisco Marques dos Santos, também houve iniciativas para aproximação entre escola e museu. Em dezembro de 1956, o diretor relata ao ministro da Educação e Saúde sobre a reunião com professores secundários que havia acontecido no museu. Por determinação do 1º Congresso de Museus, no qual foi enfatizada a necessidade de integração entre escola e museu, a reunião realizada no Museu Imperial teve como resultado a proposta de curso para professores secundários com objetivo de promover “melhores conhecimentos do acervo do museu” para nortear a visita dos professores com seus alunos (ACI-Série Obras, nº 2238, 1957-1958).

Apesar de não ter escrito no *Anuário do Museu Imperial* e não ter participado de conferências, Rodrigo Melo Franco de Andrade foi figura sempre presente no museu. Pode-se dizer que apesar de o diretor do SPHAN pouco aparecer nas publicações do *Anuário*, ele fez-se presente de outras formas e em outros espaços. Primeiramente, cabe ressaltar que tanto Alcindo Sodrê quanto Francisco Marques dos Santos enviaram relatórios mensais a Rodrigo Melo Franco de Andrade durante suas gestões, tal documentação está presente na *Série Obras* no Arquivo Central do IPHAN.

Em 1940, Alcindo Sodrê envia relatório do museu a Rodrigo Melo Franco de Andrade. Segundo Sodrê, tal relatório constituía-se de “um plano de instalação e orientação para o referido instituto” (NOTICIÁRIO, 1940). O diretor trata, dentre outros assuntos, da composição do acervo do museu. Afirma que os objetos que pertenciam efetivamente ao antigo Palácio Imperial eram modestos e não traziam sinais de seu proprietário. Assim, assinala que os objetos de “maior valor em qualidade e arte” e devidamente autenticados encontravam-se nos Paços da Corte, estando presentes, naquele momento, em “dois ou três

museus, algumas repartições federais ou nas mãos de poucos colecionadores” (NOTICIÁRIO, 1940, p. 325). Continua afirmando que

[...] faz-se precisa a elaboração de uma medida estabelecendo a faculdade de serem requisitados pelos museus, aos estabelecimentos oficiais, os exemplares considerados de caráter essencial nas suas respectivas especializações. [...] (NOTICIÁRIO, 1940, p. 325)

Segundo Claudia Montalvão (2005), a aquisição de peças para o Museu Imperial foi realizada através da transferência, da doação, da aquisição e da permuta. Conforme a autora, as transferências eram feitas por meio de ofícios que passavam principalmente pelo MES e pelo SPHAN. O MHN seria um dos lugares onde se encontravam peças reivindicadas pelo diretor do Museu Imperial. Conforme Aline Magalhães (2004), o MHN teria perdido espaço na representação do passado imperial com a criação do Museu Imperial. A partir desse momento, o MHN não seria o único a guardar a memória do Império e teria, por isso, que dividir seus objetos com outros museus, tais como o Museu Imperial e o Museu da Inconfidência (MAGALHÃES, 2004). Claudia Montalvão (2005) destaca que para transferência de peças do MHN para o Museu Imperial foram necessárias intervenções do órgão de patrimônio, na figura de Rodrigo Melo Franco de Andrade, do Ministério da Educação e Saúde, representado por Gustavo Capanema, e, algumas vezes, do presidente Getúlio Vargas. Para Aline Magalhães (2004), essa representaria mais uma derrota de Gustavo Barroso frente ao grupo liderado por Rodrigo Melo Franco de Andrade.<sup>119</sup> Cabe ressaltar, por fim, que os autores do *Anuário do Museu Imperial* não figurariam nos *Anais do Museu Histórico Nacional*. Ou seja, apesar de ambos tratarem da materialidade do período imperial, pode-se dizer que eram redes de intelectuais diferentes e, certamente, concorrentes.

Além disso, pode-se pensar que o MHN teria sido preterido logo após a criação do Museu Imperial. Conforme assinalado por Rodrigo Melo Franco de Andrade, “a instituição [Museu Imperial] foi muito mais beneficiada que suas congêneres” (ANDRADE, 1955, p. 270). Adiante, destaca o papel de Getúlio Vargas nos rumos do Museu Imperial, afirmando que

O presidente Getúlio Vargas foi realmente não apenas chefe do governo que assinou o decreto instituindo este Museu e expediu os demais atos administrativos promovendo-o dos recursos que lhe permitiram tornar-se no que é hoje em dia, mas o grande animador da obra aqui realizada. Sua presença pessoal frequente nesta casa, o interesse espontâneo que demonstrou sempre pelo desenvolvimento da instituição assim como a predileção manifesta com que a tratava, fazem do ilustre Chefe de Estado

---

<sup>119</sup> Para saber mais sobre as disputas que envolveram Gustavo Barroso com o órgão de preservação, ver Aline Magalhães (2004).

extinto benemérito e inesquecível patrono do Museu Imperial. (ANDRADE, 1955, p. 271-2)

Além das benesses do presidente Getúlio Vargas, o Museu Imperial contaria com inúmeras doações. Segundo Claudia Montalvão (2005), a maior parte do acervo do museu adveio de doações. Os relatórios enviados para o ministro do MES e para o diretor do SPHAN contavam com o nome dos doadores. Dentre eles, figuraram os nomes de Francisco Marques dos Santos, Pedro Calmon, Américo Jacobina Lacombe e Alcindo Sodré. Além deles, outros sócios do IHGB e o próprio Instituto Histórico fizeram doações ao Museu Imperial.

Cabe notar o papel destacado ocupado por Francisco Marques dos Santos no que concerne às doações. Reconhecido colecionador de objetos do Império, Francisco Marques dos Santos era considerado um especialista nesse setor. No primeiro número do *Anuário*, escreveu sobre o leilão do Paço de São Cristóvão, mostrando profundo conhecimento sobre os objetos pertencentes à família real e o destino que haviam seguido após o leilão. Portanto, conforme apresentado por Rafael Zamorano (2014), o “dispositivo de autoridade do especialista” tornava Marques dos Santos personalidade legítima a falar sobre os objetos autênticos pertencentes a D. Pedro II e à família real.

Segundo Zamorano, “O saber específico constitui autoridade, sendo, portanto, produtor de autenticidade. [...]” (ZAMORANO, 2014, p. 24). Justamente por ser especialista e por saber identificar o autêntico, as doações de Francisco Marques dos Santos foram muito bem quistas pelo museu. Por outro lado, o próprio Marques dos Santos desfrutava de prestígio quando doava peças para a coleção do museu. Regina Abreu, em seu trabalho intitulado *A fabricação do Imortal*, assinala que

[...] O processo de doação de uma coleção de objetos a um museu constitui expressivo fenômeno na medida em que o que está em jogo são relações sociais. Por meio da problematização desse fenômeno é possível desvendar aquilo que lhe é subjacente: crenças, valores e visões de mundo singulares. [...] (ABREU, 1996, p. 28)

Ao doar parte da sua coleção para o Museu Imperial, Francisco Marques dos Santos colocava-se como benfeitor da instituição, tendo seu nome inscrito no Livro dos Beneméritos do Museu Imperial. Além disso, estava conservando e perpetuando a memória do Império, a qual se mostrava tão cara para o historiador da arte. Marques dos Santos, assim, desfrutaria de reconhecimento e prestígio entre seus pares. No ano de 1946, seria nomeado correspondente do Museu Imperial. Em 1955, quando já era diretor do museu, discursou sobre arte sacra no Brasil. Esses são apenas exemplos do prestígio obtido por Francisco Marques dos Santos na rede de intelectuais formada na cidade de Petrópolis. Pode-se pensar que, se Marques dos

Santos tinha pouco espaço para falar de suas concepções de arte no Conselho Consultivo do SPHAN, no Museu Imperial o historiador da arte desfrutaria de grande prestígio entre seus pares.

Por conta do grande aumento do acervo do museu, foi necessário criar novos espaços para abrigar as coleções. O museu passou a utilizar um prédio anexo para abrigar novas coleções e teria que construir novo prédio onde funcionariam a biblioteca, o arquivo e a difusão cultural (MONTALVÃO, 2005). A construção desse prédio levantou duas questões caras ao órgão de preservação, quais sejam: preservar a “ambiência” do entorno do bem tombado e buscar a “originalidade”, ao invés da “cópia”, “imitação”.

Quando tal obra já estava sendo executada, Rodrigo Melo Franco de Andrade esteve no Museu Imperial, em 1955, como representante da Seção Brasileira do Conselho Internacional de Museus. Segundo relatório, o diretor do SPHAN percorreu “minuciosamente as dependências da Casa”. Tal visita resultaria em duas cartas publicadas no *Anuário*: a primeira de Rodrigo Melo Franco de Andrade traçando observações sobre o museu; a segunda, como resposta, de Francisco Marques dos Santos.

Conforme Rodrigo Melo Franco de Andrade, o museu constituía-se de

[...] obra muito expressiva da arquitetura brasileira do século XIX, vinculada à memória do magnânimo Pedro II e de sua família, foi restaurada escrupulosamente e aproveitada para sua destinação atual sem sacrifício de nenhum dos elementos característicos da construção original e sem que a exposição do acervo opulento aqui reunido ressinta do zelo posto na preservação dos traços genuínos do palácio. (ANDRADE, 1955, p. 270)

Da fala de Rodrigo Melo Franco de Andrade, podem-se depreender alguns pontos. O primeiro diz respeito a sua admiração tanto pela arquitetura do prédio onde se instalava o museu quanto pela figura do antigo imperador D. Pedro II. O segundo relaciona-se com a restauração criteriosa feita no antigo Palácio Imperial que não teria sacrificado “nenhum dos elementos característicos”, preservando assim a originalidade e os “traços genuínos” da construção do século XIX.

Nesta mesma carta, Rodrigo Melo Franco de Andrade traça considerações a respeito da nova construção anexa ao museu. Segundo ele, a admissão do ajustamento de outra construção menor e mais próxima ao palácio buscando imprimir características próximas daquelas presentes na construção do palácio era compreensível, no entanto, não seria admissível erguer novo edifício à imitação do museu. Para o diretor do SPHAN

[...] Erigi-la, porém, à imitação da residência imperial, visando a uma harmonia arquitetônica pretendida para o conjunto, seria acrescer o monumento histórico genuíno de uma construção importante e falsificada,

incompatível com o critério acertado de proteção e valorização das obras de arte antiga. [...] (ANDRADE, 1955, p. 270)

Conforme destacado por Márcia Chuva (2009), a originalidade e a autenticidade foram questões caras ao órgão de preservação. Os parâmetros para julgar bens autênticos e originais foram sendo moldados a partir das práticas de tombamento. O original era aquilo que não havia sofrido alteração, as características que se mantiveram com o tempo. Logicamente, o tempo imprime mudanças nos objetos, e considerar algo original e autêntico é fruto de escolhas e valorações. No caso em questão, o original eram os elementos arquitetônicos do antigo Palácio Imperial os quais não deveriam ser imitados. Além disso, a nova construção erigida seguindo a concepção moderna seria considerada, igualmente, original. Uma vez que, segundo o diretor do SPHAN, “A fábrica moderna obedece, portanto, a uma traça também de arte moderna, de forma concisa e pura.” (ANDRADE, 1955, p. 271). Assim, a construção de tal edifício respeitaria a outro princípio do órgão de preservação que buscaria nas suas práticas “articulações das noções de modernidade e tradição” (CHUVA, 2009).

Em resposta a carta, o diretor do Museu Imperial faz coro às palavras de Rodrigo Melo Franco de Andrade, afirmando que

De nossa parte, louvamos, e precisamente por sermos tradicionalistas, a arquitetura funcional do *anexo*, pois não é mais tempo de se admitirem pastichos ou seja a fatura de *coisas antigas* ou *em estilo antigo*, como seria o caso se o *anexo* fosse copiado do estilo neoclássico do edifício do Museu mandado construir por Dom Pedro II, para sua residência de verão nesta cidade. (SANTOS, 1955, p. 274, grifo do autor)

Francisco Marques dos Santos denomina a construção do edifício “em estilo funcional”. A funcionalidade, a pureza, a universalidade, a autenticidade e a aversão à imitação eram valores defendidos pela arquitetura moderna, segundo os seus representantes que ocupavam postos no SPHAN. Pode-se perceber que Marques dos Santos estava afinado com tais valores. Desse modo, mesmo não sendo um agente de reprodução ou divulgação da arquitetura moderna, conclui-se que Francisco Marques dos Santos não fazia oposição a tal modelo construtivo. Tal fato certamente tem relação com o modo como encerra sua carta, recordando:

E assim, caro Dr. Rodrigo, nós lhe diremos que não é de hoje o entusiasmo que hora nos possui, porque, desde a fundação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, foi o nosso nome lembrado por V. S. para integrar o Conselho Consultivo da repartição que V. S. tão superiormente dirige, isto há 25 anos. [...] (SANTOS, 1955, p. 276)

O Museu Imperial recebeu visitantes nacionais e estrangeiros que aumentavam a cada ano que passava. Alguns desses visitantes imprimiram suas opiniões no chamado Livro de

Impressões do museu. Em 1943, o historiador Pedro Calmon registrou suas observações sobre o museu dizendo:

[...] Os objetos arrumados com discreta habilidade, as jóias expostas com fino gosto, os quadros que enriquecem as paredes imaculadas, formam o ambiente, dão autenticidade às lembranças que sugerem, informam, agradam a vista, falam ao espírito, e contam... contam profusamente a história daqueles cinquenta anos de administração, de comando, de influência, de tolerância, de tranquilidade. Quem quiser sentir a época, compreendê-la, tatear-lhe a velha realidade, há de fazer esta peregrinação, subir estas escadas, olhar estas relíquias, reverenciar este nome. D. Pedro II mora em Petrópolis. Está morto na Catedral, no jazigo sóbrio e branco. Está vivo no Museu, na sua mansão feliz e bela. – Só os grandes povos reconhecem – e amortizam – a sua dívida de gratidão. O Museu é um pagamento. (NOTICIÁRIO, 1943, p. 291)

As concepções de história manejadas por Pedro Calmon em seu relato sobre a experiência vivenciada no museu aproximavam-se daquelas impressas nas páginas da RIHGB. Cabe notar que o tratamento das exposições do museu como passado vivo foi notado em mais de um intelectual. A valorização por Pedro Calmon do passado imperial seria realizada de outros modos, considerados mais fluidos e menos engessados. Se durante o Império Petrópolis seria destino predileto da família real, ao longo da República a cidade também seria frequentada pelas elites, entre elas, intelectuais que buscavam a tranquilidade da região serrana para seus estudos. No Museu Imperial, formou-se um grupo de intelectuais, intitulado por Afrânio Peixoto como *Clube do Lero-Lero*, que se reuniam aos sábados, nos meses de verão, promovendo “tertúlias históricas”. Tais encontros contavam com a presença de Afrânio Peixoto, Levi Carneiro, Manuel Bandeira, Carneiro Leão, Goulart de Oliveira, João Marinho, Bulhões Pedreira, Leonídio Ribeiro, Afonso Arinos, Alberto Childe, Claudio Ganns, Leão Teixeira, Visconde de Carnaxide, Marques dos Santos, Nereu Rangel Pestana, Domingos Braga, Aníbal Falcão e Cardoso Miranda (NOTICIÁRIO, 1944).

Pedro Calmon, integrante desse clube de debates, descreveu os encontros:

No verão, quando tanta gente se refugia na serra, o Museu era um ponto obrigatório de reunião e Afrânio Peixoto dirigia os debates com a sua verve inesgotável. Funcionava ali, intermitente, uma fábrica de boas frases, de sabedoria amável, de crítica histórica, de jovial noticiário, cujo centro era, compreensivelmente, o passado brasileiro, com o seu pitoresco e o seu mistério. Dispersos, com o fim da estação os sócios espontâneos do grêmio indiscreto, lá ficava, debruçado sobre os seus papéis, o dono da casa, interminavelmente ocupado na organização, na arrumação, no estudo do tesouro de reminiscências e relíquias a que dera uma ordem perfeita no solar do Imperador. (LACOMBE, L., 1960-1970, p. 171)

O Museu Imperial pode ser identificado, portanto, como local de encontro desses intelectuais. A rede de intelectuais formada em torno das Comemorações do Centenário de

Petrópolis foi, ao longo dos anos, incluindo novos intelectuais. Interessa notar que essa rede contava com a maioria dos intelectuais estudados. Alcindo Sodr e, Afonso Arinos, Américo Jacobina, Edgard Roquette-Pinto, Francisco Marques dos Santos, Gilberto Ferrez, Rodrigo Melo Franco de Andrade e Pedro Calmon constituíram, de formas e com pesos diferentes, essa rede de intelectuais.

Conforme assinala Pierre Bourdieu (2008), a proximidade no *espaço social*

[...] predispõe   aproximação: as pessoas inscritas em um setor restrito do espaço são ao mesmo tempo mais próximas (por suas propriedades e suas disposições, *seus gostos*) e mais inclinadas a se aproximar; e também mais fáceis de abordar, de mobilizar. (BOURDIEU, 2008, p. 25)

O grupo de intelectuais formado na cidade de Petrópolis constituía-se daqueles interessados em ampliar seus espaços de poder e verem suas visões de mundo representadas nos espaços institucionais e culturais. Ocuparem o mesmo *espaço social* aproximava tais figuras em torno de objetivos em comum. Porém, anterior a isso, conseguiam se reunir justamente por compartilharem *habitus* em comum. As trajetórias de vida desses intelectuais os aproximavam em um momento histórico e um *espaço social* determinado: o efervescente final dos anos 1930 e a cidade de Petrópolis. Não foi fruto do acaso o encontro de tais intelectuais em hora e lugar marcados. Eles procuravam, nesse momento, perpetuar visões sobre o passado, visões essas que começavam a ser questionadas nos cursos universitários de História em formação nesse período. Interessa notar que o objeto de estudo construído neste trabalho também fazia parte dessa rede: os intelectuais, membros do IHGB e do Conselho Consultivo do SPHAN comporiam essa rede formada na cidade de Petrópolis.

Cabe destacar que em alguns casos, como os de Alcindo Sodr e e Francisco Marques dos Santos, o ingresso no Conselho Consultivo do SPHAN deu-se quase que concomitantemente com a participação da rede formada na cidade de Petrópolis. Pode-se notar que os intelectuais estudados faziam parte de várias redes formadas em torno de instituições ligadas ao Estado. Durante boa parte do período estudado, a inserção do intelectual no mercado de trabalho deu-se por meio da ocupação de postos no Estado. No entanto, cabe notar que a maioria dos lugares ocupados pelos intelectuais estudados não oferecia nenhuma remuneração monetária. Logo, os ganhos alcançados pelos intelectuais tinham caráter simbólico. Esses lugares simbólicos ocupados pelos intelectuais eram revertidos em nomeação e/ou indicação para postos de trabalho que lhes rendiam ganhos monetários. Tais intelectuais obtinham prestígio, legitimidade, reconhecimento e perpetuação de suas visões de mundo a partir desses lugares institucionais/culturais ocupados.

### Considerações finais

A partir do que foi analisado e levado em consideração na pesquisa, apreende-se que o Conselho Consultivo do SPHAN integrou intelectuais portadores das concepções de história veiculadas pelo IHGB. Tais visões influenciaram no entendimento do que consistiria a importância histórica dos bens encaminhados para julgamento no Conselho do SPHAN. As relações entre SPHAN e IHGB deram-se por meio dos intelectuais que atuaram, a um só tempo, no Conselho do SPHAN e no Instituto Histórico. Por meio da produção desses intelectuais em ambos os fóruns, pode-se notar que manejavam concepções de história muito próximas nos seus artigos para a RIHGB e nas suas justificativas positivas ou negativas para os processos de tombamento debatidos no Conselho do SPHAN. Para compreender as concepções de história e os lugares sociais ocupados pelos intelectuais estudados, mostrou-se necessário mapear suas trajetórias individuais e de grupo. A partir disso, foi possível compreender a proximidade, afinidade e abrangência das redes às quais pertenciam. Entendeu-se, dentre outros aspectos, que o fato de se encontrarem nas redes mapeadas deu-se justamente por conta de visões de mundo em comum, e, também, concepções de história parecidas, que iam sendo formadas a partir do *habitus* e dos *espaços sociais* ocupados pelos intelectuais estudados.

Os intelectuais estudados faziam parte de redes articuladas e nutridas por eles e pelos grupos aos quais pertenciam. As redes eram formadas a partir da proximidade dos intelectuais no *espaço social* que se dava por conta dos gostos, disposições e interesses em comum. Os intelectuais pesquisados se encontraram em diferentes instituições públicas e/ou culturais, uma vez que no período abordado pela pesquisa este era o lugar social dos intelectuais. Assim, os cargos políticos e/ou públicos nas instituições seriam ocupados pelos intelectuais, pois, nesse momento, o Estado tornou-se o maior distribuidor de postos de trabalho para este segmento social.

Cabe notar, no entanto, que a maior parte dos cargos ocupados, analisados nesta pesquisa, não era revertida em remunerações monetárias. Assim sendo, ao integrarem o Conselho do SPHAN e o IHGB os intelectuais estudados desfrutavam de ganhos simbólicos, como prestígio, reconhecimento e distinção social. Tais ganhos durariam pela vida toda, pois a partir dos lugares sociais que pertenciam eram incorporados, ou se incorporavam, às outras instituições políticas e/ou culturais reconhecidas. No caso do Conselho Consultivo do SPHAN, os intelectuais receberam convites do Presidente da República ou do diretor do órgão de preservação, Rodrigo Melo Franco de Andrade, para participarem do fórum de

discussão e deliberação sobre o tombamento. No IHGB, o ingresso partia, principalmente, de proposição requerida pelos futuros sócios. Para integrar o Instituto Histórico, o candidato deveria apresentar trabalho relevante na área de História, Geografia, Etnografia ou Arqueologia. Portanto, no Conselho do SPHAN os intelectuais ingressavam pelo “grau de especialização” que possuíam, ou seja, já eram figuras reconhecidas em suas áreas de atuação. No IHGB, os futuros sócios deveriam provar para a instituição serem capazes e habilitados a integrar seus quadros.

Notou-se que no Decreto-Lei nº 25 não havia hierarquias expressas para os membros do Conselho Consultivo do SPHAN. Na prática, os intelectuais estudados não desfrutaram do mesmo peso nas discussões e decisões do Conselho. A hierarquia dentro do Conselho do SPHAN era dada principalmente pela escolha para relator dos processos de tombamento, tais escolhas partiam de Rodrigo Melo Franco de Andrade. Desse modo, a atuação do diretor do órgão de preservação no Conselho Consultivo demarca sua centralidade nas decisões arbitradas neste fórum. No caso do IHGB, as hierarquias estavam expressas nos Estatutos da instituição. Cabe notar que, apesar de não estar previsto nos Estatutos, constantemente se levava em consideração os lugares sociais ocupados pelos intelectuais antes de ingressarem no Instituto Histórico. Percebe-se que ambas as instituições buscavam integrantes com trajetórias intelectuais já reconhecidas socialmente. Em outras palavras, o Conselho do SPHAN e o IHGB buscavam figuras renomadas no cenário político-social para integrarem seus postos, isto porque tais intelectuais somariam prestígio às instituições. Na verdade, as instituições não existem por si mesmas, são justamente seus integrantes que lhes dão a cor e o tom.

De modo inverso, os intelectuais buscaram essas instituições tendo em vista a importância do pertencimento para perpetuação de suas visões de mundo. No Conselho do SPHAN, no IHGB, nos institutos históricos locais e/ou regionais, nas academias de letras, nos museus, os intelectuais estudados encontraram seus pares, dividindo, às vezes divergindo, histórias de vida, ideias de mundo, concepções de história. O encontro dos intelectuais estudados não foi fruto do acaso: nasceram, mais ou menos, na mesma época; muitos deles se encontraram nos cursos superiores; moravam no Rio de Janeiro ou em cidades próximas; pertenciam a duas – SPHAN e IHGB – ou mais instituições em comum. Ou seja, a existência das redes formadas pelos intelectuais estudados reside justamente nas trajetórias de vida em comum.

Apesar de a maioria dos intelectuais estudados terem se formado no curso de Direito, interessavam-se e, muitos deles, dedicaram-se à escrita da história. As concepções de história

manejadas por estes intelectuais distinguiam-se, em boa medida, daquelas que estavam sendo veiculadas nos nascentes cursos de ciências sociais das Universidades. Ao longo da análise, percebeu-se que, apesar da concorrência entre as concepções de história veiculadas pelo IHGB com a renovação dos objetos e conteúdos históricos produzidos nas Universidades, os cursos superiores de História foram espaços ocupados também por historiadores portadores de concepções de história cuja narrativa centrava-se na valorização da História Política. Américo Jacobina Lacombe, Francisco Marques dos Santos, Pedro Calmon foram professores universitários e, a partir desses lugares ocupados, tiveram condições de defender e difundir as concepções de história veiculadas pelo Instituto Histórico, as quais valorizavam a história cívico-patriótica enfatizando “grandes eventos” ligados aos “grandes heróis” e às personalidades nacionais. Deve-se ter em mente a complexidade do período pesquisado, por concentrar continuidades e rupturas na escrita da história nacional, configurando-se como um momento de transição significativo (FERREIRA, 2013; VENÂNCIO, 2016). Por isso, o “velho” e o “novo” muitas vezes conviveram na produção historiográfica de um mesmo agente, como foi o caso de Pedro Calmon que foi considerado algumas vezes historiador dedicado à História Política, outras vezes entendido como historiador social, preocupado com a formação do Brasil e dos brasileiros. Assim sendo, a estruturação da área das ciências sociais no Brasil não deve ser pensada como ruptura, uma vez que foi fruto de embates, tendo os discursos dos cursos das ciências históricas e sociais das Universidades convivido, por muito tempo, com outras vozes legítimas, como as do IHGB.

Notou-se que, a despeito da valorização do barroco-colonial no órgão de preservação, o Conselho do SPHAN foi, igualmente, lugar do Império. Dentre os processos de tombamento debatidos no Conselho relativos ao período imperial, chamou atenção aquele que tratava do Palácio/Museu Imperial. Quando estavam sendo traçadas as trajetórias dos intelectuais estudados, percebeu-se que muitos deles se encontraram no IHP e no Museu Imperial. Percebeu-se, aos poucos, que a maioria dos intelectuais pesquisados pertencia à rede de intelectuais formada em torno da cidade de Petrópolis. Além disso, notou-se que o SPHAN e o IHGB, como instituições, patrocinaram e incentivaram a formação dessa rede. Nota-se que as visões do que constituiria o patrimônio nacional ainda estavam sendo delineadas nesse momento. Uma construção representativa da elite imperial ligada aos “grandes eventos” e às “personalidades ilustres” foi inscrita no Livro do Tombo Histórico e aceita por unanimidade no Conselho Consultivo do SPHAN. Nesse sentido, não somente a rede que se formou na cidade de Petrópolis e a presença dos intelectuais estudados nela influenciaria na escolha do Palácio/Museu Imperial, mas sim o próprio bem e todas as significações nele implicadas. Para

além da importância da rede formada em torno da cidade serrana e integrada pelos intelectuais pesquisados, chamou atenção a presença do próprio SPHAN e de sua provável participação na construção da memória imperial para a cidade de Petrópolis.

Ao longo da pesquisa notou-se que o período imperial teve espaço considerável no órgão de preservação, a presença de amantes do Império no Conselho do SPHAN indica o lugar desse momento histórico nas narrativas sobre o patrimônio nacional. As relações entre Instituto Histórico e órgão de preservação deram-se, em boa medida, por intermédio dos intelectuais pesquisados. As concepções de história veiculadas por esses intelectuais vinculados ao IHGB durante décadas puderam ser visualizadas nas deliberações empreendidas no Conselho do SPHAN, tendo em vista que as justificativas para autorizar ou negar o tombamento dos bens se baseavam em concepções de história interessadas em valorizar “grandes eventos” ligados a “grandes figuras” da história nacional. Portanto, no órgão de preservação, a tentativa de se fazer moderno na arquitetura não estaria presente nas concepções de história defendidas por importantes intelectuais que estiveram à frente do Conselho do SPHAN, uma vez que, no período estudado, a história considerada “moderna” seria a História Social, produzida sobretudo dentro das Universidades. Ou seja, o SPHAN, a despeito de buscar uma identidade de vanguarda, nem poderia ser considerado tão moderno assim.

Pode-se perguntar, por fim, se os princípios modernos da arquitetura implicavam em concepções modernas de história. Apesar de importantes personalidades da arquitetura moderna se encontrarem dentro do SPHAN, a historiografia que valoriza a ligação da trajetória do órgão de preservação ao moderno foi construída *a posteriori* e, em grande medida, institucionalmente. Nesse sentido, investigações futuras podem refletir sobre os diversos sentidos do termo moderno para os intelectuais estudados, levando em consideração que foi uma concepção muito disputada e variada no momento estudado.

Alguns caminhos podem ser trilhados a partir da leitura deste estudo. Um deles pode ser pensado a partir do mapeamento de relações traçadas entre o SPHAN e outras instituições. Acredita-se que esse caminho pode ser rico para compreender a abrangência das redes institucionais que se formaram a partir da década de 1930. Além disso, a participação do órgão de preservação na construção da memória imperial para cidade de Petrópolis a partir do Museu Imperial ainda não foi estudada. Na historiografia consultada sobre o museu, não fica clara qual foi a real atuação do SPHAN no Museu Imperial. Tal proposta de análise pode se juntar às conclusões que esta pesquisa busca apresentar: o órgão de preservação como uma

instituição que prezou pelas “grandes personalidades” do período imperial, aproximando-se, sobremaneira, das concepções de história formuladas e veiculadas pelo Instituto Histórico.

## Referências

ABRAHÃO, Sérgio. Organização administrativa do IPHAN a partir de 1952. In: SILVA, Maria Beatriz Setubal de Rezende (Org.). *Brasil: Monumentos Históricos e Arqueológicos*. Rio de Janeiro: IPHAN, 2012. p. 329-344.

ABREU, Regina. *A fabricação do imortal: memória, história e estratégias de consagração no Brasil*. Rio de Janeiro: Rocco: Lapa, 1996.

\_\_\_\_\_. Os museus enquanto sistema: por uma revisão da contribuição de Gustavo Barroso. In: INSTITUTO BRASILEIRO DE PATRIMÔNIO CULTURAL. *Ideólogos do patrimônio cultural*. Rio de Janeiro: IBPC/Departamento de Promoções, 1991.

ANDERSON, Benedict. *Comunidades Imaginadas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

ARAÚJO, Ana Paula Silva de. *Ideologia, Patrimônio e Memória na (re)produção do planejamento urbano e das políticas culturais e de preservação na Cidade Imperial de Petrópolis (RJ)*. Dissertação (Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

ARAÚJO, Valdei Lopes de. Formas de Ler e Aprender com a História no Brasil Joanino. *Acervo*, v. 22, n. 1, p.85-98, jan./jun. 2009.

Bens móveis e imóveis inscritos nos Livros do Tombo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional 1938-2009. 5ª Edição rev. e atual. [versão preliminar]. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura/ Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/ CODOC/ COPEDOC/ DAF, 2009.

BEZERRA, Rafael Zamorano. *A invenção das relíquias*. Dispositivos de autoridade na musealização de objetos do acervo do Museu Histórico Nacional (1922-2012). Tese (Doutorado em História Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

BLOCH, Marc. *Apologia da história ou o ofício de historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

BOMENY, Helena. *Guardiões da Razão: Modernismo mineiros*. Rio de Janeiro: UFRJ/Tempo Brasileiro, 1994.

BOURDIEU, Pierre. A identidade e a representação: elementos para uma reflexão crítica sobre a ideia de região. In: *A miséria do mundo*. Petrópolis: Vozes, 1997. p. 107-132.

\_\_\_\_\_. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. 9. ed. São Paulo: Papyrus, 2008.

BRASIL. *Legislação brasileira de proteção aos bens culturais*. Rio de Janeiro: MEC/DPHAN, 1967.

CALLARI, Cláudia Regina. Os institutos históricos: do Patronato de D. Pedro II à construção do Tiradentes. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 21, n. 40, p. 59-83, 2001.

CHARTIER, Roger. O homem de letras. In: VELLE, Michel. *O homem do Iluminismo*. Lisboa: Editorial Presença, 1997. p. 118-153.

CHAGAS, Mário. O pai de *Macunaíma* e o patrimônio espiritual. In: CHAGAS, Mário; ABREU, Regina (Orgs.). *Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p. 95-108.

CHUVA, Márcia. *Fundando a nação: a representação de um Brasil barroco, moderno e civilizado*. *Topoi*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 7, p. 313-333, jul.-dez. 2003.

\_\_\_\_\_. *Os Arquitetos da Memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940)*. Rio de Janeiro: Ed.UFRJ, 2009.

\_\_\_\_\_. Por uma história da noção de patrimônio cultural no Brasil. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n. 34, p. 146-165, 2012.

\_\_\_\_\_. Patrimônio cultural no Brasil: proteção, salvaguarda e tutela. In: LIMA, Antonio Carlos Souza (Org.). *Tutela: Formação de Estado e tradições de gestão no Brasil*. Rio de Janeiro: e-papers, 2014. p. 201-218.

DIAS, CARLA; LIMA SOUZA, Antônio Carlos. O Museu Nacional e a construção do patrimônio histórico nacional. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n. 34, p. 199-221, 2012.

FAGUNDES, Luciana Pessanha. Entre comemorações, rituais e passados construídos: a Monarquia sob o olhar da Primeira República. *Anais do Seminário Cultura e Política na Primeira República: Campanha Civilista na Bahia*, UESC, 11 Jun. 2010.

FARIA, Luiz de Castro. Nacionalismo, nacionalismos - dualidade e polimorfia: à guisa de depoimento e reflexão. In: Chuva, Márcia (Org.). *A Invenção do Patrimônio: continuidade e ruptura na constituição de uma política oficial de preservação cultural no Brasil*. Rio de Janeiro: IPHAN, 1995. p. 27-40.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Miniaurélio: o dicionário da língua portuguesa*. 6. ed. rev. atual. Curitiba: Positivo, 2006.

FERREIRA, Marieta de Moraes. *A História como ofício: a construção de um campo disciplinar*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

FRANZINI, Fábio; GONTIJO, Rebeca. Memória e história da historiografia no Brasil: a invenção de uma moderna tradição, anos 1940-1960. In: CELESTINO, Maria Regina; GONTIJO, Rebeca; SÁ, Cecília; SOIHET, Rachel (Orgs.). *Mitos, projetos e práticas políticas: memória e historiografia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. p. 141-160.

FRANZINI, Fábio. Interpretações do Brasil, marxismo e coleções brasileiras: quando a ausência diz muito (1931-1959). *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História, São Paulo*, jul. 2011.

FONSECA, Maria Cecília Londres. Da modernização à participação: a política federal de preservação nos anos 70 e 80. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n. 24, p. 153-163, 1996.

\_\_\_\_\_. A invenção do patrimônio e a memória nacional. In: BOMENY, Helena (Org.). *Constelação Capanema: intelectuais e políticas*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas; Bragança Paulista (SP): Ed. Universidade de São Francisco, 2001. p. 85-101.

\_\_\_\_\_. *O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Iphan, 2009.

GOMES, Angela de Castro. A dialética da tradição. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 12, fev. 1990.

\_\_\_\_\_. *História e Historiadores*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996.

\_\_\_\_\_. A “cultura histórica” do Estado Novo. *Proj. História – Mesa Redonda Cidadania e Projetos Culturais: historiadores e folcloristas no Brasil*, n. 16, p. 121-141, 1998.

\_\_\_\_\_. *Essa gente do Rio... Modernismo e Nacionalismo*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999.

\_\_\_\_\_. *A República, a História e o IHGB*. Belo Horizonte: Argumentum Editora, 2009.

GONÇALVES, José Reginaldo. Autenticidade, Memória e Ideologias Nacionais: O problema dos patrimônios culturais. *Revista Estudos Históricos*, v. 1, n. 2, p. 264-275, 1988.

\_\_\_\_\_. *A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/MinC-IPHAN, 1996.

GRAMSCI, Antonio. *O leitor de Gramsci*. In: COUTINHO, Carlos Nelson (Org.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

GUIMARÃES, Lucia Paschoal. A presença do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro no campo da educação superior: o projeto da Academia de Altos Estudos – Faculdade de Filosofia e Letras: (1916-1921). *Revista de FFLCH-USP*, n. 141, p. 91-100, 1999.

\_\_\_\_\_. *Da Escola Palatina ao Silogeu: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889-1938)*. Rio de Janeiro: Editora Museu da República, 2006.

\_\_\_\_\_. *Debaixo da imediata proteção imperial: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889)*. São Paulo: Annablume, 2011.

GUIMARÃES, Manoel Salgado. Nação e civilização nos Trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 1, p. 5-27, 1988.

\_\_\_\_\_. *Historiografia e Nação no Brasil (1838-1857)*. Rio de Janeiro: ed. uerj, 2011.

HELLER, Agnes. Introdução a uma teoria da história. In: \_\_\_\_\_. *Uma Teoria da História*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1993. p. 331-395.

HOBSBAWM, Eric. Introdução: A Invenção das Tradições. In: \_\_\_\_\_.; RANGER, Terence (Orgs.). *A invenção das tradições*. 3. ed. São Paulo: Paz & Terra, 2002.

HRUBY, Hugo. O templo das sagradas escrituras: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e a escrita da história do Brasil (1889-1912). *História da Historiografia*, n. 2, p. 50-66, mar. 2009.

JULIÃO, Letícia. Apontamentos sobre a História do Museu. CADERNO de diretrizes museológicas. 2. ed. Brasília: MinC/IPHAN/Departamento de Museus e Centros Culturais, Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Cultura/Superintendência de Museus, 2006.

\_\_\_\_\_. O SPHAN e a cultura museológica no Brasil. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 43, p. 141-161 jan.-jun. 2009.

LE GOFF, Jacques. Documento/monumento. In: \_\_\_\_\_. *História e Memória*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990. p. 95-106.

LENZI, Maria Isabel. *Para aprendermos história sem nos fatigar: a tradição do antiquariado e a historiografia de Gilberto Ferrez*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2013.

LINHARES, Maria Yedda. Introdução. In: \_\_\_\_\_ (Org.). *História Geral do Brasil*. Rio de Janeiro: Campus, 1990. p. 1-13.

LISSOVSKY, Maurício; SÁ, Paulo Sérgio de. *Colunas da Educação: a construção do Ministério da Educação e Saúde*. Rio de Janeiro: IPHAN, 1996.

LOURENÇO, Elaine. História Nova do Brasil: revisitando uma obra polêmica. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 28, n. 56, p. 385-406, 2008.

MENDONÇA, Sônia Regina de. Por uma sócio-história do Estado no Brasil. In: Chuva, Márcia (Org.). *A Invenção do Patrimônio: continuidade e ruptura na constituição de uma política oficial de preservação cultural no Brasil*. Rio de Janeiro: IPHAN, 1995. p. 27-40.

\_\_\_\_\_. Estado, violência simbólica e metaforização da cidadania. *Tempo*, Rio de Janeiro, v. 1, p. 94-125, 1996.

MICELI, Sérgio. *Poder, Sexo e Letras na República Velha*. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1977.

\_\_\_\_\_. *Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-1945)*. São Paulo: Difel, 1979.

MONTALVÃO, Claudia Soares de Azevedo. O museu do império brasileiro. *Anais do XXII Simpósio Nacional de História*, João Pessoa, 2003.

\_\_\_\_\_. *Do paço ao museu: o Museu Imperial e a instituição da memória na monarquia brasileira (1940-1967)*. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

MONTEIRO, Lorena Madruga. Prosopografia de grupos sociais, políticos situados historicamente: método ou técnica de pesquisa? *Pensamento Plural*, Pelotas, n. 14, p. 11-21, jan.-jun. 2014.

MONTENEGRO, Aline. *Colecionando reliquias...* Um estudo sobre a Inspetoria de Monumentos Nacionais (1934-1937). Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

MORLEY, Neville. Monumentality and meaning of the past in ancient and modern historiography. In: LIANERI, Alexandra (Org.). *The Western Time of Ancient History: historiographical encounters with the Greek and Roman pasts*. Cambridge: Cambridge University Press, 2011. p. 210-226.

MUSEOLOGIA em Ação: Homenagem à Lygia Martins Costa. Editores técnicos: Mario Chagas; Lillian Alvares; Cicero Antônio Fonseca de Almeida. Brasília, DF: FIC/UnB, 2010.

NICODEMO, Thiago Lima. Os planos de historicidade na interpretação do Brasil de Sérgio Buarque de Holanda, *História da Historiografia*, Ouro Preto, n. 14, p. 44-61, abr. 2014.

NOGUEIRA, Antonio Gilberto Ramos. O campo do patrimônio cultural e a história: itinerários conceituais e práticas de preservação. *Antíteses*, v. 7, n. 14, p. 45-67, jul. - dez. 2014.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Proj. História*, São Paulo, n. 10, dez. 1993.

OLIVEIRA, Lucia Lippi. O intelectual do DIP: Lourival Fontes e o Estado Novo. In: BOMENY, Helena (Org.). *Constelação Capanema: intelectuais e políticas*. Rio de Janeiro: Ed. FGV; Bragança Paulista: Ed. Universidade de São Francisco, 2001. p. 37-58.

OLIVEIRA, Maria da Glória. O presente do passado nos exemplos da história. In: \_\_\_\_\_. *Escrever vidas, narrar a história*. Rio de Janeiro: FGV, 2011. p. 35-76.

PARENTE, Paulo André Leira. As Comemorações Pombalinas de 1882. In: LEMOS, Maria Teresa Toríbio Brittes; MORAES, Nilson Alves de. *Memória e construção de identidades*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2001. p. 81-101.

POULOT, Dominique. *Uma história do patrimônio no Ocidente*. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.

PROTEÇÃO e revitalização do patrimônio cultural no Brasil: uma trajetória. Brasília, MEC-SPHAN pró-memória, 1980.

RABELLO, Sônia. O ato de tombamento e seus requisitos. In: *O Estado na preservação de bens culturais: o tombamento*. Rio de Janeiro: IPHAN, 2009. p. 53-74.

ROIZ, Diogo. A recepção da ‘Escola dos Annales’ na Europa e nas Américas: algumas reflexões. *Akrópolis*, Umuarama, v. 16, n. 4, p. 211-226, out./dez. 2008.

\_\_\_\_\_. A batalha pelas ‘regras do método histórico’ em Alfredo Ellis Jr. e Sérgio Buarque de Holanda: entre o ‘autodidatismo’ e a ‘profissionalização’ do trabalho de pesquisa do historiador. *Dimensões*, v. 30, p. 133-172, 2013.

RUBINO, Silvana. O mapa do Brasil passado. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n. 24, p. 97-105. 1996.

SANTOS, Maria Célia Teixeira Moura. O papel dos museus na construção de uma identidade nacional, *Anais do Museu Histórico Nacional*, v. 28, 1996.

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. *A escrita do passado em museus históricos*. Rio de Janeiro: Garamond, MinC, IPHAN, DEMU, 2006.

SANTOS, Mariza Veloso Motta. Nasce a academia Sphan. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n. 24, p. 77-95, 1996.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Os institutos históricos e geográficos “Guardiões da História Oficial”. In: \_\_\_\_\_. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)*. 12. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2014. p. 129-184.

SILVA NETO, Jamile. *O Conselho Consultivo do SPHAN (1938-1966): trajetórias e práticas*. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

SOPHIA, Daniela Carvalho; SALDANHA, Mayla Ramos. A invenção do patrimônio: o papel do Conselho Consultivo do IPHAN (1990-2009). *Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio – PPG-PMUS Unirio/ MAST*, v. 6, n. 7, p. 109-125, 2013.

SOUZA, Breno Sabino. Escritas da etnografia e da história no *I Congresso de História Nacional* do IHGB (1914). *Temporalidades – Revista discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFMG*, v. 5, n. 2, p. 46-66, Mai/Ago 2013.

TEIXEIRA, Luciano dos Santos. Civilização material, história e preservação em Afonso Arinos. In: CHUVA, Márcia; NOGUEIRA, Antônio Gilberto (Org.). *Patrimônio Cultural: políticas e perspectivas de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad/ FAPERJ, 2012. p. 47-56.

TURIN, Rodrigo. Uma nobre, difícil e útil empresa: o *ethos* do historiador oitocentista. *História da Historiografia*, n. 2, p. 12-28, 2009.

VALE, Nayara Galeno do. Hélio Vianna e Pedro Calmon: identidade do historiador e embates em torno da escrita da História do Brasil, *Anais do XXVII Simpósio Nacional de História*, 2013.

\_\_\_\_\_. Considerações sobre a escrita viajante de Pedro Calmon. *Anais do XVI Encontro Regional de História da Anpuh-Rio: Saberes e práticas científicas*, 2014.

VASCONCELOS, Augusto Carlos. A presença de Paulo Ferreira dos Santos. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, São Paulo, n. 30, p. 167-187, 1989.

VELLOSO, Mônica Pimenta. Cultura e poder político: uma configuração do campo intelectual. In: OLIVEIRA, Lucia Lippi; \_\_\_\_; GOMES, Angela de Castro. *Estado Novo: ideologia e poder*. Rio de Janeiro: Zahar ed., 1982. p. 71-108.

VENÂNCIO, Giselle. *Brasíliana & História Geral da Civilização Brasileira: escrita da história, disputas editoriais e processos de especialização acadêmica (1956-1972)*. *Revista Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 5, n. 9, p. 5-23, 2013.

\_\_\_\_. “Julgou o jury a Brasíliana, não julgou os concorrentes”: coleção e produção intelectual no Brasil dos anos 50. *Revista Maracanan*, v. 10, n. 10, p. 108-119, jan.-dez. 2014.

\_\_\_\_. Prefigurações da paisagem historiográfica: revistas, coleções e mediação. In: GOMES, Angela; HANSEN, Patricia. *Intelectuais mediadores: práticas culturais e ação política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016. p. 436-463.

WEGNER, Robert. Prefácio. In: LIMA, Nísia Trindade; SÁ, Dominichi Miranda de (Orgs.). *Antropologia brasíliana: ciência e educação na obra de Edgard Roquette-Pinto*. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2008. p. 7-12.

### **Fontes SPHAN**

**Atas das reuniões do Conselho Consultivo do SPHAN (1938-1966)**

Disponível em: < <http://portal.iphan.gov.br/atasConselho>>.

### **Arquivo Central do IPHAN**

#### **Processos de Tombamento**

- Processo 0001-T-1938 (Pátio ou adro da Igreja de São Pedro, Rio Grande do Sul)
- Processo 0050-T-38 (Mosteiro de São Bento de Olinda, Pernambuco)
- Processo 0052-T-1938 (Igreja da Penha, Rio de Janeiro)
- Processo 0053-T-1938 (Casa à Praça Condessa de Frontin, Rio de Janeiro)
- Processo 0056-T-1938 (Prédio à Praça XV de Novembro, Rio de Janeiro)
- Processo 0063-T-1940 (Igrejas e conventos de São Francisco, São Bento e do Carmo, Paraíba, João Pessoa)
- Processo 0068-T-1938 (Casa à Rua Artur Bernardes, São João Del Rei, Minas Gerais)
- Processo 0131-T-1938 (Palácio Episcopal de Olinda, Olinda, Pernambuco)
- Processo 0150-T-1938 (Prédio à Rua Riachuelo, local onde faleceu o General Osório, Rio de Janeiro)
- Processo 0152-T-1938 (Casa à rua Canto do Gado, Santa Cruz, Rio de Janeiro)
- Processo 0166-T-1938 (Palácio Imperial de Petrópolis, Rio de Janeiro)
- Processo 0165-T-1938 (Casa à Av. Frederico Pontes, Jequietaia, Bahia)
- Processo 0178-T-1938 (Igreja Nossa Senhora do Rosário, Porto Alegre, Rio Grande do Sul)
- Processo 0183-T-1938 (Conjunto Arquitetônico da Cidade de São João Marcos, Rio de Janeiro)
- Processo 0197-T-1939 (Gruta da Mangabeira, Bahia)
- Processo 0206-T-1939 (Casa da Pedra, entre São João del Rei e Tiradentes, Minas Gerais)
- Processo 0209-T-1939 (Igreja São José, São Luís, Maranhão)

- Processo 0223-T-1940 (Três painéis – de Eugênio Latour e Henrique Bernardelli – situados na fachada do prédio à Praia de Icaraí, Niterói)
- Processo 0361-T-1946 (Casa Marechal Deodoro e Praça Severino de Rezende, São João del Rei, Minas Gerais)
- Processo 0362-T-1946 (Coleção de Armas, Rio de Janeiro)
- Processo 0337-T-1944 (Igreja Matriz de São Sebastião, Bagé, Rio Grande do Sul)
- Processo 0367-T-47 (Edifício da Fazenda Capão do Bispo, Rio de Janeiro)
- Processo 0371-T-1947 (Convento São Bernardino de Sena, Angra dos Reis, Rio de Janeiro)
- Processo 0418-T-1960 (Plano de serviços em proveito do conjunto arquitetônico e paisagístico de Ouro Preto, Minas Gerais)
- Processo 0440-T-1950 (Igreja do antigo Engenho Mataripe, Mataripe, Bahia)
- Processo 0457-T-1952 (Igreja Nossa Senhora da Conceição, Cachoeira do Sul, Rio Grande do Sul)
- Processo 0464-T-1952 (Conjunto arquitetônico e urbanístico da cidade de Salvador, Bahia)
- Processo 0474-T-? (Igreja Matriz de Nossa Senhora do Monserrate, Baependi, Minas Gerais)
- Processo 0523-T-1954 (Sítio da Batalha dos Guararapes, Pernambuco)
- Processo 0526-T-55 (Conjunto Arquitetônico e Paisagístico do Santuário de Nossa Senhora da Piedade, Caeté, Minas Gerais)
- Processo 0530-T-1955 (Prédios números 34 e 35 da Rua Conselheiro Dantas, Salvador, Bahia)
- Processo 0531-T-1944 (Obelisco a Domingos José de Almeida, Pelotas, Rio Grande do Sul)
- Processo 0537-T-1955 (Parque Lage, Rio de Janeiro)
- Processo 0539-T-1956 (Remanescente da Fábrica de Ferro, Morro do Pilar, Minas Gerais)
- Processo 0552-T-1956 (Edifício da estação de hidroaviões, Rio de Janeiro)
- Processo 0566-T-1957 (Conjunto arquitetônico de Vassouras, Rio de Janeiro)
- Processo 0579-T-1958 (Conjunto paisagístico Morro do Santuário do Bom Jesus da Lapa, Bom Jesus da Lapa, Bahia)
- Processo 0571-T-1958 (Igreja de São Domingos Torres, Rio Grande do Sul)
- Processo 0589-T-1958 (Prédios números 46 e 54 e Oratório de Nossa Senhora da Boa Esperança, Rio de Janeiro)
- Processo 0591-T-1958 (Serra do Curral, Belo Horizonte, Minas Gerais)
- Processo 0597-T-1959 (Edifício à Av. Getúlio Vargas, Minas Gerais)
- Processo 0598-T-1959 (Edifício da Escola de Educação Feminina, Rio de Janeiro)
- Processo 0603-T-1959 (Túmulo do Dr. Peter Lund, Lagoa Santa, Minas Gerais)
- Processo 0608-T-1960 (Pico do Itabirito, Itabirito, Minas Gerais)
- Processo 0614-T-1960 (Bengala ou bastão oferecida à imagem do padroeiro da Igreja do Convento de Santo Antônio, Rio de Janeiro)
- Processo 0615-T-1960 (Sede da Escola Nacional de Engenharia, Rio de Janeiro)
- Processo 0633-T-61 (Horto Florestal, Rio de Janeiro)
- Processo 0645-T-1961 (Sede da Academia Maranhense de Letras, São Luís, Maranhão)
- Processo 0659-T-1962 (Cemitério Protestante, Joinville, Santa Catarina)
- Processo 0678-T-1962 (Engenho dos Erasmos, Santos, São Paulo)
- Processo 0688-T-1963 (Casa à Rua das Palmeiras, Rio de Janeiro)
- Processo 0689-T-1962 (Edifício à Praça XV de novembro - Antigo Convento do Carmo, Rio de Janeiro)
- Processo 0690-T-1963 (Conjunto Igreja São Boaventura, Itaboraí, Rio de Janeiro)
- Processo 0703-T-1963 (Casa à Rua Duque de Caxias pertenceu aos Viscondes de São Leopoldo e de Pelotas, Porto Alegre, Rio Grande do Sul)
- Processo 0718-T-1963 (Casa à Rua das Palmeiras, Rio de Janeiro)

- Processo 0748-T-1964 (Parque do Flamengo, Rio de Janeiro)
- Processo 0757-T-1965 (Conjunto Arquitetônico e Paisagístico de Cabo Frio, Rio de Janeiro)
- Processo 0762-T-1965 (Floresta da Tijuca, Rio de Janeiro)
- Processo 95.853-T-1958-MEC (Cancelamento do tombamento das casas números 37, 39, 41, 43 e 45, na Praça Monsenhor Confúcio, Goiás)
- Processo 99.306-T-1959 (Plano Especial de Serviços em proveito do conjunto arquitetônico e paisagístico de Ouro Preto, Minas Gerais)
- Processo s/n (local onde durante setenta anos estiveram sepultados o Guia Lopes)

*Série Personalidades*, pastas de:

- Afonso Arinos de Melo Franco
- Américo Jacobina Lacombe
- Francisco Marques dos Santos
- Gustavo Barroso
- Paulo Santos
- Pedro Calmon

*Série Inventário e Série Obras*

Consulta aos documentos relativos ao Palácio/Museu Imperial entre 1940 e 1970.

### **Biblioteca Noronha Santos**

*Publicações SPHAN*

FRANCO, Afonso Arinos de Melo. *Desenvolvimento da Civilização Material no Brasil*. Rio de Janeiro: Publicações do SPHAN, 1944.

*Revista do Patrimônio*

ANDRADE, Rodrigo Melo Franco. Programa. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n. 1, p. 3-4, 1937.

FRANCO, Afonso Arinos de Melo. O primeiro depoimento estrangeiro sobre o Aleijadinho, *Revista do Patrimônio*, n. 3, p. 173-178, 1939.

FERREZ, Gilberto. A fotografia no Brasil e um de seus mais dedicados servidores: Marc Ferrez (1843-1923). *Revista do Patrimônio*, n. 10, p. 169-304, 1946.

ROQUETTE-PINTO, Edgard. Estilização, *Revista do Patrimônio*, n. 1, p. 50-67, 1937.

SANTOS, Francisco Marques dos. A litografia no Rio de Janeiro, *Revista do Patrimônio*, n. 1, p. 45-49, 1937.

SANTOS, Francisco Marques dos. José Joaquim Viegas de Menezes, *Revista do Patrimônio* n. 2, p. 229-239, 1938.

\_\_\_\_\_. Dois artistas franceses no Rio de Janeiro, *Revista do Patrimônio*, n. 3, p. 123-148, 1939.

\_\_\_\_\_. O ambiente artístico fluminense à chegada da missão francesa em 1816, *Revista do Patrimônio*, n. 5, p. 213-138, 1941.

### **Fontes IHGB**

#### **Arquivo IHGB**

Busca pelo nome dos intelectuais sócios do IHGB e do Conselho do SPHAN na sede da instituição (Av. Augusto Severo, n. 8, 9º/13º andar - Glória - Rio de Janeiro) e no portal eletrônico (disponível em: < <https://ihgb.org.br/pesquisa/arquivo.html>>.)

#### **Atas das reuniões do IHGB (1938-1966)<sup>120</sup>**

Disponível em: < <https://ihgb.org.br/publicacoes/revista-ihgb.html>>.

#### *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*

ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de. Araújo Pôrto-Alegre, precursor dos estudos de história da arte no Brasil. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, v. 184, p. 119-133, jul.-set. 1944.

\_\_\_\_\_. Museu e conservação de obras de arquitetura em Ouro Preto. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, v. 205, p. 203-206, out.-dez 1949.

BARROSO, Gustavo. O cruzado da abolição – Nabuco, orador. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, v. 204, p. 321-330, out.-dez 1949.

\_\_\_\_\_. Pinheiro Machado na intimidade – evocações. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, v. 211, p. 91-97, abr.-jun. 1951.

\_\_\_\_\_. Capistrano de Abreu e a interpretação do Brasil. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, v. 221, p. 92-101, out.-dez. 1953.

CALMON, Pedro. Vida e glória da princesa Isabel. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, v. 192, p. 96-109, jul.-set. 1946.

\_\_\_\_\_. Arquivos portugueses e história brasileira. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, v. 192, p. 134-136, jul.-set. 1946.

\_\_\_\_\_. A Princesa da Rosa de Ouro. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, v. 192, p. 231-232, jul.-set. 1946.

\_\_\_\_\_. Nabuco e a “boa origem”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, v. 204, p. 379-380, jul.-set. 1949.

\_\_\_\_\_. Repatriamento dos restos mortais da princesa Isabel e do conde D’Eu. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, v. 220, p. 359-365, jul.-set. 1953.

---

<sup>120</sup> As atas das reuniões realizadas no IHGB fazem parte da RIHGB.

\_\_\_\_\_. Discurso do professor Pedro Calmon na sessão solene em homenagem ao presidente Craveiro Lopes. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, v. 236, p. 204-207, jul.-set. 1957.

\_\_\_\_\_. Perfil político do Marquês de Paraná. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, v. 236, p. 372-377, jul.-set. 1957.

\_\_\_\_\_. Epitácio Pessoa, o intervencionista. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, v. 268, p. 121-134, jul.-set. 1965.

\_\_\_\_\_. Marquês de Abrantes – vida e obra de um estadista do Império. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, v. 269, p. 131-144, out.-dez. 1965.

ESTATUTOS IHGB. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, v. 175, p. 733-755, 1940.

FERREZ, Gilberto. Um panorama do Rio de Janeiro de 1775, *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, v. 223, p. 3-23, out.-dez. 1956.

\_\_\_\_\_. João Massé e sua planta do Rio de Janeiro, *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, v. 242, p. 388-396, jan.-mar. 1959.

\_\_\_\_\_. O Rio de Janeiro, no tempo de Bobadela visto por um padre francês. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, v. 264, p. 155-170, jul.-set. 1964.

\_\_\_\_\_. Diário anônimo de uma viagem às costas d'África e às Índias espanholas. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, v. 267, p. 3-42, abr.-jun. 1965.

\_\_\_\_\_. Os muros da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, v. 267, p. 85-92, abri.-jun. 1965. il.

\_\_\_\_\_. O que ensinam os antigos mapas e estampas do Rio de Janeiro. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, v. 268, p. 27-42, jul.-set. 1965.

FILHO TEIXEIRO, Henrique Carneiro Leão. Homenagem a Alcindo Sodré - Discurso do Presidente do Instituto Histórico de Petrópolis, *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, v. 216, p. 232-235, jul.-set. 1952.

\_\_\_\_\_. As solenidades do 112º aniversário da fundação de Petrópolis pelo decreto imperial de 16 de março - Discurso de Henrique Carneiro Leão Teixeira Filho, *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, v. 228, p. 256-258, jul.-set. 1955.

GANNNS, Claudio. Apresentação. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, v. 178, p. 5-9, jan.-mar. 1943.

\_\_\_\_\_. Alcindo Sodré, jornalista petropolitano. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, v. 235, p. 394-404, abr.-jun. 1957.

LACOMBE, Américo Jacobina. Rui e a história política do Império e da República. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, v. 205, p. 21-34, out.-dez. 1949.

\_\_\_\_\_. O cónego Fernandes Pinheiro. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, v. 240, p. 152-153, jul.-set. 1958.

\_\_\_\_\_. O Pan-Americanismo. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, v. 251, p. 193-210, abr.-jun. 1961.

\_\_\_\_\_. Bilhetes de d. Pedro II. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, v. 261, p. 74-76, out.-dez. 1963.

\_\_\_\_\_. Saudações a Enéas Martins Filho. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, v. 269, p. 127-130, out.-dez. 1965.

MONTELLO, Josué. O centenário de Júlio Mesquita. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, v. 257, p. 77-86, out.-dez. 1962.

\_\_\_\_\_. O poeta José Bonifácio. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, v. 260, p. 285-297, jul.-set. 1963.

PIMENTEL, Ascanio Mesquita. As solenidades do 112º aniversário da fundação de Petrópolis pelo decreto imperial de 16 de março - Discurso de Mesquita Pimentel, *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, v. 228, p. 251-255, jul.-set. 1955.

PINHEIRO MACIEL. Achegas para a história da Revista. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, v. 242, p. 342-345, jan.-mar. 1959.

REICHARDT, Herbert Canabarro. História Nova. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, v. 263, p. 283-302, abr.-jun. 1964.

ROQUETTE-PINTO, Edgard. Vocabulário tupi de Humberto Mauro. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, v. 208, p. 189-242, jul.-set. 1950.

SANTOS, Francisco Marques dos. Aspectos da primeira viagem dos imperadores do Brasil à Europa e Egito. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, v. 188, p. 55-91, jul.-set. 1945.

SODRÉ, Alcindo. Solano Lopez, imperador. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, v. 182, p. 105-115, jan.-mar. 1944.

\_\_\_\_\_. Dom Pedro II na pacificação do Rio Grande do Sul. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, v. 188, p. 41-54, jul.-set. 1945.

\_\_\_\_\_. Rio Branco e o seu título de barão. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, v. 189, p. 13-14, out.-dez. 1945.

\_\_\_\_\_. O aio dos Príncipes. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, v. 191, p. 300-302, abr.-jun. 1946.

\_\_\_\_\_. Isabel a Redentora, e a Rosa de Ouro. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, v. 192, p. 223-225, jul.-set. 1946.

\_\_\_\_\_. Um médico na monarquia. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, v. 195, p. 149-171, abr.-jun. 1947.

### **Fontes Museu Imperial e IHP**

*Anuário do Museu Imperial*

Disponível em: < <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>.

ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de. Anexo I, *Anuário do Museu Imperial*, Petrópolis, p. 269-272, 1955.

FERREZ, Gilberto. Um passeio a Petrópolis em companhia do fotógrafo Marc Ferrez, *Anuário do Museu Imperial*, Petrópolis, p. 25-42, 1948.

LACOMBE, Américo Jacobina. Nobreza brasileira, *Anuário do Museu Imperial*, Petrópolis, p. 47-150, 1940.

LACOMBE, Américo Jacobina. O Historiador, *Anuário do Museu Imperial*, Petrópolis, 1960-1970.

LACOMBE, Lourenço Luiz. O primeiro diretor do Museu, *Anuário do Museu Imperial*, Petrópolis, 1960-1970.

SILVA, Paulo Machado da Costa e. O fundador e o presidente do Instituto Histórico de Petrópolis. *Anuário do Museu Imperial*, Petrópolis, 1960-1970.

NOTICIÁRIO. O relatório da diretoria do Museu. *Anuário do Museu Imperial*, Petrópolis, p. 322-326, 1940.

\_\_\_\_\_. O arquivo de Dom Pedro II, *Anuário do Museu Imperial*, Petrópolis, p. 326-328, 1940.

\_\_\_\_\_. Relatório ao Ministro, *Anuário do Museu Imperial*, Petrópolis, p. 259-263, 1942.

\_\_\_\_\_. Impressões de visitantes ilustres, *Anuário do Museu Imperial*, Petrópolis, p. 290-292, 1943.

\_\_\_\_\_. Relatório ao Ministro. *Anuário do Museu Imperial*, Petrópolis, p. 205-214, 1944.

\_\_\_\_\_. Relatório ao Ministro, *Anuário do Museu Imperial*, Petrópolis, p. 261-277, 1946.

\_\_\_\_\_. Relatório ao Ministro, *Anuário do Museu Imperial*, Petrópolis, p. 245-255, 1954.

\_\_\_\_\_. Relatório ao Ministro, *Anuário do Museu Imperial*, Petrópolis, p. 321-340, 1956.

SOBRÉ, Alcindo. Dom Pedro II em Petrópolis, *Anuário do Museu Imperial*, Petrópolis, p. 7-46, 1940.

SANTOS, Francisco Marques dos. O leilão do Paço de S. Cristóvão, *Anuário do Museu Imperial*, Petrópolis, p. 151-316, 1940.

\_\_\_\_\_. Anexo II, *Anuário do Museu Imperial*, Petrópolis, p. 273-276, 1955.

SOBRÉ, Alcindo. Prefácio, *Anuário do Museu Imperial*, Petrópolis, p. 3, 1941.

SOBRÉ, Alcindo. O grito do Ipiranga na concepção dos artistas, *Anuário do Museu Imperial*, Petrópolis, p. 201-2016, 1946.

\_\_\_\_\_. Um salão do Primeiro Reinado, *Anuário do Museu Imperial*, Petrópolis, p. 237-246, 1948.

**Portal eletrônico do Instituto Histórico de Petrópolis**

Disponível em < <http://ihp.org.br/26072015/site/default.htm>>.

**Anexo 1**<sup>121</sup>**Tabela de frequência dos membros do Conselho Consultivo (1938-1966)**<sup>122</sup>

Nome do conselheiro	Nº de reuniões no período como conselheiro	Nº reuniões comparecidas	Frequência em porcentagem	Nº de processos relatados	Nº de processos com intervenção
Afonso Arinos de Melo Franco	50 reuniões	34 reuniões	68%	9 <sup>123</sup>	13
Alcindo de Azevedo Sodré	7 reuniões	5 reuniões	71%	Nenhum	1
Américo Jacobina Lacombe	35 reuniões	19 reuniões	54%	4	Nenhum
Edgard Roquette-Pinto	18 reuniões	8 reuniões	44%	2	1
Francisco Marques dos Santos	50 reuniões	41 reuniões	82%	4	4
Gilberto Ferrez	23 reuniões	20 reuniões	87%	3	1
Gustavo Barroso	31 reuniões	9 reuniões	29%	2	1
Josué de Souza Montello	19 reuniões	12 reuniões	63%	1	Nenhum
Paulo Ferreira dos Santos	32 reuniões	30 reuniões	94%	17	4
Pedro Calmon	39 reuniões	26 reuniões	67%	8	4
Rodrigo Melo Franco de Andrade	50 reuniões	50 reuniões	100%	6	Nenhum

<sup>121</sup> Esta tabela teve como base as atas do Conselho Consultivo do SPHAN, disponíveis em: <<http://portal.iphan.gov.br/atasConselho>>. No universo de 82 processos de tombamento encaminhados ao Conselho Consultivo entre 1938 e 1966, os processos relatados pelos intelectuais pesquisados somam mais da metade do universo total. Neste sentido, pode-se perceber que os intelectuais em questão concentram a relatoria da maior parte dos processos de tombamento.

<sup>122</sup> As intervenções, sinalizadas na tabela, consistem no “pedido de vista do processo”; em “converter o julgamento em diligência”; nos processos sem a resolução “aceito por unanimidade”; e, nos momentos em que um ou mais conselheiros participaram das discussões sobre o processo de tombamento em pauta nas reuniões Conselho do SPHAN.

<sup>123</sup> Dois dos nove processos de tombamento relatados por Afonso Arinos, o conselheiro foi escolhido como relator *ad-hoc* por conta de não estarem presentes nas reuniões os relatores dos processos em pauta.

## Anexo 2

**Tabela de ingresso dos intelectuais no IHGB e no Conselho do SPHAN**

<b>Nome do conselheiro</b>	<b>Ingresso no IHGB</b>	<b>Ingresso no Conselho do SPHAN</b>
Edgard Roquette-Pinto	<b>1913</b>	<b>1938</b>
Gustavo Barroso	<b>1931</b>	<b>1938</b>
Pedro Calmon	<b>1931</b>	<b>1946</b>
Alcindo Sodr�	<b>1939</b>	<b>1940</b>
Américo Jacobina	<b>1945</b>	<b>1947</b>
Rodrigo Melo Franco de Andrade	<b>1943</b>	<b>1938</b>
Francisco Marques dos Santos	<b>1944</b>	<b>1938</b>
Afonso Arinos	<b>1949</b>	<b>1938</b>
Paulo Santos	<b>1960</b>	<b>1955</b>
Gilberto Ferrez	<b>1961</b>	<b>1958</b>
Jos� Montello	<b>1963</b>	<b>1960</b>